Universidade Católica de Santos

Luiz Henrique Portela Faria

Advogados, engenheiros, médicos e professores: a formação de uma rede de intelectuais e o discurso da modernidade educacional na cidade de Santos (1908-1930)

Santos

2021

Universidade Católica de Santos

Luiz Henrique Portela Faria

Advogados, engenheiros, médicos e professores: a formação de uma rede de intelectuais e o discurso da modernidade educacional na cidade de Santos (1908-1930)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação), sob orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira.

Santos

2021

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
Maria Rita de C. Rebello Nastasi - CRB-8/2240

F224a Faria, Luiz Henrique Portela
Advogados, engenheiros, médicos e professores : a formação de uma rede de intelectuais e o discurso da modernidade educacional na cidade de Santos (1908-1930) / Luiz Henrique Portela Faria ; orientador Luiz Carlos Barreira. -- 2021.
285f.: il. color.; 30 cm

Tese (doutorado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, 2021.
Inclui bibliografia

1. Educação. 2. Intelectuais. 3. Modernidade Capitalista. 4. Santos. I. Barreira, Luiz Carlos. II. Título.

CDU: Ed. 1997 -- 37(043.2)

Luiz Henrique Portela Faria

Advogados, engenheiros, médicos e professores: a formação de uma rede de intelectuais e o discurso da modernidade educacional na cidade de Santos (1908-1930)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação), sob orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira.

Aprovado em: 10/11/2021

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira – UniSantos

_____

Profa. Dra. Maria Apparecida Franco Pereira – UniSantos

_____

Prof. Dr. Mauro Castilho – PUC-SP

_____

Prof. Dr. Sérgio Ribeiro Santos – Mackenzie

_____

Prof. Dr. José Carlos de Melo – UFMA

Dedico este trabalho...

Ao meu irmão e amigo, Felipe dos Santos Raymundo (*in memoriam*)

À minha sogra amada, Maria Helena Soares Gonzales (*in memoriam*)

Ao querido avô, Marcelino, pão e vinho... (*in memoriam*)

Ao Rei Eterno, imortal, invisível e real – Jesus Cristo –, a ELE seja a glória e louvor.

AGRADECIMENTOS

A quem honra, honra...

Agradeço ao SENHOR Jesus Cristo, que me concedeu o *dom* da vida e me possibilitou empregá-la, dentre outras coisas, na obtenção do título de doutor em Educação: ELE me concedeu saúde, condições e a oportunidade de conhecer o Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira, meu orientador, a quem também sou profundamente grato. Prof. Barreira é um homem que possui profunda erudição e um caráter exemplar. Com intensa sensibilidade, não poucas vezes, colocou-se ao meu lado, orientando-me durante toda esta trajetória acadêmica.

Também agradeço a paciência e dedicação da minha esposa, Daniela Soares Gonzales Faria. Ela não apenas participou comigo deste processo de formação, mas me deu suporte e condições para concluí-lo.

Agradeço a minha mãe, Ana Amélia, que sempre me encorajou a estudar. Era um dos seus sonhos ver seu filho tornar-se um *doutor.* Também não posso deixar de mencionar minha sogra, Maria Helena, e meu sogro, João Carlos, pessoas que contribuíram diretamente para que a possibilidade de estudar se tornasse uma realidade.

Sou profundamente grato à Universidade Católica de Santos e, em especial, ao colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, representado por sua coordenadora Profa. Dra. Irene Jeanete Lemos Gilberto.

Dentre todas as professoras da Universidade, preciso destacar minha gratidão especial a três que me acompanham desde a graduação: a profa. Roseane Marques da Graça Lopes, primeira pessoa a me incentivar a voltar à Unisantos e cursar o doutorado; a profa. Maria Apparecida Franco Pereira, grande mestre acerca da História da Educação de Santos; e a profa. Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira, uma companheira de longas conversas sobre os nossos "intelectuais em comum".

Agradeço ao Governo Federal por financiar toda a minha trajetória acadêmica: por meio do Prouni (Programa universidade para todos) me possibilitou cursar a graduação em História; posteriormente, na Universidade Federal do ABC, onde cursei o mestrado (com bolsa CAPES) e, por fim, também como bolsista CAPES, o doutorado na Unisantos. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço aos meus colegas pelo companheirismo durante toda essa jornada: foram muitos congressos e algumas viagens, mas muito tempo juntos em aulas (e fora delas). Faço

um destaque especial aos amigos, Thalita Di Bella Costa Monteiro, Natasha Guerrize Claro e Ilson Tércio Caetano.

Agradeço, em especial, a profa. Marina Tuncunduva Bitencourt Porto Vieira (já citada acima), Bruno Bortoloto do Carmo e Anderson Manoel Caleffi, que contribuíram grandemente com os resultados apresentados nesta tese, sobretudo, por disponibilizar fontes primárias para minha consulta. Sou extremamente grato por anos de pesquisa que compartilhamos uns com os outros – diversas conversas que certamente contribuíram com esta tese.

Agradeço aos centros de memória que contribuíram diretamente com a minha pesquisa: Loja Maçônica Fraternidade de Santos (na pessoa do Sr. Pimenta); Hospital Santa Casa de Misericórdia de Santos (em especial, a Rosilda); Fundação Arquivo e Memória de Santos e a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos.

Agradeço aos membros da Banca que contribuíram diretamente com a minha formação: sem dúvida, a leitura que os senhores fizeram dos meus escritos (tanto no período de qualificação quanto na defesa) colaborou diretamente para a lapidação do meu texto final.

Enfim... agradeço a todos que, de alguma forma direta ou indireta, propiciaram a construção desta tese.

Entre capitalistas:
– Eu ganhei os meus capitaes com o suor do próximo.

– E não tens vergonha de dizer isso, nesse século do Proletário?

– Não. Eu fui proprietário de um estabelecimento de banhos turcos...

(A FITA, 1914, p. 8)

RESUMO

A expansão cafeeira, da ferrovia e do porto, bem como a movimentação das ideias liberais, abolicionistas e republicanas, são alguns aspectos que propiciaram a cidade de Santos a deixar suas vestes provincianas, no final do século XIX, e a se tornar uma cidade moderna – conforme os padrões da *Belle Epoque* brasileira. A educação, nesse processo, foi vista como um instrumento para consolidação da modernidade capitalista e estava estreitamente vinculada à política e à atuação de sujeitos – intelectuais. Esses indivíduos reforçaram ideologicamente, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, o discurso da modernidade educacional. Os intelectuais santistas – não porque nasceram na cidade, mas porque a tornaram palco da sua atuação – agiram, de fato, através dos meios de comunicação da época, sobretudo, por meio dos periódicos, os quais se tornaram a voz de muitos dos membros desse grupo. Esta investigação procurou compreender as práticas sociais desses sujeitos (os intelectuais da educação durante a Primeira República em Santos), observando suas particularidades: o percurso de formação, a atuação política desses intelectuais e as contradições presentes nos embates dessa geração de ilustrados, que disputaram a hegemonia do campo educacional da cidade de Santos. Para isso, analisou-se tanto os discursos existentes nos periódicos da época, sobretudo, jornais, quanto as atas de instituições do período, articulando um diálogo com as evidências – fontes históricas –, tanto na sua forma primária quanto na secundária, conforme Thompson. Buscou-se fundamentação teórica em Gramsci e Sirinelli, os quais oferecem a possibilidade de pensar-se acerca da "identidade" e "função", bem como as "estruturas de sociabilidade", respectivamente. Dentre os resultados obtidos, identificou-se que com a ascensão do Partido Municipal, em 1908, houve o aparelhamento da sociedade civil com a sociedade política, formando uma rede de sociabilidade de intelectuais (orgânicos) que trabalhou para a consecução de um projeto social almejado.

Palavras-chave: Educação. Intelectuais. Modernidade Capitalista. Santos.

ABSTRACT

The expansion of the coffee production, the railway, and the port, as well as the movement of liberal, abolitionist, and republican ideas, are some of the aspects that propitiated the town of Santos to let its provincial garments, at the end of the 19th century, to become a modern city by the standards of Brazilian Belle Époque. During this process, Education was seen as an instrument to consolidate the capitalist modernity, and it was strictly attached to politics and the subjects' acting – intellectuals. These individuals ideologically reinforced, both in civil and political society, the discourse of educational modernity. The intellectuals from Santos – not because they were born in the town but for turning it the stage of their action – acted, in fact, through the communication means of the time. Above all, through periodicals, which became the voice of many members of this group. This investigation aimed to understand the social practices of these subjects (the intellectuals of Education during the First Republic of Santos) by observing their particularities: the qualification path, the political activity of these intellectuals, and the contradictions present in the clashes of this generation of enlightened ones, that fought for the hegemony of the educational field in the town of Santos. For that, we analyzed discourses from the time's periodicals, mainly newspapers, and the minutes of the institutions of the time, articulating a dialogue with the evidence – historical sources – in its primary and secondary forms, according to Thompson. We sought theoretical foundation in Gramsci and Sirinelli, who offer a possibility to reflect about "identity" and "function", as well as "sociability structures", respectively. Among the obtained results, it was identified that with the ascension of the Partido Municipal in 1908, there was the rigging of the civil society with the political society, forming a network of sociability for intellectuals (organic) that worked to the consecution of a desired social project.

Keywords: Capitalist Modernity. Education. Intellectuals. Santos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Capa da Revista “A Fita” (n. 42) 52
Figura 2 - Página 2 da Revista “A Fita” (n. 42) 53
Figura 3 - Cartão Postal publicado em 1916 – Prédio de “A Fita” 54
Figura 4 - Manuel Pompílio dos Santos 57
Figura 5 - Propaganda da Casa Cardoso 62
Figura 6 - Cartão Postal de 1901, Largo do Rosário 65
Figura 7 - Largo do Rosário antes da reforma 66
Figura 8 - Largo do Rosário durante a reforma 67
Figura 9 - Largo do Rosário após a conclusão da reforma 67
Figura 10 - Largo do Rosário após a conclusão da reforma 67
Figura 11 - Largo do Rosário em direção à Rua do Comércio (1934) 68
Figura 12 - Avenida Conselheiro Nébias antes da Reforma (1902) 69
Figura 13 - Início das obras na Avenida Conselheiro Nébias 69
Figura 14 - Obras na Avenida Conselheiro Nébias 70
Figura 15 - Avenida Conselheiro Nébias após a reforma 71
Figura 16 - Cartão postal de 1915 de João Emílio Gerodetti e Carlos Cornejo 71
Figura 17 - Rua Santo Antonio em reforma (1913) 72
Figura 18 - Rua Santo Antonio depois da Reforma 73
Figura 19 - Rua Marquês Herval antes da Reforma (1913) 74
Figura 20 - Rua Marquês de Herval em reforma 74
Figura 21 - Rua Marquês de Herval em reforma 75
Figura 22 - Rua Marquês de Herval após a conclusão da reforma 75
Figura 23 - Raymundo Sóter de Araújo 128
Figura 24 - Manoel Maria Tourinho 139
Figura 25 - A residência dos Porchat, início do séc. XX 147
Figura 26 - Arthur, no centro, à esquerda, e Adolpho, na inauguração da Hospedaria dos Imigrantes 154
Figura 27 - Visita do Conselheiro Alfaya ao Instituto, recepcionado pelo diretor Arthur Porchat de Assis 156
Figura 28 - Adolpho Porchat de Assis 157
Figura 29 - Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida, em 1914 167
Figura 30 - Delphino Stockler de Lima 169
Figura 31 - Alunos do Colégio Auxiliadora da Instrucção (1913) 172
Figura 32 - Diretoria do Grêmio José Bonifácio 173
Figura 33 - Aposentadoria de Delphino Stockler de Lima 175
Figura 34 - Primeira congregação de professores do Liceu Feminino Santista (1902) 178
Figura 35 - Crianças do Asilo em formação – década de 1910 189
Figura 36 - Crianças do Asilo com as irmãs e Comendador Alfaya Rodrigues (1911) 189
Figura 37 - Asiladas e as irmãs, em 1911 190
Figura 38 - Alunos em aula de esgrima e ginástica sueca 194
Figura 39 -José Bonifácio de Andrada e Silva 219
Figura 40 - Joaquim Xavier da Silveira 220
Figura 41 - Praça José Bonifácio, em 1908 221
Figura 42 - Monumento aos três Andradas 223
Figura 43 - Interior do Panteon dos Andradas 224
Figura 44 - Rua Xavier Silveira, em 1892 225
Figura 45 - Rua Xavier Pinheiro em 1909 226

Figura 46 - Inauguração do Monumento a Xavier Silveira no Largo do Rosário 229
Figura 47 - Oficina de Alfaiate.....235

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
Por que Santos? 17
CAPÍTULO 1 – NAS SENDAS DO "PROGRESSO": O DESENVOLVIMENTO CONTRADITÓRIO DA MODERNIDADE CAPITALISTA EM SANTOS 23
1.1 Na aurora da Modernidade 24
1.2 Século XIX e a modernidade capitalista 34
1.3 Santos e as representações de Cidade Moderna 42
1.3.1 A Revista "A Fita" e as representações da elite local acerca da modernidade capitalista 52
CAPÍTULO 2 – OS MENSAGEIROS DO "PROGRESSO": OS INTELECTUAIS SANTISTAS E A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE SOCIABILIDADE 79
2.1 Os partidos políticos em Santos na Primeira República 86
2.2 Os intelectuais da educação em Santos 117
2.2.1 Raymundo Sóter de Araújo 127
2.2.2 Manoel Maria Tourinho 138
2.2.3 A Família Porchat de Assis 144
2.2.4 Victor de Lamare 163
2.2.5 Delphino Stockler de Lima 168
2.3 A rede de sociabilidade dos intelectuais da educação 175
CAPÍTULO 3 – OS DISCURSOS DO "PROGRESSO": REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE ENSINO PARA PREPARAÇÃO DE CRIANÇAS POBRES PARA OS LABORES DA VIDA 180
3.1 "Como Educamos" 183
3.2 "Da Educação Physica" 186
3.3 "Da Educação Intellectual" 198
3.4 "Da Educação Moral" 205
3.5 Da Educação Cívica 210
3.6 "Da Educação Profissional" 230
4 CONCLUSÃO 238
REFERÊNCIAS 244

1 INTRODUÇÃO

Era o final da gestão da intendência do Tenente Cel. Francisco Malta Cardoso, o qual passava o cargo para o Dr. Galeão Carvalhal. Desde o início de seu governo, em 7 de janeiro de 1902, até janeiro de 1904, houve uma série de reformas do espaço público: a ampliação da Avenida Conselheiro Nébias; a desobstrução e o embelezamento do Largo do Rosário (que assumiria o nome de Praça Rui Barbosa); a construção de novas linhas de bondes puxados por tração animal que ligariam o Centro de Santos a São Vicente; o início das obras para ampliação do cais santista, quase 5 mil metros de cais construído, o qual inclui a construção do aterro com as pedras do desmonte dos Outeirinhos e da pedreira do Jabaquara (em uma linha férrea, trenzinhos da Cia. Docas levavam pedras do canteiro do Jabaquara para a construção do cais, perfazendo um longo percurso cujos vestígios estão presentes ainda hoje) (MONDIN, 2002, *on-line*). Todos estes empreendimentos (e tantos outros que seriam contemplados posteriormente) tinham como objetivo a superação do passado colonial e a preparação da cidade para – o que a Revista "A Fita" noticiaria anos depois – "[...] o evidente e acelerado progresso que dia a dia vai se manifestando nesta bela e futurosa cidade" (A FITA, 1912, p. 2).

Para determinados grupos presentes na cidade, em especial para os membros da elite dirigente, tais empreendimentos eram sinônimos de progresso e modernidade; para outros grupos, dentre eles os empobrecidos, os trabalhadores e os pequenos comerciantes, denotavam oportunidades mínimas para produção da própria existência material.

Pedro Juarez Guerra havia chegado a Santos proveniente de Vigo, Galícia, onde embarcara em um navio a vapor, sozinho, aos 17 anos. Viajou dois meses inteiros, em alto mar, até desembarcar no porto da cidade de Santos, em novembro de 1903. Decidido a não ser encaminhado às lavouras paulistas, preferiu procurar trabalho no Porto, como ferreiro, profissão aprendida com seu pai desde a sua infância.

Pedro conseguiu logo um lugar para morar: uma pensão no centro da cidade, situada à rua da Constituição. Os proprietários da pensão, também galegos, o auxiliaram na procura de trabalho. Poucos dias depois, Pedro estava empregado como ferreiro na Companhia Docas de Santos e pôde participar da construção do cais, em especial, da ampliação que ligaria o Paquetá à região dos Outeirinhos (entre 1902 e 1909), sendo promovido a chefe da oficina em 1910, tornando-se parte da equipe de manutenção do cais. O porto estava em constante expansão desde o início do século e havia carência de mão de obra qualificada.

A amizade desenvolvida com os proprietários da pensão permitiu a Pedro adentrar à família: ele se casou com Maria Emília, filha única do casal. Dessa união nasceram duas crianças: Juan Carlos e Maria Cristina, em 1904 e 1905, respectivamente. A família Guerra habitava numa pequena residência alugada de um casal de portugueses na Vila Mathias.

Pedro pôde tirar sua documentação no Brasil e se tornar um cidadão (o processo de naturalização era possível para imigrantes alfabetizados). Ele era, em 1907, maior de 21 anos, tendo a possibilidade de votar e ser votado. Nesse ano, no entanto, ele não votou, mas contemplou a distância a vitória do Partido Municipal (partido ligado à Associação Comercial de Santos, instituição que reunia a elite financeira do município) sobre outros grupos políticos da cidade. Maria Emília, por sua vez, no interior de sua casa, cuidava dos filhos, das roupas do marido e da preparação das refeições de toda a família.

Entre 1908 e 1911, sob a ótica de Pedro Guerra, a cidade se modernizava: reformas foram novamente empreendidas pelo poder público municipal. Os jornais retratavam constantemente os novos ventos "modernos" que refrescavam a cidade e traziam uma série de novos maquinários, produtos e serviços que causariam a impressão de um progresso material em evidência: a luz elétrica era contemplada na iluminação pública; os bondes deixavam de ser puxados por tração animal, oferecendo maior rapidez nos transportes urbanos; água encanada passou a chegar aos bairros – mesmo os populares – da cidade; calçamento, arborização das vias e praças ofereciam uma paisagem esteticamente alinhada com novos padrões de modernidade e higiene.

O número de empresas particulares que se dedicavam aos melhoramentos urbanos também se ampliava. Já se faziam presentes, na cidade, em 1904, ano de nascimento do primeiro filho de Pedro Guerra, Juan Carlos, dez companhias diferentes: 1. Cia Docas de Santos (construção e uso do Porto); 2. Cia. Ferro Carril Santista (serviço de viação urbana); 3. Companhia Guarujá (mantinha um grande hotel, cassino e 50 chalés para locação); 4. Cia. Telephonica do Estado de São Paulo (oferecendo serviços telefônicos a assinantes); 5. Empreza da Limpeza Pública (limpeza pública e remoção de lixo); 6. Empreza Nova Cintra (serviço regular de bondes por tração hidráulica); 7. Guarda Nocturna Commercial (serviço de vigilância noturna); 8. S. Paulo *Railway Company* (administração e construção da estrada de ferro); 9. *The City of* Santos *Improvements* (exploração da iluminação pública e particular); 10. *The Western Telegraph Company* Ld. (serviço de instalação de telégrafos). Todas elas, na perspectiva de Pedro Guerra, contribuíam para o aumento do número de homens empregados e, por consequência, cooperavam para a melhoria de vida dos trabalhadores da cidade.

Com respeito à saúde pública, Pedro ouvira falar que, desde 1902, as campanhas sanitárias alcançavam relativos sucessos, diminuindo constantemente o número de mortes causadas pelas epidemias. Ele próprio recebeu a vacina de sarampo em 1908, a qual foi largamente disseminada entre a população santista, sobretudo, nas crianças que frequentavam as instituições escolares.

A educação pública foi, em especial, um assunto que manteve a atenção de Pedro e sua família, afinal, ele desejava ver seu filho, Juan Carlos, receber a oportunidade de estudar e se tornar um "doutor". Havia, em 1903, dois grupos escolares mantidos pelo Estado: O Grupo Escolar Cesário Bastos (fundado em 1900, com sede alugada pela Câmara Municipal) e o Grupo Escolar Barnabé (fundado em 1902, com sede própria). Além disso, havia três escolas isoladas também mantidas pelo Estado (Ponta da Praia, Vila Macuco e Vila Mathias) e 13 escolas mantidas pelo Município (três delas com auxílio do Governo Estadual).

Com respeito aos estabelecimentos filantrópicos de ensino, havia o Liceu Feminino, a escola da Sociedade Auxiliadora da Instrução, a escola da União Operária, a escola da *Societá Italiana di Beneficenza* e a da Associação Protetora da Infância Desvalida – sem perder de vista as aulas noturnas oferecidas no Centro Espanhol e na Loja Maçônica Braz Cubas. O Inspetor Literário em 1903 era Raimundo Sóter de Araújo, sujeito que, articulando com a Câmara Municipal, entregou, até 1908, mais 23 escolas municipais, além de inaugurar uma Academia do Comércio, em 1907, para formação de mão de obra especializada.

Embora as epidemias tenham sido superadas no início do século XX, em 1911, a tuberculose voltou a assolar a cidade e causou um grande estrago na família Guerra, levando ao falecimento dos avós maternos e dos pais de Juan e Maria Cristina.

Como sobreviveriam duas crianças, filhas de operários – Juan, com sete anos, e Maria Cristina, com seis – em 1911 na cidade de Santos? Quais possibilidades teriam? Para onde seriam encaminhadas?

O Partido Municipal conseguiu vencer o pleito eleitoral no final de 1910, garantindo que o prefeito e toda a sua chapa fossem eleitos para a Câmara dos Vereadores, o que manteve as indicações de diversos outros sujeitos ligados ao Partido nas instituições sociais da cidade. O Asilo de Órfãos e o Instituto D. Escholástica Rosa, respectivamente, fizeram parte desse conjunto de instituições.

O primeiro era uma instituição mantida pela Associação Protetora da Infância Desvalida, criada em 1889 para abrigar órfãos de pais e mães pobres, tanto os brasileiros quanto os filhos de imigrantes, sob os cuidados das Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de

Maria. O Instituto Escholástica Rosa, por sua vez, foi inaugurado em 1908, para cuidar de meninos pobres, órfãos, a fim de lhes oferecer uma educação profissional.

Em suma: os irmãos Guerra foram separados. Juan foi encaminhado ao Instituto, enquanto sua irmã, para o Asilo de Órfãos. Juan, aos sete anos, foi matriculado no curso primário. Maria Cristina, no Jardim da Infância.

O ensino formal, tanto no Instituto Escholástica Rosa, quanto no Asilo de Órfãos era bastante semelhante: o ensino primário era seriado e contemplava cinco anos de formação inicial. Em seguida, haveria a possibilidade de cursar, em ambos os estabelecimentos, o ensino elementar, momento em que o estudante teria a possibilidade de escolher um ofício. No Instituto, as opções disponíveis eram as oficinas de alfaiataria, carpintaria e marcenaria, sapataria e tipografia. No Asilo, todas as moças aprendiam prendas domésticas (lavar e passar roupas, culinária, bordados) e, as que se interessassem, poderiam se tornar professoras (cursando o Liceu Feminino), enfermeiras (com o curso que era oferecido tanto no Asilo quanto na Escola de Enfermeiros da Santa Casa), ou datilógrafas (a partir de 1918, ofereceu-se no Asilo este curso, para as moças atuarem nas casas comerciais de Santos).

Ambas as instituições de ensino inseriam atividades físicas nas práticas educacionais obrigatórias dos estudantes. Além disso, ambas também privilegiavam o ensino cívico, promovendo eventos sociais e culturais relacionados às datas festivas do calendário republicano: descobrimento do Brasil, Independência, Proclamação da República e Dia da Bandeira.

Juan Carlos e Maria Cristina passaram aproximadamente dez anos nessas instituições escolares. Todo um processo complexo para formação de sujeitos fora articulado, a fim de instruí-los socialmente, em conformidade com um projeto de sociedade que estava vigente em Santos naquele momento histórico específico. Mas, uma última questão se faz eminente: seria a família Guerra real ou imaginária?

* * *

História e Literatura são dois campos que compartilham interpretações do mundo social e cultural, ao construir sentidos e significados por meio de narrativas. Entretanto há historiadores que configuraram o saber histórico enquanto ciência dos fatos, os quais poderiam ser apreendidos e descritos oferecendo um conteúdo verdadeiro aos leitores. Assim, a narrativa sobre a vida de Pedro, Maria Emília, Juan Carlos e Maria Cristina precisaria ser comprovada

por meio de documentos oficiais: certidão de nascimento e óbito, passaportes, inscrições em lápides etc., sendo necessário procurar os registros do que realmente aconteceu.

A literatura, por sua vez, é um campo que dialoga com a ficção. Pode ser envolvida com a criatividade e oferece aos leitores narrativas que apresentam situações concretas, experiências de vida, ocorrências cotidianas de sujeitos históricos – reais ou imaginários.

Nesse sentido, retorna a questão anterior: seria a narrativa sobre a família Guerra real ou inventada? Felizmente (ou não) a narrativa foi inventada e, portanto, para os historiadores influenciados pelas ciências duras, ela não pode configurar conhecimento científico. Disso eu discordo, pois, embora a narrativa não apresente personagens reais, ela oferece compreensão acerca de um contexto real. O que torna a narrativa acima uma possibilidade de conhecimento científico é o método utilizado pelo historiador, que dialoga tanto com o seu tempo presente quanto com as questões levantadas (neste presente) acerca do passado – método em conformidade com a operação historiográfica, na linguagem de Michel de Certeau ou, segundo a Lógica Histórica, parafraseando Thompson.

É possível, portanto, retirar certezas daquela narrativa inventada: não se pode questionar a existência do intendente Francisco Malta Cardoso que passou seu cargo para o Dr. Galeão Carvalhal em janeiro de 1904. Da mesma forma, a historiografia sobre Santos evidencia largamente as profundas transformações urbanas ocorridas entre 1870 e 1930, sobretudo, em virtude do investimento de capital estrangeiro na cidade. Também não se pode ignorar a veracidade das informações sobre o contexto da cidade, as quais foram retiradas de almanaques publicados durante aquela época e confirmadas sob a análise de pesquisas históricas, conforme bem compreendeu Benjamin (1994, p. 224) que "[...] articular o passado historicamente não significa conhecê-lo tal como ele de fato foi".

Contudo esta tese não vai privilegiar uma discussão de caráter historiográfico acerca de certezas ou do processo de fabricação/invenção de fatos e fontes, pois o que nos interessa é tentar compreender a atuação de uma rede de intelectuais que, emparelhada com o poder público – por meio dos dirigentes do Partido Municipal – atuou entre 1908 e 1930, apropriando-se do campo educacional no município para consolidar um projeto de sociedade. Nesse sentido, a história da família Guerra é ilustrativa, pois demonstra, por um lado, o olhar de quem observou a chegada da modernidade (inclusive, essa dita modernidade educacional) e, por outro, aponta os caminhos educacionais percorridos pelos órfãos nas instituições dirigidas por dois membros da rede de intelectuais em questão.

* * *

POR QUE SANTOS?

O curso de História na Universidade Católica de Santos, entre 2005 e 2008, reuniu um grupo de doutoras especialistas nas mais diversas áreas da ciência histórica. Todas elas, no entanto, partilhavam de um interesse em comum: a intenção de aprofundar as pesquisas em História e Historiografia sobre a Baixada Santista. Havia uma recomendação não oficial para que os Trabalhos de Conclusão de Curso privilegiassem temas que pudessem ser investigados a partir de fontes primárias que estivessem disponibilizadas nos centros de memórias da região.

Envolvido com o sabor da pesquisa historiográfica sobre Santos, o pesquisador foi, pouco a pouco, tomando gosto pela história da cidade: foi privilegiada, nas mais diversas atividades da graduação, a pesquisa sobre os sujeitos, instituições e monumentos locais, culminando com a investigação sobre a formação de um território português na Vila Mathias, construído a partir da iniciativa de Mathias Casemiro Alberto da Costa, loteador na cidade, entre 1880 e 1889.

O texto final do Trabalho de Conclusão de Curso do pesquisador teve como título 'Vila Mathias: em Santos um pequeno Portugal' e obteve fomento financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, sob a orientação das professoras Dra. Heloísa de Araújo Duarte Valente (USP) e Dra. Vera Lucia Nagib Bittencourt (UniSantos). Resultantes da pesquisa, dois artigos foram publicados.

Ao retornar à Universidade Católica de Santos, no segundo semestre de 2017, e iniciar o doutoramento em Educação, o pesquisador revisita a historiografia regional e conhece novas pesquisas que, sob novos problemas, trouxeram significativas contribuições ao campo da História e, em especial, da História da Educação.

A tese de doutorado em Educação de Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira, discente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, depositada em 2012, foi uma dessas contribuições a que me referi: ela investigou a cultura e as práticas educacionais presentes no Asilo de Órfãos entre 1908 e 1931, desvelando um projeto educacional que foi instituído sob a presidência de Victor de Lamare – sujeito que possuía uma nova representação sobre a função do Asilo: não apenas recolher e proteger crianças pobres e órfãs, mas regenerá-las e civilizá-las. A autora apontou – ainda que não profundamente, uma vez que não era alvo primário de sua investigação – que Victor pertenceu a uma rede de sociabilidade de intelectuais que atuou no campo da educação filantrópica e pública durante a Primeira República.

Subir nos ombros de gigantes implica partir de contribuições anteriores para conseguir visualizar mais longe. Assim nasceu o interesse por investigar as práticas e as representações

de educação dos intelectuais que atuaram durante a Primeira República em Santos. No entanto, algumas questões emergiam: quem foram esses intelectuais? A que grupo social pertenciam? Como ocorreu o processo de formação dessa rede de sociabilidade apontada por Vieira (2012)? Haveria outros intelectuais não contemplados pela autora? Quais critérios a motivaram para a escolha daqueles sujeitos enquanto intelectuais? Aliás, como a historiografia regional representa os intelectuais? Nesse momento inicial da pesquisa não havia uma tese, mas sim inquietações, hipóteses, impressões que precisariam ser submetidas, conforme orienta Thompson (1981), ao diálogo com as evidências.

A justificativa para esta pesquisa, contudo, não se fundamenta exclusivamente nas considerações pessoais do autor.

A cidade de Santos, nos primeiros anos do século XX, já se impunha como detentora do maior porto da América do Sul (ALMANACH ANUÁRIO DIÁRIO DE SANTOS, 1902-1903). Além disso, a demografia evidencia as profundas transformações populacionais que a cidade, nesse período, sofreu: em 1890, Santos possuía 13.012 habitantes; em 1900, 50.389; e, em 1913, 88.967; ou seja, um crescimento maior que 8,8% ao ano (SOARES, 1984).

O recenseamento de 1913, publicado pela Prefeitura Municipal de Santos no ano de 1914, apresenta uma análise sobre a população do município, de acordo com as idades, os sexos, as raças, as naturalidades e as nacionalidades, possibilitando-nos compreender que, vinculada ao crescimento populacional vertiginoso, está a permanência de imigrantes na cidade que, a convite de amigos e parentes, buscavam melhores condições de vida. Boa parte deles procurava trabalho nas empresas privadas de melhoramentos urbanos, mas não se pode perder de vista a presença de imigrantes que vieram para a cidade com a intenção de investir capital, aproveitando a carência de infraestrutura urbana – 44,7% da população santista era de imigrantes.

A imigração europeia contribuiu para o crescimento da população de raça branca no município: o recenciamento de 1913, demonstrando a ideologia do embranquecimento das raças, comemora o decréscimo da raça negra em 15%, da raça parda em 16%, e da raça cabocla em 11%, respectivamente, se comparado com os números do recenciamento de 1872.

> Isto parece demonstrar que para a ascensão da raça branca na escala contribuiu antes a corrente imigratória européia do que o melhoramento incessante a gradual das raças mistas, apuradas fisiologicamente através de sucessivos enlaces e que, cada vez mais, tivessem reduzido ao mínimo a influência do sangue negro e do indígena nos novos exemplares surgidos do cruzamento. (MUDANÇAS, 2007, *on-line*)

Os imigrantes eram, em sua maioria, portugueses. Em números absolutos, a maior comunidade portuguesa do Brasil se encontrava no Rio de Janeiro, que superava 135 mil

pessoas, algo em torno de 24% da população carioca (CHALHOUB, 2001). Em números relativos, porém, Santos abrigava a maior comunidade portuguesa do país: eram 23.055 pessoas, isto é, 25,9% da população santista.

A cidade se tornava, conforme bem compreendeu Melo (2019), um centro cosmopolita, tendo a presença de consulados de diversas nacionalidades. Mas, ao lado dos imigrantes, estavam os migrantes oriundos de diversos estados brasileiros, que totalizavam 11,7% da população. Cabe destacar que o maior número de migrantes vinha do estado do Rio de Janeiro.

Outra informação relevante apresentada no recenciamento de 1913 está relacionada com a discrepância numérica entre os sexos: 55,6% da população era masculina e 44,4%, feminina. Em números reais, a diferença entre homens e mulheres era de 10.003 pessoas. Esse desequilíbrio numérico tem relação direta com o número também desproporcional de imigrantes do sexo masculino, recém-chegados à cidade: solteiros e com idade entre 15 e 30 anos.

Essas alterações na demografia, conforme apontou Chalhoub (2001), precisam ser compreendidas dentro de uma perspectiva maior: a formação do capitalismo no Brasil e, em particular, a maneira como ele se configurou em Santos, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. A historiografia regional indica que essas mudanças demográficas ampliaram as proporções dos problemas urbanos, pressionando a elite local à intervenção, iniciando uma série de reformas no porto e na cidade (FARIA; PEREIRA, 2019).

A ligação entre o Planalto e o Litoral, por meio da estrada de ferro, tornou Santos a sede do porto escoador: milhares de sacas de mercadorias, entre 1870 e 1930, foram transportadas e destinadas à exportação nas ferrovias inglesas da São Paulo *Railway* até os armazéns da cidade. Nesse momento histórico, um grupo pertencente ao alto comércio de Santos fundou a Associação Comercial, em 1870. A melhoria do cais passou a ser uma emergência para essa elite, uma vez que o porto não comportava o intenso tráfico marítimo, gerando congestionamento e lentidão, tanto no escoamento de mercadorias quanto no embarque e desembarque. Assim, o Poder Público estabeleceu em 12 de julho de 1888 um contrato com Gaffrée, Guinle & Cia – futura Cia Docas de Santos –, que executaria os serviços de aterro e drenagem do cais santista por etapas (FARIA; PEREIRA, 2019).

A constante e crescente ampliação da demografia acarretou o amontoamento de pessoas no centro da cidade – em becos e favelas – propiciando a proliferação de cortiços, a moradia de pessoas pobres (BLUME, 1998), erguidos "[...] de qualquer jeito nos pátios e quintais, quase todos em estado deplorável, sem iluminação, água e esgoto, enfim, sem condições sanitárias" (MATOS; CARMO, 2019, p. 68). Eram cubículos, feitos de tábuas e com telhados de zinco,

onde habitavam, por vezes, mais de uma família, e o mesmo ambiente servia de sala, cozinha, dormitório e latrina (ANDRADE, 1989).

A especulação imobiliária, nesse contexto da década de 1880, tornou-se maior: construir e alugar cortiços, como apontou Lanna (1996), era uma forma rentável de aplicação financeira, pois se tratava do único meio de moradia para a grande massa trabalhadora, negra ou branca. A prof.ª Maria Izilda Santos de Matos, escrevendo com seu orientando de doutorado, Bruno Bortoloto do Carmo, ainda aponta a existência de cocheiras-cortiços: "[...] habitações coletivas, onde viviam cocheiros e suas famílias em palanques construídos sobre as baías. O grande número de cocheiras facilitava a difusão de ratos e pulgas, transmissores da peste bubônica" (MATOS; CARMO, 2019, p. 68).

Durante o contexto epidêmico, para a elite dirigente, o cortiço tornou-se o símbolo da sordidez e da falta de higiene. Os inspetores sanitários receberam, por exemplo, autoridade do poder público para demolirem tais habitações. No relatório do inspetor sanitário Campos, citado na dissertação de mestrado de Luiz Henrique Blume, encontra-se o seguinte procedimento:

> Iniciei as visitas domiciliares; a inspeção de cortiços e cocheiras foi feita com cuidado e zelo pelos meus auxiliares, prohibi a morada em certas casas que julguei inabitáveis e mandei proceder a demolição de muitas cocheiras e cortiços. (Relatório anual da Comissão do Serviço Sanitário apresentado ao Chefe Dr. Tolentino Filgueiras, 1884" *In:* Relatório apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Estado de São Paulo, pelo Dr. Cesário Motta Jr., Secretário do Estado dos Negócios do Interior em 31 de março de 1895 *apud* BLUME, 1998, p. 134).

E ainda:

> Quando fecha-se um destes cortiços toda essa gente desalojada corre por todos os pontos da cidade à procura de cômodos. A notícia correndo de boca em boca traz sobre a Comissão pragas e maldições, porquanto a maior parte desta gente considera Santos uma cidade de acampamento, uma cidade que eles devem estar sempre de pé no estribo, e por isso, sujeitando-se a todas as agruras e oscilações da sorte, só esperam reunir um pequeno pecúlio que lhes garanta a subsistência em outra parte. A prova disso é que em Santos nada é tão variável como a população dessas pocilgas que não é a mesma de seis em seis meses. (Relatório anual da Comissão do Serviço Sanitário apresentado ao Chefe Dr. Tolentino Filgueiras, 1884" *In:* Relatório apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Estado de São Paulo, pelo Dr. Cesário Motta Jr., Secretário do Estado dos Negócios do Interior em 31 de março de 1895 *apud* BLUME, 1998, p. 134).

A cidade desejada pela elite dirigente era a que correspondia aos aspectos de modernidade associados ao progresso que vigorava à época: ruas largas para o trânsito de automóveis, com iluminação pública adequada, praças arborizadas e um sistema estruturado de transportes. Além disso, previa a construção de novos espaços para moradias, sobretudo, casas aos moldes europeus: "ensolaradas e ventiladas, isoladas entre si e da rua, ter quarto, cozinha, gabinete de asseio, escada, quintal e serem servidas por esgoto" (LANNA, 1996, p. 129). A

implantação desse tipo de moradias, construídas nos novos bairros que se expandiam rumo à Barra, demonstra a aplicação desse padrão burguês de casa, pois se formam moradias unifamiliares, longe das ruas e cada espaço com sua função pré-estabelecida.

À medida que se difundiram as cidades industriais, como Paris, entre 1852 e 1883, por exemplo, conforme apontaram Panerai, Castex e Depaule (2013), houve a materialização de um novo modo de vida, com aspectos estéticos e culturais próprios. No caso de Santos, houve, por parte dessa elite dirigente, a idealização de um projeto único, em que a cidade seria reinventada: novos loteamentos (para os operários, bairros como Vila Mathias e Macuco, enquanto os abastados puderam construir chácaras e palacetes rumo, ou em frente, à Barra), jardins, praças etc.

Havia, portanto, duas paisagens que se abriam no fim do século XIX: de um lado, a cidade velha, onde habitavam os pobres – espremidos em cortiços; em torno do morro, ex-escravos trabalhando em pedreiras; nas áreas portuárias, imigrantes apinhados num cais em expansão; e, de outro, uma cidade rumo à Barra, com pretensões à modernidade (ROSEMBERG, 2006).

O projeto modernizador, entretanto, não se limitava ao plano urbanístico, antes, compreendia também a alteração de costumes e a formação de cidadãos para o novo regime recém-instaurado: a República. A cidade, nesse sentido, poderia se tornar um espaço próprio para o desenvolvimento da cidadania (CARVALHO, 2019), desde que, para além de educar o povo, houvesse a conquista do seu imaginário e coração (CARVALHO, 2017).

A educação foi, nesse contexto, sendo compreendida como um instrumento capaz de fazer alcançar – como uma arma para o acerto – o Progresso: de um lado, ofereceria à massa de analfabetos a formação necessária para modernizar a economia do país e, por outro, aculturaria os membros da classe operária, tornando-os *verdadeiros* (aos olhos dos dirigentes) cidadãos republicanos.

Não se pode, pelo menos no entender do autor desta tese, procurar compreender o projeto civilizatório educacional dos intelectuais da Primeira República em Santos, desassociando-o do projeto modernizador maior, o qual, construído pelos dirigentes do município, envolvia toda a cultura urbana local.

A tese que esta pesquisa procura evidenciar, portanto, é a existência de uma rede de sociabilidade de intelectuais que atuou nos estabelecimentos escolares públicos e filantrópicos da cidade, durante a Primeira República, e que procurou estabelecer um projeto articulado – ou melhor, aparelhado – com o poder público municipal, para a conformação de corpos e mentes dos filhos da classe operária, oferecendo a eles, junto com os conhecimentos científicos (que

foram veiculados na escola), noções de moralidade e civismo. Partiu-se do pressuposto de que esses intelectuais foram orgânicos à própria classe e, representando o Partido a que pertenciam, atuaram para a consecução de um Projeto Modernizador maior, envolvendo elementos políticos, culturais, sociais e estéticos.

Para exposição dos resultados da pesquisa e demonstração da tese, organizou-se o texto privilegiando, no capítulo primeiro, a compreensão do conceito de modernidade (e esta, capitalista), a fim de analisar como esse conceito foi representado, tanto na historiografia santista quanto entre os membros da elite da cidade daquele momento histórico específico. Essa discussão dará uma dimensão maior da representação de progresso que prevaleceu na memória histórica e influenciou as discussões historiográficas das décadas anteriores. Além disso, o capítulo oferecerá elementos para compreensão do Projeto Modernizador que fora executado pelos dirigentes do município na primeira década do século XX.

O segundo capítulo, por sua vez, tem como objetivo apresentar a rede de intelectuais que atuou no campo da educação, na cidade de Santos, durante a Primeira República. Sem perder de vista que esses intelectuais não eram entidades autônomas, suas práticas foram analisadas a partir da relação com os grupos políticos a que pertenciam.

O terceiro e último capítulo, por fim, privilegiou a análise do "Eduquemos", uma obra publicada em 1915, de autoria de Arthur Porchat de Assis, a qual se dispunha inicialmente a oferecer um manual para formação de professoras do Liceu Feminino Santista, mas se tornou uma obra para formação de educadores em geral. Considerando que toda escrita é uma escrita coletiva (HALBWACHS, 1990), a obra de Porchat de Assis foi tomada como representativa das ideias pedagógicas da rede de intelectuais em questão. Para sustentar a análise da obra, suscitou-se o diálogo com outras fontes, as quais ofereceram melhor compreensão acerca da cultura escolar de dois dos estabelecimentos filantrópicos do município, a saber, o Asilo de Órfãos e o Instituto D. Escholástica Rosa – instituições dirigidas por membros da rede de sociabilidade.

CAPÍTULO 1 – NAS SENDAS DO "PROGRESSO": O DESENVOLVIMENTO CONTRADITÓRIO DA MODERNIDADE CAPITALISTA EM SANTOS

Parte significativa da historiografia sobre Santos afirma ter a cidade atravessado um período de intensa transformação no final do século XIX e início do século XX. Se forem efetuadas comparações das estatísticas, ver-se-á que a Cidade abandonou seus trajes provincianos para alcançar o título de porto mais movimentado do país; estuário da produção cafeeira e destino de milhares de imigrantes. Além disso, nela circulavam os ideais republicanos, liberais, libertários, socialistas e abolicionistas. Não à toa, Santos viria a ser conhecida como "a Barcelona brasileira" (ROSEMBERG, 2006, p. 30) e como "*a* Moscouzinha brasileira" (TAVARES, 2007).

Trabalhos pioneiros de Andrade (1989), Gitahy (1992), Pereira *et al.* (1995; 2008) e Honorato (1996), por exemplo, assinalam as lancinantes transformações urbanas que a cidade experimentou num curto período, em razão da necessidade da expansão do capital no Brasil que, na tentativa de buscar novos mercados, possibilitou a criação da estrada de Ferro Santos-Jundiaí (1867) e a expansão/modernização do Porto de Santos (1892).

Em outra perspectiva, Lanna (1996), procurando compreender a dinâmica de formação da vida urbana no Brasil, examinou a cidade de Santos, considerando, entre os aspectos citados pelos trabalhos anteriores, também os de natureza social, como a questão epidêmica que exigiu reformas no porto e na cidade; a presença de imigrantes oriundos de diversos países distintos, bem como a inserção desses indivíduos na sociedade santista e a circulação de ideias abolicionistas, que propiciou a atração de milhares de negros em fuga nos anos finais da escravidão.

Outros trabalhos de semelhante competência historiográfica colaboraram na divulgação de novas fontes e problemas relacionados a esse período da história de Santos, trazendo novas perspectivas e dialogando com as fontes sob diferentes pontos de vista (MATOS, AVELINO, 2017; VIERA, 2016; FARIA, 2013; 2009; ROSEMBERG, 2006; ANDRADE, 2000; BLUME, 1998 zc3).

Sem perder de vista os "clássicos" da historiografia da região (SANTOS, 1937; SILVA SOBRINHO, 1957; ARAÚJO FILHO, 1969; RODRIGUES, 1975; 1976; 1979; 1981; PEREIRA, 1980), o presente capítulo pretende articular uma leitura acerca do desenvolvimento da modernidade capitalista em Santos, na passagem do século XIX para o XX. Os pressupostos teóricos e metodológicos estão presentes em toda a elaboração do texto, no diálogo com as

evidências – fontes históricas, tanto na sua forma primária quanto secundária, conforme Thompson (1981).

Sendo assim, este capítulo foi estruturado em três movimentos: o primeiro, procurando investigar, a partir de um levantamento bibliográfico, as primeiras manifestações da assim denominada modernidade, entre os séculos XIV e XVI; num segundo movimento, procurar compreender os desdobramentos dessa modernidade no século XIX, especificamente na França, a partir da leitura dos poetas modernos: Charles Baudelaire e Emmile Zola (cabe destacar que Walter Benjamin e Marshall Berman serão convidados para auxiliar na tentativa de compreensão do tema); e, por fim, analisar as repercussões da modernidade na cidade de Santos, procurando apreender, sob o fundamento da historiografia (por referência ao conjunto das escritas, interpretações da história) e recorrendo à pesquisa documental (imprensa e imagens fotográficas, principalmente), as especificidades desse processo histórico dentro de seu contexto maior, a saber, a expansão do capitalismo industrial europeu no Brasil.

1.1 NA AURORA DA MODERNIDADE

Modernidade. Modernismo. Modernização. Idade Moderna. Mundo moderno. O que fazer com tantas palavras que expressam ideias completamente distintas, embora de alguma maneira – tanto as ideias quanto as palavras – estejam profundamente relacionadas? O senso comum[1], ao se apropriar dessas expressões, sem provavelmente fazer tantas distinções acerca delas, coloca-as como sinônimo de progresso, em contraste ao antigo, ao passado, ao primitivo. Privilegia-se, assim, a noção de evolução, do aperfeiçoamento constante, a continuação de algo crescente para um rumo ainda melhor. Interessante notar que, em alguma medida, essa associação esteja relacionada com o aparecimento da expressão "Idade Moderna". Em 1688, publicado por Christoph Keller (mais conhecido na historiografia medieval pelo seu nome latino, Cellarius), o manual de História *Medii Aevi a temporibus Constantini Magni ad Constantinopolim a Turcis captam deducta* (História da Idade Média, do tempo de Constantino, o Grande, até a queda de Constantinopla pelos turcos) completava a sua trilogia acerca da História Universal: um primeiro volume dedicado aos "antigos" e outro dedicado aos

[1] Para Marx, quando a burguesia procura construir uma ideologia, têm-se como objetivo incorporá-la ao senso comum, pois a consciência humana é, para ele, um produto social e histórico (MARX; BRUNI, 1977). Em suas palavras: "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (MARX; BRUNI, 1977, p. 37). A classe social dominante que almeja a incorporação da sua ideologia atua, segundo Certeau (1998), fazendo que as ideias pareçam naturais às outras classes, enquanto o esforço do historiador é desnaturalizar o presente.

"modernos" (FRANCO JUNIOR, 2001). Cellarius contribuiu decisivamente para que a historiografia situasse o período moderno em contraposição ao período de trevas anterior, a Idade Média. Assim nasceu, para os homens do Renascimento, a "modernidade" – palavra aqui tomada como sinônimo de Idade Moderna –, em oposição ao período de retrocesso entre a Antiguidade e a época em que os modernos viviam (sec. XVII). Mais tarde, por volta do século XVIII, Hegel contribuiu para a consolidação desse conceito, ao defender que a história da filosofia poderia ser dividida em três períodos: o antigo, o medieval e "a filosofia do novo tempo" – o moderno (MARCONDES, 2010, p. 187).

Consolidou-se dizer, dentro de uma historiografia positivista, que os marcos históricos que pontuam o início da Idade Moderna são a queda de Constantinopla, em 1453, e seu fim; e a Revolução Francesa, em 1789. Deve-se notar, entretanto, que esse período compreende uma época própria, notadamente marcada pelas permanências de relações feudais, mas também com a existência de relações capitalistas incipientes (FALCON, 1994), as quais vão se consolidando, à medida que a burguesia – classe que durante esse período vai lutar para sua autoafirmação – defende seus ideais e valores.

A burguesia emergiu a partir de uma atmosfera de arrefecimento econômico, por volta do século X, momento em que as invasões bárbaras se encerraram – os Normandos, por exemplo, foram os últimos a se fixarem na Europa Ocidental, no noroeste da França – e com o início de um nascente movimento econômico em virtude, por um lado, de uma maior segurança existente nas estradas europeias e, por outro, do compartilhamento de excedentes de produção agrícola entre feudos. Assim, um novo papel social emerge na sociedade estamental da Idade Média: o mercador, isto é, aquele que se desloca transportando sobre mulas artigos diversos, arriscando-se em jornadas desconhecidas para ganho próprio, a fim de abastecer regiões distintas com mercadorias não produzidas na localidade (PERNOUD, 1969). O mercador se torna uma anomalia nessa sociedade: ele nada produz por meio do solo e, portanto, não sustenta o clero e, muito menos, a nobreza. No que concerne ao juízo da Igreja, por viver da usura e do lucro, esse mercador está condenado. Além disso, por não ter laços de consanguinidade com a nobreza, será por ela desprezado.

Os mercadores também não possuíam um território próprio, isto é, um espaço dedicado a eles e a sua atividade. Pode-se dizer que o camponês possui o campo, não porque este lhe pertence enquanto sua propriedade, mas ele se faz camponês na relação com o solo. Também os religiosos possuem um território: eles detêm o reino espiritual, materializado no templo – o espaço sagrado. Os nobres, por sua vez, possuem seus castelos, feudos, condados... um espaço profano, mas garantidos a eles pela hereditariedade e por concessão do rei (nas relações de

suserania e vassalagem). Que território sobra aos mercadores? Onde eles se farão comerciantes? Pernoud (1969) aponta que os mercadores foram empurrados para as antigas cidades, as quais estavam obsoletas e que haviam se tornado locais de residências episcopais. A permanência desses sujeitos dedicados ao comércio nesse espaço social promoverá um florescimento da atividade mercantil nas cidades. Uma nova nomenclatura é designada como sinônimo das práticas mercantis desses sujeitos: *burgensis*.

> Vai operar-se uma transformação radical no modo de existência de toda a sociedade. As cidades onde se concentrarão as matérias-primas e os mercados irão atrair a grande maioria dos artesãos. Os pequenos artesanatos rurais serão substituídos pela indústria, e isso implica uma vasta revolução económica (sic); a tecelagem, por exemplo, outrora reservada às mulheres e aos momentos vagos da vida camponesa, será de futuro exercida também por homens e realizada em grande escala, sofrerá modificações técnicas e apresentará um melhor acabamento, mais originalidade e variedade, porque passou a ser obra de especialistas ansiosos por conquistar uma clientela (PERNOUD, 1969, p. 20).

Durante os três próximos séculos (XI, XII e XIII), a Europa Ocidental constatou o surgimento de grandes cidades – burgos –, as quais se tornaram centros de produção artesanal e distribuição de mercadorias. Os residentes dos burgos, denominados burgueses, investiam seus lucros na compra de novos produtos, sobretudo os luxuosos (tecidos, especiarias), vindos da Ásia e com maior fluidez de venda para a nobreza feudal. A economia, antes fomentada sobretudo por escambo, pouco a pouco foi substituída pela forma monetária. Esse processo dinâmico de substituição econômica implicou, segundo Conte (1984, p. 21), a contínua dissolução das "relações feudais de produção" (relações de suserania-vassalagem, do colonato) por relações contratuais embrionárias. Com essa mesma perspectiva, Sevcenko (1994) acrescenta que a ressignificação das cidades, transformadas em entrepostos comerciais, as feiras internacionais de comércio, as casas cambiais que se proliferavam, oferecendo empréstimos a juros, foram diluindo o sistema feudal – o que Franco Junior (2001) chama de "pré-capitalismo medieval".

A burguesia foi, nesse processo, se manifestando, inicialmente pertencendo ao terceiro Estado (não ao clero, nem a nobreza), mas se consolidando como uma força econômica, capaz de barganhar e lutar por privilégios políticos, sobretudo, os que eram, para ela, mais emergentes: a liberdade de circulação entre territórios e a segurança necessária para empreender seus serviços comerciais (PERNOUD, 1969).

As relações feudais passaram a entrar em colapso, sobretudo, a partir do século XIV. Autores demostram que a Peste Negra, a Guerra dos Cem anos e as revoltas populares muito contribuíram para o degaste do feudalismo (DELUMEAU, 1994; FALCON, 1994; SEVCENKO, 1994). Com o declínio demográfico, causado tanto pelas guerras quanto pela

peste, os senhores exigiram mais produção de seus servos, aumentando significativamente a insatisfação e criando um clima hostil que fomentou resistências – materializadas, por um lado, nas revoltas campesinas e, por outro, por êxodos rurais em direção aos burgos. Na tentativa de manter seus rendimentos, os senhores feudais foram modificando a relação de trabalho com seus servos, adotando o trabalho assalariado – por meio do arrendamento – a fim de que seus servos incrementassem novas técnicas agrícolas, além de permitir que houvesse a venda dos excedentes da produção fora dos feudos (SEVCENKO, 1994).

A nobreza feudal, além de mais empobrecida, estava endividada devido ao prolongamento das guerras e o baixo retorno da produção agrícola. Os credores eram os burgueses que, nesse processo, saíram fortalecidos, pois compraram propriedades rurais da nobreza endividada e absorveram a mão de obra campesina para as incipientes manufaturas dos Burgos. Além disso, burgueses começaram a adquirir títulos de nobreza e se aliaram com a monarquia na tentativa contínua de ascensão social.

> O vácuo de poder aberto pelo enfraquecimento da nobreza é imediatamente recoberto pela expansão das atribuições, poderes e influências dos monarcas modernos. Seu papel foi decisivo tanto para conduzir a guerra quanto, principalmente, para aplacar as revoltas populares. A burguesia via neles um recurso legítimo contra as arbitrariedades da nobreza e um defensor de seus mercados contra a penetração de concorrentes estrangeiros. A unificação política significava também a unificação de moedas e dos impostos, das leis e normas, pesos e medidas, fronteiras e aduanas. Significava a pacificação das guerras feudais e a eliminação do banditismo das estradas. Com a grande expansão do comércio, a monarquia nacional criaria a condição política indispensável à definição dos mercados nacionais e à regularização da economia internacional (SEVCENKO, 1994, p. 9, grifos meus).

A concentração do poder político nas mãos da monarquia exigiria uma elaborada máquina administrativa para a formação das cortes, administração dos palácios, organização e cobrança de impostos, o controle sobre as manufaturas, a elaboração da infraestrutura urbana (hospedarias, comércios, universidades etc.), enfim, serviços que exigem certas competências de profissionais que seriam captados no seio da própria burguesia (HEERS, 1984). Note-se, por um lado, que a burguesia precisava das monarquias nacionais a fim de se desvencilhar do controle e das pressões do clero, obtendo a legalidade para suas práticas, embora, em outro aspecto, ao se aliar aos monarcas, ela própria, debaixo da legalidade oferecida, passou a ser controlada pela burocracia.

Novos burgos são construídos e há uma crescente expansão das grandes cidades existentes, que ampliaram seus horizontes, absorveram os subúrbios e atraíram cada vez mais as multidões campesinas, as quais foram tiradas – na maioria das vezes contra sua própria

vontade – e jogadas sob um trabalho penoso de longas horas do dia para garantia de sobrevivência (HEERS, 1984).

É nesse contexto de efervescência comercial e urbana que aparecerá um novo agente social no mundo do trabalho, o qual, segundo Pernoud (1969), pode ser compreendido como o "capitalista empreendedor", isto é, o homem de negócios, aquele que faz negócios atrás de uma mesa, na administração, na compra e venda de produtos – no investimento de capital –, o sujeito que não executa, mas que administra; que organiza, mas não trabalha. Pernoud faz referência às subcontratações que estão surgindo nesse período de renascimento comercial: as companhias de navegação, as associações etc. Durante o auge da Idade Média, as relações servis eram constituídas entre senhor e servo, suseranos e vassalos, numa relação direta, sem intermediários. Com a transformação nas relações de trabalho, apareceram mediadores, tornando a relação de produção de mercadorias mais complexa. Outras profissões também apareceram nesse momento histórico: o cambista, o jornaleiro (que trabalha por jornadas) e, logo adiante, o operário.

Analisando o florescimento urbano na Itália, na passagem do século XIV para o XV, Duby (2004) pondera a presença dos negociantes, banqueiros e mercadores comparando-os e, em nível de importância, colocando-os acima das demais atuações sociais existentes. Segundo o autor, os que predominavam nas cidades italianas não eram os camponeses, ou cavaleiros, ou ainda os membros do clero, mas os sujeitos envolvidos com o comércio. Em suas pesquisas, assinala ainda que, diferente de outras regiões da Idade Média – como a França ou Inglaterra – em que as catedrais se tornaram o centro da vida social, no caso das cidades italianas (como as situadas nas regiões da Toscana e da Úmbria, por exemplo) a vida se organizava em torno da praça, local para discussão do trivial e para aquisição de mercadorias.

O processo que vem sendo descrito assinala a mudança no modo de produção feudal para um modo de produção capitalista (ainda que prematuro e com profundas continuidades históricas), no qual as relações com um mercado – em certo nível internacional – estão sendo construídas. Não à toa, Marx e Engels (1998) designaram esse processo por "revolução". Eles ainda assinalam que:

> O descobrimento da América e a circunavegação da África criaram um novo campo de ação para a burguesia em ascenso. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, a multiplicação dos meios de troca e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso até então desconhecido e, com ele, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário na sociedade feudal em desintegração (MARX; ENGELS, 1998, p. 5).

As rotas comerciais marítimas intensamente conhecidas e exploradas durante os séculos XII a XIV estavam no Mediterrâneo. De Flandres e das cidades italianas saíam embarcações destinadas ao Oriente. Essas rotas foram intensamente disputadas pelas nações ocidentais, em razão do forte acesso às mercadorias orientais (HEERS, 1984). Com a descoberta e consolidação de novas técnicas de navegação, especialmente, por parte dos países ibéricos, houve conquistas significativas para o mercado capitalista em ascensão, sobretudo, para o contínuo acúmulo de capital europeu e para a construção de novos mercados consumidores. Por isso, Heller (1982) escreve que "O Renascimento foi a aurora do capitalismo".

Pensando, portanto, a partir da concepção que os intelectuais e sujeitos pertencentes àquele mundo, em que a economia estava em transformação, em que os horizontes e as fronteiras mercadológicas estavam sendo ampliados, e onde o crescimento urbano era constante – além de uma significativa modificação na paisagem rural –, a conotação de um mundo moderno em comparação com o anterior, o medieval, foi sendo construída. Ser moderno é ser representado por meio de uma linha cronológica cujo destino é o progresso.

Para além da economia, houve mudanças significativas também no que concerne ao modo de pensar e agir dos sujeitos durante esse período de renascimento. Certeau (1998, p. 60), a esse respeito, localiza nesse período o nascimento da subjetividade e da percepção do sujeito acerca da sua própria individualidade. "Na aurora da modernidade, no século XVI, o homem ordinário aparece com as insígnias de uma desventura geral que ele transmuta em derrisão". Interessante a afirmação de Certeau, pois, ao passo que ele localiza o nascimento do homem ordinário, ele também percebe a contradição existente nesse nascimento: o sujeito comum permanece no anonimato. Ele passou a existir, isto é, a sua existência passa a ser notada e considerada, mas pela ausência de condições materiais objetivas, ele permanece desconhecido, não notado, obscuro. Prefere-se não seja visto, que seja esquecido. Ao mesmo tempo que os sujeitos descobrem a possibilidade de narrar a sua história (o que antes era feito na codependência da história divina), não será a história de todos que será narrada, mas apenas daqueles que puderam remunerar o narrador, em outras palavras, o mecenas.

Essas práticas concretas terão como palco as cidades, locais antes obsoletos, mas para os "homens da modernidade", território da liberdade e da dignidade humana (MENJOT; BOUCHERON, 2005). Será nelas que uma nova proposta de leitura da realidade será construída, um novo método de interpretação. Autores assinalam que o Renascimento Cultural não foi uma ruptura completa com os paradigmas medievais, antes foi uma nova hermenêutica, embora as fontes permanecessem as mesmas (RODRIGUES; KAMITA, 2018; DUBY, 2004; BURCKHARDT, 2003).

Houve uma cisão com a perspectiva de analisar as fontes a partir de uma visão teocêntrica, procurando no mundo material outra perspectiva para análise dos clássicos da Antiguidade. O Humanismo batia à porta dos intelectuais da modernidade, procurando compreender e valorizar primordialmente a experiência humana. Com essas afirmações, não se está defendendo que o Humanismo foi uma força que atuou sobre os sujeitos, moldando-os a pensar a partir de uma nova perspectiva. Antes, foi uma completa renovação nos estudos universitários, fundamentados nos clássicos greco-romanos, e voltados para o aqui e agora – o mundo concreto em luta com a natureza, permitindo um controle maior sobre os próprios destinos.

Cantimori (1984, p. 159), ao buscar compreender o contexto do Renascimento, define Humanismo como "*el interés por el hombre y sus actividades, por su mundo, esa confianza ilimitada en las posibilidades humanas y sobre todo en el intelecto, en la razón, que constituye la verdadera, la profunda religiosidade del humanismo y la herancia más importante que se há legado este al mundo moderno*". Houve, portanto, a valorização do divino que havia em cada homem, que poderia criar e produzir, com suas forças, para transformar o mundo de acordo com sua vontade e interesse.

> No século XV, o *studia humanitatis* compreende um conjunto de disciplinas que se intercruzam, na medida em que se configuram um modo ou método de interpretação e leitura dos escritos latinos, com a presença de alguns textos gregos. Essas disciplinas eram a gramática, a retórica, a história, a poesia e a filosofia. É bom que se compreenda que elas formavam a condição de aprimoramento do conhecimento através de um método, não eram conhecimentos especializados, mas sim voltados para a formação de um novo homem: o humanista. Assim, o Humanismo renascentista não era uma tendência e nem mesmo um sistema filosófico, mas um programa cultural e educativo (RODRIGUES; KAMITA, 2018, p. 37).

No campo das ciências naturais será necessário registrar a natureza, descrevê-la, a fim de apreender os sentidos naturais do mundo. Por meio da observação, conclusões serão construídas e catalogadas. O mundo passou a ser assimilado com "outros olhos". Outras disciplinas tornaram-se fundamentais para a compreensão do homem e do espaço em que ele está inserido: cartografia, geografia, botânica etc. Essa mudança de paradigma, no que concerne à natureza e ao seu domínio, exige um saber mais especializado, caracterizado como mais "moderno" (RODRIGUES; KAMITA, 2018).

> É nesse contexto que o tema da *dignitas hominis* ("dignidade do homem") adquire novo sentido, opondo-se ao tema medieval da miseria hominis ("a miséria do homem"), o ser caído, descendente de Adão, marcado pelo pecado original. Giannozzo Manetti foi autor (1452-53) de um dos primeiros tratados sobre a dignidade e excelência do homem. Nicolau de Cusa escreve em seu De conjecturis (1443): "O homem é um Deus não em um sentido absoluto, porque é homem, mas é um Deus humano." E o humanista Giovanni Pico della Mirandola, provavelmente

> influenciado por Nicolau de Cusa, foi autor de uma Oração sobre a dignidade do homem (1486). Essas obras, de caráter ético, valorizam a liberdade humana, veem o homem como centro da Criação, e lhe atribuem uma dignidade natural, inerente à sua própria natureza enquanto ser humano. O homem é um microcosmo, que reproduz em si a harmonia do cosmo (MARCONDES, 2010, p. 187).

Essa nova maneira de olhar o mundo também percorreu a religiosidade humana, no início da Idade Moderna, embora vinculada a lugares de produção distintos. Durante toda a Baixa Idade Média, o modo de pensar a teologia era fundamentado na escolástica, cuja ênfase estava sobre a relação de dependência humana com Deus, formalizada por intermédio da sabedoria da Igreja (RODRIGUES; KAMITA, 2018). Desde o final dessa época, entretanto, em lugares distintos da Europa, havia dentro da própria igreja romana questionamentos dos dogmas teológicos – por exemplo, em Florença, o frade dominicano Jerônimo Savonarola (1452-1498); na Inglaterra, John Wycliffe (1325-1384); John Huss (1372-1415) na Boêmia.

Nesse efervescente processo histórico, encontra-se o contexto da Reforma Protestante – ou das Reformas, com ênfase no plural, conforme indica Cantimori (1984) –, em que alguns teólogos – Lutero e Calvino, por exemplo – , segundo Delumeau (1984) romperam com determinados dogmas de tradição católica-medieval, firmando-se em novos princípios doutrinários, dentre eles a justificação pela fé, a qual garante ao devoto a relação direta com Deus, sem a necessidade de intermediários, excluindo, portanto, a hierarquia católica; o sacerdócio universal, que permite o livre exame das Escrituras Sagradas, favorecendo novos questionamentos e releituras das interpretações teológicas vigentes; e o princípio da autoridade da Bíblia (em contraposição a autoridade Papal) que, para os reformadores, tornou-se o Livro por excelência.

Os reformadores enfatizavam também a imanência (não exclusivamente a transcendência), isto é, a relação de Deus com o mundo que Ele próprio criou. Assim, representaram numa nova perspectiva o que está escrito no Livro Bíblico de Gênesis: o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus. Isso conferiria ao ser humano dignidade e lhe oferecia liberdade para conhecer e transformar a natureza, buscando compreender seu lugar no mundo. Essa teologia propiciou certa autonomia humana, sobretudo, com respeito ao conhecer e explorar a Terra.

Os humanistas do renascimento focalizavam parte de seus estudos no retorno aos escritos da Antiguidade Clássica, favorecendo os novos estudos literários, e os reformadores, enquanto humanistas, empregavam o esforço de retornar às Escrituras, isto é, lendo-a em conformidade com seu contexto histórico, gramatical (hebraico, aramaico e grego) e teológico. Costa (2004, p. 79), procurando contextualizar a atuação dos reformadores, afirma que “os

reformadores vão enfatizar o estudo da Bíblia, visto que este fora ofuscado pela preocupação filosófica: a razão havia tomado o lugar da Revelação".

De 1517 até 1525, pode-se dizer que a Reforma Protestante girou em torno de Martinho Lutero e da Universidade de Wittenberg. No entanto, o movimento também ganhou força, de forma independente no início, na cidade suíça de Zurique, por volta de 1520. A Reforma de Zurique passou gradualmente por uma série de modificações políticas e teológicas, eventualmente vindo a ser associada à cidade de Genebra e à figura de João Calvino (MARCONDES, 2010, p. 201).

A vertente alemã da Reforma, ou Reforma Luterana, esteve principalmente associada ao trabalho e à influência de Martinho Lutero. Lutero estava particularmente preocupado com a doutrina da justificação, o ponto central de sua teologia. As ações de Lutero estavam mais associadas a um movimento acadêmico, cujas inquietações se apoiaram numa reforma do ensino de teologia na Universidade de Wittenberg. Inicialmente, os questionamentos introduzidos por Lutero e seus colegas no corpo docente de teologia atraíram pouca atenção. Foram suas atividades pessoais, entretanto, como a fixação de suas 95 Teses na porta da igreja do castelo em Wittenberg em 1517, protestando contra a venda de indulgências para arrecadar dinheiro para a reconstrução da basílica de São Pedro em Roma, que atraíram considerável interesse para as ideias que estavam em circulação na cidade.

A Reforma Luterana, entretanto, só começou efetivamente em 1522, quando Lutero voltou a Wittenberg de seu isolamento forçado em Wartburg. Após ser condenado por "falsa doutrina", na Dieta de Worms em 1521, certos apoiadores de Lutero o levaram em segredo para o castelo conhecido como Wartburg, até que a situação se tornasse mais segura. Em sua ausência, Andreas Bodenstein von Karlstadt, um de seus colegas em Wittenberg, começou um programa de reformas em Wittenberg, criando uma série de conflitos sociais. Assim, Lutero retornou para Wittenberg, assumindo, mais uma vez, a liderança do movimento.

Marcondes (2010) assinala que a atuação de Lutero contribuiu para o descrédito da autoridade papal (e dos concílios), fortalecendo a valorização da consciência individual, como dotada de autonomia e liberdade de pensamento – questionando, portanto, a Igreja e a tradição. A partir desse momento histórico, o programa de reforma acadêmica de Lutero mudou para um programa de reforma da Igreja e da sociedade. O Reformador tornou-se o líder de um movimento de reforma religiosa, social e política que aparentava abrir o caminho para uma nova ordem social e religiosa na Europa, no entanto seu programa era muito mais conservador do que o de outros reformadores, como Zuínglio.

> A Reforma iniciada por Lutero rapidamente difundiu-se pela Europa, refletindo um anseio por autonomia política (por exemplo na Alemanha e nos Países Baixos) e liberdade de pensamento, uma insatisfação com a Igreja católica e com as doutrinas tradicionais. Wittenberg, a "Roma Germânica", tornou-se o centro do protestantismo, posição ocupada algumas décadas depois por Genebra, a capital do calvinismo. Em 1527 é criada a primeira universidade protestante em Marburg, seguindo-se outras. Em 1566 o Sínodo de Antuérpia estabelece a Igreja calvinista como religião oficial da República Holandesa, então em guerra com a Espanha. Os protestantes franceses, os "huguenotes", tornam-se uma importante força política, levando a França à guerra civil. Cria-se na Inglaterra a Igreja anglicana (1534), e a Escócia converte-se ao calvinismo (1560). Em pouco menos de cinquenta anos o panorama político e religioso europeu altera-se profundamente, e a discussão de questões filosóficas, teológicas e doutrinárias relacionadas à Reforma tem um papel fundamental no cenário intelectual da época (MARCONDES, 2010, p. 203).

Com outras especificidades, a Reforma Protestante em Genebra, que deu origem às igrejas reformadas calvinistas, esteve ligada ao desenvolvimento da Confederação Suíça, ou Confederação Helvética, no início do século XVI. Enquanto a Reforma Alemã começou em um contexto acadêmico, a Igreja Reformada Calvinista teve sua origem numa série de tentativas de reformar a moral e a adoração da Igreja (COSTA, 2004).

Embora a maioria dos primeiros teólogos calvinistas tivesse formação acadêmica, seus programas de reforma foram direcionados para a igreja, sobretudo, em cidades suíças, como Zurique, Berna e Basiléia. Nesse sentido, enquanto Lutero estava convencido de que a doutrina da justificação era de importância central para seu programa de reforma social e religiosa, os primeiros pensadores calvinistas apresentaram um enfoque institucional, social e ético, semelhante às demandas do humanismo renascentista em certos aspectos.

A consolidação da Igreja Reformada Calvinista tem seu início geralmente associado com a estabilização da Reforma de Zurique, sob liderança do pastor Heinrich Bullinger (1504-1575). Essa consolidação se daria com o surgimento de Genebra como sua base, e João Calvino como seu principal porta-voz, na década de 1550 (COSTA, 2004).

A mudança gradual de Zurique para Berna e, posteriormente, de Berna para Genebra, ocorreu entre os anos de 1520 e 1560, eventualmente, estabelecendo a cidade de Genebra como sua sede. Embora Genebra tenha se tornado parte da Suíça após as guerras napoleônicas em 1815, era antes disso uma cidade independente.

A ética protestante, sobretudo, a ética calvinista, ao considerar a iniciativa individual, a poupança, frugalidade e trabalho enquanto princípios para a vida humana na relação de fidelidade a Deus, ofereceu os modos de fazer e pensar que justificaram as iniciativas de empreender comercialmente e industrialmente – como a Companhia das Índias, por exemplo – propiciando o acúmulo de capital e propiciando à burguesia em ascensão maior riqueza e poder político (WEBER, 2010).

Toda essa digressão histórica fez-se necessária para compreensão daquilo que seria chamado, pela primeira vez, por parte dos intelectuais do renascimento, de “moderno” ou “modernidade”, de Idade Moderna. Mas esse mundo moderno estava ainda em construção. Ele não foi concluído em 1789, com a Revolução Francesa, antes permaneceu em contínua elaboração, especialmente, por aqueles sujeitos que construíram seus valores alicerçados na expansão do capital e na representação de um processo histórico em contínua transformação: a burguesia. Ela, entretanto, não estava mais envolvida com os camponeses e assalariados. Fez-se hegemônica. Construiu a sua hegemonia durante a Idade Moderna e se denominou, por meio de seus intelectuais, de “mundo moderno”, aquele mundo que estiver aliado com seus ideais e valores.

1.2 SÉCULO XIX E A MODERNIDADE CAPITALISTA

O conceito de modernidade, por volta do século XVIII, adquire em Rousseau um novo sentido: o de modernização. Berman (2006), ao fazer referência a esse autor, menciona-o como uma voz moderna, arquetípica. Isso porque Rousseau (1996) apreendeu e retratou em “A nova Heloísa” (1761) – novela de sua autoria – a migração de um jovem que saiu do campo para a cidade. O romance versa sobre o relacionamento de um professor incógnito, cujo nome não é revelado, mas que será designado como Saint-Preux, com sua aluna Julie. Esse amor é impossível de se concretizar em razão das diferenças sociais existentes entre o casal. Eles, então, trocam cartas e, nessas correspondências, o professor relata suas impressões acerca dos locais por onde passa (dentre os alvos de suas críticas estão Paris e a corte francesa). Isto é, Rousseau relata, a partir das experiências do professor, “das profundezas do *tourbillon* social, tentando transmitir suas fantasias e impressões” (BERMAN, 2006, p. 17). Saint-Preux é, nesse sentido, uma representação de milhares de jovens, que passando por esse processo de êxodo, e diante do inesperado, descreve seus sentimentos “de dentro” de um processo lancinante de mudanças.

Em fins do século XVIII e início do XIX, os espaços nas cidades vão ficando cada vez mais disputados, pois a produção industrial se prolifera exigindo cada vez mais mão de obra tanto para as minas de carvão (matéria prima fundamental para a fase da industrialização) quanto para a construção de estradas de ferro e prestação de serviços. Mariani (1986) aponta esse processo contraditório, em que os espaços urbanos ficaram cada vez mais restritos, tornando, em certos aspectos, a relação entre as classes pertencentes ao território bastante caótica frente à chegada de novas classes.

> O desequilíbrio numérico e a diferença radical entre as duas formas culturais [burguesia e proletariado] contribuem para estimular a realização de uma série de obras de orientação social, destinadas a diminuir o atrito ou, pelo menos, tornar mais seguro e estável o papel das categorias empreendedoras. A casa representa uma destas obras sociais (MARIANI, 1986, p. 5).

Partindo de um caso concreto, Panerai, Castex e Depaule (2013, p. 4) apontam que entre 1852 e 1883, Paris foi planejada para se tornar uma cidade moderna – no sentido de modernizada. Nesse período, por mandado de Napoleão III, Georges Eugène Haussmann governou como prefeito da cidade, fazendo-a despontar como "cidade burguesa por excelência". Os autores ainda ressaltam que as cidades se tornam "o lugar institucional da sociedade burguesa moderna" e, por isso, estão no centro dos seus interesses, a fim de construir um local para representar sua lógica e, por meio da urbanização do espaço, demonstrar sua hegemonia. Haussmann administrou a cidade como um grande empreendimento capitalista, partindo da concepção de que a melhor maneira de aumentar o orçamento público é ampliar o orçamento dos munícipes e, para isso, as grandes obras públicas eram fundamentais (chamadas por ele de "gastos produtivos"). Para realizar suas grandes construções, ele utilizava o excedente dos orçamentos da população parisiense que, sob juros de médio a longo prazo, concediam os recursos para essas construções.

> O argumento técnico era a modernização e salubridade e, acima de tudo, a melhoria das condições de moradia, transporte e infraestrutura. A cidade de Haussmann experimentou a mais profunda mudança estrutural para se tornar uma cidade "equipada". A ideia de via se transforma e permite a diversificação e multiplicação das funções distributivas de um complexo substrato de funções de distribuição: distribuição rápida de pessoas, alimentos, água e gás e remoção do lixo. Porém, foram sobretudo os "equipamentos públicos", como hoje são conhecidos, que surgiram em todos os lugares: prefeitura, centros administrativos, ministérios, escolas, liceus, mercados abatedouros, hospitais, prisões, quartéis, câmaras de comércio, estações ferroviárias e assim por diante. (PANERAI, CASTEX, DEPAULE, 2013, p. 10).

Walter Benjamin (2017), ao analisar a obra de Baudelaire, menciona a destruição – em nome do saneamento – causada por Haussmann, procurando apreender a dialética do crescimento das cidades e os meios para arrasá-las. Benjamin aponta para o temor que a multidão, o aglomerado, causava nas elites burguesas (em função da insalubridade) e o discurso da absoluta necessidade de realização das obras. Citando o escritor e fotógrafo francês, Du Camp (1886 *apud* BENJAMIN, 2017, p. 88) escreve: "Paris estava na iminência de se tornar inabitável. A constante expansão da rede ferroviária acelerou o tráfego e o crescimento demográfico da cidade. As pessoas sufocavam nas velhas vielas estreitas, insalubres, imbricadas, nas quais viviam encurraladas, porque não tinham saída".

Panerai, Castex e Depaule (2013) assinalaram que o resultado das políticas de urbanização e zoneamento de Haussamann foi, sobretudo, controle e separação. Uma vez que

Paris havia se tornado uma cidade com mais de um milhão de habitantes, e mais de 400 mil operários trabalhando nas indústrias, as políticas de embelezamento foram uma resposta aos problemas da quantidade. Com esse novo tipo de espaço, evidentemente não desassociado do anterior, houve, por um lado, a separação social – uma vez que os somente os mais abastados conseguiam acessar os loteamentos de maior valor agregado – e, por outro, a distribuição dos operários em loteamentos específicos, dificultando a maior organização deles. Paris foi, portanto, reinventada, com vias mais amplas, arborizadas e com a construção de bulevares, tornando visíveis os valores concernentes à modernidade capitalista e suas contradições, ocultando no zoneamento dos bairros as diferenças de *status* social.

Charles Baudelaire[2] (1821-1867) foi um poeta francês que elegeu como musa inspiradora do seu trabalho artístico a cidade em toda a sua efervescência e transitoriedade. Em seu livro escrito em formato de prosa, "O pintor da vida moderna", ele ensaiou elementos fundamentais para compreensão da sua poética, pois contemplou temas presentes em muitas das suas obras. Um dos temas elencados por esse autor foi a modernidade.

Baudelaire procurou, a partir de produções concretas desenvolvidas por sujeitos em relação uns aos outros, compreender esses novos sintomas sociais. Foi a partir da moda, dos espetáculos, da vida cotidiana e de seus costumes que ele procurou representar[3] o modo de vida burguês que, para ele, é sinônimo de exuberância e opulência, de onde ele procurou construir o seu conceito de modernidade.

Para Baudelaire (1993, p. 21), modernidade é uma experiência estética, indissociável das grandes metrópoles, pois somente nelas a vida pulsa freneticamente. Em suas palavras: "A modernidade é o transitório, o fugitivo, o contingente, a metade da arte, cuja outra metade é o eterno e o imutável". Isso significa que o conceito de modernidade sofre, em Baudelaire, uma ruptura: deixa de ser marcado essencialmente por uma questão temporal e se torna, sobretudo, um olhar sobre a realidade por meio da arte. Não à toa, Baudelaire foi consagrado posteriormente ao seu período de vida, dentro da História da Arte, um artista do modernismo. Berman (2006, p. 130), validando esse ponto de vista, escreveu que "se tivéssemos de apontar um primeiro modernista, Baudelaire seria sem dúvida o escolhido".

---

[2] Baudelaire foi elencado para este trabalho por algumas razões. Em primeiro lugar, por ser um poeta que procurou compreender a modernidade e seus desdobramentos a partir das suas manifestações concretas na França do século XIX. Além disso, seu olhar sobre o transitório e efêmero contribuem para a discussão que vem sendo realizada acerca do conceito de modernidade.

[3] Representação é tomada aqui, conforme Chartier (1991), enquanto percepções socialmente compartilhadas e que permitem uma compreensão/perspectiva da realidade. Além disso, como aponta Heath (2008), representação é uma forma de pensamento decisiva em "atar certas atividades e suas interpretações". Heath aponta para uma política de representação, isto é, uma luta por significado e interpretações que estão presentes no âmbito social.

A crítica que se faz necessária, entretanto, a essa dualidade do conceito de modernidade a partir do século XIX – por um lado, enquanto sinônimo de modernismo, significando um estado de espírito que se constrói a partir da subjetividade dos sujeitos na observação do real e, por outro, a modernização enquanto um conjunto de ações que modificam materialmente a vida humana – está em compreendermos que para Baudelaire não havia essa separação. Ainda que Baudelaire conceitue modernidade enquanto um estado da arte, ele o faz a partir de uma percepção instintiva da interdependência que se construía entre a arte e a modernização. Berman (2006, p. 132) assinala esse movimento de ideias em Baudelaire como "modernismo pastoral e antipastoral".

Desde o final do século XVIII, ligadas ao movimento de popularização das belas-artes na França, exposições foram montadas para o grande público e por meio do aumento na circulação de pessoas, muitas obras se tornaram conhecidas internacionalmente. Essas exposições eram realizadas nos salões de artes, locais em que os quadros eram organizados por temas, ou por artistas, dentre outros critérios. O texto "Salão de 1846" foi cunhado por Charles Baudelaire em razão de ser o ano em que ele escreveu sua resenha crítica acerca da mostra de arte nova daquele ano (BERMAN, 2006).

O prefácio da obra se apresenta destinado "Aos burgueses". De forma semelhante ao que fizeram Marx e Engels no Manifesto Comunista[4], Baudelaire celebra a inteligência e a força da burguesia. Define-os como sábios, proprietários, e detentores do governo das cidades. No mundo do século XIX, em que havia uma transição do rural para o urbano, do retrógrado para o moderno, do campesino para o industrial – um mundo pastoral, portanto, segundo Berman – a burguesia representava "um desejo ardente" para "realizar a ideia do futuro em todas as suas diversas formas, políticas, industrial e artística" (BAUDELAIRE, 1846). Era o progresso – e não o enriquecimento – que estava presente no discurso da modernização capitalista e Baudelaire desejava que esse progresso também preconizasse a dimensão da arte.

> O motivo burguês fundamental, aqui, é o desejo de progresso humano infinito não só na economia, mas universalmente nas esferas da política e da cultura. Baudelaire assinala o que ele sente como a criatividade inata e a universalidade de visão dos burgueses: uma vez que eles são impelidos pelo desejo de progresso na indústria e na política, estaria aquém de sua dignidade parar e aceitar a estagnação em arte (BERMAN, 2006, p. 132).

Essa perspectiva pastoral de mundo proclama, segundo Berman, uma natural relação entre a modernização e o modernismo, entre o material e o espiritual, sustentando que grupos

[4] Marx e Engels (1998) reconhecem que a burguesia foi a primeira classe a ascender, demonstrando ao proletariado a possibilidade da revolução.

economicamente mais estabelecidos do que outros terão mais interesses em assuntos correlacionados com a criatividade, seja artística ou intelectual.

Em "Salões de 1846", a perspectiva de Baudelaire era de que o desenvolvimento da economia e a consequente modernização levariam ao desenvolvimento/popularização da arte. Em 1859, entretanto, Baudelaire lançou outro livro, a saber, "O pintor da vida moderna", no qual a outrora visão pastoral de mundo se desmanchou. Nesse texto, há uma mudança de perspectiva: a modernização traz consigo a arte. E nisso está a modernidade: no transitório, no efêmero, no passageiro, pois ao passo que há transformações em consequência da industrialização, há também mudanças no campo da estética. E quem é o profissional preparado para apreender essas transformações sociais? Para Baudelaire (1993), o artista.

O artista é o especialista capaz de perscrutar as razões e mistérios das práticas concretas presentes nos costumes. Além disso, ele é capaz de expressar o exuberante por meio da sua arte, na tentativa de apreender os aspectos transitórios da modernidade presentes diante do olhar. O artista se torna, nesse sentido, um homem do mundo, isto é, alguém interessado pelo mundo inteiro, desejoso de "[...] saber, compreender, apreciar tudo o que se passa na superfície do nosso esferoide" (BAUDELAIRE, 1993, p. 15). Por isso, emergem figuras como o *flâneur* (e a prática da *flânerie*), o *dandy* (e o dandismo), a prostituta, dentre outros que aparecem nas obras de Baudelaire.

Na leitura de Benjamin (2017, p. 39), o *flâneur* é "uma espécie de botânico do asfalto", um transeunte alienado que procura passar entre os lugares sem ser notado. Trata-se de um sujeito que se move pela rua a observar a movimentação de pessoas, de mercadorias, as agitações sociais, as multidões, enfim, a observar a "nova realidade". Nesse mundo ocidental em pleno século XIX, em constante desenvolvimento, o *flâneur* se sente em casa, pois a rua se torna sua própria residência – diferentemente do burguês que se tranca entre quatro paredes.

> A multidão não é apenas o novo asilo do proscrito: é também a última droga do abandonado. O *flâneur* é um homem abandonado no meio da multidão. Isso o coloca na mesma situação da mercadoria. Apesar de não ter consciência dessa particularidade, ela nem por isso deixa de atuar sobre ele. Penetra-o como um narcótico que o compensa de muitas humilhações. O transe a que se entrega o *flâneur* é o da mercadoria exposta e vibrando no meio da torrente de compradores (BENJAMIN, 2017, p. 57, grifos meus).

Rouanet (1998, p. 66), dialogando com os escritos de Benjamin, evidencia as contribuições de Baudelaire, sobretudo, em manifestar "[...] a forma-mercadoria como o conteúdo social da forma de percepção alegórica". Esses personagens alegóricos a que Baudelaire faz referência são personificações do movimento de mercadoria, de um processo de transição no qual as relações humanas estavam se modificando a partir das relações com o

capital. Ao passo que o *flâneur* explora o mundo desbravando-o, com o advento dos grandes magazines, ele se torna o seu público-alvo – o espectador que contempla as exposições universais, pertencendo às massas que procuram o consumo, olhando-o, sem tocar em nada. A moda, o *glamour*, a pompa militar, dentre outras coisas que atraem a atenção do *flâneur* são meios profundamente interligados ao mundo da matéria, construídos intencionalmente para as massas. Não obstante, o *flâneur* tem a ilusão de conservar a sua identidade na multidão, embora tenha se tornado apenas "mais um"; tem a ilusão de lutar contra a mercadoria, mas fora transformado em mercadoria no instante em que ele próprio foi apropriado pelo mercado. "Tarde demais, o flâneur descobre que se converteu num passante" (ROUANET, 1998, p. 77).

A prostituta, outro personagem que pertence às alegorias do fetichismo em Baudelaire, da mesma forma, transforma-se em mercadoria, na medida em que é representada como uma atração das ruas de Paris. Benjamin (2017), a esse respeito, cita o poema Crepúsculo da tarde:

> Através dos luares agitados pelo vento
> Acende-se nas ruas a Prostituição;
> É um formigueiro a abrir as portas de roldão;
> Por todo o lado rasga um oculto caminho,
> Como, ao tentar um golpe sujo, o inimigo;
> Remexe-se no seio da urbe de lodo
> Como um verme que rouba ao Homem o que come.
> (BAUDELAIRE *apud* BENJAMIN, 2017, p. 59)

Note-se que o poema define o lugar social da prostituição: as ruas. Esse lugar, entretanto, também é pertencente à multidão e, sobretudo, ao *flâneur*, que se mantém atento à observação das passagens. As ruas são os palcos das 1001 faces de Baudelaire, pois nelas os seus personagens analisam o presente, incorporados pela multidão, mas sem sê-la. Ao dizer "[...] é um formigueiro a abrir as portas de roldão, por todo o lado rasga um oculto caminho", Baudelaire se refere aos vários zoneamentos da cidade, que tanto abrigam as multidões, quanto também os prostíbulos (os quais, dentro da visão burguesa, são um antro de perdição e sujeira). Assim, enquanto o *flâneur* personifica a movimentação da mercadoria, a prostituta é a própria mercadoria (ROUANET, 1998).

Outro personagem emblemático da poesia de Baudelaire (1993, p. 41) é o *dandy*. Ele é um homem distinto socialmente, desinteressado – por lhe ser comum – pelas coisas da vida, mas ocupado freneticamente com a busca da felicidade. Um sujeito "[...] educado no luxo e acostumado desde a sua juventude à obediência dos outros homens, aquele, enfim, que não tem outra profissão a não ser a da elegância". Por sua condição de privilégio, o *dandy* é aquele capaz de satisfazer-se neste mundo miserável e, por isso, capaz de sentir e pensar. Sua vontade pode ser concretizada, pois o tempo livre para reflexão e as suas condições materiais lhe dão essa

prerrogativa. O seu ócio não está disponível para o amor ou às coisas espirituais, mas, sobretudo, para a utilidade. Ele é, na visão de Baudelaire, o representante maior do orgulho humano. “O dandismo aparece sobretudo nas épocas transitórias, quando a democracia não é ainda toda-poderosa, quando a aristocracia é apenas parcialmente chanceladora e parcialmente aviltada [...]. O dandismo é o último clarão de heroísmo nas decadências” (BAUDELAIRE, 1993, p. 43-4).

Na leitura que Benjamin (2017)[5] faz de Baudelaire, especificamente a partir do parágrafo ora citado, o *dandy* seria o herói que produz a modernidade (fazendo isso no processo anterior à construção da sociedade burguesa do século XIX), inventando-a a partir da sua engenhosidade, construindo a transição para alcançá-la. “A modernidade é o seu destino final (sic)” (BENJAMIN, 2017, p. 97). À medida que os senhores do comércio – os *dandys* – tornam-se detentores dos meios de produção, eles percebem que são capazes de aperfeiçoá-los para controlá-los. Nesse sentido, há, aí, uma contradição existente: ao passo que são eles os construtores da modernidade e, por isso, seus heróis, deixam de sê-lo no instante que essa modernidade é alcançada, tornando-se seus algozes, pois distorcem o progresso humano com a alienação de outros humanos. Por essa razão, Benjamin defende que na modernidade não há heróis, mas sujeitos que desempenham papéis de heróis – atores.

Baudelaire (1993), entretanto, atribui o papel de herói da modernidade à multidão. Ao referir-se a ela, o poeta a compara a uma mulher, pela qual todos os demais personagens [o *flâneur*, o *dandy*, o colecionador, o jogador etc.] são apaixonados. Eles desejam observá-la, relacionar-se com ela, fazer domicílio dentro dela – “[...] ver o mundo, estar no centro do mundo, e permanecer escondido do mundo” (BAUDELAIRE, 1993, p. 18). A multidão o energiza, saciando-o com sua beleza transitória. Por ela, vale a pena perder o sono e, por meio dela, contemplar a vida moderna. A questão que se suscita é: o que leva Baudelaire a colocar sobre a multidão o papel de herói da modernidade? Benjamin (2017) aponta que, para Baudelaire, viver no mundo moderno com todas as suas contradições exige uma constituição heroica.

Em seu clássico livro de poesias, publicado pela primeira vez em 1857, intitulado “Flores do Mal”, Baudelaire (2001) escreveu o poema “As velhinhas” (BAUDELAIRE, 2001, p. 103-6), dedicado a Victor Hugo. Esse poema é dividido em três partes: a primeira faz referência às mazelas trazidas pela idade (decrepitude, lentidão no andar, olhar caído,

[5] Walter Benjamin (2017, p. 97-8) relaciona o *dandy* enquanto uma “[...] criação dos ingleses, senhores do comércio mundial. A rede comercial que cobre o globo e que estava nas mãos dos especuladores da Bolsa de Londres”.

proximidade da morte etc.); a terceira parte se refere a um louvor ao trabalho realizado por essas senhoras idosas e o desejo do poeta em reconhecê-las. Surpreendentemente, a segunda parte se desvia ligeiramente do foco principal, as idosas, tornando-as, nesse bloco, secundárias em perspectiva. O foco é destinado à ação delas em perceber uma cena comum aos finais de tarde:

> Ah, que eu sempre segui as minúsculas velhas!
> Ao poente uma outra vi, à hora em que o sol se esquiva,
> Ensanguentando o céu de feridas vermelhas
> Sentando-se num banco, e só e pensativa.
>
> Para o concerto ouvir, tão rico de metal,
> Dos soldados que assim enchem as solidões,
> E que na tarde azul tornando a alma imortal
> Vertem qualquer heroísmo em nossos corações.
> (BAUDELAIRE, 2001, p. 105, grifo meu)

Baudelaire anuncia o retorno dos filhos dos camponeses ou dos operários das fábricas, comparando a cantoria dessa população empobrecida a um concerto de metais dos militares, pois, em sua perspectiva, há tanto heroísmo na ação deles no campo e nas fábricas, quanto dos militares numa guerra. A esse respeito, Benjamin (2017, p. 75) afirmou: "No peito dos seus heróis não habita nenhum sentimento que não tenha também o seu lugar no coração de gente simples que se junta para ouvir uma banda militar".

> É impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa população doentia que engole o pó das fábricas e respira partículas de algodão, cujos tecidos se deixavam penetrar pela alvaiade de chumbo, pelo mercúrio e por todos os venenos necessários à produção de obras-primas... Essa população vai se consumindo diante das maravilhas que, afinal, a Terra lhe deve; sente correr em si um sangue púrpura e lança um longo olhar carregado de tristeza à luz do Sol e às sombras nos grandes parques (BAUDELAIRE *apud* BENJAMIN, 2017, p. 76).

Emerge, para Baudelaire, a partir da observação das massas (da multidão), que viver a modernidade, enfrentá-la, sobretudo da posição menos favorecida, é um ato de heroísmo. Essa percepção também se fez presente em outros autores do mesmo período histórico de Baudelaire, como Emile Zola (2000), o qual, no clássico "Germinal", romanceia a vida de sujeitos residentes no norte da França, especificamente numa vila operária, que sofre o efeito da exploração: de um lado da história (onde estavam os operários), a penúria de recursos, a escassez de alimentos e a exploração infantil, de outro (com respeito à vida burguesa por parte dos donos da Companhia de Carvão), a abundância de alimentos, a extravagância, o luxo. Dentre as contradições presentes na obra, estão as questões concernentes à produção, ao consumo, de circulação de mercadorias, questões de alimentação e moradia.

O mundo moderno que Baudelaire procurou observar e que Walter Benjamin, a partir de Baudelaire, procurou analisar, era um mundo em mudanças: da transformação do sujeito –

e da relação dele com o mundo – em mercadorias. Embora o discurso modernizador esteja relacionado ao progresso, para esses autores o mundo moderno é aquele em que a arte, a moda, os costumes e o bem-estar se tornaram objetos quantificáveis, pois "[...] um inferno ruge na alma da mercadoria, que, no entanto, parece ter encontrado no preço a sua paz" (ROUANET, 1998, p. 65). Tem-se, aqui (em Benjamin), uma concepção de modernidade, de mundo moderno, muito próxima àquela concebida por Marx: modernidade como sinônimo de capitalismo, e capitalismo como antônimo de progresso[6].

1.3 SANTOS E AS REPRESENTAÇÕES DE CIDADE MODERNA

Em 1937, fora publicada a primeira edição do livro "História de Santos", de autoria de Francisco Martins dos Santos. Trata-se de dois volumes: o primeiro se dedica a narrar a história de Santos desde o século XV até ao XVIII e, o segundo, especificamente, sobre o século XIX. Houve, em 1986, a segunda edição desse livro, acrescido do terceiro volume, escrito por Fernando Martins Lichti, o qual traz aspectos gerais do cotidiano das instituições da cidade de Santos. Fernando Martins dos Santos nasceu na cidade de Santos em 1903, vindo a falecer na cidade de São Vicente em 1978. Era formado em Ciências e Letras, também em Biblioteconomia, atuando em sua trajetória profissional como historiador e jornalista de diversos jornais da cidade de Santos[7].

Santos (1937, p. 384), no capítulo concernente à "Cronologia Santista", menciona que só por volta de 1896 o "sorriso do progresso" começou a ser vislumbrado na cidade. Segundo ele,

> Os primeiros anos de república oferecem, em Santos, pouco assunto à História, além do grande desenvolvimento e do progresso generalizado trazido à cidade pela colaboração do estrangeiro, aumentada a cada ano, e pelo desenvolvimento de todo o

[6] Não se pode perder de vista o que Alves (2007) entende por modernidade capitalista, conceituando-a como a segunda modernidade do capital, isto é, período entre a Primeira e a Segunda Revolução Industrial, quando ocorreu a instauração e a difusão do modo de produção capitalista no ocidente. Segundo ele: "A segunda modernidade do capital é a modernidade-máquina, temporalidade histórica em que se constituiu um estilo de pensamento, de política e de sensibilidade estética que poderíamos caracterizar como modernista. Foi nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo ocidental, no bojo do qual se desenvolveu o processo de modernização que constituiu-se (sic) a *classe social* (burguesia e proletariado) e o *Estado nacional* em torno da qual se consolida o *território* propriamente dito da Nação e da Cidade. São tais determinações essenciais que irão compor a *identidade social* de homens e mulheres da segunda modernidade. Enfim, a segunda modernidade é a modernidade propriamente dita" (p. 25). Este momento histórico coincide com o período em que o historiador Eric Hobsbawm (2012) designa como a "Era dos Impérios".

[7] O *site* "Novo Milênio" compilou: "Jornal da Noite", "A Gazeta do Povo", "Praça de Santos", "O Diário", "Comércio de Santos", "Diário de Santos" e "A Tribuna", além de várias revistas: "Estrela Azul", "A Nota", "Flama", 'Brasilidade", "Revista do Banco do Brasil" e "Trânsito". Em 1923, montou seu próprio jornal "O Balneário", literário e crítico, com sede em Guarujá, contando com a colaboração de notáveis literatos, entre os quais Benedicto Calixto (NOVO MILÊNIO, 2006).

> Estado que enriquecia pela indústria e pela lavoura, obrigando-a a acompanhá-la e permitindo-lhe o grande aumento da população verificado (SANTOS, p.385, grifos meus).

Desde a segunda metade do século XIX, havia no horizonte ocidental europeu o raiar de uma possível crise econômica, oriunda, sobretudo, de um aumento da concorrência internacional. A economia moderna, antes construída a partir dos estados nacionais, não mais respeitava limites geográficos, produzindo mercados internacionais, difundindo ideias e práticas imperialistas – ou, nas palavras de Silva (1976, p. 26), "relações de subordinação-dominação".

O Brasil se tornava, nesse contexto, um vislumbrado mercado, carente de indústrias, serviços e mão de obra. No entanto, tais demandas eram apenas parte do desenvolvimento capitalista no país, pois o capital não mais se limitava às trocas internacionais, antes se apropriou do modo de produção, produzindo transformações inclusive em si mesmo, ao assumir diferentes formas de circulação (SILVA, 1976).

A industrialização brasileira desse período foi, segundo Sérgio Silva (1976, p. 22), o "[...] estágio final de uma fase mais longa do modo de produção capitalista: o período de transição". Nesse sentido, assinala o autor que a industrialização facilitou o fluxo de produtos brasileiros para o mercado internacional e, por isso, muito da sua tendência em se concentrar nas regiões cafeeiras, direcionando-se às cidades portuárias. Merece destaque a tese que ele desenvolve sobre as peculiaridades do desenvolvimento capitalista no Brasil (em São Paulo, principalmente): na experiência capitalista brasileira (paulista) não se verifica a presença das manufaturas que antecedem e dão lugar à produção fabril. Foi o grande capital (acumulado no exterior) que financiou o desenvolvimento da grande indústria brasileira (paulista), e não o desenvolvimento das manufaturas, como na Europa (Inglaterra, principalmente). Verificou-se, portanto, uma espécie de "queima de etapas" no processo de reprodução (ampliada) do capital. Em outras palavras, não houve, na América Latina, a reprodução do "modelo" de desenvolvimento capitalista europeu (inglês, principalmente). Assim, fundamenta Silva (1976), o capital cafeeiro (acumulado no âmbito da cafeicultura paulista, que se mecanizava) foi o principal financiador do processo de instalação e desenvolvimento da indústria no Brasil (em São Paulo, principalmente).

A expansão cafeeira veio impulsionar mudanças urbanas para melhor atender ao desenvolvimento na exportação. Criou-se uma malha ferroviária que impulsionava as ligações do interior com cidades portuárias, polos de escoamento da produção para o exterior. Esse processo facilitaria transformações para os centros urbanos em função das modificações nas

relações de produção e exportação de café. Deu-se a paulatina substituição da mão de obra escrava pela livre, com a entrada, especialmente em São Paulo, de imigrantes europeus. As estruturas de transporte se modernizavam com a progressiva consolidação das ferrovias que asseguravam rapidez e segurança no deslocamento das cargas do interior – área de produção – até os portos.

Entre 1875 e 1890, o número de indústrias no país triplica. Somando-se o número de trabalhadores, são 20 mil operários em 1880. Na década seguinte, esse número se aproxima de 50 mil operários. As grandes fábricas de bens de consumo – tecidos, sabões, velas, chapéus, cerveja e assim por diante – estavam inseridas na região Sul e Sudeste, onde a infraestrutura de transportes, energias, bem como uma grande quantidade de mão de obra e de mercado consumidor existiam. As serrarias, fundições, fábricas de papel e vidro, curtumes também estavam todos concentrados, sobretudo, nestas regiões (DEAN, 2002).

Tais transformações geraram, inclusive, mudanças sociais nas cidades: urbanização, melhoria em comunicação e transporte, e um início de desenvolvimento industrial. Essa expansão trouxe investimentos ingleses e norte-americanos, bem como de outras nacionalidades, que permitiram a aplicação de capital estrangeiro em serviços públicos (DEAN, 2002). No caso de Santos, conforme lê-se em Santos (1937) e em outros autores que serão explicitados adiante, a modernização foi identificada como sinônimo de progresso.

Considerando a narrativa de Francisco Martins dos Santos a partir de 1860, seu olhar privilegia, por um lado, a ligação da cidade de Santos a São Paulo e a Jundiaí, por meio da estrada de ferro, e por outro, os aspectos precários de infraestrutura de Santos, como a falta de água potável e a precariedade na iluminação pública (1868), ou ainda o aparecimento das epidemias, desde o ano de 1874, bem como a chegada dos serviços que trouxeram melhoria para essas questões de infraestrutura, como a inauguração da linha de telefones entre Santos e São Vicente (1885), a assinatura do contrato para construção do cais santista (1889), a expansão da cidade rumo à Barra (1888-1889) e a inauguração das linhas de bondes do José Menino (1889).

Na historiografia santista, a construção da estrada de ferro ligando Santos a Jundiaí é uma temática fundamentalmente presente, em especial, por assinalar o início de um período de intensas ações modernizadoras na cidade (PINTO, 1977; ANDRADE, 1989; GITAHY, 1992; LANNA, 1996; MATOS, 1999; FARIA; PEREIRA, 2019). Santos (1937) menciona que o precursor desse empreendimento foi Frederico Fomm[8], natural da Prússia, que conseguiu por

[8] O Jornal "A Tribuna", em 26 de janeiro de 1939, na edição comemorativa do centenário da elevação de Santos à categoria de cidade, publicou uma matéria intitulada "Galeria de Poetas, Prosadores e Jornalistas de Santos".

decreto imperial[9] o privilégio de construção e exploração da estrada de ferro. Anos depois, Frederico Fomm faleceu, sem mesmo ter concluído a incorporação do capital necessário para execução da obra, e sua viúva entregou a concessão ao Marquês de Monte Alegre, que se ligou ao Visconde de Mauá e ao Marquês de São Vicente, obtendo do imperador um novo privilégio (concedido à firma Mauá & Cia), em substituição ao anterior, não realizado. A empresa do Visconde de Mauá também faliu meses depois com um passivo de 8 mil contos, e foi vendido novo privilégio a uma empresa inglesa, surgindo assim a São Paulo *Railway Co*.

Desde a década de 1850, o café era plantado principalmente no chamado "Norte" de São Paulo. A produção cafeeira estava estritamente ligada aos mercados internacionais. Para escoar o produto com maior rapidez, fez-se necessário substituir o transporte muar por linhas férreas, interligando as redes de produção com os dois grandes portos: Rio de Janeiro e Santos. A partir da construção da ferrovia interligando Santos ao interior da Província, a cidade passou a monopolizar toda a exportação cafeeira, concretizando a crise nos demais portos da Província de São Paulo.

> É um movimento significativo já que em 1859 é apresentado um projeto de traçado da ferrovia Santos-Jundiaí, cujos trabalhos se completam em 1867. Com isso, estabeleceu-se um "tronco", trajeto obrigatório para o escoamento de todo o café do Estado. (GITAHY, 1992, p. 24)

Lichti (1986, p. 107), ao construir sua narrativa acerca da história da São Paulo *Railway*, menciona que, dentro dos estudos realizados no Brasil, a construção de uma estrada de ferro que superasse a Serra do Mar era impraticável. Por isso, o Visconde de Mauá procurou por engenheiros ingleses para refazer os estudos. James Brunlees, engenheiro ferroviário, foi quem defendeu a possibilidade da estrada de ferro, aceitando o contrato para sua implementação. Além dele, fora contratado o engenheiro Daniel Makinson Fox, que havia auxiliado na construção da estrada de ferro do norte do País de Gales e das encostas dos Pirineus. "Assim, por meio de pontes e viadutos, transpondo riachos e abrindo cortes, os quatro grandes declives ligaram o vale com o alto da montanha, assentando o caminho para o comércio do Brasil com as terras além-mar".

Em suas pesquisas, Teixeira (2000) analisa esse cenário da história santista, demonstrando que os grandes empreendimentos industriais forçaram a transformação das empresas. Uma vez que essas grandes obras eram extremamente onerosas, grupos de

---

Nessa reportagem, faz-se menção a Augusto Fomm, filho de Frederico Fomm com Bárbara da Costa Aguiar, filha do tenente-coronel João Xavier da Costa Aguiar (presidente do Senado da Câmara de Santos) e sobrinha dos Andradas – informações que ampliam nossa compreensão acerca da família de Frederico Fomm e seu envolvimento com a cidade de Santos, além de que, por laços familiares, o contato com o Imperador.

[9] Lei n.º 24, de 30 de março de 1838.

capitalistas desejosos de ampliar seu capital reuniram-se nas sociedades anônimas (S.A.'s), abarcando interesses industriais (fornecimento de mão de obra e construção de grandes projetos), bancários (fornecimento de capital, criação de ações etc.) e a disponibilização de serviços públicos urbanos. Ainda segundo a autora, as pesquisas apontam para uma revisão historiográfica:

> Há uma tendência historiográfica de se atribuir ao capital estrangeiro a construção da infraestrutura da economia exportadora (portos - estradas de ferro). Essa afirmação deve ser revista, bem como a de que o empresário desta época (1850/60) utilizava o capital antes empregado no tráfico negreiro. As estradas de ferro paulistas, bem como os empreendimentos de Mauá, contradizem tais posições (TEIXEIRA, 2000, p. 16).

A análise de Teixeira (2000) corrobora com a tese de Silva (1976), a qual demonstrou que a cafeicultura paulista mecanizada forneceu o acúmulo de capital necessário para o investimento paulista na indústria e demais atividades locais, favorecendo, dentre outras localidades, a cidade de Santos – por sua atividade portuária.

À estrada de ferro se aliaram os interesses dos cafeicultores paulistas, facilitando o escoamento de produtos para outros mercados, sobretudo, para além-mar. Além disso, a estrada de ferro possibilitou uma maior rapidez e facilidade no transporte de mão de obra estrangeira, que seria destinada às lavouras. Saes (1981) indica que as companhias de estradas de ferro ofereciam passagens gratuitas como alternativa para facilitar o deslocamento dos trabalhadores, o que demonstra a relação emaranhada entre os interesses dos cafeicultores com as demais camadas sociais.

Atrelada à construção das ferrovias está a modernização do Porto de Santos. Andrade (1989) aponta que o Porto deveria complementar todo o processo de transporte iniciado pela ferrovia. A cidade recebia as sacas de café, oriundas das grandes fazendas do interior paulista, e logo destinava-as para os armazéns dos comissários, transportando-as por meio de carroças, para o reensacamento e, posteriormente, aos armazéns do Porto, conforme aponta Pereira (1980). Ainda segundo a autora, o sistema portuário santista estava muito obsoleto, distante do almejado pela elite dirigente. Não havia um número de pontes (trapiches) suficientes para a quantidade de navios que chegavam ao Porto, fazendo-os permanecer meses à espera de atendimento. Além disso, as pontes ofereciam pouco espaço de circulação – por serem mal construídas – dificultando a movimentação das águas e agravando as condições higiênicas.

A historiografia registra que houve muitas pressões por parte da elite local, a qual se utilizou do discurso sanitarista, para pressionar o Governo Imperial a acelerar o processo de modernização do Porto de Santos (PEREIRA, 1980; ANDRADE, 1989; GITAHY, 1992; HONORATO, 1996; LANNA, 1996; FARIA; PEREIRA, 2019).

Francisco Martins dos Santos, citando Guilherme Álvaro, em sua obra "A campanha sanitária de Santos – suas causas e seus efeitos" (1919), registrou em tom de memória o seguinte testemunho:

> Para fazer o transporte do café às embarcações e da carga ao caminho de ferro, o número das carroças havia crescido enormemente, aumentando por isso o número das cocheiras construídas também ao acaso, de qualquer feitio, com pranchões e telhas de zinco, quase sempre como complemento dos cortiços, sem água e sem esgoto, abafadas e insalubres, sem asseio de espécie alguma. Os monturos se acumulavam em todas, formando-se fartos viveiros de moscas, torturantes dos moradores das vizinhanças, onde também a mosquitada, oriunda das águas contidas nos recipientes abandonados nos pátios dos cortiços e das cocheiras, constituíam-se em praga perigosa. Se em terra o meio não era bom, melhor não era no Porto, onde as embarcações imobilizadas, umas próximas as outras, à espera de carga e de descarga, guardavam numerosa tripulação desaclimada, formando grande palheiro morbígeno [...]. (SANTOS, 1937, p. 383, grifos meus)

Em 1888, um grupo de empresários, formado por Eduardo Palacin Guinle, José Pinto de Oliveira, Cândido Gaffrée, João Gomes Ribeiro de Avilar, Alfredo Camilo Valdetaro, Benedito Antonio da Silva, e Barros e Braga & Cia formaram a Gaffrée, Guinle & Cia, empresa de iniciativa privada, vencedora na concorrência aberta pelo Governo Imperial para exploração do Porto, financiou com seu próprio capital as obras de modernização portuária. Em 1889, esta companhia foi transformada na Empresa de Melhoramentos do Porto de Santos e, no ano seguinte, na Cia Docas de Santos (FARIA; PEREIRA, 2019).

Além da construção da estrada de ferro e das melhorias realizadas no Porto de Santos, Santos (1937, p. 381), em sua narrativa do progresso, menciona a fundação do Clube XV (1869) e da Sociedade Auxiliadora da Instrução (1878) que "[...] tantos e tão valiosos serviços prestou à infância e à juventude locais, proporcionando-lhes a alfabetização e o ensino primário, inteiramente grátis, numa época em que os recursos municipais não permitiam à Câmara esse socorro intelectual à população". Ele também registra a construção do Teatro Guarani (1881) e a fundação do jornal Cidade de Santos (1888). Note-se que essas instituições estão ligadas ao entretenimento, benemerência e meio de comunicação da elite santista.

Tratando de questões habitacionais, Santos (1937) aponta o crescimento numérico da população santista, e, por consequência, o aumento no número de casas na cidade. Por outro lado, a construção de novas residências permanecia privilegiando o aspecto rudimentar – atrasado –, pois ainda que houvesse o surgimento de novos bairros e, em alguma medida, construção de casas mais arejadas e amplas, "[...] o aspecto da cidade era ainda francamente colonial, do tipo o mais antiquado; a casaria em geral feia, baixa e desgraciosa bordava ruas estreitas" (SANTOS, 1937, p. 382). Além de criticar o lixo concentrado nos bairros centrais e o ausente serviço de limpeza pública, seu maior objeto de crítica é a construção de cortiços.

> Os cortiços construídos às pressas, para albergar a numerosa imigração chegada em busca de trabalho remunerador e certo, pontuavam as zonas mais centrais da cidade, surgindo nos pátios e nos quintais dos prédios, de qualquer forma, de qualquer tamanho, composto de cubículos desasseados e acanhados, feitos de tábuas de caixotes e de folhas de zinco. Em tais compartimentos úmidos, escuros, baixos e sem ar, aninhava-se uma população descuidada, vivendo quase sem água, em condições indescritíveis de higiene e conforto (SANTOS, 1937, p. 382).

A questão habitacional santista desse período está inteiramente ligada ao ideal de progresso que vigorava na época. Uma cidade moderna era a que possuía ruas largas, iluminação adequada, um sistema bem estruturado de serviços, transportes, comércio, infraestrutura. Além disso, ela deveria ser capaz de absorver o exorbitante crescimento demográfico, incorporar os avanços e comodidades derivados do progresso técnico e cumprir as normas originárias das novas teorias higiênicas e sociais.

Lanna (1996) aponta que o cortiço – ou habitação coletiva – era visto, pela elite santista, como um mal físico, sobretudo, moral. Esse padrão de moradia estava distante do que se pretendia implementar com a "chegada da modernidade". Era um elemento prejudicial à sociedade almejada: não uma casa, antes, apenas um lugar para dormir e guardar eventuais pertences. Na perspectiva burguesa, a moradia era fundamental no saneamento do indivíduo, o morar higienizado.

Os cortiços eram uma das formas de moradia de trabalhadores pobres da cidade e a presença desse tipo de moradia fez emergir o conflito sobre os modos de vida, isto é, as representações concernentes a uma cidade urbanizada, moderna, conforme indica Blume (1998). A elite santista venceu a disputa, elegendo, mais uma vez, o discurso sanitarista para erradicação das epidemias e alcance da salubridade como a sua maior arma para consolidação da cidade almejada. Santos (1937) menciona a grande campanha sanitária, efetuada a partir de 1889, cujo maior expoente é o Dr. Guilherme Álvaro. Acerca dela, ele redigiu:

> Nela [a Campanha Sanitária] vemos o esforço heroico daqueles apóstolos da ciência, muitos dos quais tombaram no cumprimento do seu dever, como vítimas oferecidas em holocausto ao futuro da cidade onde as epidemias haviam feito assento e <u>onde o povo, em grande parte ignorante, dificultava e muitas vezes impedia o cumprimento da missão</u> aos que estavam tratando de salvá-lo, retirando de sobre a cidade aquela terrível fama que ela afastava os estrangeiros e a grande afluência que se operou depois, <u>trazendo-lhe o progresso e o desenvolvimento de toda ordem</u> (SANTOS, 1937, p. 385, grifos meus).

A solução encontrada pela classe dirigente para vencer os cortiços foi a mesma ocorrida em Paris, do prefeito Haussamann: a demolição. Santos (1937) aponta que a Intendência Municipal demoliu quarteirões inteiros do Largo do Rosário e do Beco do Inferno para construir "[...] prédios altos, arejados e abertos ao sol". Além disso, entre 1903 e 1904, debaixo da

administração de Francisco Malta Cardoso, a Prefeitura isentou de impostos, por cinco anos, os prédios que fossem construídos nas Avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa.

Andrade (1889, p. 124) nomeia esse processo de "ação demolidora", decurso iniciado com a derrubada do Outeiro de Santa Catarina. No final do século XIX, o convento do Valongo deu lugar à Estação Ferroviária. No início do século XX, a capela N. Senhora da Graça e os armazéns de sal foram demolidos para alargar a Rua José Ricardo (1903). Toda essa iniciativa de destruição do "retrógrado" e do "insalubre" cedeu espaço para remodelação dos espaços, construção do novo dentro de uma perspectiva moderna. Além disso, outro fator favoreceu o processo de urbanização de Santos: os loteamentos.

A cidade sofreu um adensamento populacional a partir da segunda metade do século XIX. Trabalhos pioneiros como o de Andrade (1989; 1995), Lanna (1996), Melo (2008), Faria (2013) e Carmo (2015) demonstram que o centro, repleto de cortiços, passou por um processo de demolições para dar lugar aos armazéns de café ou ampliação de ruas e avenidas. Por isso, esse espaço da cidade se tornou inadequado para exercer a função residencial destinada à população santista, abrindo novos horizontes no que diz respeito à expansão em direção à Barra.

Em 20 anos, por exemplo, nas décadas de 1870 e 1880, a cidade passou de 9 mil habitantes para 20 mil, entretanto, o número de residências permanecia inalterado (CARMO, 2015). O Jornal Correio Paulistano, em 20 de janeiro de 1883, noticiava os números do Imposto Predial, apontando também a quantidade de residências na cidade:

> Casas térreas.....1.271
> Assobradadas.....161
> De 1 andar.....218
> De 2 andares.....12
> (CORREIO PAULISTANO, 1883 *apud* CARMO, 2015)

Lanna (1996), analisando a questão de moradias em Santos, demonstra que além do centro da cidade, havia uma pequena parcela de residentes na região dos Quartéis e do Paquetá, onde se situava o primeiro Cemitério Municipal construído, local de habitação de negros, pardos ex-escravos e brancos, migrantes em sua maioria, que viviam da pesca e da extração da lenha.

Andrade (1995) faz menção às chácaras de moradia e recreio, ocupadas em toda a extensão da orla da cidade de Santos, desde a década de 1850. Para vencer a extensão de seis quilômetros, uma linha de bonde puxada por muares foi inaugurada em 1872.

Carmo (2015), por sua vez, assinala que a Avenida Conselheiro Nébias, em outubro de 1870, foi alvo dos cuidados da Câmara Municipal, que abriu licitação para que fosse contratada

uma pessoa que se ocupasse de manter em bom estado a avenida, conservando "[...] a ponte do boqueirão, quando assim reclame [...] substituindo qualquer pontilhão ou tabôa de sôalho de modo a offerecer sempre a necessaria e conveniente segurança". (*apud* LIVRO DE REGISTRO DE OFFICIOS, 1870, p. 54A.). Carmo ressalta, ainda, que a elite dirigente especulava que a cidade se expandiria naquela direção – do centro rumo à Barra, em direção ao Macuco – motivo pelo qual um novo cemitério seria construído na região do Campo do Macuco.

Nos anos finais da década de 1880, por iniciativa privada, apareceram os primeiros loteamentos, os quais foram destinados aos trabalhadores. Esses lotes, em geral, pertenciam a famílias tradicionais ou a pessoas que desejavam investir capital, os quais adquiriam essas propriedades a fim de aliar, num primeiro momento, a venda de residências recém-construídas à exploração da rede de transportes urbanos. Os proprietários desses loteamentos também eram responsáveis pelo oferecimento dos serviços à crescente camada de servidores públicos, empregados qualificados da Companhia Docas, e das demais empresas que se fixavam na cidade, caixeiros viajantes etc. Por outro lado, o loteador também poderia pleitear, junto à Prefeitura, o recebimento de onerários pelo serviço que prestaria à municipalidade na construção de ruas, valas, sistema de esgoto etc.

O bairro atualmente chamado de Macuco, por exemplo, surgiu nesse processo histórico. A antiga Chácara dos Macucos começava na

> [...] actual Rua Braz Cubas, junto ao canal da Avenida Campos Salles, seguindo dahi até á região da Encruzilhada, actual Avenida Rodrigues Alves, abrangendo o antigo Caminho Velho até aquelle ponto, e dalli avançando até as águas do porto" (SANTOS, 1937, p. 120).

As terras do Macuco pertenciam ao Tenente José Apolinário da Silva, marido da dona Luiza Macuco, falecida em 22 de novembro de 1884. Suas terras foram divididas entre seus herdeiros, os quais cederam à Prefeitura para abertura de novas ruas. Além disso, lotearam quadras e construíram residências para venda próximas à Avenida Conselheiro Nébias (SANTOS, 1937).

Outro loteador aparece significativamente na historiografia sobre a expansão urbana de Santos: Mathias Casemiro Alberto da Costa. Faria (2013) aponta que Mathias percebeu as carências habitacionais da cidade e, a partir do oferecimento de serviços urbanos, construiu seu campo de atuação profissional. Ele entrou em conflito com diversas famílias tradicionais da cidade, pois mesmo que se declarasse proprietário de terras, tinha sua posse contestada[10], sendo

[10] Há diversos processos contra Mathias Costa no Arquivo do Fórum de Santos, conforme apontam Faria e Monteiro (2019).

acusado, sobretudo, de mudar as cercas demarcatórias das propriedades alheias para concluir o serviço de loteamento prestado à Câmara Municipal.

Mathias Costa era um imigrante português que veio ao Brasil com a intenção de investir capital. Chegou ao Rio de Janeiro, casou-se com Ana Cândida de Azevedo, que por parte de pai era pertencente à família dos Azevedo Sodré, de renomados advogados; pelo lado materno, pertencia à família Ribeiro de Almeida, de prestígio nacional (SILVA SOBRINHO, 1957). Posteriormente migrou para Santos, tornando essa cidade palco de sua atuação: tornou-se membro da Loja Maçônica Fraternidade (1877) e da Beneficência Portuguesa de Santos (1877). Também se associou ao Teatro Guarani e ao Clube XV, além de fundador do Clube Literário de Santos (RODRIGUES, 1981).

No que diz respeito à sua atuação profissional, Mathias foi comissário de café, diretor presidente da firma Mathias Costa & Santos, membro da Associação Comercial e sócio comandatário da firma J. C. Toledo & Cia que negociava sal. A partir de 1886, Mathias propôs à Câmara de Santos a abertura de uma nova avenida em direção à Barra, avenida essa que receberia o nome de sua esposa, Ana Costa (1888). Também criou uma outra linha de bondes, que percorria a Vila Mathias (propriedade loteada por ele), descendo pela Senador Feijó e Amador Bueno até o Teatro Guarani, seguindo pela Praça Andrada, Rua S. Leopoldo até a Brás Cubas, local onde houve outro ramal rumo à Barra. Em 1889, a Vila Mathias já estava consolidada: dispunha de linha de bondes, avenidas arejadas, ruas espaçosas e botequins (FARIA; MONTEIRO, 2019).

O que se procurou demonstrar até o presente momento, por meio do diálogo com a historiografia da História de Santos, especialmente com as obras produzidas por Francisco Martins dos Santos (1937) e Fernando Martins Lichti (1986), obras que dizem respeito a esse período de muita efervescência histórica (1870-1930), é que elas foram fortemente relacionadas com o conceito de progresso, e este também associado ao desenvolvimento da modernidade capitalista.

A tese que este capítulo procura sustentar, entretanto, é que essa historiografia foi influenciada pela visão da elite local e pelas representações de progresso por ela construídas – e, por consequência, de modernidade – que fora privilegiada durante esse momento da história santista. E, para sustentar essa afirmação, propõe-se um diálogo com as representações de modernidade e progresso apresentadas na Revista Humorística, Litterária e Illustrada “A Fita”, revista que circulou entre a elite santista durante os anos de 1911-1915.

1.3.1 A Revista “A Fita” e as representações da elite local acerca da modernidade capitalista

Era cinco de fevereiro de 1914. Seria um dia como outro qualquer se não fosse quinta-feira: dia de venda e distribuição da Revista “A Fita” que, em 1914, tinha circulação semanal. Era a revista de número 42, do seu terceiro ano consecutivo de publicação. Na capa, uma jovem senhorita, aparentando ter entre 25 e 30 anos de idade. Era uma jovem imponente, olhando obstinadamente para longe e ligeiramente para o alto – talvez, simbolizando “um olhar para o futuro”.

Ela estava com um laço na cabeça, prendendo o cabelo; possuía um longo colar e um bracelete de pérolas no antebraço direito; um vestido bem moderno para a época: acinturado e montado com duas peças distintas. Na mão esquerda, anéis que combinam com o bracelete no antebraço esquerdo, na Fig. 1. E na legenda estava escrito: “Relembrando...”, fazendo menção ao número anterior que trazia fotos da moda parisiense.

Figura 1 - Capa da Revista “A Fita” (n. 42)

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital (2021).

A revista era vendida avulsa por $ 400 (quatrocentos réis), o equivalente ao preço médio de quatro exemplares de jornais da época[11] – notadamente uma revista destinada a um público seleto, com condições materiais objetivas para acessá-la. Não à toa, logo na página seguinte, note-se a propaganda de “Bebidas Deliciosas no BAR CHIC” e, conforme a própria publicidade

[11] Conforme o conversor de valores do Jornal Estadão. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 12 ago. 2019.

"Refrescos da Moda", "Bebidas da Elite". Para sustentar os motes, os valores: $500 para bebidas simples e $700 com sorvete[12], conforme Fig. 2.

Figura 2 - Página 2 da Revista "A Fita" (n. 42)

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital (2021).

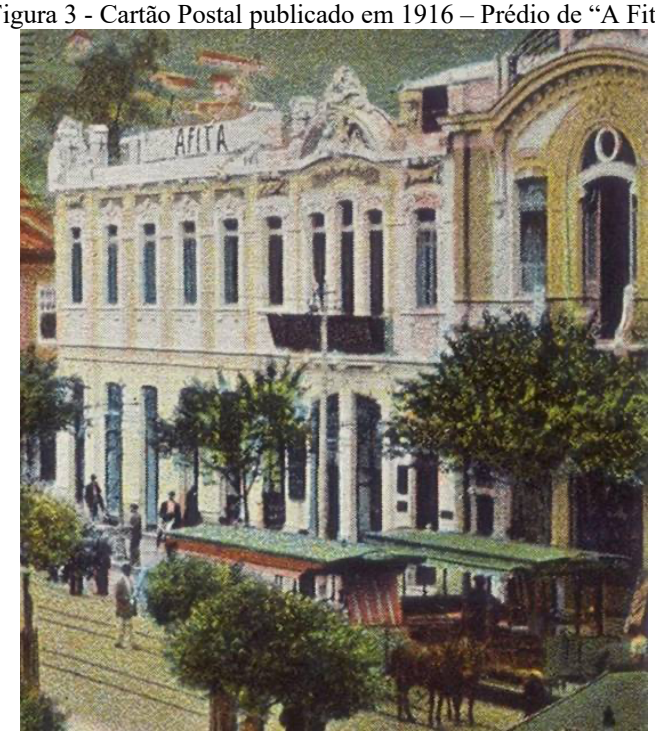
O primeiro exemplar da Revista "A Fita" foi publicado em 15 de abril de 1911, sob a direção de Manoel Bento de Andrade e Manuel Pompílio dos Santos, com redação no Sobrado do Largo do Rosário (atual Praça Rui Barbosa) n.º 2, sala n.º 2 (A FITA, 1911, p. 11).

Durante a pesquisa para elaboração desta tese, o primeiro contato com "A Fita" foi no Acervo Histórico da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos. Há alguns poucos exemplares – cerca de cinco, apenas – espaçados entre os anos de 1911 e 1914. No entanto, com o aprofundamento da pesquisa e a busca em acervos disponibilizados *on-line* – dentre eles, a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – foram encontrados diversos exemplares dessa revista, que podem ser consultados por meio do *site* da instituição.

Na Historiografia, o único autor a mencionar "A Fita", na Fig. 3, foi Rodrigues (1979) que, ao citá-la, faz uma menção das matérias publicadas nos primeiro e segundo exemplares.

[12] Segundo o conversor do Jornal Estadão, $500 equivale a R$ 25,00; $700 equivale a R$ 35,00.

Figura 3 - Cartão Postal publicado em 1916 – Prédio de “A Fita”



Fonte: Acervo Novo Milênio (2010). Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0318l2.htm. Acesso em: 28 dez. 2020

Questiona-se, para fins desta pesquisa, além do público-alvo da revista, quem eram os diretores? Com qual grupo político estavam alinhados? A que classe pertenciam os sujeitos que produziam esse periódico? Quais interesses possuíam com a publicação da revista?

Manoel Bento de Andrade era filho de Manoel Bento de Andrade (seu pai possuía o mesmo nome) e Marciana Jesuína Gomes de Carvalho. Nascido em Santos, atuou como jornalista e literato em diversas cidades do sudeste do país, dentre elas, o Rio de Janeiro, São Paulo, São Carlos e Santos.

Manoel Bento de Andrade, o pai, pertencia ao Exército Brasileiro, atuando no Rio de Janeiro. Ele desenvolveu uma carreira de rápida ascensão nas forças armadas. Foi sargento amanuense em 1844, promovido a alferes em 1845, a tenente do 13.º Batalhão de Infantaria no Rio Grande do Sul em 1854, a capitão do Corpo da Guarnição de Minas Gerais em 1861 e, posteriormente, ao 1.º capitão do Batalhão de Fuzileiros no Rio Grande do Sul em 1865. Em 1862, foi condecorado com o hábito da ordem São Bento de Avis. Muito provavelmente, Bento de Andrade (o pai) foi reformado em 1865 e, nesse mesmo ano, tornou-se agente da Administração do Correio no Rio de Janeiro.

Os periódicos assinalam que, em 1868, ele foi nomeado fiscal da Câmara Municipal de Santos. Além disso, as evidências sugerem que ele possuía um vínculo com o Partido Conservador, sendo, por isso, nomeado suplente de mesário do Capitão João Manuel Alfaya

Rodrigues (cunhado de Arthur e Adolpho Porchat de Assis, intelectuais cujas práticas serão analisadas posteriormente neste trabalho) para Junta Municipal. Casou-se com Marciana Jesuína Gomes de Carvalho em 1879 (não houve evidências suficientes para sugerir se esse foi o primeiro ou segundo casamento). Em 1882, foi citado como proprietário de Lojas de Fazenda a varejo em Santos, junto com seu irmão, sendo a sede do seu comércio na Rua Vinte e Cinco de Março, n.º 39. Em 1885, foi nomeado 2.º suplente de delegado da cidade, assumindo como efetivo no cargo no ano seguinte, e também no mesmo ano, como Juiz de Paz.

Manoel Bento de Andrade (o filho), por sua vez, nasceu em 1884. "O Subúrbio", em 14 de setembro de 1907, ao fazer referência à visita de Manoel Filho à sede do jornal no Rio de Janeiro, menciona que ele era tenente (em outros jornais é mencionado como capitão – talvez da aeronáutica?) e jornalista do "A Tribuna" (jornal de maior circulação na cidade de Santos).

Há poucas menções acerca dele nos periódicos da época, embora grande parte delas diga respeito a um único fato: Andrade (o filho) construiu um balão na Europa com mil metros cúbicos, batizou de Bartolomeu Dias de Gusmão, para ascendê-lo no Rio de Janeiro numa disputa entre baloeiros.

Olao Rodrigues, que também foi jornalista de "A Tribuna", ao rememorar acerca de Manoel Bento de Andrade (o filho), escreveu:

> Manoel Bento nada sabia de navegação aérea, embora andasse com a carteira recheada de cartões de visita, que diziam assim: "Capitão Manoel Bento de Andrade, jornalista e aeronauta". Naquela época, todo camarada que se arriscava a galgar as nuvens dentro da "*nacelle*" de um balão, intitulava-se capitão. Exemplos: capitão Martinez; capitão Alaor Prata; capitão Ferramenta. Eram todos capitães, mesmo quando faziam seus *pés de alferes* às mocinhas ingênuas, que iam assistir às ascensões dos aeróstatos por eles tripulados. (RODRIGUES, 1944 *apud* NOVO MILÊNIO, 2006, *on-line*)

Bento de Andrade possuía família no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Ele era proprietário de uma fazenda (chamada Ástrea) no Rio de Janeiro, especificamente na vila de Cuatis da Barra Mansa (emancipada a cidade em 1990, denominada atualmente de Quatis), um pequeno território no Vale do Paraíba Fluminense. O Jornal A Província de São Paulo, em 29 de março de 1913, registrou que ele era agricultor na região.

Em 1911, Manoel Bento de Andrade junto com Manoel Pompílio dos Santos fundam a revista "A Fita". No entanto, nesse mesmo ano, por problemas de saúde, Bento de Andrade vendeu sua parte da sociedade a Pompílio. Há registros que demonstram a complicação de seu quadro clínico, o qual foi se agravando a cada ano. Em 1912, por exemplo, ele atendeu a Sucursal do Estado em São Carlos, onde esteve também para fazer "[...] o tratamento de sua saúde bastante alterada". Victorino (1915), jornalista na cidade de Santos, em suas Reminiscências, menciona:

> Já que encetei neste capítulo uma série necrológica, relembro, com profunda mágoa, o falecimento de Manoel Bento de Andrade, em Conceição de Itanhaém, às primeiras horas do dia 23 de junho de 1915.
> A dolorosa notícia foi um profundo golpe que Santos recebeu em seu coração, pois Manoel Bento de Andrade era muito estimado em nosso meio pelas suas belas qualidades de caráter e trato afável. Militou muito tempo na imprensa santense e ultimamente redatoriava a Cidade de Santos. Depois de uma temporada pelo interior do nosso Estado, Manoel Bento de Andrade voltou a Santos, ocasião essa em que foi redator do jornal acima citado.
> Um verdadeiro coração de ouro, aliado a um gênio expansivo, despertava simpatias em todos que com ele travavam relações. Dedicava-se também a escrever para teatro e, meses antes de sua morte, no Coliseu Santista representou-se a sua revista "O Turumbamba", que obteve ruidoso sucesso.
> Morreu com 31 anos, deixando viúva e 3 filhos. Quando recebi a infausta notícia do falecimento de Andrade, acabava de fazer imprimir o 8º deste trabalho, no qual em um dos seus capítulos fiz a descrição da arrojada ascensão por ele realizada em Santos, no balão que pertenceu a Alaor de Queiroz. Há coincidências que matam unicamente a alma, deixando o coração a verter lágrimas.
> Mas... logo que foi conhecido o infausto passamento do saudoso jornalista, aeronauta e revistógrafo, a "Cidade de Santos" cerrou as suas portas em sinal de profundo pesar. O enterramento do inditoso Andrade realizou-se no cemitério municipal de Conceição de Itanhaém, para onde partiram amigos do extinto e representantes da imprensa, a fim de prestarem-lhe a última homenagem. Andrade foi vitimado por beribéri galopante (VICTORINO, 1915, *on-line*).

Com respeito à Revista "A Fita", tão logo ela foi inaugurada, em 1911, conforme exposto acima, foi entregue à direção de Pompílio dos Santos. O editorial da revista de número 12, correspondente à data de 15 de maio de 1912, traz o processo de transição representado da seguinte forma:

> "A Fita" uma nova phaze, perfeitamente aparelhada para se tornar uma publicação cada vez mais interessante e digna do evidente e acelerado progresso que dia a dia vai se manifestando nesta bela e futurosa cidade.
> A primeira phase foi de uma tentativa com o melhor desejo de tornal-a bem succedida: se tivemos o mais animador acolhimento por parte do nosso público, as dificuldades materiaes que encontramos para a feitura da revista foram, no emtanto, as mais oppressivas. Isto concorreu para que os nossos primeiros números se ressentissem de uma boa esthética e sahissem em épochas irregulares. Esta nova phase que hoje A Fita inicia acreditamos sob os mais animadores auspícios.
> Tendo Manoel Bento de Andrade, um dos fundadores desta revista, deixado, por imposição de sua saúde que o obrigou a residir fora désta cidade, de fazer parte da mesma, Pompilio dos Santos, seu companheiro, reuniu-se ao Snr. Luiz Costa, constituindo ambos uma empresa industrial sob a firma de POMPILIO DOS SANTOS & COMP. a qual adquiriu por intermédio da grande casa allemã BROMBERG, HACKER & C. o mais completo e moderno material gráfico, não só para a feitura da revista como também para a impressão de todo o gênero de Trabalhos typográphicos, de Pautação e de Clichês. (A FITA, 1912)

Manuel Pompílio dos Santos, assim como Manoel Bento, na Fig. 4, também era jornalista. Muito provavelmente teve sua trajetória iniciada na cidade do Rio de Janeiro. Não foram encontrados registros a seu respeito nos periódicos anteriores a 1905, no entanto, nesse ano, há artigos dele publicados nos jornais da cidade do Rio de Janeiro. Em 1907, passou em

terceiro lugar no concurso para amanuense da Biblioteca Nacional e, por alguma razão não identificada nesta pesquisa, em 1908 assumiu a gerência do jornal “A Tribuna”, em Santos.

Figura 4 - Manuel Pompílio dos Santos

Fonte: A Fita (2014). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=036180&pagfis=1358. Acesso em: 29 dez. 2019.

Desde sua chegada, Pompílio dos Santos teve uma atuação bastante intensa na cidade, fazendo-se presente em clubes – foi eleito, em 1908, tesoureiro do *Club* Tiro de Santos, uma instituição de caráter fortemente nacionalista; em encontros políticos – por exemplo, no banquete organizado pelo Deputado Galeão Carvalhal, em junho de 1911, bem como comparecendo ao lado do mesmo deputado durante sua festa de despedida a bordo do navio, o qual o ilustre deputado estava para embarcar a destino de férias na Europa.

Os periódicos da época também nos informam que Pompílio dos Santos oferecia algum tipo de prestação de serviços à Prefeitura Municipal de Santos, pois no Jornal O Estado de São Paulo menciona-se um recebimento no valor de 1:080$000 em janeiro de 1912, pago pelo prefeito Belmiro Ribeiro – mas não informa por qual motivo. No entanto, no arquivo da Junta Comercial, encontra-se o contrato da empresa Pompílio dos Santos & Comp. com um capital inicial de 20:000$.

Em fevereiro de 1912 e em agosto de 1913, Pompílio foi nomeado jurado. Os jornais também registraram a participação de Pompílio na festa de inauguração das obras de

saneamento de Santos, em abril de 1912; na inauguração da Ponte Pênsil, em maio de 1914 e no aniversário do senador Cesário Bastos, em 1915.

Manoel Pompílio dos Santos foi editor chefe da Revista até o final da sua circulação, em 1916, mas sua trajetória ligada à cidade de Santos continuou, pois no ano seguinte, 1917, foi nomeado secretário amanuense da Câmara Municipal de Santos.

Feitas as devidas apresentações dos redatores chefes da Revista "A Fita", retornar-se-á à discussão proposta para conclusão deste capítulo, a saber, evidenciar as representações de cidade moderna presentes nos exemplares analisados, a fim de demonstrar, por meio do diálogo com as evidências, que havia uma representação coletiva entre a elite santista do que se desejava (e se compreendia) por modernidade capitalista.

Na edição número 11, de 15 de maio de 1912, uma afirmação atrai a atenção do leitor:

> Santos, até aos nossos dias, tem sido uma importante cidade commercial e nada mais. Na sua praça, em circulação, rodam montanhas d'oiro, como no deserto, os cómoros de areia que o <simún> transporta de um lado para o outro, numa nuvem de poeira. Hoje, porém, Santos adhere á vida frenética que anda a sacudir os nervos de todo o mundo. Santos civiliza-se. Ainda mais: Santos sociabiliza-se. (A FITA, 1912, p. 41, grifos meus).

A notícia faz referência a uma *soirée* – uma noite em que se fez uma recepção – organizada pela família do Dr. Cunha Motta (1.º Tenente da Marinha do Brasil, médico e amigo de Raymundo Sóter de Araújo, outro intelectual cujas práticas são analisadas mais adiante e que também era 1.º Tenente da Marinha, além de farmacêutico e médico) às famílias da elite santista pelo doutoramento de seu filho Ludgero da Cunha Motta na Faculdade do Rio de Janeiro.

A matéria traz como retrógrados "[...] os velhos *clubs*, da cerveja servida n'um '*buffet*' silencioso, por largas noites bocejadoras", apresentando como de bom gosto e de alto teor estético e de sociabilidade a abertura "[...] dos salões de sua encantadora vivenda, ao que há de mais selecto em Santos".

Por moderno, sinônimo de *chic*, segundo a revista, é descrito

> [...] os seus salões [da residência do dr. Cunha Motta], emquanto o riso, o aroma, a música e as flores se dilluiam n'um ambiente suave, podemos notar as telas, nos mármores e em todos os objetos de arte que adornam luxuosamente as salas, os nomes dos mais respeitados mestres europeos e nacionais" (A FITA, 1912, p. 41, grifo meu).

Faz-se referência à "civilização" que chegou até Santos, isto é, os artefatos e produtos de luxo construídos durante a modernidade capitalista francesa que estão disponibilizados ao mercado santista em virtude da expansão do capital. Mas não podemos perder de vista o aspecto da "sociabilidade" também mencionado na matéria supracitada, pois o jornalista registrou os

nomes de parte dos convidados que estavam presentes na ocasião: ao todo, mencionaram-se 30 senhoras e senhoritas, 32 senhores e a presença dos representantes da imprensa local, sem citá-los pelo nome. Dentre os citados – ou os mais selectos da cidade – estavam as famílias Ribeiro, Catunda, Casemiro de Lacerda, Porchat de Assis, Alfaya Rodrigues, Sóter de Araújo – famílias que possuem relevância para esta tese.

Note-se a tentativa de sobrepor um modo de viver e de sociabilizar característicos do século anterior – no qual as elites se reuniam em *clubs* e bares – para as noites de recepção e bailes à semelhança de Paris. Nesse sentido, a sociabilização ocorre nos salões das residências dos proprietários que organizavam a festa, servindo seus convidados com banquetes próprios num local previamente decorado.

Ao passo que a Revista procurava afirmar sua representação de modernidade por meio de matérias como a citada acima – de caráter enaltecedor, congratulando aqueles sujeitos cujas práticas coadunavam com a perspectiva dos detentores de grande capital –, ela também criticava quando algo estava distinto dos seus interesses, como é possível verificar no editorial "Uma idéa", presente no número 19.

> Santos precisa de uma Biblioteca Pública, digna do seu desenvolvimento, do seu progresso, da sua vitalidade. Não se concebe que a grande e progressista terra de Braz Cubas, a segunda cidade de São Paulo, que é o primeiro Estado da Federação, ainda não possua uma grande e rica Biblioteca Pública.

O editorial faz referência a uma conversa entre dois amigos: Justino de Aguiar e o editor da revista. Questiona-se se Justino é uma pessoa real ou uma criação para fins de crítica social, pois não foram encontradas, na historiografia ou nos periódicos, quaisquer referências a esse sujeito. Retornando ao diálogo, Justino menciona que Santos não possuía uma biblioteca pública. Essa afirmação causa estranheza ao editor que, por sua vez, menciona a Biblioteca Municipal. Ao que Justino questiona se poderia realmente chamá-la de biblioteca, pois só havia nela relatórios oficiais, estatísticas e outros impressos de caráter "mais ou menos oficiais". Ele questionou se havia grandes obras, jornais e revistas que promovessem uma "leitura educativa". Por fim, concluiu: Santos não possuía uma biblioteca pública a altura de Santos.

Em fevereiro de 1889, Vicente de Carvalho iniciou uma coluna intitulada de "Cousas Municipais", publicada pelo Jornal Diário de Santos. Ao todo, foram três textos em que defendeu a instrução pública como instrumento para regeneração econômica do país. Para ele, fazia-se emergente o investimento público na criação de escolas, onde seriam oferecidos os acessos aos conhecimentos científicos – nas disciplinas de química e física, por exemplo –

necessários para o desenvolvimento industrial e, por consequência, para o progresso econômico (FARIA, 2018).

A proposta defendida por Carvalho possuía dois aspectos: por um lado, a criação de uma Academia Municipal de Comércio, instituição que nos anos posteriores passaria a existir e, por outro, a criação de uma Biblioteca Pública Municipal. Em sua argumentação, essas duas instituições ofereceriam os primeiros passos rumo ao progresso educacional na cidade (FARIA, 2018).

Mas as ambiguidades se manifestam tão logo as propostas de Vicente de Carvalho são apresentadas: a intenção em criar uma academia de comércio é oferecer à população as ferramentas necessárias para o trabalho no Porto. Nos seus primeiros discursos, Vicente de Carvalho defendeu o aprendizado das ciências naturais e exatas, mas em sua conclusão toda a formação sugerida em sua proposta estava para o treinamento técnico de pessoas para trabalharem no comércio do movimento portuário. Para tal intento, era necessário o aprendizado de outras línguas (uma vez que o Porto contava com pessoais de diversas nacionalidades), bem como o direito comercial, escrituração mercantil etc. (FARIA, 2018).

A criação da biblioteca municipal beneficiaria uma parcela minoritária da população, uma vez que a grande massa mal sabia ler e escrever; e os poucos que sabiam não teriam condições e nem tempo para se beneficiar com a biblioteca. Ela seria certamente um benefício para os mais abastados da cidade (FARIA, 2019).

Nos anos iniciais do século XX, tanto a Academia do Comércio quanto a Biblioteca Pública Municipal foram construídas, mas pela crítica na fala do sr. Justino, a Biblioteca não atendia os propósitos para os quais fora criada. Na continuidade da matéria, argumenta-se que cidades muito menores e menos ricas ostentam suas bibliotecas "[...] esta movimentada 'urbs' que tem avançado vertiginosamente na senda do progresso material e econômico a ponto de arrancar exclamações sinceras das pessoas que a conheceram há 10 ou 15 annos passados, precisa progredir também no terreno intelectual" (A FITA, 1912, p. 6).

Ainda fazendo referência ao discurso escrito no editorial, é interessante notar que outro argumento em favor da Biblioteca Municipal está em torná-la uma espécie de troféu da cidade, isto é, para os editores a biblioteca evidenciaria que Santos também está modernizada nos aspectos referentes ao intelecto:

> Os viajantes, os forasteiros que por aqui transitam, ás centenas, por mez, não devem levar de Santos apenas impressões de uma cidade de muitas carroças e muito café. Pelo menos, d'entre todos aquelles que forem illustres, e cujas opiniões, uma vez expendidas, puderem pezar nos conceitos que afirmarem sobre esta terra santista, a esses, Santos mostrará sua Bibliotheca (A FITA, 1912, p. 6, grifos meus).

O Brasil estava inserido num movimento mais amplo, em que, desde a segunda metade do século XIX, as nações ocidentais detentoras do grande capital privilegiaram uma pedagogia do progresso, oferecendo, nas Exposições Internacionais Pedagógicas, uma perspectiva de progresso possibilitada por meio da educação, a qual traria os valores sociais e culturais da modernidade capitalista. Com a realização de congressos durante as feiras (nacionais ou internacionais), houve a implementação e difusão de padrões, propiciando uma uniformidade ideológica e material nos mais diversos aspectos da sociedade (FARIA, 2018). Assim, pouco a pouco, o Brasil foi incorporando, dentre tantos, os aspectos educacionais presentes num âmbito internacional (KUHLMANN JÚNIOR, 2001).

Essa pedagogia do progresso instituía a noção de que os países precisavam evoluir, modernizando-se e, para isso, a educação era um fator preponderante. Fazia-se necessária a multiplicação de instituições e a aquisição de produtos para atender a instrução pública. Um país moderno era aquele que valorizava a educação e a instrução das massas.

Retornando à discussão anterior, além do enaltecer ou criticar, outra forma de a Revista propagar a representação de modernidade e do progresso é por meio da propaganda. Tanto utilizando imagens quanto textos, evidenciam-se nas publicidades que produtos luxuosos são sinônimos de progresso material e, portanto, evidenciam a chegada da modernidade em Santos.

Na edição número 23, de 25 de setembro de 1913, conforme Fig. 5, na página 27, dedicada exclusivamente à publicidade de um único estabelecimento comercial intitulado ‘Casa Cardoso’ há o título ‘Pelo nosso comércio’.

Figura 5 - Propaganda da Casa Cardoso

Pelo nosso Commercio

CASA CARDOSO

Incontestavelmente Santos é, do paiz, a cidade onde o progresso cada vez mais se accentúa. Tudo aqui evolue e essa evolução no momento actual é a prova mais evidente e mais expressiva da pujança de seus recursos.

O commercio e a industria em Santos tomam uma nova feição, acompanhando em seus processos a orientação pratica e esthetica da epocha.

Pretendendo registrar pari-passu as manifestações desse «espirito novo» que remodela, aperfeiçoa e dá uma feição artistica e attrahente aos costumes e cousas commerciaes que dantes eram aqui tão ronceiros, damos, como inicio, o cliché acima, representando o interior do estabelecimento de bebidas finas, fructas de todas as qualidades, caldo de canna, sorvetes, refrescos, conservas, verduras, aves, etc. que, com todas as prescripções exigidas pela hygiene o srs. M. Cardozo & C. abriram em predio completamente novo, á rua do Rosario n. 81.

O leitor que visitar esse estabelecimento, não poderá deixar de se sentir satisfeito, não só pelo asseio e commodidade que nelle encontrará, como tambem pelo tratamento attencioso e lhano de seus proprietarios.

Em outra pagina, sob o titulo de «*Casa Cardozo*», publicamos um annuncio para o qual chamamos a attenção de todos.

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital (2021).

Em seguida, uma fotografia do estabelecimento, o qual oferece aos seus clientes bebidas finas, frutas de todas as qualidades, caldo de cana, sorvete, refrescos, conservas, verduras, aves etc. No texto comercial, menciona-se que todas as prescrições higiênicas são atendidas. Mas, o que chama a atenção do leitor envolvido com a análise que se faz nesta tese é a seguinte afirmação:

> Incontestavelmente Santos é, do paiz, a cidade onde o progresso cada vez mais se accentúa. Tudo aqui evolui e essa evolução no momento actual é a prova mais evidente e mais expressiva da pujança de seus recursos. O commercio e a indústria em Santos tomam uma nova feição, acompanhando em seus processos a orientação prática e esthética da época. Pretendendo registrar pari-passu as manifestações desse <<espírito novo>> que remodela, aperfeiçoa e dá uma artística e attrahente aos costumes e cousas comerciais que dantes eram aqui tão ronceiros, damos, como início, o cliché acima representando o interior do estabelecimento... (A FITA, 1913, p. 27, grifos meus).

"Tudo aqui evolui". A que evolução o texto se refere? Provavelmente diz respeito à modernização que envolvia a cidade, na qual produtos e serviços eram oferecidos por empresas estrangeiras e que conferiam uma mudança estética a Santos, conforme os padrões estabelecidos pela modernidade capitalista parisiense. Não à toa diversas notícias em "A Fita" são em francês. Além disso, há notícias e anedotas que fazem referências à França, EUA, Inglaterra, Alemanha e Suíça, isto é, aos países de primeiro mundo. Mas chama a atenção –

para fins de análise – a lucidez do escritor que se referiu ao espírito novo, aos processos de orientação prática e estética, por pouco (se não fosse uma distância histórica de pelo menos 80 anos) parafraseando Michel de Certeau nos "modos de fazer e pensar".

Com respeito aos processos de orientação prática, talvez se possa fazer menção a uma série de produtos industrializados, disponibilizados pelo mercado internacional ao comércio santista como, por exemplo, os maquinários da fábrica de cerveja S. Bento, onde o senhor Eugenio Feder, industrial estabelecido na cidade há anos, adquiriu "[...] novos e importantes mecanismos de engenho moderno para aperfeiçoamento dos produtos de sua fábrica [...]" (A FITA, 1913, p. 26); ou então, a filial da fábrica de automóveis DION = BOUTON, na qual a empresa santista A. C. Gomes & Comp., localizada na Rua XV de Novembro, n.º 59, colocou um grande encarte, dizendo: "Tudo premiado pelo ministro da guerra da França" (A FITA, 1913a, p. 35) e ainda "oficina moderna e pessoal habilitado, para concertos e reformas de todas as marcas de automóveis" (A FITA, 1913b, p. 5); ou a Fábrica de Móveis Casa Horta, "única casa de móveis em Santos movida a eletricidade" (A FITA, 1913b, p. 5); ou o Hotel Universo, "illuminado e ventilado á eletricidade, luxuosos e confortáveis aposentos" (A FITA, 1913b, p. 7). Note, por exemplo, a propaganda na edição 29, p. 21:

> E' costume dizer-se que Santos é uma cidade essencialmente commercial, e nós já podemos adiantar – e industrial. Se percorrêssemos todos os nossos estabelecimentos teríamos de verificar que uma grande parte delles são entregues exclusivamente aos mystéres industriaes, em suas várias modalidades. Dia a dia as indústrias entre nós mais se desenvolvem, não estando ainda ellas em pé de igualdade com o commercio devido á falta de habitações, motivo que contém lá fora o operariado que anceia vir até aqui. No dia em que estiver removido, esse inconveniente, a cidade, pela sua situação marítima, mais sympáthica aos trabalhadores, ver-se-há invadida por uma enorme população operária, tornando-se também ella o empório industrial do grande Estado de São Paulo. Dentre os importantes estabelecimentos industriaes que aqui já se acham installados merece uma justa menção a Marcenaria a Vapor que o inteligente industrial Nuno Henriques tem montada á rua General Câmara n. 79. Vasta, ventilada e com bastante luz, a Officina do Commércio, não só por contar com grande número de escolhidos e perfeitos operários, como por dispor de todo gênero de machinismos modernos, está apta a preparar com presteza os mais diffíceis trabalhos em móveis finos, armações, mobiliários em geral etc. (A FITA, 1913c, p. 21, grifos meus).

O que se procurou demonstrar por ora é que, por processos de orientação prática, o leitor compreenderia os múltiplos produtos disponibilizados ao mercado, os quais denotam a chegada do progresso. No entanto, como se vem demonstrando até o presente momento, por progresso se compreendia – conforme foi sendo construído no imaginário da elite santista, por intermédio dos periódicos, por exemplo – o desenvolvimento industrial, isto é, a ação modernizadora que traria uma vida de maior luxo e comodidade a aqueles que pudessem pagar por isso. No que concerne à moda, perfumes e modelos estéticos, a pesquisa evidencia um prevalecimento dos

padrões franceses. No entanto, quando se diz respeito à modernização industrial, no tocante a peças e maquinários, a ênfase da revista recai sobre a Alemanha e Inglaterra.

Não se pode, entretanto, perder de vista a segunda expressão que compõe o "espírito novo", citada na propaganda supracitada, que é a "esthética da época". Parte-se do pressuposto de que essa expressão também é carregada de sentido e, portanto, serve de indicador para melhor compreensão e análise da tese que se está defendendo neste trabalho.

A "esthética da época", na concepção aqui compreendida, faz referência a um conjunto de padrões construídos historicamente a partir do Renascimento, com o surgimento da burguesia, que foi ampliado e propagado no contexto das revoluções industriais e expandido internacionalmente com a busca de novos mercados já mencionados anteriormente neste capítulo. Considerou-se também que essa "esthética" recebeu forte influência do contexto francês e, portanto, expressões, costumes, mercadorias, dentre outras coisas, foram sendo modificados a partir de um novo modo de fazer e pensar, de novas necessidades construídas historicamente durante o que se denominou de "modernidade capitalista".

No caso da cidade de Santos, conforme a análise de "A Fita", evidenciou-se a "esthética da época" por meio da modernização do espaço urbano, isto é, de um processo iniciado no final do século XIX e que se consolidou até o final da segunda década do século XX, em que avenidas foram construídas, ruas foram alargadas, moradias foram refeitas, bondes implementados, praças e prédios públicos reformados etc.

Na edição 27, de 23 de outubro de 1913, "A Fita" inicia uma série de reportagens denominada "Santos de Hoje – como se administra um município, aplicação de suas rendas: Factos e Obras". O prefeito nesse momento era Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva. Ele foi o segundo prefeito eleito por voto popular – lembrando que analfabetos estavam excluídos do processo eleitoral e eram a grande maioria da população santista. Belmiro Ribeiro era o prefeito desde 29 de julho de 1910. Em outubro de 1913, a cidade de Santos se preparava para uma nova eleição para prefeito municipal – as eleições seriam no dia 30 do respectivo mês.

O Partido Municipal (no poder)[13] iniciou uma campanha publicitária intitulada "Contra factos não há argumentos", apresentando em diversos veículos de comunicação (periódicos) fotografias do antes e depois de obras realizadas em múltiplos pontos da cidade. A Revista "A Fita", mesmo sendo uma revista ilustrada de humor, justifica no primeiro parágrafo da matéria que:

[13] Mais informações sobre o Partido Municipal estão no próximo capítulo desta tese.

> No desempenho da missão a que nos impuzemos, em o nosso carácter de publicação illustrada que tem a obrigação de graphar os mais notáveis acontecimentos e registrar os factos locaes que mais interessam ao nosso publico, vimos cumprir um dever de lealdade profissional constatando em nossas páginas o resultado da açção fecunda e brilhante da administração municipal que em breve terminará o seu mandato. (A FITA, 1913, p. 21)

Fica evidenciado que os editores da revista "A Fita" se posicionavam em favor daquela atual gestão municipal, em detrimento do grupo oposicionista do Dr. Cesário Bastos. Embora os aspectos políticos sejam de grande relevância para esta pesquisa, o que se pretende destacar neste momento é o discurso do progresso ilustrado nas fotografias apresentadas na revista como um melhoramento municipal de acordo com os padrões do que existia de mais moderno.

A matéria supracitada, de 23 de outubro de 1913, "Santos de hoje", menciona que a cidade de Santos é o "[...] o grande empório do mais opulento Estado da União" e, por isso, tem por necessidade "aformosear e preparar para bem acolher e fazer honra a todos que a visitem" e ainda "aparelhar a cidade com os recursos indispensáveis ao seu embelezamento, commodidade e saneamento" (A FITA, 1913, p. 21). Além disso, ao fazer referência ao passado – retrógrado – cita que a cidade estava com:

> Ruas esburacadas e cheias de depressões, edifícios públicos falhos de hygiene, avenidas lamacentas e abandonadas, galerias pluviais abatidas ou obstruídas, a pequena lavoura sem amparo e sem abrigo para os seus productos, o mercado público n'um estado de verdadeiro pardieiro, infecto e repugnante; para tudo isso enfim, houve a necessária e imediata acção administrativa, que de então metteu mãos á obra, reconstruindo, saneando e embellezando (A FITA, 1913, p. 21).

Ao todo, das 68 páginas da revista na edição 27, foram 28 páginas dedicadas à matéria "Santos de Hoje", na qual foram publicadas fotos e descrição das obras realizadas pela gestão municipal. O texto, após sua introdução, é dividido em categorias, a saber: construções diversas, calçamentos e macadamizações, tração elétrica e iluminação pública, seguido de um texto para conclusão da matéria. Foram publicadas, além das fotos dos dirigentes (prefeito e vereadores), 40 fotos dos melhoramentos realizados no município.

Publicava também no dia 23 de outubro de 1913, o Jornal "A Tribuna", a matéria intitulada "Melhoramentos Municipais: Contra Fatos não há argumentos", que também trouxe fotos das obras municipais. Algumas fotos publicadas no Jornal A Tribuna são distintas da Revista "A Fita". Para ilustrar o que esta tese vem assinalando, as fotos serão organizadas conforme o progresso das obras até sua conclusão. Além disso, não são aqui expostas todas as fotos das obras, apenas aquelas que possuem as três fases da obra: antes, durante e depois, conforme Fig. 6 e 7.

Figura 6 - Cartão Postal de 1901, Largo do Rosário

Fonte: coleção Werner Vana, de São Paulo/SP. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos002. Acesso em: 23 out. 2019.

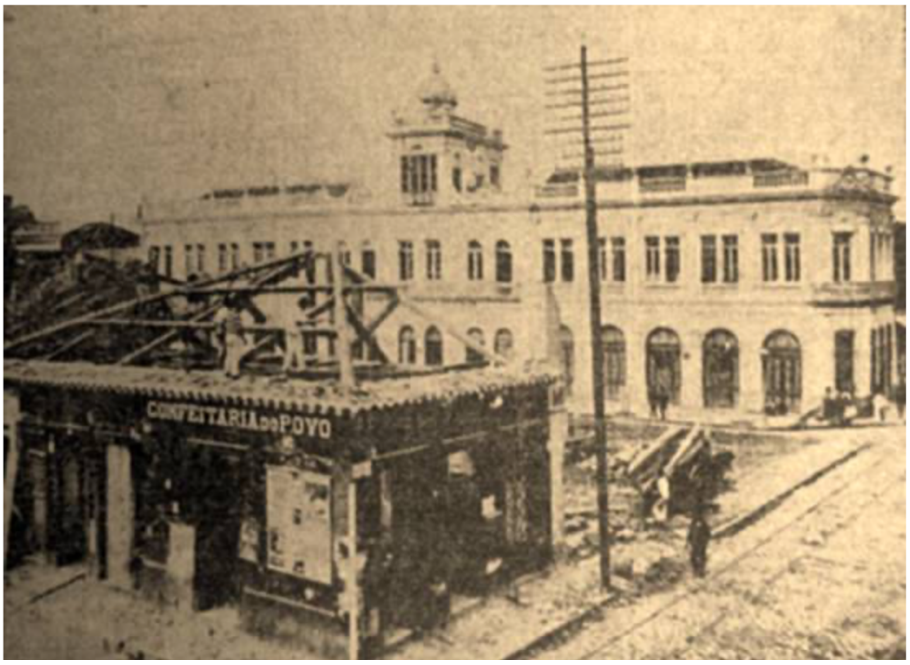
Figura 7 - Largo do Rosário antes da reforma

LARGO DO ROSARIO. Outro aspecto antes da sua reforma.

Fonte: Revista A Fita (1913, p. 34).

O Largo do Rosário, denominado de Praça Rui Barbosa por volta da década de 1920, era uma área muito transitada do centro da cidade, em virtude de ser um cruzamento da Rua General Câmara e Rua do Rosário (Avenida João Pessoa, atualmente). Conforme as Fig. 8, 9 e 10 apresenta, era um local de entroncamento entre pedestres e bondes, circunstância constantemente criticada pela elite local, sobretudo, em virtude dos atropelamentos de pedestres ou por ampliar a dificuldade de passagem dos automóveis.

Figura 8 - Largo do Rosário durante a reforma



Fonte: Jornal A Tribuna (1913).

Figura 9 - Largo do Rosário após a conclusão da reforma

Fonte: A Fita (1913)

Figura 10 - Largo do Rosário após a conclusão da reforma

Fonte: A Tribuna (1912).

As Fig. 9 e 10 demonstram como, após as reformas, ficou organizado o espaço urbano no Largo do Rosário. Note-se que os pedestres passaram a utilizar as calçadas, os bondes possuíam seus espaços próprios para locomoção, e os automóveis teriam as avenidas para sua

circulação. Além disso, ao longo das avenidas havia arborização própria e, nas praças, pequenos jardins, no destaque da Fig. 11.

Figura 11 - Largo do Rosário em direção à Rua do Comércio (1934)

Fonte: Novo Milênio (2016). Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos051.htm. Acesso em: 23 out. 2019.

Uma cidade moderna precisava atender as noções contemporâneas de embelezamento: arborização, locais apropriados para pedestres, bondes e automóveis, palacetes no decorrer das avenidas etc. No editorial "Em verdade", por exemplo, publicado em "A Fita" em 21 de janeiro de 1914, está escrito que quem desejasse fazer um passeio de automóvel precisaria ir a São Paulo ou ao Rio de Janeiro, pois somente nessas cidades havia calçamento apropriado e palacetes ao longo das avenidas (que valeriam a pena ser vistos). No entanto, com as obras realizadas pela gestão municipal, o editorial ajuíza:

> Mas agora, apezar de incompleto o serviço, já vale a pena a gente descer a avenida. Da Villa Nova ao Boqueirão, em formosa continuidade, as vivendas artísticas com o seu bom gosto e os seus floridos jardins, deliciam o passeante, empolgam-lhe o olhar e fazem-no bendizer a vida. E' um regalo esse passeio! Eu vivo a fazel-o com ardor. E, como eu, muita gente boa (A FITA, 1914, p. 16).

Por "muita gente boa", evidentemente, faz-se referência ao público leitor da revista que possui um automóvel, isto é, a elite santista – como já foi apontado anteriormente. Essa elite, desejosa de transformar a paisagem urbana da cidade, assumiu a direção municipal e investiu numa série de obras para reorganizar o espaço urbano, atendendo suas atuais necessidades.

> Refestelado com a pachorra nos coxins da Fiat ou perambulando ao acaso por entre as banquetas, ao cahir da tarde ou ao levantar do luar, eu sonho o renascimento da avenida, ao doce olhar das moças bonitas que se debruçam das janellas. E, na fumaça azulea que se evola do cigarro, andam a saltar pelo espaço bandos de fadas irrequietas, cantando o embellezamento da nossa antiga via – estrada suave que nos leva aquella praia límpidas areias... (A FITA, 1914, p. 16).

Não à toa, a Avenida Conselheiro Nébias, na Fig. 12, foi um dos pontos escolhidos pela Gestão Municipal para ser reformada. Ela é a avenida mais antiga da cidade de Santos, pois sua origem remonta à rua Otaviana, aberta na segunda metade do século XIX como caminho alternativo para a Barra. Ela sofreu, em 1892, uma reforma que a ampliou.

Figura 12 - Avenida Conselheiro Nébias antes da Reforma (1902)

Fonte: Revista da Semana/Jornal do Brasil (1902). Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos036.htm. Acesso em: 23 out. 2019.

A Avenida Conselheiro Nébias foi o primeiro trecho de transporte público no município, por meio dos bondes sobre trilhos puxados por tração animal. Além disso, foi a primeira avenida da cidade a receber iluminação pública (1871). Ainda assim, ela não possuía um calçamento adequado – segundo os moldes desejados para a época – para pedestres, fazendo os transeuntes caminharem nos cantos, pelas ruas. Além disso, não havia separação dos locais para automóveis e bondes, nas Fig. 13 e 14.

Figura 13 - Início das obras na Avenida Conselheiro Nébias

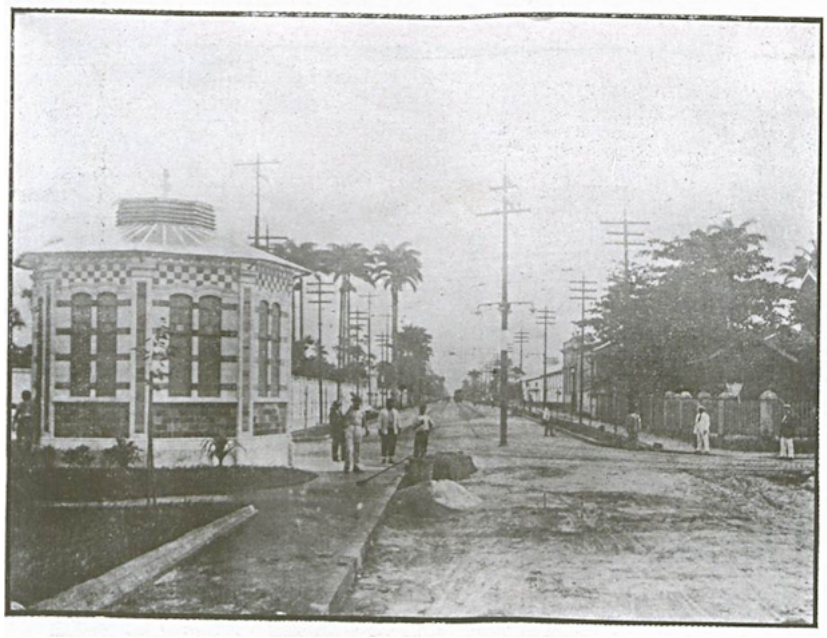
Fonte: A Tribuna (1913). Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos286b.htm. Acesso em 23 out. 2019.

Figura 14 - Obras na Avenida Conselheiro Nébias

Fonte: A Tribuna (1913). Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos286b.htm. Acesso em 23 out. 2019.

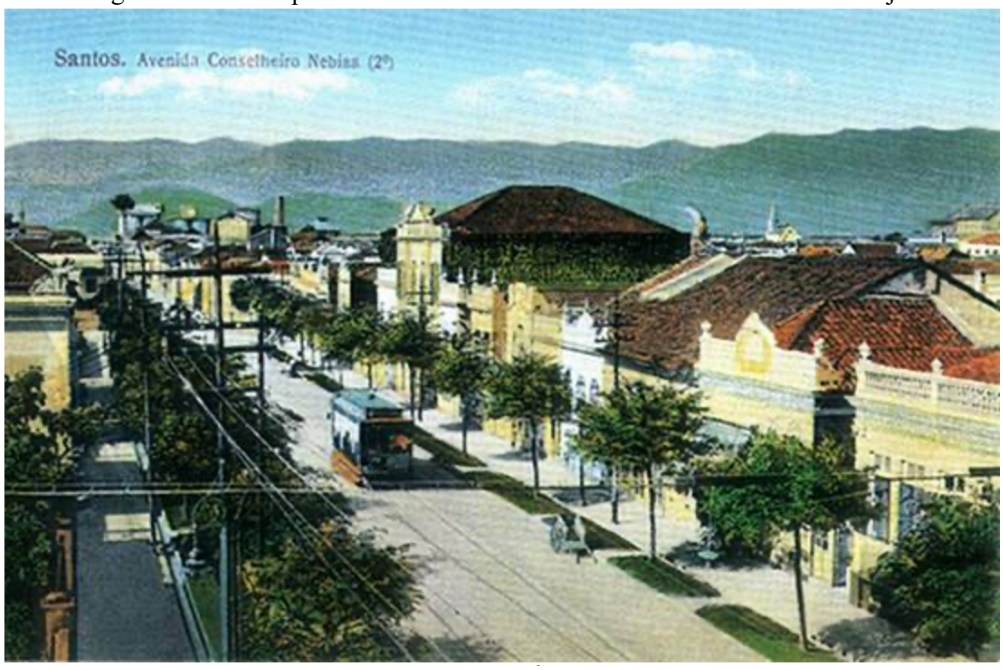
No caso da Avenida Conselheiro Nébias, os trilhos também sofreram modificação, sobretudo, porque os bondes deixavam de ser puxados por tração animal e passaram a ser movidos por eletricidade. Além disso, a gestão municipal inseriu o canteiro central em toda a extensão da avenida, ajardinando-a, na Fig. 15.

Figura 15 - Avenida Conselheiro Nébias após a reforma



Fonte: A Fita (1913)

Figura 16 - Cartão postal de 1915 de João Emílio Gerodetti e Carlos Cornejo



Fonte: Novo Milênio (2008). Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos036.htm. Acesso em: 23 out. 2019.

Outra localização também reformada foi a Rua Santo Antônio, na Fig. 17. Tratava-se de uma rua bastante movimentada no centro da cidade, sobretudo, por ligar o Largo Monte Alegre – local onde os passageiros desembarcavam de São Paulo e do interior, estando também situada a estação da São Paulo Railway – com o Largo do Rosário, de onde irradiavam todas as linhas de bondes elétricos. Nessa rua também se localizava o Alto Comércio santista, com

escritórios e armazéns ligados ao comércio portuário. Sendo assim, tratava-se de uma artéria de grande fluxo de automóveis e pedestres.

Figura 17 - Rua Santo Antonio em reforma (1913)

Fonte: Jornal A Tribuna (1913). Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos286.htm. Acesso em: 23 out. 2019.

O Jornal A Tribuna, em 23 de outubro de 1913, chegou a publicar que a Rua Santo Antonio, "[...] uma famosa artéria comercial de Santos era, como tantas outras, então, um verdadeiro atentado a hygiene, a esthetica e ao conforto". A notícia denunciava os prédios "antiquíssimos" e os casarões "pavorosos", que davam um aspecto "deprimente" ao local. Na Fig. 18, é possível ver a Rua Santo Antonio depois da reforma.

> O leito da rua, coberto de colossais depressões e de espessa camada de lama escorregadia, era repugnante. As administrações daquele tempo descuravam por completo da reforma dessas *bagatelas* para cuidarem exclusivamente de rançosa política de campanário. E foram estes e outros fatos, quiçá mais vergonhosos, que determinaram a interferência do nosso alto comércio na política local. Era um direito que lhe assistia como principal contribuinte e o dever iniludível de trabalhar pela reabilitação da terra em que empregava o melhor de seus esforços (A TRIBUNA *apud* NOVO MILÊNIO, 1913).

Figura 18 - Rua Santo Antonio depois da Reforma

Fonte: A Fita (1913)

Outra rua bastante movimentada no centro da cidade era a Rua Marquês de Herva, na Fig. 19. Chamada anteriormente de Rua Penha, nela se situavam os armazéns de importação e exportação da São Paulo *Railway*, bem como a usina de gás encanado da Cia *City* – desde 1881 – motivo que explica o grande fluxo de veículos em trânsito sobre ela naquela época. Antes de sua reforma, recaíam sobre ela severas críticas.

> Mal iluminada, edificada de prédios esconsos e antiquíssimos, com o calçamento desfeito e substituído por perene e espessa camada de lama fétida, a Rua Marquês de Herval era tão suja que oferecia a mais deprimente prova do desmazelo a que a nossa cidade estava votada pelas retrógradas administrações dos velhos tempos (A TRIBUNA, 1913).

Figura 19 - Rua Marquês Herval antes da Reforma (1913)

Fonte: Jornal A Tribuna (1913). Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos286b.htm. Acesso em: 23 out. 2019.

Não obstante, a Rua Marquês de Herval foi alargada, o calçamento foi refeito, nas Fig. 20 e 21. As valas foram canalizadas a partir de uma rede de esgoto subterrânea. Os pedestres teriam um espaço próprio para transitar. O seu "embelezamento" precisava ocorrer, afinal, era uma rua onde os "ilustres" da capital e do interior viriam com seus automóveis, onde carruagens passavam em ambos os sentidos a fim de se locomoverem do Porto ao centro da cidade (ou no fluxo contrário), na Fig. 22.

Figura 20 - Rua Marquês de Herval em reforma

Fonte: A Fita (1913).

Figura 21 - Rua Marquês de Herval em reforma

Fonte: A Fita (1913).

Figura 22 - Rua Marquês de Herval após a conclusão da reforma

Fonte: Revista A Fita (1913).

Considerando exclusivamente a matéria publicada em “A Fita” de 23 de outubro de 1913, além das ruas e avenidas mencionadas anteriormente, é possível registrar, por meio das fotografias e das descrições, os locais privilegiados pelas reformas municipais, a saber:

- Por calçamentos e macadamizações: Rua XV de Novembro (completamente refeita), Rua Comendador Martins, Rua General Câmara, Rua Lucas Fortunato, Rua Brás Cubas, Rua Rangel Pestana, Rua da Constituição, Avenida Ana Costa, Canal 2, Rua Dr. Cochrane, Rua Júlio de Mesquita, Rua Campos Melo, Canal 1, Rua Júlio Conceição, Av. Conselheiro Nébias, Praça Azevedo Junior, Rua Benedicto Pinheiro, Travessa 24 de Maio, Rua Dona Luiza Macuco, Rua Luiz Gama, Rua Marechal Pego Junior, Rua Augusto Severo, Rua Eduardo Ferreira, Avenida São Francisco, Rua São Leopoldo, Rua 2 de Dezembro, Rua Bittencout, Praça Mauá, Praça Barão do Rio Branco, Chico de

Paula (caminho do Matadouro), Rua Manoel Carvalhal, Rua 13 de Maio e Mercado Municipal.

- Abertura de valas e reforma de pontilhões: entre as Ruas Júlio de Mesquita e Rangel Pestana; aterro na Rua Comendador Martins; construção de Pontilhão no Guarujá; reforma do Pontilhão na Alemoa; aterro no edifício do corpo de bombeiros; reforma do Pontilhão sobre o Rio Água Clara.
- Demolições: na Rua São Bento, dois prédios; Rua Santo Antonio, dois prédios; Rua Dois de Dezembro, dois prédios, bem como a desapropriação de todos os demais prédios dessa rua; retificação, alinhamentos e alargamentos dos prédios nas ruas Santo Antonio, Frei Gaspar, Dois de Dezembro, São Francisco, Praça Mauá, Largo do Rosário e parte da rua Senador Feijó.
- Reforma dos dois cemitérios municipais – Saboó e Paquetá – sobretudo o Saboó que não possuía ossário. No bairro Cubatão, a construção de um cemitério na região.
- Jardins e praças arborizadas: Praça Barão do Rio Branco, Mauá, Da Imperatriz, Azevedo Júnior, Sete de Setembro, da República, do Rosário. Reforma das Praças José Bonifácio e dos Andradas. Arborização de diversas ruas durante as macadamizações e, em especial, da Avenida Conselheiro Nébias.
- Aberturas de novas ruas: Vasconcelos Tavares, Augusto Severo, Dr. Sóter de Araújo, Benedicto Pinheiro e o prolongamento da Mauá.

Além disso, a revista publica fortes elogios a Cia *City of* Santos *Improvements*, tanto em virtude da substituição de bondes puxados por tração animal pelos de tração elétrica quanto pelo fornecimento de iluminação elétrica em algumas vias públicas da cidade, a saber: Avenidas Ana Costa, Conselheiro Nébias e Taylor, Rua Senador Feijó, praça Azevedo Junior, Villa Macuco, Villa Mathias, Travessa 24 de Maio, Rua XV de Novembro e em todas as praias. Ao fim da matéria, conclui:

> Para inauguração desse importante serviço de viação pública [bondes movidos por eletricidade] foram empregados esforços colossaes não só por parte da Prefeitura como também da gerência da The City of Santos Improvements Company LTDA. Importantes foram os trabalhos e os estudos feitos com alinhamentos e nivellamentos das ruas para collocação dos rails. E' innegavel que Santos possue um serviço de tramsway exemplar, competindo com as capitaes européas e americanas. [...] Convém notar ainda que o serviço de limpeza publica, hoje feito administrativamente pela Prefeitura é exemplar; bem poucas cidades do paiz apresentarão serviço idêntico e com a regularidade que se observa principalmente na remoção domiciliaria de lixo, que alcança todos os pontos da cidade, em hora matutina (A FITA, 1913, p. 31-2).

O discurso do progresso estava sendo lançado. Suas bases eram as melhorias materiais vindas por meio da modernização dos processos e da indústria, que traziam novos maquinários,

maior conforto e comodidade – embora não acessível para a maioria da população santista. Para aqueles que tinham acesso a tais produtos e mercadorias, entretanto, havia progresso e a cidade estava trilhando o rumo das nações desenvolvidas, percorrendo os mesmos passos, adquirindo as mesmas tecnologias e, por consequência, inserindo-se na categoria de "cidade moderna". Assim, concluiu a notícia "Santos progride" da Revista "A Fita", em 15 de janeiro de 1914: "Santos progride innegavelmente, acompanha essa estupenda evolução por que passa o nosso querido Paiz e são tantos os aperfeiçoamentos e melhoramentos que observamos que difficil seria enumeral-os" (A FITA, 1914, p. 21). E, ainda, em 9 de abril de 1914, em outra notícia, afirmou:

> Santos, a bella capital marítima de São Paulo... Lemos isso numa revista do Rio e, palavra d'honra, sentimos nosso coração de santense pulsar de alegria e, quiçá, de um pouco de orgulho. Santos, é verdade, progrediu muito; a velha cidade colonial desappareceu e surgiu em seu logar a <<bella capital marítima de S. Paulo>> (A FITA, 1914, p. 21).

* * *

O processo que foi sendo descrito neste capítulo teve por objetivo articular uma leitura acerca do conceito de modernidade capitalista, a fim de compreender as especificidades presentes, na passagem do século XIX para o XX, no que diz respeito à cidade de Santos. Para isso, fez-se uma distinção entre a primeira modernidade, isto é, aquela que, por oposição ao mundo feudal, propiciou um renascimento comercial, urbano e cultural, trazendo significativas transformações na cosmovisão daqueles sujeitos históricos. Num segundo momento, foi possível compreender que o conceito de modernidade passou a ser visto enquanto sinônimo de progresso, confundindo-se, por volta do século XVIII e início do XIX, com o conceito de "modernização", distinguindo-se, entretanto, do "modernismo", um estado da arte. Além disso, na análise de Baudelaire e Benjamin, o mundo moderno poderia ser compreendido enquanto uma sociedade de circulação de mercadorias, de expansão do capital e da coisificação dos sujeitos e de suas relações. Nesse sentido, elegeu-se para este trabalho o conceito de modernidade "capitalista", considerando-a um conjunto de práticas sociais historicamente situado; ou seja, um conjunto de práticas que tem lugar em um determinado tempo e espaço históricos, nos quais tais práticas se verificam em uma sociedade datada, qual seja, a sociedade capitalista – coadunando, portanto, com a análise marxiana acerca da modernidade (não progressiva, nem progressista). Na análise de Marx, modernidade é igual ao tempo do capital, do capitalismo.

Por fim, num último movimento do capítulo, procurou-se identificar, por um lado, como a historiografia sobre Santos retratou as transformações que a modernidade capitalista trouxe à cidade, privilegiando o aspecto da modernização nos meios de transportes, por meio da criação da linha férrea Santos-Jundiaí e a criação da São Paulo *Railway*, bem como a ampliação do cais portuário pela Cia Docas de Santos, e com a expansão urbana em direção à Barra. Em seguida, apresentou-se a Revista Ilustrada "A Fita", que circulou na cidade entre 1911 e 1914, a fim de demonstrar como o conceito de modernidade foi representado entre a elite santista, demonstrando, por meio da análise das imagens das reformas municipais e do diálogo com as evidências documentais, que houve a invenção de um modo de fazer e pensar que relacionava modernidade com progresso e, por progresso, evolução industrial.

CAPÍTULO 2 – OS MENSAGEIROS DO "PROGRESSO": OS INTELECTUAIS SANTISTAS E A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE SOCIABILIDADE

As últimas décadas do século XX assinalaram, no que concerne às pesquisas relacionadas à História da Educação no Brasil, um período de intensas investigações e profícuas análises a respeito dos intelectuais atuantes na Primeira República, os quais, conforme evidencia a historiografia, acreditaram e pautaram suas práticas a partir da perspectiva de que a educação constituiria o campo primordial para a construção de uma sociedade democrática, a consolidação do Estado Republicano (REIS FILHO, 1995; NAGLE, 2001; CARVALHO, 2003).

Reis Filho (1995), por exemplo, ao analisar as ideias republicanas nos discursos de Caetano de Campos, Gabriel Prestes e Cesário Mota Júnior, indica que esses sujeitos elegeram a educação como instrumento primordial para oferecer uma formação política fundamental aos brasileiros. Isto é, para esses políticos atuantes na Primeira República, o Estado deveria garantir o acesso ao ensino, sustentando, sobretudo, a criação e manutenção de escolas em todos os níveis. Segundo o autor, ainda que esses sujeitos compreendessem, por um lado, a lacuna deixada na educação popular pelo regime monárquico e, por outro, a necessidade da expansão do ensino particular para atender a imensa demanda existente naquele período, para eles era atribuição do Estado investir e assegurar a educação básica a fim de formar o cidadão e garantir que o progresso educacional trouxesse o desenvolvimento da nação.

A fim de compreender os pensadores da educação no Brasil, durante a década de 1920, especificamente o movimento denominado de "escolanovismo", Nagle (2001, p. 134-5) faz um retrospecto dos "sonhos" presentes nos intelectuais atuantes nos anos iniciais da Primeira República, os quais vislumbravam a "[...] República espargindo as luzes da instrução para todo o povo brasileiro e democratizando a sociedade" ou, ainda, o sonho de "[...] pela instrução, formar o cidadão cívica e moralmente, de maneira a colaborar para que o Brasil se transforme numa nação à altura das mais progressivas civilizações do século" (NAGLE, 2001, p. 135).

O autor refere-se a essas idealizações por parte dos republicanos, a fim de demonstrar que as condições objetivas para concretização desses ideais eram escassas, considerando a sociedade brasileira, conforme sua análise, entre 1889 e 1930. A partir de 1920, entretanto, ocorreu um movimento de valorização da instrução pública, no qual instituições e programas construirão o que Nagle (2001, p. 31) denomina como "[...] o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico". Em suas palavras,

> [...] o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo). (NAGLE, 2001, p. 31)

A perspectiva que Nagle (2001) trouxe à historiografia da educação, a respeito desses movimentos de ideias expressadas nas práticas dos sujeitos da Primeira República, é que num primeiro movimento, como também indicou Reis Filho (1995), houve uma intensa efervescência no campo da educação, embora, com o passar dos anos, esse fervor tenha esmorecido em virtude do abismo histórico-social em que o país se encontrava. A partir da década de 1920, com a inclusão das temáticas educacionais em diversos programas e iniciativas governamentais, houve o aparecimento de um otimismo pedagógico entre um grupo de intelectuais que transformou suas ideias num amplo programa de formação nacional.

Corroborando com essa perspectiva, Carvalho (2003) menciona que a educação foi vista, por parte dos intelectuais atuantes na Primeira República, como uma arma para alcançar o Progresso. Em suas pesquisas, partindo da "dívida republicana" – isto é, o imaginário de um legado advindo do Século XIX, o qual consistia na crença de que uma grande massa de analfabetos permaneceu na "ignorância" mesmo após anos de instauração da República – a autora analisa a mudança no discurso educacional de um grupo de intelectuais da década de 1920, que atribui como "freio do progresso" nacional o analfabetismo. Assim, enquanto nas primeiras duas décadas da República o alvo era formar o cidadão republicano, nos anos finais da República Velha, o alvo se tornou alfabetizar todo cidadão.

Conforme se vem evidenciando, portanto, segundo aqueles autores (REIS FILHO, 1995; NAGLE, 2001; CARVALHO, 2003), a educação foi o campo privilegiado pela classe dirigente e por seus intelectuais para trazer, por um lado, a consolidação de um projeto civilizador o qual seria responsável por uniformizar a nação – conformar corpos e mentes – e, por outro, vislumbrada como instrumento para o progresso nacional.

No caso dos intelectuais santistas, embora por critério metodológico seja necessário e legítimo isolá-los para fins de análise, eles não existem, conforme aponta Sirinelli (2003, p. 264), como "[...] entidades autônomas, em posição de extraterritorialidade. Estão, pelo contrário, ligadas com a sociedade que as rodeia e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhes confere uma identidade". Ao observar os discursos com respeito à educação em Santos, na transição do século XIX para o XX, sobretudo nos periódicos, note-se também que, em geral, para os intelectuais, a perspectiva de que a educação seria o dispositivo para o

alcance do progresso é uma evidência, conforme assinala, por exemplo, a matéria do jornal A Tribuna:

> A instrução é a base de todo progresso e engrandecimento, faz necessária uma ação energética não só por parte das autoridades municipais, como mesmo de todos os que ocupam posições de destaque nesta cidade, para que tenha um fim este vergonhoso estado das coisas.
> Porque a Câmara Municipal e o alto comércio não reúnem os seus esforços para alcançar o fim colimado! Por que não se organiza, com esses elementos e outros que dela queiram fazer parte, uma grande comissão para se entender diretamente com o governo do Estado e com os congressistas estaduais.
> Essa comissão, ao mesmo tempo que se procuraria obter do governo a criação da escola, trataria também de angariar os meios necessários para que fossem oferecidos aos poderes estaduais. Vemos nossa população aumentar de modo assombroso, não pode continuar com o mesmo número de escolas de há 10 ou 15 anos atrás.
> É necessário agir e agir com entusiasmo, pois a vontade e a energia são as duas grandes armas que se obtém a vitória.
> Por nossa parte, estamos dispostos a combater em prol da instrução pública de Santos e, conquanto modestos, os nossos esforços se unirão aos daqueles que tomarem a si essa nobre campanha de aparelhar a nossa cidade para o futuro brilhante que o destino e a evolução natural dos acontecimentos fatalmente lhe reservam (A TRIBUNA, 1913, p. 2 *apud* CARVALHO, 2006).

Esse editorial faz referência à proposta de criação de um imposto municipal que seria totalmente destinado à educação. Interessante notar a expressão que se refere à instrução como "base de todo progresso e engrandecimento". Além disso, exige-se do poder público e do alto comércio santista o "agir com entusiasmo" no que diz respeito a ações para ampliação do número de escolas a fim de ampliar o acesso ao ensino gratuito.

Carvalho (2006) investigou como a instrução pública foi interpretada e discutida no jornal A Tribuna entre os anos de 1914 até 1917, a fim de compreender especificamente esse alvitre (supracitado) de 1915, que, segundo as matérias de A Tribuna, tinham como objetivo alargar a instrução pública urbana e rural de Santos, com a criação de uma escola normal e um ginásio para a cidade. Esse debate, segundo a autora, envolveu os "homens cultos da cidade". (CARVALHO, 2006, p. 15). Assim, concluiu-se que o periódico era considerado um veículo do ideário republicano e serviu como instrumento para um longo debate no que dizia respeito à instrução pública na cidade. Além disso, ao considerar o grande número de publicações sobre o tema, demonstrou que:

> A instrução pública foi concebida pela fração da elite santista que comandava o periódico como mecanismo para edificação da República instituída e para a elevação da cidade de Santos no cenário do novo Regime. Com isso, o matutino participou da disseminação da mentalidade que predominou na Primeira República, segundo a qual, para o progresso da Nação era preciso expandir a rede de ensino, com o intuito de instruir o cidadão, a fim de introduzi-lo em uma sociedade democrática. A ação regeneradora da sociedade e a "construção" do novo cidadão republicano permitiriam a civilização e o progresso, elevando a Pátria à posição das grandes nações civilizadas (CARVALHO, 2006, p. 97).

Carvalho (2006) concluiu que a quantidade de matérias relacionadas à educação e publicadas nesse ínterim (1914-1917) em A Tribuna denota que a instrução foi vista contendo um papel regenerador da sociedade, oferecendo o ideal republicano "instrução e trabalho" para "construir" o cidadão que deveria fazer progredir o município e, por consequência, a Nação.

Procurando compreender a construção do cidadão republicano em Santos e o papel da instrução pública nesse processo, sobretudo após a mudança de regime político – do Império para a República – até por volta dos anos 1940, Carreira (2012) apontou que a concepção de cidadão naquele momento respondia a interesses muito peculiares, intimamente relacionados com o momento histórico que o país vivenciava, isto é, a República. Nesse sentido, a educação ofereceria os elementos necessários para a socialização de uma identidade nacional que estava fragmentada, servindo para a construção/instrução/formação do cidadão republicano – uma vez que esse cidadão estava diretamente relacionado com o ideal de nação que se pretendia chegar. Sua pesquisa, além disso, oferece uma perspectiva acerca da legislação educacional do período e a prática na formação de grupos escolares na cidade, em especial, demonstrando as contradições nesse processo. O autor identificou, ainda, alguns sujeitos pertencentes à elite santista que tanto estavam envolvidos com a política santista quanto com a instrução pública: Manoel Maria Tourinho, Cesário Bastos (responsável pela fundação do Grupo Escolar e que teria seu próprio nome nele), Raymundo Sóter de Araújo e Carlos Escobar – os dois primeiros, respectivamente, ligados ao Centro Republicano e, os dois últimos, ligados ao movimento socialista na cidade.

Caleffi (2014) também investigou a relação entre a instrução pública em Santos e a atuação de intelectuais, a partir da análise da Constituição Municipal de 1894 e de outras fontes primárias, procurando compreender o projeto educacional que estava sendo construído pelos grupos dirigentes de Santos entre 1889 a 1908, demonstrando as contradições presentes entre os discursos republicanos na cidade, suas representações com relação aos modos de entender a liberdade e autonomia municipal, sobretudo, no que tange ao campo da educação. Evidenciou que desde o Império, no que dizia respeito à Educação, o envolvimento público era discreto, embora houvesse na cidade diversas escolas, criadas por empreendimentos particulares e mantidas, primordialmente, por grupos sociais específicos – associações de imigrantes, instituições religiosas, membros da elite santista etc. Com a mudança no regime político, os grupos de intelectuais envolvidos no poder público elaboraram, segundo suas próprias representações de República, projetos políticos-educacionais distintos, os quais foram analisados separadamente, a saber: a iniciativa política ligada ao Governo do Estado (Grupo Escolar Cesário Bastos) e a iniciativa empreendida pelo governo municipal, com a criação do

Grupo Escolar Barnabé e a criação da Academia do Comércio de Santos, esta no último período das intendências municipais.

Outra produção de grande relevância para a historiografia regional da educação é a tese de doutorado de Vieira (2011) que investigou as práticas educacionais e a cultura escolar presentes no Asilo de Órfãos de Santos, entre 1908 e 1931. A autora demonstrou que embora o Asilo tenha sido fundado em 1889, com a mudança da diretoria em 1908 houve também uma mudança na representação da função social do asilo e, por consequência, no seu projeto educacional: não apenas recolher crianças (e protegê-las), mas também prepará-las para a vida "civilizada" na cidade. Vieira localizou que a nova gestão, presidida pelo engenheiro Victor de Lamare na diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida, responsável pela manutenção do Asilo, inseriu na instituição dispositivos disciplinares, além do ensino em série, a formação cívica, a educação física e, para as mulheres, a educação doméstica.

Vieira (2011), no decorrer da sua tese (publicada em 2015), apresenta que Victor de Lamare era envolvido numa rede de sociabilidade, formada a partir de 1908, com a chegada de novos sujeitos do Rio de Janeiro que, segundo evidencia a sua pesquisa, compartilhavam ideias sobre as mais diversas áreas e atuavam em diferentes esferas públicas. Tais sujeitos, pertencentes a famílias tradicionais da elite local, articularam-se por meio das instituições sociais da cidade, sobretudo de forma filantrópica – embora também tenham atuado em instituições particulares, representando o discurso do progresso frente aos problemas sociais e urbanos, como a questão das epidemias, a expansão do porto e a modernização da educação na cidade. O Quadro 1 a seguir, adaptado de Vieira (2015a), sistematiza quem são esses sujeitos e em quais instituições atuaram:

Quadro 1 - Presença do grupo de intelectuais nas escolas de Santos

	Adolfo Porchat de Assis	**Raymundo Sóter de Araújo**	**Arthur Porchat de Assis**	**Victor de Lamare**	**Manoel Maria Tourinho**
Liceu Feminino Santista	Professor	Professor	Professor	Professor	Inspetor Literário do Município
Academia de Comércio	Diretor e Professor	Professor	-	Professor	-
Instituto D. Escolástica Rosa	Médico e Professor	Médico	Diretor	-	Médico e Professor
Asilo de Órfãos	Médico	Médico	-	Presidente	-
Escola Docas	Médico	-	-	Fundador da Escola	-

(continuação)

	Adolfo Porchat de Assis	Raymundo Sóter de Araújo	Arthur Porchat de Assis	Victor de Lamare	Manoel Maria Tourinho[14]
Santa Casa de Misericórdia de Santos	Médico *** Irmão Remido Entrada dia 27/06/1892	Médico e Farmacêutico *** Irmão Benemérito Entrada dia 10/06/1882	Diretor nomeado para o Instituto Escholástica Rosa em 1908	Irmão Benemérito (1928)	Médico *** Irmão Contribuinte (1897)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) a partir de Vieira (2015a, p. 115).

A autora enfatiza que não apenas a presença desses intelectuais nas mesmas instituições sugere a formação de uma rede de sociabilidade e de um projeto compartilhado de educação, mas também a circulação de crianças entre essas instituições. Em suas palavras:

> Todo início do ano, a Associação Protetora da Infância Desvalida recebia da Santa Casa de Misericórdia de Santos a indicação do número de vagas disponibilizadas para novos internos. Os meninos escolhidos eram examinados naquele hospital e, se considerados aptos, eram matriculados no Instituto Dona Escholástica Rosa. As moças do Asilo de Órfãos que desejavam se tornar professoras estudavam gratuitamente no Liceu ao lado de alunas pertencentes a famílias tradicionais da cidade. Eram isentas do pagamento de matrícula, embora prestassem o exame de admissão como as demais. A primeira delas foi Estefânia Menezes que, admitida em 1908 e formada em 1913, foi contratada como professora da Escola Maternal do Liceu Feminino Santista no ano seguinte, quando a presidente era Diva de Lamare Porchat de Assis (VIEIRA, 2015a, p. 116).

Vieira (2015a) não perde de vista as relações de parentesco e laços de consanguinidade, mas esses aspectos são explorados adiante nesta tese. Considerando as fontes primárias consultadas para elaboração desta pesquisa, ao comparar o Quadro 1 com o livro de Registro dos Funcionários do Instituto Dona Escholástica Rosa[15] e o Livro que contém a relação de membros da Loja Maçônica Fraternidade de Santos é possível considerar outras ramificações dessa rede de intelectuais: verifica-se, por exemplo, que Júlio Conceição e outros três funcionários do Escholástica Rosa[16] pertenciam à maçonaria: Manoel Maria Tourinho, contratado como médico do Instituto e que também atuou na vida pública da cidade de Santos,

[14] A última coluna, sombreada, com o nome de Manoel Maria Tourinho foi inserida pelo autor desta Tese. Vieira aponta o nome de Diva de Lamare como conselheira e diretora do Liceu Feminino Santista, mas considera-se de maior relevância para estre trabalho o sr. Manoel Maria Tourinho, que participou das gestões municipais anteriores a 1908 e atuava como inspetor Literário Municipal naquele momento histórico. Além disso, inseriu-se a última linha sombreada que esta pesquisa soma ao quadro de Vieira (2015), com a análise dos Relatórios de Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

[15] O Instituto Dona Escholástica Rosa foi uma instituição idealizada por João Octavio dos Santos e construída sob orientação de Júlio Conceição, sendo inaugurada em 1908.

[16] A relação de professores e funcionários contratados está descrita na Monografia acerca do Instituto Escholástica Rosa (CONCEIÇÃO, 1908).

como vereador (1884), presidente da Câmara (1894), intendente municipal (1895) e inspetor literário da cidade (1908-1914); Manoel Homem de Bittencourt, cirurgião dentista; e o diretor do estabelecimento, Arthur Porchat de Assis[17], advogado que exerceu a função de professor em diversas instituições da cidade, dentre elas, o Liceu Feminino Santista e o Escolástica Rosa (conforme apontado no Quadro 1). Além disso, esses sujeitos também eram irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Outras pesquisas realizadas nas duas últimas décadas também contribuíram para uma maior amplitude da compreensão acerca da Historiografia da Educação na cidade de Santos, em especial no período entre 1870 e 1930, e estão constituindo uma perspectiva mais abrangente acerca desse período histórico tão efervescente. Note-se que essas pesquisas estão relacionadas a entendimentos distintos acerca da História, mas contribuíram tanto para se conhecer as práticas educacionais de determinadas instituições locais (BRASIL, 2008; PEREIRA, 2010; SOUZA, 2010; SILVA, 2011; VIEIRA, 2006, 2015; IZOLAN, 2013; NASCIMENTO, 2016) quanto para perceber a atuação de determinados sujeitos nas engrenagens da cidade (CAPUTO, 2008; PASQUARELLI, 2012; VENTURA, 2016; FERREIRA, 2020).

A partir dessas considerações iniciais, o presente capítulo foi estruturado em três movimentos distintos. O primeiro movimento foi organizado de modo a apresentar o contexto político da cidade de Santos na primeira República, privilegiando uma discussão acerca dos partidos políticos – e de suas facções – e suas contradições presentes durante a República Velha. Esse percurso historiográfico se faz necessário para que o leitor possa compreender a relação dos intelectuais analisados com os grupos políticos existentes na cidade. Em seguida, pretende-se identificar, sob as lentes de Gramsci (1982) e a partir da historiografia regional, quem foram os intelectuais que atuaram no campo da educação da cidade entre 1908 e 1932. Por fim, espera-se evidenciar que esses intelectuais compuseram uma rede de sociabilidade (SIRINELLI, 2003), a qual estava ativamente envolvida na direção de instituições de caráter educacional e filantrópico, bem como relacionados com o poder público municipal, para construção de um projeto educacional envolvendo crianças empobrecidas, pertencentes à classe operária.

Do ponto de vista metodológico, parte-se de uma concepção teórica de que o jornal é uma representação da realidade, por meio da qual seus escritores procuram oferecer um discurso, uma ideologia, uma visão acerca do mundo em que estão inseridos. É possível, portanto, a partir dos conflitos presentes nos jornais, perceber a divergência nos projetos

[17] Nomeado a partir de 9 de março de 1908, conforme Relatório da Provedoria da Santa Casa de Santos de 1908.

políticos, as discrepâncias entre as ideias, comparar o confronto entre as falas, as intencionalidades na escolha das palavras, os grupos políticos envolvidos nesse processo e, sobretudo, seus interesses (DARTON, 1990; WILLIAMS, 2007).

2.1 OS PARTIDOS POLÍTICOS EM SANTOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Em 2 de junho de 1895, de autoria de H. & L., para conclusão da sessão "Chronicas da Semana", o Jornal Santos Commercial, cujo redator chefe era Eurico Saldanha, um monarquista conhecido na cidade de Santos, conforme apontou o memorialista Olao Rodrigues (1979), publicou em "tom jocoso":

> Creio em Deus Telles, todo poderoso, creador do Club Nacional; creio no *Mario* ou Epaminondas, um só seu filho, o qual foi concebido por graça do Bernardino; nasceu na Praia do Góes, padeceu sob o poder do Vicente de Carvalho; foi fornecedor das tropas na paz, desceu a serra e no terceiro dia ressurgiu dos bobos; está sentado á mão direita do Heitor Peixoto, todo poderoso, de onde ha de vir a julgar os mortos e os defunctos; creio na victoria do Cezario Motta, nas bellas asneiras em artigo de fundo, na ressurreição do estado de sitio e no contracto da nova camara eterna. Amen. (SANTOS COMMERCIAL, 1895, p. 1)

A "chistosa" oração, assim descrita nas crônicas do Jornal Commercial, é destinada ao sr. Antônio Carlos da Silva Telles, presidente do *Club* Nacional [de Santos] em 1895. O *Club* Nacional Republicano era uma facção existente no Partido Republicano de Santos que perdurou até a metade da primeira década do século XX. A segunda facção era o Centro Republicano [de Santos], o qual tinha como um dos seus expoentes – e grande opositor do *Club* Nacional – o deputado (e poeta santista, assim conhecido) Vicente de Carvalho.

Cada uma das facções escolhera um periódico para ser o porta-voz de suas ideias e réplicas: o *Club* Nacional elegeu o "Diário de Santos", jornal comprado pelos senhores Galeão Carvalhal e Martim Francisco (1887) e que, em 1895, era de propriedade de Heitor Peixoto que, posteriormente, fundou um órgão próprio denominado "O Nacional". O Centro Republicano, por sua vez, fundou uma sociedade anônima que se dedicou a publicar o "Diário da Manhã", sendo o redator chefe Vicente de Carvalho, auxiliado por Cândido de Carvalho, Alberto Souza, Júlio Riedel e, para administrar o periódico, Miguel Ribeiro, vindo do jornal "O Estado de S. Paulo".

Entre 1889 e 1891, essas duas facções do Partido Republicano – *Club* Nacional e Centro Republicano – disputaram o controle do poder público municipal, embora tanto uma facção quanto a outra tenham sido encerradas formalmente em 1891, ficando seus membros conhecidos como situacionistas e oposicionistas, respectivamente.

Compreender a atuação do Partido Republicano de Santos nos permitirá captar os jogos de poder disputados pelos grupos pertencentes à elite santista que, por meio da instauração do novo regime político, puderam pleitear os espaços públicos, outrora vagos, em virtude da retirada dos grupos aliados aos conservadores e monarquistas. Sendo assim, na seção deste capítulo, apresentar-se-á como se comportaram as facções do Partido até seu desmembramento em 1905, em virtude da dissidência de Manoel Maria Tourinho e a criação do Partido Municipal.

Essas referências ao Partido Republicano de Santos e suas ramificações são necessárias para que se possa evidenciar a relação existente entre a rede de sociabilidade dos intelectuais da educação santista, que é analisada posteriormente neste capítulo, com o grupo político dominante, em especial entre 1908 e 1932. As fontes consultadas para análise do Partido foram os periódicos disponibilizados na Hemeroteca Digital, site integrado à Biblioteca Nacional, que dispõe de uma excelente ferramenta de pesquisa por palavras-chave, bem como os textos dos memorialistas tradicionais da cidade: Martim Francisco dos Santos, Jaime Franco, Olao Rodrigues e Costa e Silva Sobrinho.

Francisco Martins dos Santos foi filho do republicano Américo Martins dos Santos. Em seu segundo volume de "História de Santos", a obra oferece uma leitura acerca da "Campanha Republicana em Santos", embora marcada por silêncios e esquecimentos no que diz respeito à oposição – aos sujeitos que eram monarquistas, por exemplo. Trata-se, entretanto, de uma obra valiosa para a pesquisa histórica, em especial, para a história política da cidade.

Jaime Franco Rodrigues Junot, conhecido apenas por Jaime Franco, foi fundador da Academia Santista de Letras. E sua obra magna, A Beneficência Portuguesa, é a reprodução das atas da instituição com notas de suas memórias, sobretudo, notas acerca do contexto da cidade.

Olao Rodrigues e Costa e Silva Sobrinho foram jornalistas de "A Tribuna". Rodrigues sistematizou suas matérias e as publicou em forma de livro, contribuindo significativamente com a historiografia de Santos. Da mesma forma Costa e Silva, que organizou uma ampla genealogia de membros da elite santista, disponibilizando-a parcialmente em seus livros, bem como em seu fundo documental de anotações pessoais presente na Fundação Arquivo e Memória.

* * *

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro, assumiu a direção do país um Governo Provisório sob a presidência do Marechal Deodoro da

Fonseca que, a fim de facilitar sua administração e desarticular a atuação político-administrativa do antigo regime, dissolveu as assembleias provinciais e as Câmaras Municipais (SILVEIRA, 1978). Franco (1951, p. 175) registrou que na cidade de Santos, neste dia,

> [...] houve manifestações dos partidários da república que assumiram o governo do Município, constituídos em Junta, que o povo aclamou, durante as passeatas pelas ruas da cidade, em caráter provisório, até que o Governo nomeasse o primeiro Conselho de Intendência Municipal.

No diálogo com Jaime Franco, parafraseando Thompson (1981), questionou-se quem eram os "partidários da República"? Quais deles foram nomeados posteriormente para o Conselho de Intendência Municipal? E quais circunstâncias culminaram na escolha dos nomeados? Que "povo" foi esse que aclamou o novo governo, constituído em Junta? Esses "aclamados" eram sujeitos estabelecidos na política local ou estavam se inserindo naquele momento, aproveitando a mudança de regime e, por consequência, deslocando os conservadores monarquistas para fora do poder? Melhor organizando a pergunta: desde quando havia republicanos em Santos? E o que defendiam esses republicanos?

Essas questões não foram respondidas por Jaime Franco. No entanto, Francisco Martins dos Santos ofereceu algumas possibilidades. Segundo ele, o "ideal republicano" apareceu na cidade de Santos por volta de 1878, por meio do jornal "Raio", um periódico propagandista fundado e mantido pelo padre Francisco Gonçalves Barroso, tendo como seus sócios Antonio Manoel Fernandes, Sacramento Macuco e Hipólito da Silva. Em ato sequente, entre 1878 e 1879, o memorialista cita a fundação do Núcleo Republicano, enumerando como seus membros: Garcia Redondo, Henrique Porchat, Victorino Porchat, Antonio Carlos da Silva Teles, Américo Martins dos Santos, Alexandre Martins Rodrigues, dentre outros não citados (SANTOS, 1986).

Durante a década de 1880, ainda segundo o memorialista, as ideias republicanas foram ganhando adeptos e foram sendo eleitos os primeiros vereadores republicanos na cidade: em 1881, Francisco Emílio de Sá; entre 1883 e 1886, Joaquim Manoel Alves de Lima e Francisco de Paula Ribeiro; entre 1887 e 1889, Américo Martins dos Santos, Guilherme Alves Souto, Padre Francisco Gonçalves Barroso e Antonio Carlos da Silva Teles (SANTOS, 1986).

Em 5 de março de 1887, no jornal "A Federação", um órgão do Partido Republicano de Porto Alegre (RS), menciona-se a fundação do *Club* Republicano:

> O partido republicano em Santos, já muito numeroso, acaba agora de constituir-se definitivamente, fundando um centro, o Club Republicano, cuja inauguração estava marcada para o dia 27 do passado. Foram distribuídos muitos convites e pelo enthusiasmo que havia, a festa prometia ser pomposa. Na noutte da

> inauguração o dr. Campos Sales ia fazer uma conferência (A FEDERAÇÃO, 1887, p. 2).

Esse *Club* Republicano – que não pode ser confundido com o Partido Republicano de Santos – tinha como dirigentes Silva Jardim e, o santista, Martim Francisco. Segundo Francisco Martins dos Santos, o Club se reunia em sua sede aos domingos, hasteava a bandeira verde e amarela (as duas cores eram dispostas em listas intercaladas, para não confundir com a bandeira do Império) e o estandarte "[...] acompanhando o estilo da bandeira, tinha no centro, depois do dístico, o tradicional barrete frígio, encobrindo parte da lâmina de um sabre" (SANTOS, 1986, p. 245).

A leitura dos escritos de Francisco Martins dos Santos permite concluir que, durante a transição entre os regimes em disputa pelo poder na municipalidade, havia grupos distintos, a saber, os conservadores (monarquistas), os liberais (aqueles que defendiam o Governo Imperial, mas que também valorizavam a representação nacional por meio da eleição de deputados, bem como maior autonomia das províncias) e os republicanos. Este último grupo, embora menor em número na cidade, fora crescendo entre 1885 e 1889 e, inclusive, para eleições provinciais (em 1889), conseguira eleger o seu candidato republicano, a saber, Bernardino de Campos. A cidade de Santos era, na visão do memorialista, a principal cidade do 6.º Distrito Eleitoral e também uma cidade abolicionista e republicana (SANTOS, 1986).

O debate para a escolha de Bernardino de Campos dentro do Partido Republicano de Santos é algo que merece especial atenção, pois se trata de um dos temas que provocou a divisão das duas facções do Partido: *Club* Nacional e o Centro Republicano. Antes de tratar disso, porém, cabe destacar que não se sabe, exatamente, a data de fundação do partido. O que se pode afirmar, entretanto, é que no dia 26 de novembro de 1886, o partido fora representado no cortejo fúnebre do senador José Bonifácio, que havia falecido naquela madrugada. Além disso, em alguns periódicos, também são citados os sujeitos que representaram o partido no velório: Miranda de Azevedo, Carlos Garcia e Lopes de Oliveira.

Em 3 de novembro de 1888, o jornal "A Província de São Paulo" registrou que, no dia 28 de outubro do referido ano, reuniram-se na casa do Sr. Leão Ribeiro, "[...] as pessoas em tempo eleitas para membros da directoria daquelle partido que muito tem progredido nesse município, distribuindo, entre si os diferentes cargos" (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1888, p. 2) e apresentando, com isso, a diretoria do Partido, recém-escolhida: presidente, Leão Luiz Ribeiro; vice-presidente, Benedicto da Silva Carmo; 1.º secretário, Domingos Henrique de Freitas; 2.º secretário, Luiz Suplicy. Essa matéria permite compreender que o partido já estava, em 1888, devidamente articulado, organizado formalmente com sua diretoria eleita.

Mais do que isso: o Partido, por meio dos seus membros, já tomava decisões em assembleias e as enviava às instâncias superiores, como o Partido Republicano Estadual e Federal.

Retornando a discussão para escolha de Bernardino de Campos, faz-se necessária uma digressão para o início de 1889. Nesse sentido, convida-se Francisco Martins dos Santos para relatar:

> Em princípios de 1889, um lutuoso acontecimento pesava sobre Santos. Com o revolvimento do lodo putrefato acumulado na antiga "praia do Consulado" e no "porto do Bispo", por efeito dos primeiros trabalhos da construção do cais que se iniciava, lugar onde os resíduos da cidade eram atirados pelo mar, à falta de obras sanitárias e de saneamento, e onde por isso mesmo bandos enormes de urubus faziam pasto, ou também coincidindo com esse movimento e início de trabalhos no lamarão, irrompeu na cidade uma terrível epidemia de febre amarela (a peste negra), sem dúvida a maior, mais violenta e mais funesta de quantas assolaram a terra santista (SANTOS, 1986, p. 245).

Dr. Guilherme Alvaro, médico e sanitarista convidado em 1916 para dirigir as obras de saneamento municipal, publicou, em 1919 "A campanha sanitária de Santos: suas causas e seus efeitos". Nessa obra, ele menciona que entre 1889 e 1890, a cidade passou de 20 mil habitantes para 13 mil, em virtude da peste negra e da febre amarela, bem como da migração da elite santista para a capital ou outras cidades do interior paulista. A população santista era agrupada em torno de 2 mil residências na região central. Os bairros Vila Mathias e Vila Macuco estavam em processo de construção e expansão. As casas não possuíam esgotos e as sarjetas do município não eram capazes de promover o escoamento das águas pluviais. A aglomeração populacional se agravou, principalmente, pela grande onda de imigrantes que chegava à cidade mensalmente, indo habitar em cortiços nas zonas centrais da cidade (ALVARO, 1919).

Tal situação alarmou os dirigentes da cidade de tal forma, que a Câmara Municipal tomou providências imediatas: embora a Câmara afirmasse não ter os recursos necessários para sanear os lugares mais alagados, ou sequer para cuidar dos doentes, iniciou-se uma campanha na qual se expediu uma série de correspondências, pedindo ajuda ao Governo Provincial e entidades beneficentes. Segundo o relato de Francisco Martins dos Santos, o Governo Imperial negou ajuda, em represália à política santista que apoiava os republicanos. Entretanto, o jornal "A Província de São Paulo", por iniciativa de Júlio de Mesquita, abriu uma subscrição na capital em favor dos adoentados de Santos (SANTOS, 1986).

A Campanha em favor dos flagelados do município alcançou outras províncias, fazendo chegar donativos de diversas instituições diferentes. Por volta de junho de 1889, ainda segundo Santos (1986), para rivalizar com a iniciativa dos republicanos em angariar fundos para a cidade, o Governo Imperial, por meio do Conselheiro João Alfredo, resolveu providenciar ajuda médica, remédios, enfermeiros e recursos financeiros. Essa iniciativa foi compreendida, na

leitura de Santos (1986, p. 246), como uma "[...] reparação ao mal-feito, ou talvez, [...] como propaganda em favor do Império, do trono vacilante, que tinha em sua própria esposa a herdeira presuntiva".

Mas qual a relação do contexto de epidemias de Santos com a dissidência do Partido Republicano em Santos? Considerando que os sujeitos são seres contraditórios e que as decisões tomadas em determinas áreas da vida humana implicam outras, há relação, sim! Note-se: antes mesmo da instauração da República, houve uma assembleia do Partido Republicano de Santos para escolher quem seria o deputado a ser apoiado nas eleições que se aproximavam. Os dirigentes do partido apoiavam a candidatura de Bernardino de Campos, enquanto, segundo Santos (1986), houve membros que resolveram apoiar a indicação de Júlio de Mesquita, alegando a dívida de gratidão contraída durante a epidemia, em virtude da ajuda naquele ano com a campanha e o envio de donativos à municipalidade.

> Proposto o "caso", apaixonaram-se as duas facções formadas repentinamente dentro do Partido Republicano, dando lugar a uma grande reunião do eleitorado do mesmo Partido, em que, como voto final, ficou estabelecida a noção da candidatura anterior, de Bernardino de Campos. Não se conformaram com semelhante resultado aqueles que apoiavam a candidatura "de gratidão", e resolveram continuar a dissentir, sustentando no pleito eleitoral e sufragando o nome de Júlio de Mesquita. Pela primeira vez na vida do Partido, e em toda a Província, verificava-se um tal caso, concorrendo republicanos à mesma eleição, sob a mesma bandeira, mas com dois candidatos, triunfando afinal, como era de presumir, o candidato geral Bernardino de Campos, cuja vitória provocaria em Santos, e por vários anos, a divisão dos republicanos em duas alas distintas, que se reuniriam em clubes diferentes, igualmente fortes [...] (SANTOS, 1986, p. 247).

Essa reunião foi narrada por Francisco Martins dos Santos e, conforme registrado, elegeu-se Bernardino de Campos como candidato geral do partido. No entanto, ou suas memórias foram reorganizadas para oferecer um relato coerente ou foram ressignificadas com o passar dos anos. Explica-se: o Jornal "A Província de São Paulo" registrava as sessões da Câmara Legislativa da Província de São Paulo. Na sessão de 17 de julho de 1897, ocorreu um debate entre os deputados cujo tema era central era o parlamentarismo. No decorrer do debate, o deputado Miranda Azevedo, procurando criticar o General Francisco Glicério e sua atuação em favor do Governo Provisório em 1889, cita o caso de Santos:

> Nos últimos dias da monarchia tinha o Partido Republicano de Santos de ir perante urnas mais uma vez affirmar sua dedicação pelas idéas democráticas. O directório de então, pela maioria de seus membros, interpretando o desejo de seus correligionários políticos, tinha resolvido escolher para candidato á assembleia geral o illustre cidadão Júlio de Mesquita. Era opinião corrente que esta candidatura seria acceita sem discrepância de sufrágios na eleição prévia. Inesperadamente, porém, o cidadão Leão Ribeiro, presidente do diretório naquela época, apresentou aos seus companheiros um telegrama da Comissão Permanente do Partido Republicano de São Paulo, levantando a candidatura do dr. Bernardino de Campos, actual chefe da polícia. Os

> demais directores fizeram ver ao cidadão presidente que a escolha do cidadão Julio de Mesquita estava assentada pelo partido e que se tivessem sido ouvidos antes não duvidariam proteger a candidatura do dr. Bernardino de Campos; mas que para dar uma prova que esse correligionário era digno de toda a consideração, resolviam sujeitar-se ao resultado da prévia, fosse ele qual fosse, no que concordou o cidadão presidente (A PROVINCIA DE SÃO PAULO, 1887, p. 2).

O discurso do deputado Miranda Azevedo prosseguiu, mencionando que o Partido Republicano convocou seus membros e procedeu a eleição entre os dois nomes – Júlio de Mesquita e Bernardino de Campos. Nesse ínterim da reunião, Antônio Carlos da Silva Teles apresentou um telegrama do General Francisco Glicério, mas houve veemente oposição de que fosse lido, por parte de Vicente de Carvalho, argumentando que "[...] não deve o partido nas eleições prévias tomar conhecimento das indicações do centro, por isso que tinha a soberania para escolher seus representantes" (A PROVINCIA DE SÃO PAULO, 1887, p. 2). A calorosa discussão se encerra com a saída de Antônio Carlos da sala onde ocorria a eleição.

Ao término da eleição, o nome de Júlio de Mesquita, ainda segundo o deputado Miranda Azevedo, foi escolhido por 108 votos contra 17 alcançados pelo Dr. Bernardino de Campos. Não obstante, na eleição, o nome de Julio de Mesquita foi eleito por 145 votos (A PROVINCIA DE SÃO PAULO, 1887, p. 2).

Independentemente de qual versão está correta – se a de Francisco Martins dos Santos ou do deputado Miranda Azevedo (embora as notícias trazidas pelos periódicos da época corroborem com o relato do deputado) – o que está evidenciado em ambas as narrativas é a indicação de apoio do partido, o qual teve de escolher entre os dois nomes e, por detrás desses indicados, as suas respectivas redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003), as quais estavam disputando a obtenção do poder público municipal. Apoiando Júlio de Mesquita estavam os partidários que dariam origem ao Centro Republicano e, ao lado de Bernardino de Campos, o futuro *Club* Nacional. Apenas para situar o leitor, faz-se necessário lembrar que essa discussão ocorreu, provavelmente, no início do segundo semestre de 1889.

Quando, então, houve a ruptura oficial do Partido Republicano em Santos? Conforme já foi apontado anteriormente, com a Proclamação da República, houve a promulgação por parte do Governo Provisório do Decreto n.º 7, de 20 de novembro de 1889, o qual dissolveu as assembleias provinciais e autorizou o governador do Estado a nomear os intendentes municipais provisoriamente.

Nesse ínterim, em Santos, organizou-se a Junta Governativa, formada por sujeitos escolhidos pelos membros do Partido Republicano, e essa junta desarticulou a antiga Câmara Municipal (que possuía vereadores conservadores, como o monarquista Júlio Conceição) e se estabeleceu para aguardar a nomeação do intendente municipal por parte do Governo do Estado.

Faziam parte da junta: Antônio de Lacerda Franco, Antônio Carlos da Silva Teles, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, José Azurém Costa Júnior, Leão Luiz Ribeiro, Walter Wright, Guilherme José Alves Souto, Henrique Porchat [Junior] e Manoel Franco de Araújo Viana (SANTOS, 1986).

Em 16 de novembro de 1889, houve a nomeação do triunvirato que formou a Junta Governativa Paulista, a saber, Rangel Pestana, Joaquim de Souza Mursa, e Prudente de Morais, como presidente. Posteriormente à nomeação, o Governo do Estado adotou consultas aos partidos republicanos de cada localidade para indicação de listas de nomes (chapas), dentre as quais uma delas seria escolhida para nomeação do Conselho de Intendência Municipal (SANTOS, 1986).

Entre novembro de 1889 e janeiro de 1890, começou uma verdadeira competição pelo poder municipal: de um lado, sob liderança de Antônio de Lacerda Franco e Antônio da Silva Teles, estavam os favoráveis àqueles que defendiam a nomeação, por parte do Governo do Estado, do Conselho de Intendência Municipal, atendendo aos poderes superiores constituídos após a Proclamação da República e, por outro lado, defendendo um ponto de vista completamente distinto do primeiro, sob liderança de Henrique Porchat, Vicente de Carvalho, Bento Teixeira, Joaquim Montenegro e Narciso de Andrade, acreditava-se que o Conselho de Intendência deveria ser eleito por iniciativa popular, em conformidade com os princípios democráticos.

Para acalorar ainda mais as rivalidades, outro ponto de dissidência era insistentemente trazido à discussão dentro do partido: quais critérios deveriam ser aplicados para a indicação aos novos cargos políticos? Sob a liderança de Henrique Porchat, estavam aqueles que defendiam a atribuição de cargos exclusivamente para os republicanos antigos, isto é, aos considerados republicanos históricos; e ao lado de Antônio de Lacerda Franco e Antônio da Silva Teles estavam os que defendiam a atribuição de cargos aos "recém-convertidos" à fé republicana (SILVEIRA, 1978). Esses conflitos levaram, em janeiro de 1890, à criação do *Club* Nacional, a primeira facção do Partido Republicano, conforme registrou o jornal "A Federação" (RS):

> Por iniciativa de alguns cidadãos residentes em Santos, constituiu-se ali um club político denominado - Club Nacional - instituído com o fim de interessar-se pela manutenção das actuaes instituições politicas dos Estados Unidos do Brazil, e muito especialmente pela prosperidade e progresso moral e material da comarca de Santos", para cujo *desideratum* empregará os seguintes meios:
> 1º - Estabelecer conferências publicas;
> 2º - Manifestar pela imprensa sua opinião sobre assumptos que se prendam a seus fins;
> 3º - Promover e proteger a instrucção popular, creando escolas e bibliothecas;

> 4º - Corresponder-se com associações politicas;
> 5º - Tomar todas as providencias que entender acertadas, de accordo com os seus intuitos.
> A directoria do Club Nacional ficou assim constituída:
> Presidente - Antônio de Lacerda Franco.
> 1.º vice-presidente - Antônio Carlos da Silva Telles.
> 1.º secretario - Dr. Carvalho de Mendonça.
> 2.º dito - Dr. Constantino Faro.
> (A FEDERAÇÃO, 1890, p. 1)

O Partido Republicano voltou a se reunir no início do ano de 1890, sobretudo, para apresentar uma lista oficial ao Governo de Estado, sugerindo nomes para o Conselho de Intendência. No entanto, o *Club* Nacional, uma vez formalmente organizado, também providenciou uma lista ao governador. Em 19 de fevereiro do respectivo ano, o Governo do Estado escolhera os representantes da lista pertencente ao Club Nacional.

> O Partido Republicano de Santos acreditava que o governador do Estado nomearia a intendência por elle proposta, pois que estava na firme convicção de que a sua legitimidade como director da política santista não seria desconhecida. Esta convicção rebustecia-se no facto do governador dirigir-se a nós como representantes do partido. Vimos no emtanto quão errada era essa crença (JORNAL DO COMERCIO, 1890, p. 3).

A ala preterida pela escolha de Prudente de Moraes assumiu plena oposição ao Conselho de Intendência recém-nomeado e, por consequência, ao Governo do Estado, organizando também uma instituição à parte, o Centro Republicano (SANTOS, 1986). O Quadro 2 sintetiza os principais pontos de divergência entre as duas facções.

Quadro 2 - Comparação entre o Centro Republicano e o *Club* Nacional

	Centro Republicano	**Club Nacional**
Diretoria	Henrique Porchat; Bento Teixeira da Silva; Narciso de Andrade; B. S. Carmo; J. B. de Junior.	Antônio de Lacerda Franco; Antônio Carlos da Silva Teles; Júlio Gonçalves Furtado; Carvalho de Mendonça; Constantino Faro.
Indicação à Câmara dos Deputados (1889)	Júlio de Mesquita	Bernardino de Campos
Forma como o Conselho de Intendência deveria ser constituído	Votado por iniciativa popular.	Nomeado pelos poderes superiores.
Atribuição de cargos políticos	Apenas para os republicanos históricos.	Aceitavam-se os recém-convertidos à República.
Lista de indicação para o Conselho de Intendência (1890)	. Vicente de Carvalho; . Augusto Teixeira de Carvalho; . José Gomes de Oliveira Carneiro; . Raymundo Soter de Araujo; . Ernesto Candido Gomes.	Sem informação. No entanto, se a lista escolhida por Prudente de Morais foi a indicada pelo *Club* Nacional, pressupõe-se que os intendentes nomeados foram, por consequência, os nomes que estavam nessa lista.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os intendentes nomeados foram: José Xavier Carvalho de Mendonça, presidente; Ernesto Candido Gomes, vice-presidente; Luiz José dos Santos Dias; Francisco Emílio de Sá; Martinho Leal Ferreira; José Serafim Cardoso; José Azurém Costa Júnior; Manoel Franco de Araújo Viana (SANTOS, 1986).

A questão do Partido Republicano e suas facções, o que se procurou evidenciar até o presente momento, é que a cisão do partido demonstrou o desejo de cada um dos grupos em assumir a direção da cidade, em que, por um lado, os republicanos ditos históricos, isto é, aqueles que lutaram pelo regime republicano em anos anteriores a 1889, se viam no direito exclusivo de governar o município naquele momento em que a República fora instaurada e, por outro, a tentativa de 'acomodar' as antigas lideranças recém-convertidas ao republicanismo nos cargos públicos, garantindo assim governabilidade junto às antigas elites locais e estaduais.

Conforme se demonstrou até aqui, o projeto de governo que negociou e recebeu os novos "republicanos" – isto é, as antigas elites monarquistas e liberais – se tornou hegemônico. O grupo vencedor, o *Club* Nacional, tinha ligação direta com a Associação Comercial de

Santos[18], tendo sido seus presidentes Antônio de Lacerda Franco, entre 1887 e 1888; e entre 1889 e 1892, Antônio Carlos da Silva Teles (note-se: eram eles os dirigentes do *Club* Nacional).

Na lista indicada ao Governador Prudente de Morais pelo Centro Republicano, constavam dois ex-monarquistas, a saber, Raymundo Sóter de Araújo e Ernesto Cândido Gomes. Como é possível ao Centro Republicano ter indicado dois ex-monarquistas se eles não os aceitavam? Se houve uma divisão oficial dentro do Partido Republicano, como compreender esse contrassenso?

Entendendo as possibilidades aqui apresentadas como hipóteses, é possível que o Centro Republicano tenha inserido dois membros do *Club* Nacional na indicação para aparentar que todos os grupos republicanos da cidade estavam sendo contemplados. Além disso, Raymundo Sóter de Araújo e Ernesto Cândido Gomes[19] eram sujeitos que circulavam entre as duas facções do Partido. Sóter de Araújo será apresentado posteriormente, por se tratar de um dos intelectuais cujas práticas foram analisadas nesta tese.

Cândido Gomes também era ligado à Associação Comercial, tornando-se presidente da instituição, inclusive, logo após o mandato de Antônio da Silva Teles. Ele era oriundo do Rio de Janeiro. Os periódicos demonstram que, no Rio, foi proprietário de uma fábrica de tijolos, e conselheiro da Coroa e da Fazenda Nacional. Em 1877, aos 34 anos, já estava em Santos, assinando como negociante.

Na terra dos Andradas, Cândido Gomes foi vice-presidente da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio em 1887 e, no mesmo ano, presidente do *Club* XV. No ano seguinte, foi nomeado procurador da Santa Casa de Misericórdia e eleito venerável mestre da Loja Fraternidade em 1888. Em 1890, ano em que foi nomeado vice-presidente do Conselho de Intendência, era diretor do Banco de Santos. Ele possuía vínculos pessoais com o Imperador D. Pedro II.

O Centro Republicano, por sua vez, enquanto oposição em relação à Intendência nomeada e ao Governo do Estado, entre 1890 e 1891 passou a acusar deliberadamente os membros do *Club* Nacional, afirmando que eles utilizavam o poder público para obter cargos e ganhos políticos. O Diário da Manhã, jornal oficial do Centro Republicano, cujo redator-chefe era Vicente de Carvalho, por exemplo, constantemente denunciava as nomeações feitas pelos intendentes municipais. “Veja que a intendencia não trabalha pelo bem do municipio; trabalha

[18] A Associação Comercial de Santos teve grande participação nas questões políticas da cidade, chegando, inclusive, a governá-la por um curto período de tempo, entre 14 e 30 de dezembro de 1891, até que Antônio da Silva Teles, presidente em exercício, empossasse o novo Conselho de Intendência (CALEFFI, 2014).

[19] Maçom, iniciado na Loja Maçonica do Rio de Janeiro, alcançando o grau 33 em 22 de fevereiro de 1884. Transferiu-se para a Loja Maçônica de Santos em 1896.

para os interesses de um club eleitoral, diz afinal o Diario da Manhã" (CORREIO PAULISTANO, 1890, p. 1).

Mas o conflito entre o Centro Republicano e *Club* Nacional se encerrou em 16 de maio de 1891, com a dissolução oficial do Club Nacional. Uma vez promulgada a primeira constituição brasileira, o Club fora reunido e os membros deliberaram unanimemente a sua dissolução. Em nota publicada no jornal "Correio Paulistano", em 26 de maio de 1891, mencionou-se que o *Club* possuía "[...] necessidade temporaria, agremiado para se oppor á invasão de qualquer força politicamente perturbadora que pudesse prejudicar a consolidação da Republica" (CORREIO PAULISTANO, 1891, p. 1). O Centro Republicano, por sua vez, encerrou-se, mas a sede do Centro permaneceu em uso, tornando-se um local para reuniões e jantares (EL CORREO GALLEGO, 1903, p. 1).

O encerramento administrativo das facções não significa, entretanto, que os conflitos tenham cessado entre os membros do Partido Republicano. Por mais que os discursos publicados nos periódicos nesse período tenham sido de unidade pela causa republicana, as elites continuavam num processo constante de disputas pelo poder público municipal.

Sem a existência das facções, os membros do Partido Republicano passaram a ser conhecidos como oposicionistas ou governistas, a depender das posições que tomavam em relação aos governos estadual e federal. Por exemplo, entre 1892 e 1896, os governistas poderiam ser identificados como florianistas, isto é, favoráveis ao governo de Floriano Peixoto.

O que fica evidente por meio da leitura dos periódicos e das Atas da Câmara (de 1894 a 1896) é a existência de três novas forças políticas que surgiam após o fechamento do *Club* Nacional e do Centro Republicano, as quais disputaram a hegemonia do poder público municipal: a primeira estava ligada a Manoel Maria Tourinho – médico soteropolitano que ingressou na Marinha e, por meio dessa força armada, chegou à cidade de Santos, tornando-se ligado ao Partido Republicano e, em especial, à facção do Centro Republicano (ele é um dos intelectuais cujas práticas são analisadas *a posteriori*), e defendia maior autonomia municipal frente aos assuntos estadual e federal, tornando-se, portanto, um grupo de oposição.

A segunda força política estava ligada a José Cesário da Silva Bastos (pertencente ao Centro Republicano), republicano histórico vindo de Araraquara, onde foi promotor de Justiça. Seu pai foi um comissário do café na cidade de Santos, motivo da sua ligação com a cidade. Eleito deputado estadual em 1891 (SÃO PAULO, 2020), tornou-se opositor do governo de Floriano Peixoto desde o início em 1892, em virtude do regime de exceção imposto pelos militares. Assim, decidiu deixar de atuar como deputado, a fim de disputar as eleições

municipais[20], elegendo-se intendente municipal durante a 1ª Legislatura Republicana eleita pelos cidadãos santistas, isto é, entre 1892 e 1896 (SANTOS, 1986), embora tenha deixado o mandato por divergências políticas em 1893. Seus correligionários políticos seriam denominados "oposicionistas cesaristas".

O terceiro grupo era governista (favorável ao governo de Floriano Peixoto) e estava ligado ao advogado João Galeão Carvalhal. Nascido em Salvador, chegou a Santos em 1880 para exercer o cargo de promotor público (CORREIO PAULISTANO, 1880, p. 2). Foi lembrado na historiografia santista como um militante abolicionista e, ainda nos últimos anos do Governo Imperial (1888), foi eleito vereador (SANTOS, 1986). Esteve ligado ao *Club* Nacional, por ser um defensor da monarquia parlamentarista (CORREIO PAULISTANO, 1893, p. 2). A aliança entre o grupo de Galeão Carvalhal com o governo federal merece especial atenção.

De outubro de 1893 a março de 1894, Santos viveu em regime de Estado de Sítio[21], em virtude da Revolta Armada que se instalou no Rio de Janeiro sob liderança do Almirante Custódio de Melo contra o Governo Federal. Foi o presidente da Intendência, Manoel Maria Tourinho, que a assumiu em janeiro de 1893, em virtude do pedido de exoneração de Cesário Bastos.

Defendendo seu projeto de governo, Manoel Maria Tourinho, desde 1892, quando eleito, via a necessidade de uma Constituição Municipal, uma vez que a Constituição Federal de 1891, na visão dele (e do seu grupo político), deixava lacunas com respeito à organização do poder nos estados e municípios, o que favorecia a interferência do Governo do Estado nos assuntos municipais. Quando Manoel Maria Tourinho assumiu a presidência do Conselho de Intendência, o projeto da Constituição Municipal tramitou rapidamente na Câmara Municipal de Intendentes (e seria promulgado em 1894).

A ideia de maior autonomia municipal, contudo, não agradou o poder estadual e federal, que interpretou tal iniciativa como uma rebelião do município e, uma vez que o contexto era o estado de sítio, o exército estava à disposição do Governo do Estado para quaisquer eventualidades políticas, isto é, para repressão de greves ou outras manifestações de contestação do poder público.

---

[20] "Se hoje impera o direito da força, dia virá em que a força do direito ha de ser uma realidade. Reservemos os nossos esforços para as eleições municipaes, verdadeira base do systema, e por onde teria começado qualquer governo que não fosse o da actual dictadura que nos vexa e opprime." (JORNAL DO COMMERCIO, 1892, p. 4).
[21] Cf. Sessão Extraordinária de Ata da Câmara Municipal de 20 mar. 1894.

Em setembro de 1893, antigos monarquistas que estavam distantes da política santista reaparecem (José Proost de Souza, comandante, e Felix Bento Viana, tenente-coronel da Guarda Nacional, por exemplo), manifestando apoio ao governo de Floriano Peixoto. Além disso, a primeira página do jornal "O Paiz", do Rio de Janeiro, de 16 de setembro de 1893:

> Até então, nenhuma pessoa do Partido Republicano de Santos havia se posicionado a favor do governo, sendo todas as facções – ao menos aparentemente – oposicionistas (e como já dito, rachadas). No entanto, às vésperas do Estado de Sítio e em meio à Revolta da Armada, um *meeting* seria convocado, onde finalmente alguns republicanos santistas se posicionariam e se colocariam enquanto governistas: João Galeão Carvalhal, Antônio Carlos da Silva Telles, Jacob Itapura de Miranda, José Xavier Carvalho de Mendonça, Raymundo Soter de Araujo, além dos já citados José Proost de Souza e Felix Bento Vianna. Nesse momento, João Galeão Carvalhal tomaria a liderança desse grupo governista, que entraria em uma cruzada para a desestabilização de Manoel Maria Tourinho na Intendência. (O PAIZ, 1893, p. 1)

Com o decreto do Estado de Sítio, Tourinho manifestou sua contrariedade e completa desaprovação ao governo florianista deixando de comparecer às reuniões da Câmara de Intendentes de outubro a dezembro de 1893, fato que permitiu aos vereadores partidários de Galeão Carvalhal entrarem com um pedido de exoneração, alegando que o regimento interno da Câmara exigia isso após dois meses de ausência do intendente. Um recurso foi feito por Manoel Maria Tourinho à Câmara Legislativa do Estado de São Paulo, afirmando que ele comparecera a uma reunião dois dias antes de vencer o prazo para exoneração. A comissão de Justiça da Câmara Estadual indeferiu o recurso e, durante o debate no plenário, Galeão Carvalhal, deputado em exercício, garantiu a exoneração do seu inimigo político (CORREIO PAULISTANO, 1894, p. 2.). Manoel Maria Tourinho se recusou a deixar o cargo e, por essa razão, chegou a ser preso.

> A Câmara Municipal de Santos, reunida em sessão extraordinaria: considerando que, nos termos do art. 92 da lei de 13 de novembro de 1891, compete-lhe, como representante da soberania do municipio, a organização do governo municipal, creando ou supprimindo os respectivos cargos; considerando que desta attribuição decorre logicamente e como consequencia necessaria, a de verificação de poderes das auctoridades municipaes, regulamentação dos casos em que os pedem e reconhecimento das vagas respectivas; considerando que essa attribuição se acha expressa no art. 65 do regimento interno, que vigora provisoriamente como lei organica do municipio; considerado que, no interesse da consolidação da Republica, é preciso manter-se [?] arbitrio da força material o respeito á lei; considerando que é dever seu zelar pelas suas prerrogativas e defender a autonomia do municipio; e [...] nenhuma competencia legal tem o congresso do Estado para decidir sobre perda de cargo por parte de autoridades municipaes.
> Considerando que o acto da Câmara dos Deputados, deliberando sobre perda de cargo por parte do vereador dr. Manoel Maria Tourinho, é attentador da autonomia municipal, contrário a constituição; e por conseguinte exorbitante;
> Considerando que na orbita das suas attribuições a camara municipal de Santos é tão soberana como o congresso do Estado na orbita das que lhe são proprias e é um poder tão legitimo como o dito congresso e não subordinado a elle:

> Protestar energicamente contra essa intervenção [...] da Câmara dos deputados em negocios que dizem respeito á autonomia do municipio e sustentar perante o poder judiciario competente o conflicto de jurisdicção, provocado por aquelle ramo do poder legislativo estadoal. Jose Domingues Martins. (ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, 1894, p. 7-10A)

Os intentos políticos de Galeão Carvalhal, no entanto, não obtiveram êxito, pois o Senado Federal anulou a decisão da Câmara dos Deputados.

> A Camara Municipal de Santos, reunida em sessão extraordinaria, congratula-se com o Senado do Estado [ilegível] justa porque resolveo o interposto por tres vereadores desta camara ao Congresso do Estado, firmando desta arte a bôa doutrina sobre autonomia municipal. [...]

Tourinho manteve-se, portanto, na presidência da Intendência durante todo o ano de 1894, trabalhando para a promulgação e execução da Constituição Municipal, a qual foi lançada em 15 de novembro do referido ano (SANTOS, 1986). Em seu parágrafo primeiro, versa a constituição:

> O Município de Santos é autônomo na esfera de sua economia própria e nos assuntos de seu peculiar interesse. A sua soberania se estende sobre todo território contido entre os limites traçados pelas Leis do Estado, de 1º de março de 1845, 5 de abril de 1865 e 21 de março de 1870. (SANTOS, 1986, p. 260-1)

Evidentemente que defender maior autonomia municipal frente à República da Espada, conduzida por Floriano Peixoto, era um processo bastante contraditório. Ao analisar os anos finais do Conselho de Intendência Municipal, nota-se que a desestabilização da Intendência dissidente viria por meio do negro Quintino de Lacerda. Quintino era sergipano, veio a Santos na condição de escravizado, em 1880, sob a posse de Antônio de Lacerda Franco (um dos líderes do Club Nacional). Quintino era uma figura conhecida na cidade, sobretudo, por seu envolvimento com a campanha abolicionista (PEREIRA, 2011).

A força paralela liderada por Quintino de Lacerda veio ao encontro das necessidades dos governistas florianistas que trabalharam para torná-lo intendente municipal no final de 1894, embora ele só tenha conseguido assumir o cargo em julho de 1895, depois de uma série de recursos aos tribunais superiores, por questionarem seu analfabetismo (PEREIRA, 2011). Nesse ínterim, Tourinho, presidente da Intendência em exercício, pediu exoneração do seu cargo e, junto com ele, outros também se exoneraram posteriormente, recusando-se a governar a cidade ao lado de Quintino de Lacerda. Esse fato permitiu que os suplentes assumissem os cargos deixados, embora só tenham sido convidados os correligionários de Quintino favoráveis ao governo florianista.

> José André do Sacramento Macuco, que assumira a Presidência, viu-se obrigado a dar posse a Quintino, o herói retinto do Jabaquara, e, em seguida, declarando-se enojado

> ante o que via, renunciou ao posto e ao mandato. Dos inimigos de Quintino, ficara em conta apenas Olímpio Lima, o violento jornalista da Tribuna do Povo, o panfletário secundador e sócio do dr. Tourinho. Revoltou-se também, mas não renunciou, afastando-se apenas das sessões a seguir, sem a necessária justificação por escrito (SANTOS, 1986, p. 261).

A posse de Quintino de Lacerda ocorreu em 8 de abril de 1895 e com a renúncia de alguns vereadores, as reuniões foram impossibilitadas de acontecer até julho por falta de quórum. Em 1.º de julho, na sessão ordinária, os demais vereadores aliados a Tourinho também pediram exoneração, permanecendo apenas Olimpio Lima, do "A Tribuna do Povo", como opositor ao Conselho de Intendência. No entanto, em 16 de junho, Quintino de Lacerda, fundamentando-se na Lei Eleitoral, pediu ao plenário a cassação do mandato de Olimpio Lima, alegando sua ostensiva ausência nas reuniões, o que foi aprovado.

Na sessão de 9 de julho de 1895, Quintino de Lacerda assumiu a presidência da Intendência e na sessão de 16 de julho, Olimpio Lima compareceu e foi impedido de permanecer nela, sendo convidado a se retirar (SANTOS, 1986). Com um conselho de intendência completamente governista, não foi difícil anular a constituição municipal. Para isso, em 22 de julho, a Câmara recebeu um ofício da Secretaria do Interior do Estado, anulando a Constituição Política do Município e solicitando o prosseguimento, por parte da Câmara, para tal ação – o que ocorreu na mesma sessão.

Como é possível evidenciar em toda a escrita até o presente momento, esse contexto de luta política e perseguição não ocorria apenas na cidade, mas também em São Paulo; por um lado, na Assembleia Estadual e, por outro, nos periódicos – dentre eles, o jornal "O Estado de S. Paulo", um jornal que em 1895 estava aliado com a ala cesarista, ao lado, portanto, do governo federal de Prudente de Morais. Em 18 de novembro de 1894, "O Estado de S. Paulo", noticiou na primeira página:

> [...] O dr. José Cesário Bastos, primeiro presidente [da Intendência de Santos], mezes depois de eleito deixou os companheiros por causa do cheiro de enxofre que s. s. adoentado, não podia suportar, e o regimento interno da Câmara que fizera com tanto trabalho e gosto não tardou a ser golpeado de alto a baixo. Deste regimento a Câmara Tourinho, Munhoz e Comp. só respeitou o artigo que creara três intendentes, cada um a um conto de réis: total 36 contos de réis por anno pago pelo povo! Três deviam ser os *felizardos*. É natural, amigo leitor, que três tetas para 12 bezerros, ou a vaca entisicaria, ou os bezerros morreriam de fome. Elles lá se arrumaram, e em cada mez um vereador revezava o outro nas três intendências. Em quanto um mamava, o outro refrescava [...]. (O ESTADO DE S. PAULO, 1894, p. 1)

A argumentação do custo das intendências aos cofres públicos serviu de pretexto para diminuir o número de intendentes: de três (Obras e Viação, Fazenda e Saúde) para um, apenas. Também foram extintos os cargos de prefeito e sub-prefeito, permanecendo, apenas, um intendente geral (também chamado prefeito-intendente) que não seria eleito pelo povo, mas

votado dentre os vereadores eleitos por eleição interna (SANTOS, 1986), permitindo, assim, maior controle sobre a Intendência Municipal por parte dos governistas.

No final do ano de 1895, houve nova eleição municipal para a Intendência. Quintino de Lacerda não concorreu à eleição, permanecendo na imprensa a ideia de que ele servira aos propósitos para os quais fora designado: "Que os drs. Carvalho de Mendonça e Jacob combinam o meio de se descartarem do sr. major Quintino de Lacerda; Que se isso for levado a effeito será a maior das ingratidões feitas ao mesmo major" (SANTOS COMMERCIAL, 1895, p. 2). A maioria dos vereadores eleitos pertencia ao grupo de republicanos oposicionistas ao Governo Federal, aliados de Galeão Carvalhal.

Entre 1896 e 1907, as disputas municipais ocorreriam entre os três grupos políticos já citados anteriormente, mas que com designações distintas, a partir de 1896, em virtude das novas posições que assumiam frente aos novos governos estaduais e federais: os governistas (ao lado do presidente Prudente de Morais) estavam ao lado do recém-eleito senador Cesário Bastos, que também seriam chamados de situacionistas e seus correligionários de cesaristas; os oposicionistas estariam ligados ao grupo de Galeão Carvalhal; e, ainda presente, embora sem grandes forças políticas até 1905, o grupo de Manoel Maria Tourinho, que se aliou ao Partido Operário (SANTOS COMMERCIAL, 1895, p. 2).

Em 1897, entretanto, Tourinho e seu grupo político organizaram o Partido União Cívica, um partido que defendia o parlamentarismo. Nesses anos iniciais da República, os periódicos retratam longas discussões, em que os republicanos presidencialistas não aceitam como republicanos "verdadeiros" os parlamentaristas[22]. O jornal "Cidade do Rio", em 1895, publicou:

> Com uma assembléa de 400 eleitores acaba de ficar constituido, em Santos, o partido União Civica, cujo fim é apoiar o governo do Sr. Dr. Prudente de Moraes e o do Sr. Dr. Campos Salles; foi eleito o seguinte directorio: Dr. Manoel Maria Tourinho, Dr. Salles Braga, Dr. Assis Corrêa, Francisco de Lima Escobar Araujo e Virgilio Pereira. O salão do Club Minerva, regorgitava de povo, a ponto de ser necessario abrir-se um salão contiguo. Na rua era enorme a multidão agglomerada, notando-se pessoas de todas as classes. (CIDADE DO RIO, 1895, p. 2).

Mesmo se afirmando como um partido em defesa do parlamentarismo, o União Cívica se apresentou logo em sua constituição como um partido aliado do governo federal. Isso é, no mínimo, intrigante, considerando que, poucos anos antes, Tourinho foi fortemente perseguido politicamente por defender maior autonomia municipal. Mas essa aliança com o governo

[22] Estas referências estão, por exemplo, no jornal "O Estado de S. Paulo", em matérias que estão na primeira capa, normalmente.

federal não se estendeu por muito tempo: em junho de 1898, ele já se assumiu oposicionista (CORREIO PAULISTANO, 1898, p. 3), assim como Galeão Carvalhal, em contraposição ao grupo de Cesário Bastos (situacionistas).

As legislaturas da Câmara eram de três anos. Assim, entre 7 de janeiro 1896 e 7 de janeiro de 1905 houve três eleições em que permaneceu constante a tensão entre os cesaristas/situacionistas frente aos oposicionistas, que também se faziam presentes por meio de alguns representantes eleitos, embora prevalecesse o grupo em favor do governo estadual e federal.

Vieira (2011), ao se referir a esse período da história política do município, menciona a "política dos governadores", consolidada por Campos Sales, que procurou garantir o alinhamento entre os governos federal, estadual e municipal. Assim, mesmo em Santos no período de 1896 a 1907, prevalecendo a facção cesarista, o próprio Galeão Carvalhal (declaradamente oposicionista ao Governo Federal), em 1904, assumiu a Intendência do Município, em substituição à renúncia de Francisco Malta Cardoso (SANTOS, 1986), o que demonstra sua força política na cidade (A NAÇÃO, 1898, p. 2).

Tourinho, nesse período, permaneceu num ostracismo político, empurrado para as margens de uma briga política entre Cesário Bastos e Galeão Carvalhal. Isso não significa, entretanto, que ele e seu grupo não tenham desenvolvido novas formas de se reinserir nas disputas locais.

Em janeiro de 1905, vislumbrando o pleito eleitoral de 1907, por iniciativa de um grupo de representantes da elite local ligado à Associação Comercial da cidade, organizou-se o Partido Municipal. Esse partido vai conquistar o eleitorado local (ganhando, inclusive, todos os pleitos eleitorais até 1930), oferecendo, em seu discurso, focar sua atuação exclusivamente nas necessidades da cidade e, somente em casos em que se faça necessário em prol do município, disputar as eleições estaduais e federais (O ESTADO DE S. PAULO, 1905).

Franco (1951), compartilhando suas memórias a partir das Atas do Hospital Beneficência Portuguesa, acerca da origem do Partido Municipal, escreveu:

> Ainda sob o aspecto político, a cidade de Santos, em 1907, foi surpreendida pela atitude progressista de algumas figuras de maior projecção na sociedade e no comércio, com a publicação de um manifesto ao povo, para formação de um novo partido, sob a denominação de Partido Municipal, e para a apresentação dos candidatos a vereador nas eleições do fim do ano, colocando-se em oposição ao partido ou facção política do senador Cesário Bastos. O manifesto delineava um programa dos mais adiantados, com a finalidade de estabelecer o Progresso, a Concórdia e a Paz, e com o propósito de efectivar a remodelação administrativa, a exterminação da politicagem e a abolição dos velhos moldes de arrocho e da compressão (FRANCO, 1951, p. 291).

A partir de uma diretoria provisória composta por Alberto A. de Oliveira, Frederico Junqueira, Francisco Inglez de Sousa, A. da S. Azevedo Junior e Francisco da Cunha Bueno Netto, foi proposto o estatuto (publicado no jornal "O Estado de S. Paulo" em 15 de janeiro de 1905), o qual foi debatido em reunião oficial do partido no dia 16 de janeiro de 1905, no salão do Teatro Guarani, e aprovado (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1905, p. 2).

Antonio da Silva Azevedo Júnior foi comerciante de café. Nasceu em Silveiras, interior de São Paulo, em 6 de maio de 1875 e faleceu, aos 55 anos, em 3 de julho de 1930. Na mais tenra idade, mudou-se para Santos, onde se tornou chefe de uma firma cafeeira e representante da praça de Santos no Instituto Brasileiro de Café. Era membro da Associação Comercial de Santos, presidindo-a em entre os períodos de 1915-1920 e 1924-1926 (RODRIGUES, 1975, p. 104). Enquanto político, foi vereador entre 1908 e 1911, presidente da Câmara entre 1910 e 1911; deputado estadual de 1915 a 1920 e senador da República por São Paulo em 1924 (NOVO MILÊNIO, 2011, *on-line*).

Não foram encontrados registros sobre Alberto A. de Oliveira. Francisco da Cunha Bueno Neto, por sua vez, era cafeicultor, possuindo uma fazenda de café – Fazenda Restinga, situada na Estação Guarani, no município de Ribeirão Preto (SÃO PAULO, 1924). Após eleição de seu partido em 1907, estabeleceu no ano seguinte um contrato com a Prefeitura de Santos, recebendo concessão para organizar um estabelecimento de transportes de cargas em automóveis por 20 anos, podendo transferir essa concessão (e todas as suas vantagens obtidas) a qualquer outra empresa ou pessoa (nesse contrato, ele ainda recebe 25% de redução de impostos em todas as atividades relacionadas à empresa de transporte – armazéns, oficinas, garagens etc.) (SANTOS, 1924). Foi acionista da Companhia Agrícola de Seguros em São Paulo (BRASIL, 1913). Também se envolveu na fundação do São Paulo Futebol *Club* (ATA, 1930, *on-line*).

Frederico Junqueira era natural de Iguape. Foi vereador em Santos entre 1896 e 1899. Fundador e superintendente da Cia Santista de Tecelagem e chefe da firma Queirós, Barros e Cia. Chegou a atuar como vice-presidente da Associação Comercial de Santos em 1928 (RODRIGUES, 1975, p. 262-3).

Fica evidenciada, portanto, a relação desses sujeitos com a Associação Comercial de Santos, local onde se reunia a elite financeira da cidade, a qual, tendo seus membros sido afastados dos jogos de poder, entre 1896 e 1907, durante a disputa pelo governo local entre cesaristas e oposicionistas, resolveram constituir um novo partido para pleitear o poder público, garantindo sua reinserção na política municipal.

O Partido Municipal teve como seu primeiro presidente Manoel Maria Tourinho (O PAIZ, 1909, n. p.) e, como membros da diretoria, Carlos Luiz de Affonseca e Gil Alves de Araújo (ÁLBUM, 1908, p. 56), estabelecendo o jornal A Tribuna de Santos como seu veículo de comunicação oficial (O COMBATE, 1926, p. 4).

Carlos Luiz de Affonseca era português. Foi um comerciante de café em Santos e atuou também como delegado de polícia na cidade. Pertenceu à Sociedade Portuguesa de Beneficência e também à diretoria do Club XV. Foi eleito vereador para o período de 1908 a 1914, e prefeito em 1914, mas renunciou em 1916 por ser promovido a 5.ª serventia do Cartório do 5.º Ofício.

Gil Alves de Araújo nasceu em Jacobina (Bahia), em 19 de outubro de 1863. Ainda jovem, migrou para o Rio de Janeiro, dedicando-se ao comércio, tornando-se um comissário de café (A TRIBUNA, 1890, p. 2). Casou-se em Passos (MG) com Ambrosina Stockler de Lima, filha do senador Christiano Stockler de Lima (CORREIO PAULISTANO, 1916). Foi Tenente Coronel (provavelmente da Guarda Nacional). Em 1886, transferiu sua residência para Santos, a fim de constituir a sede de sua Companhia Comissária São Paulo e Minas, que atuava nesses estados (O CRUZEIRO, 1890, p. 2). Ele concorreu, por Minas Gerais, para deputado em 1890 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1980, p. 3), mas foi eleito prefeito de São Vicente em 1891.

Retornando às publicações referentes à inauguração do Partido Municipal, em especial, ao seu estatuto publicano no jornal O Estado de S. Paulo (conforme citado anteriormente), vale observar que o Estatuto, em si, foi dois terços da publicação. A primeira parte dela foi uma série de "considerandos" que visavam a convencer o leitor da necessidade de um novo partido político. Nesse sentido, afirmou-se, em primeiro lugar, a autonomia municipal diante do regime federativo e, em função dela, o dever dos municípios em priorizar o seu engrandecimento local. Além disso, citou que as divergências políticas entre oposicionistas e situacionistas (e outras conveniências políticas) não deveriam se sobrepor aos interesses do município.

O Partido considerou, ainda, que mesmo os imigrantes, que não poderiam assumir cargos estaduais e federais, estariam aptos a se envolver na política local, uma vez que é na cidade onde estão seus interesses, suas relações e sua família. Criticou a gestão do dinheiro público e o aumento de impostos, a fim de concluir dizendo que "[...] é tempo do município ficar entregue a si mesmo, aproveitando todas as energias para conseguir o progresso moral e material dessa terra" (O ESTADO DE S. PAULO, 1905, n. p.).

No mês seguinte, também no jornal O Estado de S. Paulo, foi publicado, em 19 de fevereiro de 1905, o manifesto do Partido Municipal de Santos ao povo. O manifesto ocupava duas colunas inteiras da página do jornal e estava dividido em três partes fundamentais, a saber:

a questão tributária; a atual má administração da cidade aliada à velha politicagem; a apresentação do Partido e de seus ideais. Assim, acerca do aspecto tributário, é colocada a seguinte questão:

> O contribuinte, que é mais directamente o commercio e indirectamente a população toda, está sobrecarregado de impostos que não devem e não podem ser augmentados. O imposto municipal em Santos, sobe a dois mile cem contos de reis por ano. É mais de metade dos tres mil e oitocentos contos que arrecada o municipio de S. Paulo, cinco vezes mais populoso. Para que houvesse proporção no sacrificio de ambas as populações, seria mister, ou que a renda municipal de S. Paulo ascendesse a dez mil e oitocentos contos, ou que a do nosso municipio não excedesse de setecentos e sessenta contos. (MANIFESTO, 1905, n. p.)

Segundo o manifesto, a situação da cidade de Santos era muito diferente da realidade paulistana: enquanto no município as contas sequer fechavam, na capital paulista sobejavam recursos. Além disso, em proporção com o número de habitantes e de espaço geográfico, São Paulo arrecadava muito menos que Santos, sendo que os serviços públicos oferecidos na capital eram infinitamente melhores do que os existentes na cidade. Além disso, havia a aparência da cidade: "Santos, com a sua renda relativamente enorme, com o seu credito largamente criticado, tem o aspecto deprimente e arrasta a vida em desordem de uma cidade meio abandonada" (MANIFESTO, 1905, n. p.). A conclusão, segundo a argumentação do Partido, não poderia ter sido diferente: Santos era muito mal gerida e, apesar de tantos impostos pagos pelos cidadãos, não recebia sequer serviços públicos condizentes com o que estava sendo cobrado por meio dos impostos (MANIFESTO, 1905, n. p.).

Fundamentando as razões desse abandono municipal, na segunda parte do manifesto, consideram-se como responsáveis as facções rivais do Partido Republicano, oposicionistas e situacionistas, que se revezando no poder não ofereceram a resolução dos problemas assinalados, pelo contrário, sugerem a cada pleito eleitoral novos nomes, numa "[...] tentativa de regeneração do municipio, confinada no terreno estreito das competencias pessoais, seria esteril: substituir pessoas, importaria apenas em renovar uma experiencia já tantas vezes repetida sem resultado" (MANIFESTO, 1905, n. p.).

Na visão dos autores do manifesto do Partido Municipal, ainda que haja pessoas nesses grupos políticos que desejem sinceramente o bem público, o que prevalece nessas agremiações é o uso do poder público para fins privados, o que o manifesto denomina de politicagem:

> É indispensavel, para corrigir o mal que todos estão hoje reconhecendo nos seus efeitos notorios, procurar a sua causa verdadeira, a sua origem profunda. Essa causa, essa origem, devem ser procuradas num vicio corrosivo de que está contaminado entre nós o organismo municipal. Esse vicio é a politicagem. Não se trata aqui, esta claro, da politica na sua accepção elevada, da politica representada por partidos dignos desse nome, agremiados por idéas, arregimentados sob uma bandeira que se percebe

> desfraldada, com existencia permanente e definida, affirmando-se por uma orientação precisa, com compromissos e responsabilidades, e que necessitam indispensavelmente, para vencer, triumphar na estima e confiança publicas. A politicagem, que se assenhorou do nosso municipio, como uma grave doença se apodera de um organismo vigoroso, tem sido e é representada por agrupamentos de acaso, agremiados em torno das posições e do mando, constituidos artificialmente ao influxo de circumstancias de momento, compostos, na sua grandissima parte, de elementos sempre fluctuantes ao impulso de ambições pessoaes e de interesses privados. Nascem, vivem e morrem limpos de contacto com a opinião publica. Para os verdadeiros partidos, a conquista do poder é o meio de realisação de suas ideas. Quanto aos agrupamentos fortuitos de que tratamos, a posse do poder não é só o seu unico fim: é mesmo a causa unica da sua existencia. (MANIFESTO, 1905, n. p.)

Uma vez que a substituição de pessoas por meio da mudança de gestão entre os grupos partidários já existentes não é suficiente para extinguir a politicagem existente em Santos, o manifesto propõe uma solução mais audaciosa: a completa mudança do sistema (e, por sistema, compreende uma nova administração por um partido recém-organizado, evidentemente).

> O que permittiu que, por tantos annos, a politicagem dos agrupamentos de acaso dominasse e desmantelasse o municipio, foi a abstencão systematica e a culpada negligencia com que a favoreceu a população. Esta, em verdade, abandonou-lhe por largos annos o municipio. E foi assim que a politicagem pode, sem resistencia e sem peias, exercer a sua acção dissolvente, cujos effeitos estamos todos sentindo e pagando. A fundação do Partido Municipal é o evidentissimo signal de uma auspiciosa reacção. Está findo o tempo da abstenção e da indifferença. O povo de Santos vae cuidar do que é seu. O contribuinte vae fiscalisar a applicação do dinheiro com que concorre para as necessidades do municipio. A população vae exigir os beneficios que paga e não recebe. O Partido Municipal constitue-se como centro desse movimento benefico. Elle vem acompanhar a vida municipal, e tornar energicamente parte nella. (MANIFESTO, 1905, n. p.)

A proposta do Partido Municipal de Santos foi, portanto, a retomada do poder municipal. Havia dez anos que outros grupos se revezaram no poder, preterindo os interesses de parte da elite santista, em especial, aquela ligada à Associação Comercial de Santos. Para isso, Manoel Maria Tourinho e outros sujeitos ligados à indústria e ao comércio municipal, interessados em estabelecer um projeto modernizador à cidade, que atendesse suas demandas para expansão do capital, criam uma instituição, formam alianças políticas, utilizam dos meios de comunicação e oferecem um discurso que foi ao encontro das principais reclamações da população votante do período. Assim, no pleito eleitoral de novembro de 1907, conseguiram eleger todos os seus candidatos a vereadores (O ESTADO DE S. PAULO, 1907) e, em 26 de janeiro de 1908, o prefeito (O COMMERCIO DE SÃO PAULO, 1908, p. 4) (pela lei do terço, a oposição conseguiu eleger, ao menos, quatro candidatos) (O SÉCULO, 1907, p. 1).

Na disputa pela prefeitura de Santos em 1908, os oposicionistas (os partidários de Galeão Carvalhal) e situacionistas (correligionários de Cesário Bastos) se aliançaram para oferecer uma resistência ao candidato do Partido Municipal (O SÉCULO, 1907, p. 1) - o cel. Carlos Augusto de Vasconcelos Tavares. Ainda assim, foram derrotados.

O Quadro 3, a seguir, mostra quem foram os vereadores (e prefeito) eleitos do Partido Municipal, bem como os vereadores da oposição. Além disso, na análise da síntese biográfica desses sujeitos, os quais pertenceram à 6.ª Legislatura, que durou de 15 de janeiro de 1908 a 15 de janeiro de 1911, nota-se que além da Associação Comercial de Santos, a Santa Casa de Misericórdia era um local de convergência entre eles e, apenas entre três deles, a Loja Maçônica Fraternidade de Santos.

Quadro 3 - Lista de eleitos e síntese biográfica de vereadores e prefeito – 1908 a 1911

Eleito	Cargo	Síntese Biográfica
Cel. Carlos Augusto de Vasconcelos Tavares	Prefeito (Renunciou em 29/07/1910)	Nasceu no Rio de Janeiro em 3 de agosto de 1842. Imigrou para a cidade de Itu onde, enquanto alferes, comandou o deslocamento local. Tornou-se, posteriormente, delegado de polícia na cidade. Foi na Guarda Nacional que alcançou o título de coronel, atuando como juiz seccional substituto. Depois de reformado, estabeleceu uma firma atacadista sob a razão social Araújo, Tavares e Cia., vindo atuar na cidade de Santos. Tornou-se vereador em Santos em 1904, intendente municipal em 1906, eleito prefeito em 1908, deixando a prefeitura por motivo de saúde. Foi um dos fundadores do Asilo de Mendicidade, irmão benfeitor da Santa Casa de Santos e colaborador do Asilo de Órfãos. Faleceu em 17 de março de 1913.
Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva	Vice-Prefeito Assumiu a prefeitura posteriormente.	Nasceu em Santos em 1870 e faleceu em 18 de julho de 1947, aos 77 anos. Foi delegado de polícia na cidade em 1904 e Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos entre os anos de 1906 e 1908. Pertencia a diversas sociedades de auxílio mútuo como a Sociedade Mútua de Pecúlio e garantia do capital e membro acionista da Sociedade de Seguros Mútuos sobre a vida. Além de investidor, era comissário de café na praça de Santos e membro da Associação Comercial (tornando-se presidente entre 1921 e 1922).
José Domingues Martins	Vereador Presidente da Câmara até 15/01/1909	Nasceu em Santos em 5 de fevereiro de 1864. Era acionista da Companhia Tapeçaria e Móveis Santa Maria. Eleito vereador em Santos, em 1893, estava ao lado dos governistas. Era comissário de café, estabelecido com duas empresas distintas: a primeira, tendo como sócio José Bernardes Oliveira e, a segunda, Pedro Alcover. Era diretor da Associação Comercial de Santos, chegando a exercer a presidência em 1909-1910 (RODRIGUES, 1975, p. 363-364). Em 1909, tornou-se proprietário de uma empresa de secos e molhados e, em anos seguintes, do Haras de Serra Grande, no município de Cravinhos. Irmão Remido da Santa Casa de

		Misericórdia de Santos, atuando como conselheiro deliberativo em vários anos.
Antonio da Silva Azevedo Junior	Vereador Presidente da Câmara entre 1909 e 1911.	Comissário de café. Nasceu em Silveiras, interior de São Paulo, em 6 de maio de 1875 e faleceu aos 55 anos, em 3 de julho de 1930. Na mais tenra idade, mudou-se para Santos, onde tornou-se chefe de uma firma cafeeira e representante da praça de Santos no Instituto Brasileiro de Café. Era membro da Associação Comercial de Santos e irmão remido da Santa Casa de Misericórdia de Santos.
Benedito de Moura Ribeiro	Vereador Vice-Presidente da Câmara	Sabe-se que é nascido em Parnaíba, Piauí. Os periódicos demonstram que em 1878 conduzia ao Norte do País a entrega de 190 imigrantes e 3 escravos. Formou-se em medicina na Faculdade do Rio de Janeiro, em 1887. Em 1888, tornou-se inspetor da Instrução Publica em Cordeiros (RJ) e em 1890 foi nomeado inspetor em Niterói. Nesse mesmo ano, em fevereiro, foi nomeado 2º cirurgião do corpo de saúde do exército no Rio de Janeiro, sendo designado para o Rio Grande do Sul. No entanto, exonerou-se do exército em maio de 1890. No ano seguinte, foi nomeado suplente de juiz na capital. Muito provavelmente, essas nomeações foram em virtude de seu envolvimento matrimonial com Clotilde Alves Moura Ribeiro, filha de dona Marianna de Macedo Soares Alves e de José Mariano Alves, fazendeiro conhecido como chefe político em Nitheroy, e com parentes da família Azevedo Sodré. O primeiro registro de sua presença em Santos está no ano de 1899, quando esteve como testemunha num casamento e, no ano seguinte, atuando como inspetor sanitário municipal. Em Santos, foi eleito vereador em diversos mandatos, Lente da Academia de Comércio, irmão remido da Santa Casa de Misericórdia de Santos, diretor da Associação Comercial.
Benedito Pinheiro	Vereador 1.º Secretário	Nasceu em Villa Bella, atual Ilha Bela, em 9 de abril de 1864. Foi para Santos aos 14 anos, empregando-se numa casa de calçados. Tornou-se um rico comerciante em Santos, trazendo produtos, por meio do porto, de diversos estados do Brasil (Ilha Bela, Ilha Grande, Rio de Janeiro, Pelotas, Porto Alegre etc.) e do mundo (Gênova, França etc.). Dentre suas casas comerciais, uma se dedicava à venda de chapéus vindos da Europa; tinha uma casa de metais e madeira para construção; loja de secos e molhados. Foi presidente da Sociedade Humanitária do Comércio de Santos e irmão remido da Santa Casa de Misericórdia de Santos. No dia 29 de setembro de

		1892, aos 28 anos, foi iniciado na Benemérita Augusta e Respeitável Loja Capitular Fraternidade de Santos, chegando ao grau 33.
Cel. Carlos Luiz de Affonseca	Vereador	Cidadão Português nascido em 1848. Foi comerciante de café na cidade de Santos. Foi Vereador entre 1908-1914 (SANTOS, 1986) e eleito Prefeito Municipal entre 1914-1917. No entanto, exonerou-se da prefeitura em 1916 por ser nomeado escrivão do 5º Cartório de Ofício. Pertenceu aos irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Santos, tornando-se do Conselho Deliberativo entre 1912-1915 e vice-provedor em 1916. Também era membro do Hospital Beneficência Portuguesa, sendo um irmão benemérito. Por laço de parentesco, era ligado à Família dos Azevedo Sodré e, indiretamente, a Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva. No dia 02 de setembro de 1869, aos 19 anos, foi iniciado na Benemérita Augusta e Respeitável Loja Capitular Fraternidade de Santos, chegando ao grau 30 em 1876.
Dr. Manoel Maria Tourinho	Vereador e Inspetor Literário	Biografia escrita em subseção própria, à frente, neste capítulo.
Dr. João Galeão Carvalhal	Vereador (oposição)	João Galeão Carvalhal. Nascido em Salvador, em 11 de outubro de 1859, formou-se em 1880, em Direito, em São Paulo, chegando em Santos no mesmo ano para exercer o cargo de promotor público. Era filho de João Thomaz Carvalhal, deputado constituinte da Constituição de 1891 (RAGO, 2016, p. 49). Foi lembrado na historiografia santista como um militante abolicionista e, ainda nos últimos anos do Governo Imperial (1888), foi eleito vereador (SANTOS, 1986). Foi casado com d. Maria José Bloem (RAGO, 2016, p. 49). Foi intendente municipal (1891-1892), deputado federal (1892-1895). Entre 1899-1908, pertenceu ao Conselho de Intendência de Santos novamente e foi eleito senador da República em 1923. Era irmão remido da Santa Casa de Misericórdia de Santos. No dia 22 de junho de 1896, aos 36 anos, foi iniciado na Benemérita Augusta e Respeitável Loja Capitular Fraternidade de Santos, chegando ao grau de mestre (9.º).
Carlos Arthur Weber	Vereador (oposição)	Nasceu em 12 de fevereiro de 1867, na cidade de Santos, filho de João (Johanes) Weber e Ludowine Hiermeyer Weber. Casou-se com Laura Leopoldina Conrado de Oliveira Campos Weber. Faleceu em 01 de março de 1925. É descrito nos periódicos como capitalista e proprietário na cidade de Santos. Foi juiz de paz na cidade em 1905. Eleito vereador na

		legislatura de 1908-1911. Foi um irmão remido da Santa Casa de Misericórdia de Santos.
Carlos José Pinheiro	Vereador (oposição)	Poucos registros foram encontrados acerca de Carlos Pinheiro. Consta que foi inspetor de Quarteirão em 1880, em Santos. Em 1884, aparece como guarda livros da casa comercial Costa, Silveira & C. Eleito vereador em 1900, apoiado por Cesário Bastos. Em 1907, pela oposição, isto é, chapa de Cesário Bastos e Galeão Carvalhal, elegeu-se vereador (pela lei do 1/3) e permaneceu na vereança até 1917 (assumiu interinamente a vice-prefeitura em 1914), integrando-se ao Partido Municipal. Em 1918, tornou-se funcionário público, atuando como segundo escriturário da Câmara Municipal e, 1921, subcontador da mesma instituição. Foi um irmão remido da Santa Casa de Misericórdia de Santos.
Camillo Borges Ratto	Vereador (oposição)	Nascido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 25 de julho de 1861, era filho do Sr. Nicolau Ratto e d. Maria Angela Ravenna Ratto. Casou-se com Ernestina Gomes Ratto. Comerciante, atuou em diversos segmentos: comércio de comissões (1896), produtos de fazenda (1899), comissário de café (1909) e acionista da Cia Nacional de Seguros de Vida (1920). Foi presidente da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos (1910). Enquanto político, foi partidário de Cesário Bastos, assumindo entre 1899 até 1915 a direção do Partido Republicano em Santos. Eleito intendente na 3ª legislatura (1899-1902), retornou à vereança em 1908 (até 1911). Participou ativamente da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, sendo eleito mordomo em vários anos. Tinha o título de Coronel, mas não se constatou se por influência política ou por atuação nas forças armadas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A eleição da oposição – o Partido Municipal – gerou grande insatisfação nos partidários do Partido Republicano e, em especial, no Senador Cesário Bastos, que junto com Galeão Carvalhal e o vereador Carlos Pinheiro encaminharam ao Tribunal de Justiça do Estado uma série com quatro recursos (O COMMERCIO DE SÃO PAULO, 1908b, p. 5) contra a candidatura de cada um dos vereadores e do prefeito, a fim de impugnar a eleição deles (COMMERCIO DE SÃO PAULO, 1908a, p. 6). Segundo o recurso, o prefeito Vasconcelos Tavares teria adulterado os votos; afirmou-se, também, que Manoel Maria Tourinho era credor da Câmara Municipal, não podendo, portanto, ser eleito vereador da mesma; acusou-se José

Domingues Martins de ter comprado votos; acusava-se Moura Ribeiro de ser funcionário municipal; afirmava-se que Azevedo Júnior era negociante, tendo negócios com a Câmara; que Benedito Pinheiro teve seus votos mal contabilizados; e que Carlos Luiz de Affonseca era português de origem (COMMERCIO DE SÃO PAULO, 1908a, p. 6) . Os recursos foram julgados improcedentes e, em especial, Moura Ribeiro abdica do cargo e concorre novamente à eleição, sendo reeleito (ele era Lente da Academia do Comércio, mas os periódicos afirmam que nunca tinha assumido e ganhado qualquer valor da instituição) (O COMMERCIO DE SÃO PAULO, 1908b, p. 5).

Com respeito aos membros do Partido Municipal, embora os periódicos demonstrem uma aparente unidade entre eles, havia, evidentemente, contínuas divergências políticas. Em 1909, por exemplo, os partidos políticos foram convocados a se colocarem como favoráveis ou de oposição aos candidatos das esferas superiores. Com a proposta do Partido Republicano Federal (PRF) em apoiar o Marechal Hermes da Fonseca, o Partido Municipal de Santos precisava se posicionar. Uma assembleia foi organizada e prevaleceu o apoio ao nome indicado pelo PRF (O PAIZ, 1909, p. 2).

Havia, no entanto, dentro do Partido Republicano de São Paulo, uma resistência à candidatura do marechal, liderada por Júlio Prestes. Em Santos, o expoente contrário era o Dr. Manoel Maria Tourinho, que, vencido em seu pleito na assembleia, abdicou da presidência do partido municipal, abrindo o espaço vago para a eleição de Antônio da Silva Azevedo Júnior (O PAIZ, 1909, p. 2). A Câmara Municipal, entretanto, mesmo tendo a maioria de seus membros pertencentes ao Partido Municipal, não aderiu à candidatura do Marechal, afirmando ser contrária à candidatura de militares à presidência (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1909, p. 1).

Com a eleição de Azevedo Junior para presidência do Partido Municipal, pouco a pouco ele foi se alinhando aos governistas, tanto na esfera estadual quanto federal, e ganhando uma prospecção maior dentro do cenário político. No município, não houve mais espaços para outros grupos oposicionistas até 1930. O partido se fez hegemônico.

O partido fez aliança com Galeão Carvalhal, recebendo-o como membro e garantindo sua eleição para deputado federal em 1909, 1912 e 1915 (DIÁRIO DA TARDE, 1909, p. 1; O PAIZ, 1912, p. 6; 1915, p. 4). Em 1911, apoiou a candidatura de Rodrigues Alves e Carlos Guimarães para presidente e vice-presidente do Estado de São Paulo, respectivamente e, para senador, o candidato governista Júlio de Mesquita, em 1912 (CORREIO DA MANHÃ, 1911, p. 3; O PAIZ, 1912, p. 5).

Em 1913, nas eleições municipais para a legislatura seguinte (entre 1914-1917), o Partido Municipal elegeu seus nove candidatos, enquanto a oposição, liderada pelos cesaristas,

apenas três[23]. Nesse mesmo ano, o Partido já era publicamente visto como um partido aliado aos governistas, conforme palavras do deputado Galeão Carvalhal, numa entrevista ao jornal Correio da Manhã:

> Uma última pergunta: O Partido Municipal é opposicionista ao governo de São Paulo, não é verdade?
> - O Partido Municipal de Santos não tem sido um partido de opposição ao governo do Estado, e a prova é que tem votado principalmente nas eleições para presidente. O seu principal programma é cuidar de preferência dos negocios e do andamento do municipio de Santos. (AS ELEIÇÕES..., 1913, p. 2)

Em 1915, o Partido Republicano Paulista escolheu Altino Arantes como candidato à presidência do Estado, e o Partido Municipal apoiou a indicação, fazendo "[...] declaração expressa de apoio ao governo, adherindo ás candidaturas proclamadas pela convenção" (O PARTIDO..., 1915, p. 2). Com isso, inúmeras críticas foram realizadas pelos opositores, questionando, sobretudo, se seria o fim da autonomia do Partido Municipal (O PARTIDO..., 1915, p. 2).

> O Partido Municipal conta cerca de dez annos de vida laboriosa e proveitosa. A elle deve Santos a sua prosperidade. Organizou-se como um partido de resistencia á politicagem e por isso todos lamentavam que, após tantos annos e depois de tão notaveis conquistas em prol do municipio, o Partido Municipal se annulle, confundindo-se na grande massa do partido dominante, sacrificando a sua autonomia, arriscando-se a ficar amanhã coagido em qualquer deliberação que devesse tomar, a respeito da politica inter-municipal.
> Incorporando-se ao partido dominante, sem embargo de confessar, em seu manifesto hoje divulgado, que se formou para salvar os interesses santistas, atirados ao ouvido pelos dominadores do Estado, o Partido Municipal pratica uma especie de suicídio politico. Esta é a verdade que a maior parte dos politicos de Santos, sinceramente reconhecem. Não se discutem candidaturas, nem nomes, nem politica de campanario. O que se lamenta, o que se deplora, é que o municipio de Santos – que estava completamente alheio ás desintelligencias do Partido Republicano Paulista – passe pela lamentavel prova a que o sujeitam interesses que se não relacionam estreitamente, com a causa publica.
> E que todos os santistas, habituados á independencia do Partido Municipal, estão convencidos de que a bem organizada agremiação podia apoiar as candidaturas da convenção (ilegível) em alienar a sua autonomia. Assim tinha sido sempre. Constituindo um respeitavel e disciplinado nucleo eleitoral, o partido santista andava por empenho, em épocas de pleitos. E mais de uma vez a sua massa eleitoral pesou na balança em que se jogava o destino de uma eleição. (O "SUICIDIO", 1915, p. 2)

As eleições de 1916 também demonstraram a continuidade da influência do Partido Municipal sobre os eleitores santistas, conforme mostra o Quadro 4, pois elegeram o prefeito municipal – Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva – e as oito das dez vagas para vereança.

Quadro 4 - Vereadores da 9.ª Legislatura (1920-1923)

Partido Municipal	**Partido Republicano Paulista**

[23] "Na secção que funcionou na Escola Barnabé foram arrebentadas as urnas, travando-se um conflicto durante o qual foram disparados diversos tiros". (O PARTIDO..., 1913, p. 2)

Antonio de Freitas Guimarães Sobrinho – Presidente da Câmara; Benedicto de Moura Ribeiro – Vice-presidente da Câmara; Arnaldo Ferreira de Aguiar – 1º secretário; Alfredo Freire – 2º secretário; Benedicto Pinheiro; Heitor de Moraes; Comendador João Manoel Alfaya Rodrigues; João Gonçalves Moreira.	Guilherme Aralhe; Tito Lívio Brasil.

Fonte: Eaborado pelo autor (2021).

Note-se que, por escolha do autor desta tese, apresentou-se, por meio do Quadro 3, a lista de eleitos e a síntese biográfica deles da 6.ª Legislatura (entre 1908-1911). Não foi feito da mesma forma, no entanto, com respeito aos eleitos para a 7ª Legislatura (1911-1914) e para a 8.ª (entre 1917-1920). Com relação à 9.ª Legislatura (1920-1923), citaram-se apenas as chapas com os respectivos componentes em cada uma delas. Talvez o leitor se pergunte o porquê do proceder desta exposição.

A justificativa só poderia ser uma: a exposição de resultados da maneira como foi organizado este capítulo privilegia a compreensão da relação que os intelectuais da educação possuíam com os integrantes de cada partido político de Santos, isto é, ao apresentar os eleitos para a 6.ª legislatura da Câmara, apresentou-se, por exemplo, Benedicto de Moura Ribeiro, cujo filho – Alberto Alves de Moura Ribeiro – casou-se com Risoleta Porchat de Assis (filha de Antonio Justino Porchat de Assis Junior), sobrinha de Adolpho e Arthur Porchat de Assis, intelectuais pertencentes à rede de sociabilidade estudada nesta tese. Outras conexões são apresentadas nos tópicos posteriores.

No caso da 9.ª Legislatura, interessa-nos um sujeito em especial: o Comendador João Manoel de Alfaya Rodrigues [Junior], por duas principais razões: a primeira, por ser irmão do Comendador Manuel Augusto de Oliveira Alfaya, que se tornou Provedor da Santa Casa entre os anos de 1915-1919; e, em segundo lugar, pelo fato de ele ter atuado como consultor e ter pertencido ao Conselho Deliberativo da Santa Casa por alguns anos (1904-1906; 1911; 1913-1919), instituição que gerencia o Instituto Escholástica Rosa, cujo diretor naquele momento era Arthur Porchat de Assis, o qual tem suas práticas analisadas nesta tese, além de ser membro da família Porchat de Assis.

Nascido em Santos, em 13 de abril de 1850, era filho de João Manoel Alfaya Rodrigues (Roiz) – fidalgo espanhol com carta de brasões – e d. Camilla Leite de Oliveira Alfaya (NOVO MILÊNIO, 2011). Foi delegado de polícia em Santos – primeiro registro é de 1873. Tanto seu pai quanto ele eram conhecidos comerciantes na cidade, proprietários da firma Alfaya & Filho

por trabalharem como comissários de café e com exportação de produtos brasileiros, dentre eles, o algodão e o açúcar.

Alfaya Junior era casado com Ida Daolinda Porchat de Assis (tendo seu nome modificado após o casamento para Ida Daolinda de Assis Alfaya). D Ida, irmã, de d. Maria Carlota Porchat de Assis, mãe de Arthur e Adolpho Porchat de Assis, abriram uma fábrica para ventilar, burnir, torrar, moer café e fazer fubá, intitulada Porchat de Assis & Alfaya, registrada em 1877.

O comendador, por sua vez, era maçom, se tornando presidente da Loja Capitular Vinte de Julho em 1885 (na mesa diretora da Loja Capitular também se encontram Henrique Porchat [Junior], eleito secretário, e José do Sacramento Macuco, orador) e foi considerado fundador da Loja Fraternidade de Santos (RAMOS, 2003). Em 1888, foi nomeado, pelo Governo Imperial, agente oficial da imigração na província de São Paulo, por ser pessoa de confiança do Imperador D. Pedro II. Foi vice-cônsul[24] da Argentina em Santos e, posteriormente, também vice-cônsul da Espanha, da Guatemala e do Paraguai. Foi comerciante, proprietário de duas lojas de louças e porcelanas no centro de Santos.

No que concerne à sua atuação política, Alfaya Rodrigues Junior pertenceu, durante o Império, ao partido conservador, sendo nomeado para os cargos de capitão-secretário do Comando Superior da Guarda Nacional, delegado de polícia, juiz municipal, inspetor da instrução pública e vereador entre 1887-1889 (SANTOS, 1986, p. 176). Foi um dos fundadores da Associação Comercial de Santos.

Com a Proclamação da República, Alfaya não se envolveu diretamente com o poder público até 1919, embora tenha atuado, em 1891, em favor do *Club* Nacional (por razões óbvias, sendo ele ex-monarquista) e, posteriormente, pertencendo ao grupo de Carvalho de Mendonça.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, atuou em diversas comissões da vida pública municipal: nos centenários da cidade de São Vicente e Santos; nos festejos em homenagem a Bartolomeu de Gusmão; em prol da Santa Casa de Misericórdia, solicitando donativos ao Alto Comércio; recebendo políticos – deputados e senadores – em visitas ao município etc., sendo eleito, em 1919, vereador, e permanecendo na vida pública até 1929. Faleceu aos 91 anos, em 1941.

[24] Ao que parece, segundo as evidências encontradas, o cônsul era aquele que, em casos de emergências dos estrangeiros, oferecia suporte. Por exemplo, quando houvesse um acidente e o estrangeiro não tivesse recursos para cobrir as despesas com médicos, o cônsul poderia ser acionado para auxiliar nesses fins. Além disso, as fontes sugerem que para tornar-se cônsul (ou vice-cônsul) bastava ter conhecimento da língua estrangeira.

Seu irmão, o comendador Manuel Augusto de Oliveira Alfaya, nasceu em 25 de setembro de 1853 e provavelmente atuou com a família no ramo de importação e exportação de generalidades brasileiras (não foram encontradas nos periódicos informações a seu respeito durante o século XIX, exceto que era um juiz da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário Aparecida).

Em 1912, aparece como primeiro secretário da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Santos. Entre 1913-1914, foi eleito vice-provedor e, entre 1915-1919, provedor da Santa Casa. Assim como Alfaya Rodrigues, Manuel Alfaya era cônsul do Paraguai em Santos. Foi ligado ao *Club* XV e à Cruz Vermelha da cidade (assim como Victor de Lamare, Eurico Mursa, dentre outros que são citados posteriormente). Foi professor do Liceu Feminino Santista e presidente da Agência da Caixa Econômica Federal em Santos.

Manuel de Oliveira Alfaya era casado com d. Olympia Porchat Alfaya, falecida em 26 de maio de 1926, conforme nota fúnebre publicada em jornal, informada por seu marido, filhos e netos, e mencionando que ela falecera na casa do seu sobrinho, Reinaldo Porchat (Olympia era tia avó de Reinaldo, pois, ao que parece, era filha de Heny Porchat, irmã, portanto, de Henrique Porchat Junior). Reinaldo era filho de Antônio Porchat de Assis (irmão de Arthur e Adolpho Porchat, filhos de d. Carlota Porchat de Assis) com Francisca Pinto Porchat de Assis, fato que permitiu a dedução familiar. Assim, os dois irmãos Alfayas têm relação matrimonial com a família Porchat. Manuel Augusto de Oliveira Alfaya faleceu em 2 de setembro de 1938, em Santos.

Retornando ao contexto político da cidade, a partir de 1919, o Partido Municipal começou a apresentar a chapa completa para a vereança, pois não havia mais candidatos de oposição que faziam páreo ao Partido nas disputas eleitorais, em virtude do enfraquecimento do Partido Republicano Paulista, mantendo-se assim até 1930 – com a deposição da Câmara em 24 de outubro, pela Revolução Vitoriosa (SANTOS, 1986, p. 176). Isto é, havia a chapa oficial do Partido Municipal para cada pleito eleitoral, mas os candidatos do próprio partido, que também desejassem concorrer, ofereciam a "oposição" frente aos candidatos oficiais. Em outubro de 1928, porém, o Partido Municipal se incorporou oficialmente ao Partido Republicano Paulista.

Compreender o comportamento dos grupos políticos – suas alianças e conflitos – na cidade (mas sem perder de vistas as relações em âmbito estadual e federal) permite ao leitor melhor compreensão acerca das práticas estabelecidas pelos intelectuais da educação, os quais serão apresentados a seguir.

2.2 OS INTELECTUAIS DA EDUCAÇÃO EM SANTOS

> Faz-se, portanto, mister, educar-se o povo, juntando-se ao ensino intelectual a educação moral, mostrando-lhe a necessidade de ser mais abnegado, mais patriota e menos egoísta; ensinando-lhe enfim, a ser mais republicano e menos explorador. E' este remédio que tão somente necessitamos, para a felicidade da nação. (AS OLYGARCHIAS ESTADOAES, 1907, p. 1)

O editorial publicado no jornal "Gazeta de Joinville" em 1907 tem como título "As Oligarchias Estaduaes" e, por meio dele, criticam-se as politicagens: de um lado, em âmbito estadual e local, foram criados, segundo o texto, feudos que reduzem o povo a escravos eleitorais; do outro, a notícia critica o governo federal por aliar o Estado à Igreja, financiando a criação de bispados, fazendo sucessores ao governo, endividando o país com empréstimos exorbitantes e, ainda segundo o editorial, criando leis inconstitucionais.

À guisa de conclusão, o texto oferece o seguinte questionamento: "Será este o regime republicano almejado por Benjamin Constant, Deodoro e tantos outros? (GAZETA DE JOINVILLE, 1907, p. 1). E, por fim, afirma que um povo acostumado a ser governado pela monarquia, isto é, com liberdade limitada, fica cego diante de tanta luz que a liberdade oferece no regime republicano. Por isso, "[...] faz-se, portanto, mister, educar-se o povo..." (GAZETA DE JOINVILLE, 1907, p. 1).

A notícia supracitada – mesmo não tendo relação direta com a cidade de Santos – é um exemplo do que Nagle (2001, p. 262) chamou de "entusiasmo pela educação", isto é, uma expectativa sobre a educação como uma ferramenta para formação do cidadão republicano ou, em suas palavras, "um movimento de republicanização da República", por meio da difusão da instituição escolar (iniciativa estadual, de caráter nacionalista e, principalmente, voltado para a escola primária – a educação popular).

O Relatório do Presidente do Estado de São Paulo, Albuquerque Lins, em 1908, no mesmo sentido que o editorial da "Gazeta de Joinville" também oferece uma compreensão do que Nagle conceituou como "entusiasmo pela educação". Em suas palavras:

> A instruccao publica continua a ser uma das preocupações mais constantes do poder publico. Disseminar o ensino, especialmente o primário, deve ser a principal missão dos governos democráticos; pois a instruccao do povo é a base mais sólida de qualquer organisacao política. (RELATÓRIO..., 1908, n. p.)

Em âmbito municipal, o "Recenseamento da cidade e município de Santos", de 1913, demonstra que, do total de habitantes (88.967), apenas 32.154 sabiam ler e escrever (e havia 6.763 crianças matriculadas na escola, o que aumentaria os números dos alfabetizados futuramente) (SANTOS, 1914). No entanto, menos de 40% da população infantil "[...] recebia

instrução. Por quê? Deficiência de escolas, falta de recursos, ignorância dos pais? Não sabemos" (SANTOS, 1914, p. 109).

Críticas sobre a questão da "instrucção pública" na cidade de Santos estiveram presentes desde o início da República. O jornal "Diário de Santos", por exemplo, no dia 3 de janeiro de 1890, afirmou que de todos os ramos da administração pública, o ensino é o que mais merece atenção por parte do governo municipal e, com essa tônica, cobrava do Governo do Estado a ampliação do número de vagas para o ensino infantil, uma relação de prédios para o funcionamento de escolas (que deveriam sair das residências dos professores), e os recursos para manutenção tanto dos prédios quanto dos professores (DIÁRIO DE SANTOS, 1890, p. 1).

De 1890 a 1913, a população santista cresceu aceleradamente, saindo de pouco mais de 15 mil pessoas para mais de oitenta mil. Com o aumento populacional, a demanda por vagas em instituições de ensino também cresceu proporcionalmente. Vieira (2015a) evidencia que, apenas a partir de 1902, o número de escolas foi se expandido: de seis, existentes em 1885, para 29, em 1908.

Caleffi (2014), por sua vez, demonstra que nesse processo havia a iniciativa educacional de grupos de imigrantes e empreendedores particulares, sem perder de vista a criação da Escola Cesário Bastos, por parte de políticos ligados ao governo do Estado, o Grupo Escolar Barnabé (empreendido por iniciativa do governo municipal) e a criação da Academia do Comércio, também de iniciativa municipal. Ainda assim, a crítica com respeito à instrução pública permanecia presente. Em 1912, por exemplo, a revista "A Fita", referindo-se sobre a cidade de Santos, publicou:

> Esta movimentada "urbs" que tem avançado vertiginosamente na senda do progresso material e econômico a ponto de arrancar exclamações sinceras das pessoas que a conheceram há 10 e 15 annos passados, precisa progredir também no terreno intelectual. (A FITA, 1912, p. 6)

Cabe lembrar que, conforme posto anteriormente, desde 1908, o governo do município estava sob o Partido Municipal de Santos e, nesse sentido, esta tese procura demonstrar que, com a ascensão desse grupo político na direção municipal, houve a implantação de uma rede de sociabilidade de intelectuais que procuraria articular, por meio das instituições civis municipais, um processo de modernização educacional, fundamentado nos ideais positivistas de progresso, e que procuraria regenerar as crianças pobres da municipalidade. Nesse sentido, à semelhança do que ocorreu no Rio de Janeiro (HERSCHMANN, KROPF, NUNES, 1996), os agentes – ou porta-vozes do futuro – eram médicos, engenheiros e educadores, os quais lutaram em seus respectivos campos para legitimar as ações e a identidade do grupo. Assim,

fazendo uso dos conceitos de Gramsci, enquanto, por um lado, havia os agentes atuando na sociedade política, também havia, por outro, uma rede de sociabilidade atuando na sociedade civil e, articulados, construíram um projeto civilizatório para a cidade – e as instituições escolares eram primordiais para a consolidação desse projeto.

Assim, algumas questões emergem nesse diálogo: quem foram esses intelectuais? O que os tornou intelectuais? Quais papéis sociais esses sujeitos desempenhavam na sociedade? Em quais processos contraditórios estavam envolvidos? Quais os grupos sociais a que pertenciam? Como se organizou essa rede de sociabilidade? Quais de suas práticas discursivas são conhecidas? E como essas práticas influenciaram na elaboração de um projeto modernizador para a cidade? Onde foram registradas? Considerando a historiografia um lugar de memória, o que se preferiu lembrar e o que se preferiu esquecer acerca deles? (BURKE, 1992).

* * *

A produção historiográfica santista acerca dos intelectuais da educação atuantes na cidade durante a Primeira República é bastante escassa. Não há uma obra específica que trate sobre o assunto. Existe, entretanto, a produção de Silva Sobrinho (1957) que traz uma compilação de notícias do jornal A Tribuna, as quais foram publicadas por ele durante seu período de jornalista dessa instituição.

Dentre tantas notícias, Silva Sobrinho escreveu, sob o título "A escola Barnabé", uma nota biográfica de Barnabé Francisco Vaz de Carvalhais (1829-1892), benemérito que deixou registrado em testamento a doação de apólices do Estado do Rio de Janeiro, para construção de uma escola pública em Santos que deveria ser denominada Escola Barnabé. Cita, posteriormente, que em 1902, o Grupo Escolar Barnabé foi estabelecido e, na direção do estabelecimento de ensino, foi nomeado o prof. Carlos Escobar.

Carlos Escobar, professor formado na Escola Normal de São Paulo, militante da causa socialista que atuou tanto na cidade de São Paulo quanto no interior e no Litoral, foi citado por Rodrigues (1975), em sua obra que procurou oferecer um breve histórico acerca dos sujeitos que foram homenageados em Santos, tornando-se nome de ruas da cidade. Alguns desses sujeitos foram "intelectuais" que trabalharam em instituições educacionais de Santos.

Tratando da biografia de Carlos Escobar, Rodrigues (1975) menciona que Escobar nasceu em São José dos Campos, em 24 de março de 1862 e faleceu em Santos, em 22 de setembro de 1941. Exerceu, durante a sua carreira profissional, o papel de professor, diretor e inspetor escolar. Também fundou a primeira associação da classe professoral. Carlos Escobar se envolveu com os movimentos abolicionistas, republicanos e, junto com Silvério Fontes e

Raymundo Sóter de Araújo, fundou o partido Socialista. Foi um sujeito, segundo Rodrigues, que aliou política e pedagogia.

Ao procurar por Raymundo Sóter de Araújo (1853-1924) na obra de Olao Rodrigues, embora Sóter de Araújo tenha exercido o cargo de Inspetor Literário em Santos, foi lembrado por Rodrigues (1975) apenas por sua atuação como farmacêutico, médico e vereador em Santos. Segundo o autor, foi o primeiro Delegado de Higiene da cidade e criador do Hospital de Isolamento para Tuberculosos.

Rodrigues (1975) também oferece a biografia de Silvério Fontes, retratado como "médico, sociólogo, livre-pensador e jornalista", nascido em São Cristóvão[25], em 1.º de dezembro de 1858 e falecido em 27 de junho de 1928, aos 70 anos de idade. Em Santos, durante o regime monárquico, o autor registra que Silvério exerceu o cargo de Inspetor Literário, mesmo sem remuneração. Silva (1963) registra que Silvério foi um forte defensor do Abolicionismo e da República, mas se decepcionou com o regime três anos após sua instauração. Dessa feita, em 1885, junto com Carlos Escobar e Raymundo Sóter, segundo Rodrigues (1975), Silvério fundou o Partido Socialista e eles escreveram "A questão social" e o "Manifesto Social", revista de propaganda socialista e um encarte para defesa do socialismo, respectivamente. Silvério também atuou na Santa Casa, na Sociedade Humanitária do Comércio de Santos e no Asilo de Órfãos.

Outro intelectual relacionado ao campo da educação em Santos, que foi citado por Rodrigues (1975), foi Victor de Lamare. Esse sujeito foi um engenheiro, funcionário da Cia Docas de Santos e atuou por muitos anos como presidente do Asilo de Órfãos.

Rodrigues (1975, p. 13) cita, ainda, Adolpho Porchat de Assis, o qual, segundo o autor, ficou conhecido como o "Pai da Instrução". Adolpho era filho do Comendador Antônio Justino de Assis e d. Maria Carlota Porchat. Estudou em casa sob tutela do Pe. Francisco Gonçalves Barroso e cursou, posteriormente, o colégio São Luis, em Itu. Formou-se médico em 1885 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Olao Rodrigues, em seu livro "Cartilha da História de Santos" (1981), cita que Adolpho Porchat foi Cônsul do Uruguai, enquanto em seu livro "Veja Santos" (1975) menciona que ele era cônsul do Paraguai, mas os livros citam a atuação de Adolpho na direção da Academia do Comércio, como professor do Liceu Feminino Santista,

[25] Hugo Santos Silva (1963) menciona que Silvério Fontes nasceu em Aracajú. Na verdade, São Cristovão pertence à região metropolitana de Aracajú, em Sergipe. Silva também destaca que Silvério era filho de José Martins Fontes e de Dona Francisca Martins Fontes. Casou-se com Dona Bebé Martins, esta pertencente à família dos Martins que, por sua vez, é uma ramificação dos Andradas.

do Instituto Escolástica Rosa e de outros estabelecimentos escolares. Como médico, atuou na Santa Casa de Santos e na Cia Docas.

Adolpho Porchat de Assis era irmão de Arthur Porchat de Assis, lembrado na historiografia santista por sua atuação como diretor do Escolástica Rosa por mais de 20 anos. Segundo Rodrigues (1975), Arthur nasceu em 13 de agosto de 1863 e faleceu a 3 de maio de 1939, com 76 anos. Era formado em Direito, trabalhou como promotor público em Limeira e, retornando a Santos, tornou-se consultor e procurador da Câmara Municipal. Em 1910, foi indicado por Antônio da Silva Azevedo Junior e Antônio de Freitas Guimarães Sobrinho para ocupar a cadeira de diretor do Instituto Dona Escolástica Rosa. Arthur foi membro do conselho de Ensino de Bruxelas e professor de Filosofia do Liceu Feminino Santista. Note-se que Adolpho e Arthur atuaram nas mesmas instituições de ensino, conforme descreve Olao Rodrigues.

Outro autor bastante conhecido pela historiografia santista é Lichti (1986) que, numa outra perspectiva, escreveu um breve capítulo em seu livro "A Poliantéia Santista" acerca de algumas instituições de ensino da cidade de Santos. Lichti oferece um histórico da Escola Modelo, do Colégio Santista (dos Irmãos Maristas) e faz um pequeno retrospecto da educação em Santos, desde o século XVI até o XX, dedicando maior atenção à criação das instituições universitárias e de seus respectivos cursos.

De maior relevância historiográfica, existe a significativa contribuição de Pereira (1996), que por meio da documentação levantada no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), apresenta um histórico introdutório das instituições escolares santistas, especificamente aquelas que foram fundadas entre 1870 e 1920, período áureo da cafeicultura e da modernização do porto de Santos, destacando, sobretudo, alguns sujeitos envolvidos no processo de implementação das escolas por ela citadas. Pereira (1996, p. 84) denomina Silvério Fontes, Carlos Escobar e Raymundo Sóter de Araújo de intelectuais, "ilustrados ecléticos" que atuaram no campo da educação.

> Silvério Fontes fundou o Centro Socialista e organizou a sua Biblioteca. Foi inspetor literário. Atuou na Sociedade União Operária. Carlos Escobar é o primeiro diretor do Grupo escolar estadual de Santos, o "Cesário Bastos". Sóter de Araújo foi também inspetor literário, médico da Sociedade União Operária, sócio fundador da Sociedade Protetora da Infância Desvalida, presidente da Sociedade Auxiliadora da Instrução (PEREIRA, 1996, p. 84).

Além do trabalho pioneiro de Pereira (1996) no campo da História da Educação em Santos, há também a contribuição de Vieira (2015a) que, ao procurar compreender a cultura escolar do Asilo de Órfãos de Santos durante 1908 a 1931, trouxe subsídios acerca de uma rede

de intelectuais que atuou nas instituições escolares da cidade, discussão levantada posteriormente.

Até este momento, vem-se apontando uma série de sujeitos considerados intelectuais pelos autores privilegiados na historiografia santista. Os autores supracitados não construíram (ou sequer trouxeram de outros referenciais teóricos) o conceito de intelectual, ficando subjacente em suas escritas que por intelectuais foram considerados aqueles sujeitos que obtiveram, de alguma forma, acesso à instrução, às letras, à erudição, tornando-se, portanto, detentores de um saber teórico. Para este trabalho, entretanto, a concepção de intelectual percorre um caminho distinto da concepção investigativa dos autores supracitados. Buscar-se fundamentação teórica em Gramsci (1982), o qual oferece em seus escritos a possibilidade de pensar sobre a identidade e a função social da categoria "intelectual".

Antônio Gramsci foi um intelectual coerente com a sua própria concepção de intelectual, isto é, um sujeito cuja prática não consiste apenas na eloquência ou no domínio das letras, mas sim no "[...] imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, 'persuasor permanente'" (GRAMSCI, 1982, p. 8).

Gramsci nasceu na Sardenha, especificamente na cidade de Ghirlaza, em 29 de janeiro de 1891. Filho de Francesco Gramsci, advogado oriundo de "[...] típica família meridional, de boas condições, que fornece os quadros intermediários à burocracia estatal" (FIORI, 1979, p. 15) e Guiseppina Marcias, filha de um cobrador de impostos e senhor de pequenas propriedades. Faço menção à origem econômica familiar de Antônio Gramsci em razão de ser fundamental para compreensão dos seus escritos, como disserto a seguir.

Com sete anos, Antônio Gramsci viu seu pai ser preso por conflitos políticos, razão pela qual a estabilidade financeira da família foi prejudicada. Sua mãe foi se desfazendo de suas propriedades herdadas para manter as necessidades da família, além de trabalhar como costureira. Também com essa idade, Antônio frequentava a escola primária e se destacava frente aos colegas por saber falar corretamente o italiano, não apenas o dialeto (FIORI, 1979).

Aos 13 anos, em 1904, quando concluiu o primário, Antônio Gramsci deixou a escola por falta de condição financeira, retornando ao ensino ginasial no ano seguinte, momento em que seu pai saiu da prisão e pôde retornar ao trabalho. Formou-se aos 17 anos no ginásio e, posteriormente, aos 19 anos no Liceu. Por suas notas satisfatórias, ganhou uma pequena bolsa de estudos da Fundação Albertina para cursar Letras na Universidade de Turim, a partir de 1911. Formou-se e se tornou jornalista, escrevendo sobre teoria política. Filiou-se ao Partido Socialista Italiano – do qual Benito Mussolini também participava –embora, meses depois, mesmo quando ainda era estudante, tenha participado do processo de criação do Partido

Comunista Italiano (PCI) – uma dissidência do Partido Socialista. Visitou a Rússia (em 1922), local onde conheceu sua esposa. Tornou-se deputado pelo PCI em 1924 e preso político em 1926 (FIORI, 1979).

No Cárcere, Gramsci dedicou seu tempo a escrever notas em cadernos oferecidos a ele pelo governo italiano. Dentre os diversos assuntos privilegiados por Gramsci estão: filosofia, linguística, a questão dos intelectuais, o jornalismo, sobre Maquiavel e algumas considerações acerca do Estado e da política acerca da história italiana, e outros temas. Esses escritos produzidos no cárcere tornaram-se os "Cadernos do Cárcere". Além dos cadernos, Gramsci também escreveu correspondências para sua cunhada, Tatiana, as quais foram publicadas com o título de "Cartas do Cárcere". Coube ao então Secretário Geral do PCI, Togliatti, a primeira publicação dos Cadernos, na Itália, uma vez terminada a Segunda Guerra Mundial, em meados da década de 1940. A cunhada de Gramsci havia salvado os Cadernos de uma possível destruição, sob o fascismo. A publicação dos cadernos e das cartas ocorreu após a morte de Gramsci.

No décimo segundo caderno do cárcere, Gramsci (1982, p. 15) se indaga acerca da função dos intelectuais na sociedade italiana do início do século XX. Em suas ponderações, questiona-se: quem são os intelectuais? Eles "[...] constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais?".

Analisando a história italiana a partir da relação social concreta, desempenhada por sujeitos contraditórios, Gramsci (1982) identifica desde o Feudalismo um grupo que exerceu a função de intelectual: a Igreja que, embora se considerasse autônoma e independente do grupo social dominante, trabalhava no campo ideológico "[...] em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe" (GRAMSCI, 1982, p. 4), surgindo organicamente enquanto um grupo ligado à aristocracia fundiária, "[...] com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade" (GRAMSCI, 1982, p. 5) e tornando-se um tipo específico de intelectual, a saber, tradicional, uma vez que são "[...] representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas" (GRAMSCI, 1982, p. 5). Os intelectuais surgem, portanto, progressivamente, a partir de suas práticas e são, por isso, formados historicamente em conexão com os demais grupos sociais, especialmente do grupo dominante, para legitimar suas ações.

Gramsci ainda ponderou em suas reflexões que:

> Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma

> ou mais camadas de intelectuais, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 1982, p. 3).

O grupo social dominante precisa construir o consenso para se manter no poder, isto é, conforme dito acima, "[...] criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe" (GRAMSCI, 1982, p. 4). Assim, a classe dominante forma os seus intelectuais, muitas vezes cooptando-os das massas trabalhadoras para a construção do consenso e, assim, fazer-se hegemônica. Os intelectuais lutam, sobretudo, no campo ideológico, tornando a escola seu instrumento propagador para elaborar novos intelectuais de diversos níveis. Nos dizeres de Gramsci:

> Cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais "orgânicos" e não "assimila" nenhuma camada de intelectuais "tradicionais", embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa (GRAMSCI, 1982, p. 5).

Antônio Gramsci teve uma origem familiar de boas condições financeiras, as quais lhe ofereceram, apesar das dificuldades, a possibilidade de estudar, cursar a universidade, e ser um dos fundadores do Partido Comunista da/na Itália. Ele pertencia à camada que tradicionalmente produzia intelectuais: a pequena e média burguesia.

> Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se camadas que, tradicionalmente, "produzem" intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito frequentemente, especializaram-se na "poupança", isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades. A diversa distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território econômico e as diversas aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diversos ramos de especialização intelectual (GRAMSCI, 1982, p. 10).

A classe dominante não simplesmente nasceu hegemônica, mas se fez hegemônica historicamente e precisa apresentar um projeto de sociedade que convença os demais grupos sociais. Esse projeto é elaborado pelos intelectuais, os quais são selecionados de dentro da classe trabalhadora. Faz-se necessário, consequentemente, para o grupo dominante, elaborar processos cada vez mais complexos que selecionem seus intelectuais, conforme as qualificações técnicas necessárias para dar, por meio da cultura, a estrutura democrática.

Os intelectuais são, assim, para Gramsci, funcionários do grupo (ou da classe social) que se fez hegemônica graças à atuação dos seus intelectuais no seio da sociedade civil, que trabalham, por um lado, oferecendo a legalidade da coerção social que disciplinará os sujeitos que não consentem passivamente a essa conjuntura e, por outro, construindo o consenso através

do prestígio obtido em razão da sua posição – um tipo de capital cultural –, ou ainda por meio do capital financeiro, uma vez que se tornar intelectual no mundo de produção capitalista oferece um maior retorno financeiro.

> A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários (GRAMSCI, 1982, p. 10).

Os intelectuais trabalham para manter a exploração das classes subalternas, obtendo, com isso, uma pequena parcela do capital que é distribuído a elas pelo serviço prestado ao grupo dirigente. Eles não nasceram intelectuais, mas se tornaram a partir das relações sociais concretas em virtude da necessidade da classe dominante de criar condições de permanência no poder. Por isso, o partido precisa oferecer condições concretas para formação de seus próprios intelectuais, os quais não são intelectuais porque compõem uma profissão específica – "[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectual" (GRAMSCI, 1982, p. 7).

Note-se, portanto, que para Gramsci o intelectual é aquele que desempenha a atividade de intelectual, isto é, que se coloca num papel de formação de opinião, de organização da cultura. Essa definição amplia o sentido de intelectual enquanto um detentor de cultura, conhecedor das letras, concebendo-o como criador e mediador cultural, ampliando ainda mais o conceito, a partir da noção de engajamento "na vida da cidade como ator", conforme aponta Sirinelli (1996, p. 243), embora ao conceito esteja, para fins de análise, sempre presente a relação com meio de atuação, a sociedade.

> [...] as elites culturais, mesmo quando seja legítimo isolá-las para efeitos de análises, não existem como entidades autônomas, em posição de extraterritorialidade. Estão, pelo contrário, ligadas à sociedade que as rodeia e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhes conferem uma identidade (SIRINELLI, 1998, p. 264).

Partindo dessa concepção teórica, quem seriam os intelectuais atuantes durante a Primeira República na cidade de Santos? Certamente aqueles sujeitos que, por um lado, se apropriaram dos meios de comunicação e, por outro, também se envolveram com as instituições da cidade – civis ou governamentais –, procurando, a partir de suas práticas, consolidar seus projetos sociais. Assim, como critério metodológico para a escolha dos intelectuais, considerou-se:

1. Embora a profissão 'professor' possa ser compreendida como "intelectual", sobretudo por ser um organizador da cultura, nesta tese elegeram-se os sujeitos que, além de

atuarem como professores, dirigiram instituições da sociedade civil cujo foco [dessas instituições] fosse a formação de sujeitos por meio de um ensino seriado, regular e diplomado, considerado, portanto, um ensino de caráter formal.

2. Sem perder de vista, entretanto, que a sociedade política também é um espaço, nesse caso, público, para a atuação de intelectuais, os sujeitos que, como no caso acima, desempenharam o papel de professores e, para além de suas práticas em sala de aula, exerceram o poder público, em funções de organização e execução de ações envolvendo o ensino municipal – como o caso de inspetores literários – também foram considerados intelectuais.
3. Além dos dois critérios acima, a necessidade desses sujeitos terem materializado suas ideias e práticas discursivas na imprensa, seja ela oficial, periódica ou especializada, fabricando fatos de uma determinada perspectiva com a finalidade de intervir socialmente para construção de uma sociedade almejada.
4. Por fim, considerou-se que a função social de intelectual não pode ser exercida individualmente, antes, elegeram-se como intelectuais aqueles sujeitos que ativamente compuseram uma rede de sociabilidade.

A partir dos critérios estabelecidos, consideraram-se "intelectuais da educação" atuantes na Primeira República em Santos os seguintes sujeitos:

- Primeira geração de intelectuais (1889-1907): Carlos Escobar (que atuou em Santos por um curto período nos anos finais do século XIX e início do XX), embora não tenha estabelecido uma rede de sociabilidade que o fizesse permanecer no município; Raymundo Sóter de Araújo e Manoel Maria Tourinho – estes dois últimos conseguiram se inserir na segunda geração de intelectuais santistas, conforme será assinalado a seguir;
- Segunda geração de intelectuais (1907-1930): Adolpho Porchat de Assis, Arthur Porchat de Assis; Victor de Lamare; Delfino Stockler de Lima.

Para esta tese, interessa, em especial, a segunda geração de intelectuais a qual, aliada ao Partido Municipal, embora os sujeitos já participassem da vida pública nos anos anteriores à ascensão do partido, foi responsável pela modernização da cidade de Santos no que diz respeito à instrução pública, atuando nas instituições educacionais filantrópicas e formando, por meio do Liceu Feminino Santista (cujo curso de magistério era reconhecido em âmbito municipal

para formação de professoras), as profissionais de educação que atuariam nas instituições municipais.

Procurou-se, até o presente momento, compreender, por um lado, o comportamento das facções políticas de Santos (e, em especial, do Partido Municipal) e, por outro, o conceito de Intelectuais em Gramsci (afinal, em Gramsci não é possível compreender esse conceito dissociado da noção de Partido), a fim de, neste próximo movimento do texto, privilegiar uma síntese biográfica de cada um dos intelectuais cujas práticas serão analisadas no terceiro capítulo.

* * *

2.2.1 Raymundo Sóter de Araújo

> Antes de médico, era filantropo. As criaturas pobres, sem quaisquer recursos, a ele recorriam e jamais deixaram de ser atendidas. Foi um bom. Distribuiu a mancheias a Caridade, sempre predisposto a servir aos que tinham fome e padeciam de males físicos. Foi considerável a folha de serviços que tributou às casas hospitalares e de assistência aos pobres e inválidos (SANTOS, 1971, p. 44).

Raymundo Sóter de Araújo nasceu em Santo Amaro da Purificação, Bahia, em 22 de abril de 1853 (RODRIGUES, 1971). A historiografia santista não privilegiou informações a respeito de sua família de origem, ainda assim, por ser de notório saber que Sóter de Araújo "deixou distinta descendência" (RODRIGUES, 1971, p. 44), foi possível localizar os nomes de seus filhos e solicitar, junto ao 1.º cartório de Registro Civil de Santos, as respectivas certidões de nascimento. Com isso, foi possível localizar o nome de seus pais: Raymundo Jorge de Araújo e Rosalina Eufemia de Menezes e Araújo.

O pai, Raymundo Jorge de Araújo, era farmacêutico. Foi encontrado no jornal "A Marmota" (Bahia) o registro de uma boutique de sua propriedade na cidade de Santo Amaro da Purificação em 1849 (A MARMOTA, 1849, p. 4). Além disso, é possível que ele tenha exercido o mandato de deputado na Bahia, embora não tenha sido possível confirmar a informação: essa evidência carece de maior investigação, pois durante a pesquisa foi localizado um sujeito chamado "Raymundo de Araújo Jorge", tenente-coronel do exército que circulou por muitas cidades do Norte e Nordeste do país. Talvez Raymundo Jorge de Araújo e Raymundo de Araújo Jorge sejam a mesma pessoa, pois era comum a troca de nomes nos documentos (inclusive documentos oficiais) da época. Quanto à sua mãe, não foi encontrada nenhuma informação específica.

Raymundo Sóter de Araújo, na Fig. 23, ingressou na Faculdade da Bahia, formando-se em dezembro de 1873 em Farmácia (DIEZ DEL CORRAL, 2009, p. 120) e, por aproveitamento

de disciplinas, ingressou no terceiro ano de Medicina em 1874[26], formando-se também na Faculdade de Ciências Médicas em 1877 (CORREIO DA BAHIA 1877, p. 1). Nomeado para a Guarda Nacional em 1880, foi destinado a servir na corte imperial, Rio de Janeiro, tornando-se médico cirurgião do navio a vapor, de guerra, Amazonas (TRIBUNA DO COMMERCIO, 1880, p. 2) e, no mesmo ano, designado para a Marinha Nacional, 2.º cirurgião do corpo da armada.

Figura 23 - Raymundo Sóter de Araújo

Fonte: Santos Illustrado (1903).

Em 29 de janeiro de 1882, Sóter de Araújo foi designado para servir na Escola de Marinheiros, na cidade de Santos (CORREIO PAULISTANO, 1882, p. 2). A primeira citação encontrada acerca dele, nas instituições do município, foi nos escritos do memorialista Jaime Franco (1951, p. 145) que, publicando suas memórias junto à narrativa e reprodução das atas do Hospital Beneficência Portuguesa, afirma que o hospital conferiu o título de sócio honorário ao Dr. Raymundo Sóter de Araújo devido aos serviços prestados ao hospital.

Ao que parece, o diálogo com as evidências sugere que Raymundo Sóter de Araújo, ao chegar à cidade, procurou uma instituição que, por conta da sua formação médica e por sua ascendência portuguesa, abriria possibilidades para sua inserção na alta sociedade, no caso, a Beneficência Portuguesa.

Inicialmente, considerou-se que esses "serviços prestados", apontados por Franco (1951), estivessem relacionados ao atendimento voluntário de pessoas enfermas, uma vez que o contexto do município era de constantes epidemias. No entanto, chamou a atenção que, por vezes, nos relatórios da provedoria da Santa Casa de Santos, Sóter de Araújo fosse apresentado como irmão benemérito e, não diferente, também assim foi denominado na Beneficência

[26] Cf. Decreto n. 2442 de 17 de setembro: "autorisa o governo para mandar admitir Raymundo Soter de Araujo, á matricula do 3.° anno medico da faculdade da Bahia, independentemente do exame de anatomia, que deverá prestar antes do acto das materias do mesmo anno; aceitando se-lhe como válido o exame de latim que já fez". Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1874, p. 1125) Edição 31.

Portuguesa, no caso, sócio benemérito (FRANCO, 1951, p. 414). Assim, relendo a afirmação de Jaime Franco de outro ponto de vista, uma nova opção emergiu: que os serviços prestados fossem, por um lado, doações financeiras realizadas à instituição e, por outro, auxílio no angariamento de recursos ao Hospital. Essa possibilidade oferece maior compreensão acerca da recepção de Sóter de Araújo entre os membros da alta sociedade santista:

> Devido aos serviços que prestaram no Hospital, foram conferidos títulos de sócio Honorário ao dr. Raimundo Sóter de Araújo que para ali fora conduzido pelo dr. Júlio Furtado, e de sócio remido ao dr. Manuel Homem de Bittencourt, um médico, outro dentista, assim como outro de sócio Honorário ao Major Antonio Eustáquio Largacha, proprietário do Rink Santista, onde se efectuaram muitos festivais em benefício dos cofres da Beneficência Portuguesa, cuja renda proporcionou a aquisição de muitas apólices da dívida pública, para, com os juros, auxiliar os gastos do Hospital. (FRANCO, 1951, p. 414)

Considerou-se, ainda, que foi na Beneficência Portuguesa que Raymundo iniciou sua rede de sociabilidade com os representantes das famílias tradicionais santistas: Manoel Homem Bittencourt, além de trabalhar na Beneficência, também era dentista na Santa Casa de Santos (e futuramente seria o dentista do Instituto Dona Escholástica Rosa, instituição cuja direção seria de Arthur Porchat de Assis); Manoel Maria Tourinho era médico na Beneficência Portuguesa; Antônio de Freitas Guimarães Sobrinho (futuro intendente municipal de 1914 a 1919) pelo Partido Municipal; Carlos Luiz de Affonseca (português, comerciante de café e futuro vereador pelo Partido Municipal); dentre outros que comporiam o círculo de relacionamento político que Sóter teria anos a frente. Além disso, alguns desses sujeitos estavam ligados ao Núcleo Republicano e ao movimento abolicionista na cidade.

Ainda em 1882, Raymundo Sóter solicitou sua inserção à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, sendo aceito e recebido, no mesmo grupo com João Galeão Carvalhal e Silvério Martins Fontes (RELATÓRIOS DA PROVEDORIA, 1882). Manoel Maria Tourinho e João Manoel Alfaya Rodrigues eram mordomos da instituição em meses distintos desse ano (RELATÓRIOS DA PROVEDORIA, 1882).

Em 1883, Sóter de Araújo apareceu ligado à diretoria da Sociedade Emancipadora (O ESTADO DE S. PAULO, 1883, p. 2), associação constituída em 1870, por Martim Francisco de Ribeiro de Andrada Filho, em São Paulo, mas que foi transferida posteriormente para Santos, tendo como objetivo alforriar moças escravizadas (DIAS, 2014). Ainda desempenhando o oficialato na marinha, Sóter também acumulou o cargo de delegado na cidade de Santos (O ESTADO DE S. PAULO, 1883).

Em 1889, com a gravíssima epidemia de febre amarela, a qual, segundo Vieira (2006, p. 29), a proporção de doentes por médicos era de 90 pacientes, além das moléstias de

impaludismo, peste bubônica, varíola e tuberculose, a situação da cidade, com respeito à saúde pública, ficou caótica. A população municipal foi reduzida drasticamente e, com a morte de seus familiares, muitas crianças, em especial aquelas vindas da Europa, ficaram órfãs. Em virtude desse contexto, Dr. Carvalho de Mendonça, que exercia a função de Juiz de Órfãos, Aureliano Coutinho Nogueira da Gama, guarda-mor da Alfândega, com o financiamento da realeza, por meio do apoio de Conde D'Eu, instalaram provisoriamente um asilo para órfãos e, no mesmo ano, constituíram a Associação Protetora da Infância Desvalida (VIEIRA, 2006). Desde o início da movimentação em favor da criação do Asilo de Órfãos, Sóter de Araújo estava envolvido angariando recursos em benefício da instituição recém-criada e oferecendo atendimento médico às crianças voluntariamente (VIEIRA, 2006, p. 38; p. 86).

Com as constantes epidemias assolando a cidade, a Câmara resolveu contratar Sóter de Araújo, em 1890, para se tornar Diretor da Higiene do município, isto é, o pertencente a uma junta médica que auxiliava o intendente do município no combate à peste, oferecendo uma espécie de consultoria profissional para minimizar os efeitos epidêmicos (O ESTADO DE S. PAULO, 1890). Pertenciam a essa junta Adolpho Porchat de Assis, João Éboli e Dr. Machado (não se tem mais informações deste último, sequer sobre seu nome completo). Também nesse ano, Raymundo, que ainda permanecia ligado à Guarda Nacional e à Marinha – já na patente de 1.º tenente – foi condecorado a cirurgião de 3.ª classe da armada, por bons serviços prestados (A TRIBUNA, 1890, p. 130).

Na questão política, Santos vivia, em 1890, a disputa entre as duas facções republicanas – Centro Republicano e *Club* Nacional – pela hegemonia do poder municipal. Raymundo Sóter de Araújo pertencia ao *Club* Nacional, embora seu nome constasse da lista sugerida de intendentes oferecida pelo Centro Republicano ao presidente do Estado. No entanto, a indicação de seu nome foi, naquele momento, rejeitada.

> Dr. Soter de Araujo iria á intendencia prestar ao municipio de Santos os serviços da sua incontestavel intelligencia multiplicada pelos seus estudos profissionaes. Parecia-nos indispensavel incluir na intendencia um medico que servisse de director aos vários negocios concernentes á hygiene publica. A lembrança do dr. Soter de Araujo podia ter sido julgada má pelo governador do Estado que não deve ignorar que este illustrado medico e delegado de hygiene desta cidade. (O ESTADO DE S. PAULO, 1890, p. 2)

Embora Sóter de Araújo não fosse de fato nomeado delegado de hygiene da cidade, ele já obtinha o prestígio por atuar na municipalidade como diretor da junta médica e, em 1892, com o aumento no número de intendentes de sete para nove, no município de Santos, ele foi

um dos novos nomeados[27] (na verdade, com a perseguição política, um grupo foi exonerado dos cargos de intendentes[28] e outro grupo foi nomeado).

Conforme já apontado anteriormente, uma nomeação para direção política do município, nesse contexto da história do país, implicava a participação de uma rede de sociabilidade ligada à permanência no poder das elites monarquistas e liberais, oferecendo a possibilidade de reinserção desses sujeitos aos cargos disponíveis no novo regime republicano.

O contexto de insalubridade em Santos, agravado nas últimas décadas do século XIX pela peste e pelas epidemias, possibilitou aos "intelectuais-cientistas" (HERSCHMANN, KROPF, NUNES, 1996, p. 14), em especial, aos médicos higienistas e sanitaristas, a autoridade para normatizar a sociedade, definindo, a partir de uma perspectiva modernizadora, novos valores concernentes ao espaço público, como, por exemplo, ao tipo de moradia moderna (e, por consequência, vital para a sobrevivência humana), o acesso aos tônicos farmacológicos, às vacinas, enfim, aos novos e necessários produtos para cuidar da saúde do corpo.

Nesse sentido, Sóter de Araújo gozava de uma autoridade legitimada socialmente e, antes de sua nomeação para intendência, em 24 de maio de 1892, foi designado (de fato, por ato oficial) delegado de higiene da cidade (O ESTADO DE S. PAULO, 1892a, p. 1). Posteriormente, em julho, foi nomeado à Câmara de Intendentes, no dia 8 (SANTOS, 1986, p. 177). Em seguida, passou a vacinar pessoas em sua própria residência (a partir de 26 do mesmo mês) (O ESTADO DE S. PAULO, 1892b, p. 2) e, dias depois (em 3 de agosto), foi nomeado presidente da Intendência Municipal (O ESTADO DE S. PAULO, 1892c, p. 2).

Estabelecido em Santos, Sóter de Araújo se casou, pela primeira vez, com Izaura Faro de Araújo, filha de Melchior de Figueiredo Faro e d. Senhorina Leopoldina Faro. Melchior era um negociante de gêneros alimentícios na cidade de Santos, tendo uma casa de fornecimento de, por exemplo, carne seca, toucinho, arroz, feijão e farinha (CORREIO MERCANTIL, 1864, p. 2), vindo a falecer no ano de 1867 (JORNAL DO COMMERCIO, 1867, p. 3). Sua mãe, por sua vez, era tia de Gil Rodrigues, republicano que foi eleito vereador em 1901, junto com Sóter de Araújo à vereança (O ESTADO DE S. PAULO, 1902a, p. 2).

Dona Izaura envolvia-se voluntariamente com a Santa Casa de Misericórdia de Santos, servindo como mordomo do mês, pelo menos no ano de 1895. Suspeita-se que o casamento tenha ocorrido entre 1892-1894, pois em 21 de setembro de 1895 nasceu a primeira filha do

[27] O Estado de S. Paulo, de 8 de julho de 1892. Pedro Augusto Pereira da Cunha, dr. Soter de Araujo, Pédro de Souza Aranha, dr. Emilio José Ribeiro, dr. Costa Pires, Luiz Suplicy, Guilherme de Mello, Joaquim Montenegro e dr. Julio Alves Cunha.

[28] Saíram Antonio José Malheiros Junior, Theophilo de Arruda Mendes, Francisco Cruz, dr. Lino Cassiano Jardim, Manoel Franco de Araujo Vianna e Ernesto Iless.

Casal: Angélica Sóter de Araújo. Por alguma razão desconhecida, dona Izaura veio a falecer em 5 de março de 1896, em Ribeirão Pires, sendo trazida a Santos para ser enterrada no Cemitério do Paquetá (GAZETA DA TARDE, 1896, p. 1).

Entre 1892 e 1895, por conta da profissão, os periódicos evidenciam uma constante atuação, em conjunto, de Raymundo Sóter de Araújo, João Eboli e Silvério Fontes, todos médicos ligados à Santa Casa e em diversas outras instituições de caridade, como o Asilo de Órfãos, Asilo de Mendicidade etc. No entanto, a relação com o médico Silvério Fontes também envolvia outras afinidades, dentre elas, as convicções socialistas.

Raymundo e Silvério foram imortalizados na historiografia como grandes beneméritos do município (RODRIGUES, 1975). Junto com o professor Carlos Escobar[29] fundaram o primeiro centro de orientação socialista do Brasil – o Centro Socialista de Santos e, posteriormente, publicaram o periódico intitulado "A questão social" (1895), com o intuito de divulgar o socialismo e fundar um partido de orientação socialista – junto com a Sociedade União Operária e o Partido Operário (GITAHY, 1992, p. 55). Sóter de Araújo, nesse momento, pertencia ao quadro de médicos da Sociedade União Operária, enquanto Silvério Fontes atuava como médico na Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos[30] (dessa instituição também faziam parte Galeão Carvalhal e Manoel Augusto Alfaya (O ESTADO DE S. PAULO, 1901a, p. 8)). Ambos trabalhavam juntos na junta médica do município, responsável por dar pareceres ao poder público ou ao poder judiciário quando requisitados (O ESTADO DE S. PAULO, 1886, p. 2).

O Centro Socialista promovia reuniões regulares, organizava conferências, discussão de propostas etc., como a reunião que ocorreu em 30 de outubro de 1895, nos salões da sua sede, em favor do movimento separatista de Cuba, sobre o qual Silvério Fontes fez uma prédica e

[29] Conforme aponta Rodrigues (1975, p. 152-3), o "[...] professor Carlos Escobar nasceu em S. José dos Campos a 24 de março de 1862 e faleceu em Santos a 22 de setembro de 1941. Integrou-se nos movimentos abolicionista e republicano como orador popular. Exerceu durante largos anos o Magistério neste Município. Quando desempenhava as funções de inspetor escolar, coube-lhe fundar a primeira associação da classe professoral. Criou e dirigiu diversas unidades escolares. Com Sóter de Araújo e Silvério Fontes, fundou aqui o primeiro partido de tendência socialista do Brasil. Diretor do Grupo Escolar Barnabé e do Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos, o professor Carlos Escobar ilustrou grande número de jovens santistas, de nascimento ou adoção. Deixou vários trabalhos sobre Política e Pedagogia" (RODRIGUES, 1975, p. 152-153).

[30] Turci (2007) aponta o processo de desenvolvimento histórico dos periódicos de caráter libertário na cidade de Santos, até a criação da "Questão Social". Segundo ele, Silvério Fontes era um livre pensador e filantropo. Uma vez ligado aos republicanos, aproximou-se de Raymundo Sóter de Araújo e Carlos Escobar (este, em especial, ligado aos movimentos republicanos no interior do Estado de São Paulo e com Silva Jardim) e constituiu o Jornal A Evolução, um periódico de pouca duração, que contava com estes dois e outros intelectuais republicanos como Vicente de Carvalho, Martim Francisco e João Guerra. Posteriormente, constituiu "A nova idea", "Colibri", "O Santista", "O Reclame" e o "Incolor". Nestes jornais, além da ênfase na república e na abolição, o socialismo não aparece desassociado deles. Mas foi o jornal "Questão Social" escrito em parceria com Sóter de Araújo e Carlos Escobar que manifestou claramente os ideais socialistas. (Para um estudo do socialismo no Brasil: os primórdios em Santos através da publicação de A questão social) Tese de doutorado.

Sóter de Araújo compôs um subcomitê para levar o assunto à Capital Federal (O ESTADO DE S. PAULO, 1985, p. 1).

Raymundo contraiu novas núpcias com Maria Barbara Coelho de Araújo em junho 1900 (CIDADE DO RIO, 1900, p. 1). Era filha de Francisco de Paula Coelho e Barbara Joaquina Bueno Coelho. Francisco Coelho era bastante conhecido na sociedade santista: em 1876, foi nomeado suplente de juiz pelo governo imperial (O ESTADO DE S. PAULO, 1876, p. 2), assumindo a 2.ª vara em 1879 (O ESTADO DE S. PAULO, 1879, p. 2); vereador municipal entre 1869-1876 (SANTOS, 1986, p. 176); negociante conhecido em Santos, São Paulo e na Corte Imperial – foram encontrados registros da Firma Coelho & Araújo (O ESTADO DE S. PAULO, 1877, p. 2), muito provavelmente uma futura sociedade entre sogro e genro; falecido em maio de 1905 (O ESTADO DE S. PAULO, 1905, p. 3).

Entre 1895 e 1900, a ausência do nome de Sóter de Araújo nas fontes históricas sugere, no que concerne à sua vida política, que ele caiu num ostracismo, a semelhança de Manoel Maria Tourinho, pois, com a divisão política entre governistas e oposicionistas, ele possivelmente se aliou à oposição, ao grupo que defendia maior autonomia municipal.

Cabe uma ressalva: a historiografia política de Santos está em constante construção (mas não somente ela, evidentemente): Vieira (2011, p. 70-1), por exemplo, sugere que Sóter de Araújo pertencia ao grupo governista cesarista, embora também identifique a carência de pesquisas nesse campo específico da historiografia regional (VIEIRA, 2011, p. 67). Assim, é possível que, ao passo que havia maior identificação por parte de Sóter de Araújo ao grupo ligado à Associação Comercial de Santos – que, por sua vez, defendia maior autonomia municipal –, ele também dialogava com os cesaristas para uma maior facilidade de inserção no poder público. Inclusive, há indícios nos periódicos da década de 1890 que alguns sujeitos se passavam por oposicionistas, mas se alinhavam com os governistas para angariar votos, dentre eles, Henrique Porchat Junior (A OPINIÃO NACIONAL, 1893, p. 2; SANTOS COMMERCIAL, 1895, p. 1).

Assim, em 1901, junto com Henrique Porchat de Assis (sobrinho, Dick Martins), Frederico Junqueira e Gil Rodrigues, Sóter de Araújo foi eleito pela oposição à Câmara Municipal de Santos (O ESTADO DE S. PAULO, 1901b, p. 2), para a gestão da 4.ª legislatura, entre 1902 e 1905. Foi durante essa legislatura que ele foi nomeado Inspetor Literário do Município, exercendo o cargo por seis anos, entre 1902 e 1907 (posteriormente a 1905, mesmo não eleito intendente, permaneceu no cargo, votado pela Câmara e nomeado pelo prefeito).

Conforme a Lei n.º 520, de 26 de agosto de 1897, que regulamenta a inspeção escolar e dispõe em seu artigo 4.º que “em cada município a fiscalização das escholas será exercida por

delegados ou representantes das municipalidades competindo-lhes verificar e attestar a assiduidade dos respectivos professores" (SÃO PAULO, 1897, *on-line*), bem como o Decreto n.º 518, de 11 de janeiro de 1898, que observa e normatiza a Lei n.º 520, dispondo em seu artigo 2.º, "[...] na inspecção e fiscalização do ensino, será o Governo auxiliado pelas seguintes auctoridades escolares: a) um inspector geral; b) dez inspectores escolares; c) as Câmaras Municipais", no caso de Santos, o Inspetor Literário era escolhido anualmente por votação na Câmara de Vereadores (VIEIRA, 2011, p. 73).

O período de atuação de Sóter de Araújo na Intendência Municipal foi alvo de parte da análise de Vieira (2011), em sua tese de doutorado sobre o Asilo de Órfãos, na qual a autora, em seu segundo capítulo, demonstra a articulação desse intelectual durante o processo do aumento de número de escolas no município durante sua gestão.

> Entre 1902 e 1908 foram criadas, além das escolas noturnas, vinte e três escolas municipais. A instalação dessas escolas reforça a existência de uma intencionalidade por parte da Câmara Municipal, já que as leis que criavam as escolas deviam ser aprovadas em plenário. A concordância da Secretaria do Interior, com a criação desse número de escolas, também é indício de que a iniciativa era aprovada pelas instâncias governistas superiores. O alinhamento entre as várias instâncias, característica dessa fase política, parece ter ocorrido neste caso (VIEIRA, 2011, p. 75, grifos meus).

Vieira (2011, p. 72) também aponta que uma das funções do inspetor literário era investigar as denúncias e, se necessário, proceder ao afastamento de professores, cuja metodologia de ensino estivesse ultrapassada – dentre elas, o uso de castigos físicos, por exemplo. Sóter de Araújo foi, segundo a autora, cobrado de fiscalização das instituições escolares – públicas e privadas – e, entre os problemas encontrados por ele, mencionou-se uma escola particular (à Rua Marquês de Herval, 133) que não possuía as condições higiênicas necessárias para seu funcionamento, exigindo imediata correção.

Raymundo Sóter de Araújo também procurou incentivar a comemoração de datas cívicas nas escolas, criando conferências e festas escolares sobre a Independência do Brasil, o Patriarca José Bonifácio e Proclamação da República. Em 1902, por exemplo, o Jornal "O Estado de S. Paulo" registrou que as comemorações da Independência do Brasil envolveram os edifícios públicos, consulados, navios no porto, que hasteavam bandeiras e, ainda à noite, estabelecimentos públicos mantiveram iluminadas suas fachadas (O ESTADO DE S. PAULO, 1902b, p. 1).

A iniciativa da comemoração partiu da Inspetoria Literária do Município que promoveu "[...] além das solenidades, festas escolares na Escola Barnabé. Grande realce tiveram essas festas pelo aspecto literário que tomaram" (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1902, p. 39). Segundo a matéria de "O Estado de S. Paulo", ao meio-dia, no edifício da Escola Barnabé, o

presidente da Câmara, Almeida Moraes, foi recebido pelas alunas da escola e coberto com uma coroa de flores – o evento era alusivo à Independência, mas mantinha seu caráter de propaganda política. Em seguida, adentram ao salão os senhores Primitivo Sette, juiz de direito da 1.ª vara, Sóter de Araújo, inspetor literário, que também representava o Sr. Dr. Malta Cardoso, intendente municipal, e o sr. Júlio Torres Rangel, 3.º juiz de paz. Toca-se o hino nacional no piano, as autoridades fazem uso da palavra e, após um discurso da prof.ª. Rosa Paduto, os alunos do Grupo Escolar "Cesário Bastos" fazem uma apresentação de bailado. Houve, ainda, uma prédica do prof. Carlos Escobar e, em seguida, todos os convidados foram destinados ao túmulo do Patriarca José Bonifácio, no Convento do Carmo, onde continuaram as comemorações com novos discursos feitos por Carlos Escobar, Sóter de Araújo e Ady Proost, respectivamente. Conclui-se o evento com uma coroa de flores colocada sobre o túmulo do patriarca, contendo os dizeres "1902 Ao Patriarcha da Independencia, a Camara Municipal, em nome do Povo" (O ESTADO DE S. PAULO, 1902b, p. 1).

Raymundo Sóter de Araújo pertencia à maçonaria, ligado à Loja Maçônica Fraternidade de Santos. No dia anterior à comemoração da Independência do Brasil em 1902, houve a instalação da escola da Loja Maçônica Braz Cubas. É interessante notar que, além de Sóter de Araújo, não havia outras autoridades municipais presentes na inauguração – e nem houve menção que foram representadas (pelo menos não foram registradas na matéria do jornal "O Estado de S. Paulo"). Além disso, cada sujeito que fez uso da palavra tinha relação com uma instituição maçônica, representando-a: Olympio Lima, Francisco Pereira, José Pereira Guimarães pela "Fraternidade", Virgílio Pereira pela "Autonomia e Liberdade", e Alberto Veiga pelo jornal O Oriente (O ESTADO DE S. PAULO, 1902a, p. 1). Deve-se notar que Olímpio Lima, redator de A Tribuna, não foi citado como representante do jornal, mas sim da Loja Fraternidade.

Em abril de 1907, atendendo uma solicitação da Associação Comercial de Santos, que desde o final do século XIX solicitava uma escola que preparasse mão de obra qualificada para atuação no porto e no comércio municipal, Sóter de Araújo apresentou a indicação da Academia do Comércio de Santos à Câmara (VIEIRA, 2011, p. 81).

> Mas resta-nos agora a parte mais espinhosa da tarefa. Crear um estabelecimento de instrucção – é uma idea vaga, sem grande alcance pratico, reconhecemol-o.
> [...]
> Um lyceu em que se ensinassem gratuitamente tres ou quatro linguas communs, arithmetica e algebra, escripturação mercantil, geographia comercial e industrial, historia patria, direito commercial e economia politica, constituindo tudo um curso regular, deveria ter uma acção decisiva sobre o nosso commercio.
> É possível que nos primeiros anos a sua influencia se conservasse quase nulla, pela reluctancia da nossa mocidade, por tudo que é esforço intellectual.

> [...]
> Mas estamos certos que d'entro de álgum tempo a superioridade incontestável dos poucos que tivessem aproveitado aquelle ensino, arrastaria para os estudos do lyceu a massa dos empregados do commercio.
> Quanto á necessidade de creação de uma bibliotheca publica, julgamo-la egualmente indiscutivel.
> Ella interessa vivamente, não só ao municipio, mas ao paiz todo. Uma bibliotheca não é somente um meio de instrucção commum, é também um repositório de documentos, que sem ella se esperdiçam os que constituem o thesouro inestimável da historia nacional (DIÁRIO DE SANTOS, 1889).

Esse editorial foi escrito por Vicente de Carvalho, em fevereiro de 1889, no jornal Diário de Santos. É a conclusão de uma série de três artigos que trataram da instrução pública no município. O autor mencionou, em seu primeiro artigo, a situação deplorável da instrução pública na Província de São Paulo para, no segundo, tecer críticas similares concernentes à cidade de Santos. No terceiro e último editorial, ele colocou a proposta de criação da Academia do Comércio e de uma Biblioteca Pública do município.

No entanto, apenas no início do século XX, conforme aponta Pereira (2012), com a entrada de novos membros ligados à Associação Comercial de Santos, na Câmara Municipal, em especial, com Raymundo Soter de Araújo na inspeção literária, houve ações para consecução desse estabelecimento de ensino profissional. Em 14 de novembro de 1906, houve a aprovação na Câmara do projeto de criação da Academia Prática do Comércio que, em parceria com a Associação Comercial e a Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio, tratariam da organização e do estabelecimento da instituição de ensino profissional, cabendo ao inspetor literário solicitar uma subvenção financeira ao governo do Estado e, posteriormente, pedir sua equiparação com o de outros estabelecimentos de ensino. Em 24 de abril de 1907, sancionou-se a Lei n. 258 que:

> Crêa um Instituto de ensino profissional de commercio, sob a denominação "Academia de Commercio de Santos".
> O Tenente Coronel Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares, Intendente Municipal de Santos, faço saber que a Camara Municipal decretou e eu publico a lei seguinte Lei n° 258:
> Art. 1º Fica creado um instituto de educação e de ensino profissional de commercio, que será denominado – Academia de Commercio de Santos.
> Art. 2º A Academia de Commercio manterá dois cursos: um geral, dando habilitações para o exercicio das funcções de guarda-livros, perito judicial e empregos da Fazenda; outro especial superior habilitando mais, para os cargos de agentes consulares, funccionarios do Ministerio das Relações Exteriores, actuarios de companhias de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancarios e de grandes emprezas commerciaes.
> Art. 3º A Academia comprehenderá:
> a) um museu commercial.
> b) um laboratorio de analyses.
> c) uma bibliotheca.
> Parágrafo único. Alem destas repartições complementares poderão ser creadas outras, cuja necessidade fôr demonstrada pela prática.

> Art. 4º As aulas serão diurnas, podendo porem serem creadas aulas nocturnas livres, não só das disciplinas obrigatorias nos cursos geral e especial superior, como tambem de outras materias, conforme melhor convier à elevação moral e intellectual dos que se dedicam à carreira do commercio.
> [...]
> Art. 7º A organização da Academia, nomeação de Director e do pessoal do corpo docente, bem como de todos os serventuarios, será feita na forma que, em regulamento for determinado, depois de approvado pela Camara;
> Art. 8º Revogam-se as disposições em contrario.
> Cumpra-se.
> O Intendente Municipal a faça imprimir e publicar.
> Sala das sessões da Camara Municipal de Santos, em 24 de Abril de 1907.
> Francisco Correa de Almeida Moraes
> Presidente da Camara Municipal
> Registrada no livro competente.
> Secretaria da Camara Municipal de Santos, em 24 de Abril de 1907.
> Geraldino Silva
> Official (SANTOS, 1907, *on-line*)

A inauguração da Academia do Comércio ocorreu em 15 de maio de 1907, presidida pelo juiz de direito da primeira vara, Primitivo de Castro Rodrigues Sette, do promotor público, Galeão Carvalhal, e do Inspetor Literário, Sóter de Araújo, no edifício doado à municipalidade para funcionamento da Academia do Comércio pela Sociedade Auxiliadora da Instrução (PEREIRA, 2011), embora a Academia só tenha sido instalada solenemente em 4 de agosto (VEIRA, 2011, p. 83).

Em 1904, com a chegada dos irmãos maristas em Santos, foi fundado o Colégio Santista, em 4 de abril. Em junho de 1907, o Colégio Marista obteve a equiparação ao Ginásio Nacional, fato que exigia, por parte do Governo do Estado, a nomeação de um fiscal do governo no município. Os periódicos apontam a nomeação de Sóter de Araújo, em 5 de junho de 1907, fazendo-o resignar do cargo de inspetor literário do município três dias depois de sua nomeação de fiscal (em 8 de junho) (O ESTADO DE S. PAULO, 1907, p. 2). Em 1908, com a equiparação do curso ginasial do Colégio Coração de Jesus, Sóter também foi nomeado o fiscal dessa instituição junto ao governo (O ESTADO DE S. PAULO, 1908, p. 4).

Com respeito aos relatórios da Inspetoria Literária, organizados por Sóter de Araújo, eram construídos a partir de uma consideração inicial sobre a instrução pública na cidade, seguida da descrição a respeito dos Grupos Escolares, das Escolas Isoladas, de visitas realizadas por ele às instituições públicas e particulares, das condições físicas dos prédios das instituições escolares, bem como de seus móveis e utensílios, tendo, por fim, informações a respeito dos exames escolares e algumas considerações finais, que segundo ele, eram das necessidades da instrução municipal. A análise desses relatórios fará parte do capítulo três desta tese.

Em 1908, Sóter de Araújo, que prestava serviços voluntariamente ao Asilo de Órfãos, foi contratado como médico, com um ordenado de 300$000 mensais (VIEIRA, 2006, p. 86).

Nesse contexto, ele atuava como médico em diversas instituições da cidade: a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrucção (junto com os doutores Manoel Maria Tourinho, Guilherme Alvaro (ALMANAK LAEMMERT, 1913, p. 2564), Thomas Catunda e Moura Ribeiro (ALMANAK LAEMMERT, 1913, p. 613) – chegando a receber o título de benemérito da instituição em 1915 (DIARIO ESPANHOL, 1920, p. 2), Beneficência Portuguesa (FRANCO, 1951), Santa Casa de Misericórdia de Santos e, por consequência, em virtude da administração da Santa Casa sobre o Instituto Dona Escholástica Rosa, também nesse estabelecimento de ensino.

Em 1915, foi nomeado, pelo prefeito Antonio de Freitas Guimaraes Sobrinho (CORREIO PAULISTANO, 1914, p. 6), Lente Catedrático de História Natural da Academia do Comércio, permanecendo no cargo até 1921 (ALMANAK LAEMMERT, 1915-1921) e veio a falecer em 7 de junho de 1924, em Santos, sendo enterrado no Cemitério do Paquetá.

2.2.2 Manoel Maria Tourinho

> O dr. Manoel Maria Tourinho homem assaz consciencioso e extremamente cavalheiro foi injustamente calumniado por esses vagabundos e inimigos que querendo roer algum osso não encontram ninguém que os offereça [...] (SANTOS COMMERCIAL, 1895, p. 2).

Nascido em Salvador, em 21 de abril de 1853, Manoel Maria Tourinho, na Fig. 24, foi descendente, por parte de pai, do donatário da Capitania de Porto Seguro, Pero Campos Tourinho, chegado ao Brasil em 1536 (RAGO, 2016, p. 71), oriundo de Viana do Castelo, norte de Portugal. Eram sua mãe, prima-irmã de seu pai, d. Maria das Mercês Ferreira Tourinho e, seu pai, Demetrio Cyriaco Tourinho, nascido em Salvador no dia 16 de março de 1826, filho do comendador José Vicente Gonçalves Tourinho e de d. Francisca Guilhermina Pinto da Cunha (TOURINHO-MARQUES, 2004).

Figura 24 - Manoel Maria Tourinho

Fonte: Santos Illustrado (1903).

Tourinho-Marques (2004) aponta que Demetrio Tourinho, pai de Manoel Maria Tourinho, participou ativamente da corte e da vida pública na Bahia. Demetrio concluiu o curso de medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1847, tornando-se, nesse ano, sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Recém-formado, retornou à Bahia, tornando-se fundador do "Crepúsculo", periódico literário da Sociedade de Emulação Literária da Bahia, tendo publicado artigo, poemas, prosas e traduções. Além disso, em 1849, foi nomeado, por concurso, à cadeira de grego do Liceu Provincial (jubilado em 1881). Em 1856, fundou juntamente com seu primo, Manuel Jesuino Ferreira, o Diário da Bahia, onde por 12 anos foi o redator principal. Também em 1856 foi nomeado membro efetivo da Comissão de Higiene Pública da Província da Bahia. Em 1859, por ter recebido em Salvador o Imperador D. Pedro II, foi investido com o hábito de cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo. Em 1861, foi nomeado opositor da Seção de Ciências Médicas da Faculdade de Medicina da Bahia e, em 1871, Lente catedrático de Patologia Interna da mesma instituição (ano que Manoel Maria Tourinho ingressou na Faculdade de Ciências Médicas em Salvador). Nesse ínterim, foi eleito deputado provincial nas legislaturas de 1864-65; 1866-67; 1868-69; 1880-1881. Em 1874, foi elevado, por D. Pedro II, a comendador da Imperial Ordem. Na década de 1880, tornou-se membro do Conselho Superior do Ensino Provincial. Por fim, foi também venerável mestre da maçonaria, vindo a falecer em 1888, em Itagipe, Salvador, aos 62 anos.

Manoel Maria Tourinho, por sua vez, formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1877 (RODRIGUES, 1975), e nessa ocasião, seu pai solenizou a formatura de seu filho,

libertando uma de suas escravas (O GLOBO, 1875, p. 2). No mesmo ano, foi nomeado 2.º cirurgião da marinha, sendo transferido ao Rio de Janeiro em 10 de maio (JORNAL DA BAHIA, 1877, p. 1) e, meses depois, para Santos (RAGO, 2016, p. 71), a fim de servir na Escola de Aprendizes de Marinheiros (JORNAL DO COMMERCIO, 1877, p. 3). Provavelmente foi iniciado na Maçonaria, mas não em Santos (RAGO, 2016).

Em 1879, decidiu se exonerar da marinha e se dedicar à medicina e à política municipal (O MONITOR, 1879, p. 2). Na cidade, morava na Rua do Rosário n. 41 (atual Avenida João Pessoa) (ALMANACH PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1886, p. 492) e se estabeleceu profissionalmente como médico na Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Hospital Beneficência Portuguesa e na Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos (O ESTADO DE S. PAULO, 1902c, p. 2). Também foi acionista da Companhia Santista de Construcção e Materiaes, instalada em 1891(O MERCANTIL, 1891, p. 1).

Nos anos finais do Império, Tourinho disputou, por meio do Partido Liberal, as eleições para vereança, sendo eleito no segundo escrutínio, em 1882 (NOVO ALMANACH DE SÃO PAULO, 1882, p. 311), para o triênio seguinte (1883-1886). Com o aumento do número de mortes na cidade em virtude da peste, entre 1887-1890, Tourinho estabeleceu (em 1888) um posto de vacinação na farmácia “Galleno”, na Rua General Câmara 16, atendendo ao público com consultas e com a venda de tônicos (NOVIDADES, 1888, p. 1). Sua atuação durante esse contexto epidêmico na cidade ofereceu ampla visibilidade do seu trabalho como médico, tornando-o membro da junta médica de higiene municipal em 1889 (O ESTADO DE S. PAULO, 1889, p. 1) e intendente da higiene, em 1891 (RODRIGUES, 1975).

Manoel Tourinho, mesmo atuando durante o Império como um liberal monarquista, contraditoriamente, com a instauração do governo republicano, pertenceu ao Centro Republicano (entre 1889-1891), justamente a facção política que afirmava só aceitar os “republicanos históricos” como seus membros (SANTOS, 1986), o que sinaliza, em algum grau, a rede de sociabilidade da qual fazia parte naquele momento histórico.

Em 1892, Tourinho foi eleito vereador para a primeira legislatura republicana no município de Santos, tornando-se oposicionista ao Governo do Estado. Além disso, suas convicções políticas também estavam diametralmente contrárias ao governo federal, que nomeava os dirigentes estaduais. Assim, Tourinho defendia maior autonomia municipal e, valendo-se das lacunas existentes na Constituição Federal de 1891, a qual, segundo ele, não normatizava adequadamente o poder nos estados e municípios (e, por conta disso, favorecia a interferência do Governo Estadual nos assuntos municipais), iniciou uma campanha para a elaboração de uma Constituição Municipal (SANTOS, 1986).

Com o decreto do estado de sítio, durante o governo de Floriano Peixoto, Tourinho tornou-se alvo dos outros dois grupos políticos atuantes na cidade: os cesaristas e os oposicionistas aliados de Galeão Carvalhal. Em 1893, foi processado para ser destituído do cargo de vereador, chegando a ser preso, junto com seu advogado, em março de 1894 (A REPÚBLICA, 1894, p. 2) (embora, conforme já mencionado anteriormente, seu mandato tenha sido reestabelecido após indeferimento do processo no Senado Federal).

Ainda em 1894, como presidente da Câmara de Intendência, promulgou a Constituição Municipal e, com respeito ao campo da instrução pública, trabalhou para que o legado financeiro deixado em testamento por Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes (falecido em 1892), para a construção de uma escola pública, fosse executado. O projeto de lei foi constituído em fins de 1894, pelo vereador intendente Antonio Manuel Fernandes[31], determinando a criação de uma escola modelo, seguindo os padrões higienistas que vigoravam na época (CALEFFI, 2014, p. 88).

Tourinho articulou para que a escola fosse administrada exclusivamente pelo município, sem interferência estadual, o que gerou, por parte dos vereadores ligados ao Governo do Estado, forte oposição (dentre eles, Antônio Vieira de Figueiredo, que oficiou ao governo do Estado, sugerindo um possível desvio de verba, fato que possibilitou ao promotor Galeão Carvalhal abrir um inquérito contra a Câmara Municipal, solicitando um interrogatório policial contra os vereadores da oposição) (CALEFFI, 2014, p. 88).

Em parecer, Tourinho registrou em janeiro de 1895:

> Considerando que é dever dos municípios deixarem bem eloquentemente provado aos posteros os seus exforços em beneficio da educação intellectual dos que nelles residem:
> Considerando que a municipalidade entregando ao Estado um legado destinado a instruir o povo, ficará, com o correr dos annos, absolutamente esquecida em relação ao assumpto:
> Considerando que este exemplo arredará da municipalidade a munificencia particular, em favor do Estado, considerado, assim, o unico em condições de arcar com as dificuldades em prol do ensino[...].
> Considerando, principalmente, ser assumpto controverso o poder a Assemblea Municipal transferir a outrem um legado que lhe foi instituído para um fim especial,

[31] Antonio Manoel Fernandes, nascido em Santos, a 5 de dezembro de 1843, como filho legítimo de Manoel Fernandes e d. Etelvina M. de Jesus Fernandes. Estudou as primeiras letras em Santos, e na idade de 15 anos seguiu para São Paulo, a fim de fazer os preparatórios no Colégio Paulistano, de onde saiu em 1861, para matricular-se no primerio ano da Academia de Direito. Não se sabe por que, porém, deixou de formar-se, abandonando a faculdade quando já cursava o terceiro ano. Voltando para Santos, sujeitou-se a concurso de primeira e segunda entrância para o provimento de um cargo na Alfandega local, cargo que exerceu durante algum tempo. Amigo da Instrução, auxiliado por alguns cidadãos e companheiros, principalmente Sacramento Macuco, fundou e sustentou por quase cinco anos a Escola do Povo, aula noturna, frequentada por todas as classes, sendo um dos professores gratuitos da mesma escola. Ocupou mais tarde o cargo de juiz de paz, por indicação do dr. Américo Brasiliense (IHGS, s. d., *apud* CALEFFI, 2014, p. 88).

> indo, assim, de encontro à última vontade, sempre respeitada e sagrada, de um testador:[...]
> Resolvo, fundado no paragrapho unico do art. 18 da Constituição Política deste município, pedir a essa illustre Assemblea, em nome dos seus elevados créditos, que applique o legado Barnabé no estabelecimento de uma escóla sua, inspeccionada exclusivamnete por si.
> Santos 23 de janeiro de 1895.
> Dr. Manoel Maria Tourinho

Foi também em 1895 que Manoel Maria Tourinho renunciou ao seu cargo – no mesmo dia da posse de seu opositor Quintino de Lacerda, em 9 de julho (SANTOS, 1986). Isolado politicamente e sendo alvo dos dois outros grupos políticos de Santos, Tourinho fundou, em 1897, o Partido União Cívica, contando com uma assembleia de 400 eleitores, cujo fim foi apoiar o governo do Sr. Dr. Prudente de Moraes e o Sr. Dr. Campos Salles (CIDADE DO RIO, 1897, p. 1), embora até 1905 ele tenha permanecido em ostracismo político.

O partido União Cívica defendia o parlamentarismo republicano. É interessante notar que ex-monarquistas flertaram com o pensamento parlamentarista durante os anos iniciais do regime republicano. Eurico Saldanha, por exemplo, era um monarquista convicto que, com o início da República, precisou se adaptar ao novo regime. Aliado de Manoel Maria Tourinho, fundou em 22 de agosto 1894 o Jornal Santos Commercial – Orgam Republicano. Em 14 de novembro de 1895, publicou que no dia seguinte faria a publicidade de um manifesto monárquico e, conforme prometeu, em 15 de novembro passou o jornal a ser denominado, Santo Commercial – Orgam Monarchista.

No campo político do município, Saldanha trabalhou para legitimar as ações de Tourinho, atacando diretamente a redação do Jornal *Diário de Santos* – periódico do Partido Republicano – cujo proprietário era Heitor Peixoto e o chefe de redação era Isidoro de Campos (jornalista, oposicionista). Afirma o memorialista Olao Rodrigues (2008):

> No dia 10 de julho de 1895 houve passeata pelas principais ruas da Cidade em que se manifestava regozijo pela anulação da Constituição Política do Município. Diário de Santos, que se opusera firmemente à principal Lei Municipal, por considerá-la inconstitucional, foi muito aplaudido pelos manifestantes, enquanto Santos Comercial, que a apoiava, quase foi invadida e empastelada pela massa popular. Santos Comercial, na edição seguinte, noticiando o desfile político, acentuou: "Sentimo-nos honrados por essa manifestação". Noticiou mais que, entre os manifestantes, destacava-se o dr. Isidoro Campos, do Diário de Santos. Em ofício encaminhado à autoridade policial, o sr. Eurico Saldanha solicitou proteção ao seu jornal, mas fez-lhe ciência de que, se houvesse invasão, também haveria reação com armas iguais às que os "capangas do dr. Isidoro Campos usavam". Santos Comercial, que era indisfarçavelmente monárquico, chegou a dizer, a 15 de novembro de 1895, que "a República não foi obra do povo, mas sim dos militares. O povo apenas ficou surpreso com o golpe".

Retornando a discussão anterior, com a fundação do Partido Municipal, Tourinho reinseriu-se na política local, dirigindo o partido até 1909 e, posteriormente, pertencendo no

seu conselho deliberativo. Ainda assim, foi eleito vereador em 1907 (para legislatura entre 1908-1911) e, adiante, em 1911 (para legislatura entre 1912-1915).

No campo da educação, Tourinho foi ligado ao corpo de professores do Instituto Dona Escholástica Rosa – professor de Higiene e História natural, embora também fosse o médico da instituição, e sua maior atuação com respeito à instrução pública ocorreu enquanto foi inspetor literário, entre abril de 1908 e 1910, período em que escreveu os relatórios que são analisados no capítulo posterior.

Em 3 de abril de 1908, por meio da Lei n. 302, de 3 de abril de 1908, o prefeito municipal sancionou a criação da Secretaria da Inspetoria Literária do Município, sendo designado para o cargo Manoel Maria Tourinho (SANTOS, 1908a, *on-line*). Por meio da Lei n. 317, de 22 de julho de 1908, regulamentou-se o cargo, concedendo-lhe autoridade para 1. Inspecionar as escolas públicas do município, dando conhecimento disso à Câmara Municipal; 2. Requisitar à Prefeitura os fornecimentos para completo funcionamento das escolas; 3. Nomear, conforme designação da prefeitura, para cargos relacionados ao ensino público; 4. Apresentar novos regulamentos para as escolas públicas municipais (SANTOS, 1908b).

Atuando como inspetor literário, Tourinho aglutinou as escolas municipais isoladas num só edifício, formando um grupo escolar, por meio da Lei n. 320, de 11 de agosto de 1908 (SANTOS, 1908c). Além disso, em outubro, ele favorece o Centro Espanhol, Real Centro Português e Associação Espanhola de Socorros Mútuos e Instrucção, desobrigando-os do imposto predial (SANTOS, 1909a, *on-line*).

A Academia do Comércio, instituição dirigida por Adolpho Porchat de Assis (um dos intelectuais cujas práticas são analisadas a seguir), teve maior atenção por parte do Inspetor Literário. Em março de 1909, Tourinho conseguiu aprovar, junto ao orçamento da Câmara Municipal, um crédito suplementar no valor de 22:500$000 para a Academia do Comércio, a fim de custear um Laboratório Municipal de Analyses (SANTOS, 1909b, *on-line*), fazendo a mesma instituição receber, em outubro (SANTOS, 1910a, *on-line*) e novembro, créditos suplementares no valor de 17:000$000 (SANTOS, 1909b, *on-line*). Em 5 de janeiro de 1910, possibilitou a criação do curso ginasial anexo ao curso geral da Academia do Comércio, o qual deveria ser mantido por meio do pagamento de mensalidade dos próprios alunos (SANTOS, 1910b, *on-line*).

Outra instituição favorecida pelo inspetor literário foi o Liceu Feminino Santista. Campos (2018) mencionou, em sua pesquisa sobre ‘O curso normal do Liceu Feminino Santista’, que Tourinho foi o responsável por apresentar um projeto de lei à Câmara, em março de 1910, propondo que as diplomadas no Liceu Feminino Santista ficassem dispensadas de

concurso para professoras, além de equivaler os diplomas da instituição santista ao nível da Escola Normal de São Paulo (SANTOS, 1910c, *on-line*) (o curso no Liceu Feminino não era reconhecido fora da municipalidade).

A presidente da Associação Feminina Santista, instituição mantenedora do Liceu Feminino Santista, era Diva de Lamare Porchat de Assis, esposa de Victor de Lamare, outro intelectual pertencente a essa rede de sociabilidade de intelectuais. A leitura da dissertação de Campos foi que instigou a necessidade de investigação das leis propostas com respeito à educação pública, durante a permanência de Tourinho na inspeção literária, as quais poderão demonstrar os projetos em construção para o campo da educação pública.

Em 27 de abril de 1910, por meio da Lei n. 385, foi aprovado no orçamento vigente um crédito no valor de 4:000$000 para ser repassado à Associação Protetora da Infância Desvalida, cujo presidente era Victor de Lamare, outro intelectual relacionado com a rede de sociabilidade em questão.

Em 21 de setembro de 1910, Tourinho deixou o posto de inspetor literário, pois o cargo foi extinguido pela Câmara em 22 do mesmo mês (SANTOS, 1910d, *on-line*), motivo que o levou aos protestos nos periódicos (O SÉCULO, 1910, p. 2).

Com respeito a sua vida política após 1909, Tourinho foi, por um lado, perdendo sua articulação nos círculos mais próximos ao poder e, por outro, ao que parece, desiludido com o rumo do Partido Municipal em apoiar o Marechal Hermes da Fonseca. Por conseguinte, com a extinção do cargo de inspetor literário, optou por deixar a carreira pública, voltando a atuar como médico nas instituições a que pertencera. Ele faleceu em 16 de junho de 1913, vítima de pneumonia.

2.2.3 A Família Porchat de Assis

A ascendência da família Porchat de Assis em Santos remete a Henry Porchat (1802-1883), imigrante suíço que, segundo Rodrigues (1975), era natural de Genebra, descendente de Jean Jacques Porchat, professor de Literatura da Faculdade de Letras da Universidade de Lausanne. Rodrigues (1978) afirma que Henry Porchat veio ao Brasil aos 15 anos.

Na historiografia, Henry Porchat é conhecido por se tornar o "primeiro industrial de Santos" (RODRIGUES, 1975). Os primeiros registros históricos aparecem em 1863, apontando-o como senhor de grande número de escravizados (os periódicos evidenciam desde 1857), sendo de sua propriedade uma fábrica de curtumes movida a vapor, estabelecida na Villa Nova, em Santos (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1863, p. 1). "A tanagem dos couros era

feita por folhas de mangue, piladas em grande mó, a princípio movida a braço pela força de negros que se revezavam nesse pesado serviço" e que após 1872 passou a ser movida a vapor, com caldeira queimando a lenha do próprio mangue (RODRIGUES, 1975).

A partir da década de 1870, também se tornou proprietário de uma fábrica de cal (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1866, p. 382) e de um navio de pequeno porte de reboque a vapor, denominado vapor Isaura (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1866, p. 378). Rodrigues (1978) menciona que Henry Porchat, com o seu vapor Isaura, prestou muitos serviços no Porto de Santos. Além disso, segundo o memorialista, ele foi o primeiro a montar uma linha telefônica entre o Villa Nova e o Monte Serrat, para dar avisos das embarcações na Barra; a vender lenhas em 'achas' (pau de mangue rachados); e a oferecer os servidos de carros de aluguel para passageiros (séges – pequenas e leves carruagens). Enquanto investidor, Henry Porchat possuía 30 ações do prolongamento da estrada de ferro da Cia Paulista, em 1873 (CORREIO PAULISTA, 1873, p. 2).

Na década de 1880, Henry fez novos investimentos, ampliando os segmentos de mercado em que atuava: em 1881, adquiriu outro navio a vapor, denominado Porchat" (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1881, p. 239) e, em 1882, tornou-se proprietário de uma fábrica de sabão e velas de sebo (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1882, p. 1969). Henry Porchat veio a falecer em 26 de fevereiro de 1883, na cidade de Santos (CORREIO PAULISTANO, 1883, p. 2).

Com relação ao matrimônio, Henry Porchat casou-se duas vezes: a primeira, com Libania Alta de Jesus Porchat, tendo como descendentes: Maria Carlota Porchat (1831-1898), Henrique Porchat [Junior] (1834-1897) e Victorino Porchat (1838-1874)[32]. Com o falecimento de d. Libania, casou-se pela segunda vez com Maria Baptista da Silva Costa (CORREIO PAULISTANO, 1863, n. p.), que passou a se chamar Maria Baptista da Silva Porchat (falecida em 1867 (CORREIO PAULISTANO, 1867, p. 1), deixando como descendente dona Olympia Porchat (1863-1926) – que se casou com o comendador Manuel Augusto de Oliveira Alfaya, irmão do comendador Alfaya Rodrigues.

As relações de parentesco se mostraram muito úteis nesta pesquisa, para a compreensão das redes de sociabilidade e à inserção desses sujeitos na vida pública do município: Vitorino

[32] Pesquisa realizada em sites de árvore genealógica, como o MyHeritage e o FamilySearch.

Porchat era alferes do 3.º Batalhão da Guarda Nacional de Santos (CORREIO PAULISTANO, 1886, n. p.), vindo a falecer aos 36 anos.

Henrique Porchat [Junior] deu prosseguimento aos negócios do pai, administrando as fábricas de cal, o curtume, e os demais negócios familiares, tornando-se um conhecido industrial na cidade (CUNHA, 2007). Casou-se em 1870 com Thereza Suplicy na capital paulista (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1872, p. 3). Foi delegado em Santos e se envolveu com a campanha abolicionista, com o Núcleo Republicano, em 1881 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1881, p. 1), e com o Club Republicano, em 1887 (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1887, p. 2). Foi maçom pertencente à Loja Vinte e Um de Julho, junto com Manuel Augusto Alfaya Rodrigues (AURORA ESCOSSEZA, 1885, p. 4). Por duas vezes, foi lançado pelo Partido Republicano deputado pela Província de São Paulo (O PAIZ, 1885, p. 2; A DEMOCRACIA, 1887, p. 2). Quando instaurado o novo regime político, em 1889, pertenceu à Junta Governativa que dirigiu a cidade até a nomeação dos primeiros intendentes. Entretanto, com a entrada de Floriano Peixoto no poder, manteve-se na oposição a esse governo até 1895, quando a facção que liderava junto com José Cesário da Silva Bastos[33] se tornou parte do governo. Pertenceu ao Centro Republicano (em oposição ao *Club* Nacional) e foi eleito intendente municipal em 1896, vindo a falecer no ano seguinte, em 1897.

Maria Carlota Porchat, a primogênita de Henry Porchat, casou-se com Antônio Justino de Assis (1815-1898), tendo, pelo que indica a pesquisa, nove filhos: ao que as fontes sugerem, Henrique – o primogênito, provavelmente nascido entre 1850 e 1852, Antônio (1858 - ?), Isaura (casou-se com José Proost de Souza[34], mudando seu nome para Isaura Assis Proost de Souza), Arthur (1863-1939), Afonso, Ida Daolinda (casada com João Manoel de Alfaya Rodrigues Junior), Adolpho (1868-1933), Júlio e Eugênio (não aparecem as datas de nascimento e óbito), todos Porchat de Assis (A GAZETA, 1933, p. 2) – alguns sem referência a datas de nascimento

[33] "O advogado santista José Cesário da Silva Bastos (1849 - 1939), já nos primeiros anos de formado, em 1872, dividiu-se entre promotoria pública de Araraquara, e de Jaboticabal, onde também se envolvera com o nascente partido republicano da região. Suas relações com a cidade de Santos advinham, possivelmente, de seu pai que atuava como negociante e comissário de café, Antonio José da Silva Bastos. Sua primeira menção na documentação enquanto ativo na política santista foi quase às vésperas do 15 de novembro, em julho de 1889, enquanto candidato à deputado pelo partido republicano local. A partir de então tornou-se importante membro do PRP santista junto a Henrique Porchat, com quem fez oposição a Floriano Peixoto" (CARMO; FARIA; VIEIRA, 2021).

[34] Em 1869 foi alferes-secretário na Secção de Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional e, posteriormente, 2.º sargento por 16 anos. Em 1872, foi nomeado subdelegado em Santos e, entre 1873 e 1876, foi eleito vereador. Em 1877, tornou-se procurador de Antonio Proost Rodovalho (que possuía armazéns de sal, açúcar e café), envolvendo-se, portanto, com os grupos econômicos conservadores da capital paulista e de Santos. Foi vice-presidente da Câmara de Santos antes da Proclamação da República, tornando-se coronel e assumindo, no mesmo ano, a Guarda Nacional.

e falecimento, podendo, inclusive, cada um deles estar em outra ordem sequencial de nascimentos.

O pai, Antônio Justino, era escrivão (amanuense) da Alfândega de Santos (1837) (CORREIO OFFICIAL, 1837, n. p.) – funcionário público, sendo promovido a primeiro escriturário em 1846 (JORNAL DO COMMERCIO, 1846, p. 1) e, posteriormente, a inspetor da alfandega em 1868 (CORREIO PAULISTANO, 1868, p. 3), permanecendo no cargo até sua aposentadoria, provavelmente em 1877 (período em que não aparecem mais as publicações assinadas por ele como inspetor da alfândega), embora, a partir de 1873 (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1873, p. 966), seu nome esteja relacionado com a Conservatoria do Commercio, sendo ele o conservador (uma espécie de inspetor comercial) até 1877 (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1877, p. 1418). Além disso, possui a patente de tenente (REVISTA COMMERCIAL, 1864, p. 3), ligado à Guarda Nacional, sendo reformado em 1869 (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1869, p. 1071) e, em 1877, por bons serviços prestados na Alfandega de Santos, recebeu do Imperador o título honorífico de Comendador da Ordem de Christo (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1877, p. 1).

Dos nove filhos do comendador Antônio Justino de Assis com d. Maria Carlota Porchat de Assis, dois são alvos da investigação desta tese como intelectuais da educação: Arthur Porchat de Assis e Adolpho Porchat de Assis. A família morava na base do atual Morro da Ilha Porchat, na Fig. 25.

Figura 25 - A residência dos Porchat, início do séc. XX

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente (2019).

Sem perder de vista as relações familiares, cabe informar que o primogênito do casal Antônio Justino e d. Maria Carlota, Henrique Porchat de Assis, cursou Direito em São Paulo, formando-se em 1870, sendo nomeado Juiz municipal e de Órfãos em Bragança Paulista no ano de 1871 e, posteriormente, transferido para Santos, em 1874 (CORREIO PAULISTANO, 1870, p. 3; DIÁRIO DE SÃO PAULO, 1871, p. 1; A NAÇÃO, 1874, p. 3). Ele se casou com Carolina Martins dos Santos (passou a se chamar Carolina Martins Porchat de Assis), gerando dessa união Henrique Martins Porchat de Assis que, após o falecimento do pai, em 3 de maio de 1876 (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1876, p. 2), por febre amarela, passou a ser conhecido apenas por 'Henrique Porchat de Assis', o Dick Martins. Ele também esteve ligado à política municipal, sendo eleito vereador pela oposição aos governistas, em 1901, para o triênio 1902-1905.

Henrique [o filho], Dick Martins, por volta dos 26 anos, foi nomeado delegado municipal (1901) (JORNAL DO COMMERCIO, 1901, p. 1). Ele foi ligado à Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos, participando e sendo eleito na Assembleia Geral da instituição de 1901-1902, vice-presidente. Em 1902, também foi membro da diretoria da Sociedade Protetora da Infância Desvalida (JORNAL DO BRASIL, 1901, p. 2; 1902, p. 2).

No entanto, em 1903, os periódicos retratam algo que a historiografia escolheu esquecer: conforme o jornal A Federação (1903, p. 1), de 18 de abril de 1903, Dick Martins planejou e executou um desvio de verba pública. Ele foi tesoureiro, desde 1895, do Banco União de São Paulo (na agência de Santos), sendo promovido em 1900 a encarregado da agência (A IMPRENSA, 1900, p. 2).

Com a sua eleição para a Câmara de Intendência, Henrique Porchat de Assis (Dick Martins) participou da mesa dirigente e assumiu, interinamente em 1903, no lugar do vereador Francisco de Malta Cardoso, que havia tirado uma licença e, segundo a matéria do Correio da Manhã, foi pressionado pela opinião pública para retornar ao seu posto de intendente municipal, dispensando o prazo restante da licença (CORREIO DA MANHÃ, 1903, p. 1). Em seus atos, enquanto intendente, Dick determinou que fossem depositadas as somas dos cofres públicos do município no Banco que ele trabalhava, o Banco União de São Paulo. Quando o vereador Francisco de Malta retornou e assumiu o seu posto, foi verificar o saldo do caixa e constatou o valor de 246:381$554 depositado no Banco União. No entanto, no dia 11 de março, Francisco de Malta notou que um título no valor de 130$000 não fora pago pela Câmara, antes, apenas parte dele (50$000), acarretando juros. Estranhando o não pagamento da fatura apesar do saldo

bancário, Francisco foi pedir explicações ao tesoureiro que, por sua vez, atribuiu a responsabilidade ao intendente interino, Henrique Porchat de Assis.

Resolveu, então, o intendente municipal, pedir o resgate dos valores depositados na conta bancária da Câmara Municipal, ao que o Banco União de São Paulo respondeu que daria um cheque correspondente ao valor de saldo. O aviso de pagamento foi dado no dia 12 de março. No dia 15, porém, o banco fora supostamente roubado (CORREIO DA MANHÃ, 1903, p. 1). O inquérito foi aberto e a perícia policial constatou que Henrique Porchat de Assis forjou o assalto ao banco sendo, ele mesmo, o mentor do roubo (A FEDERAÇÃO, 1903, p. 1) de 380:000$000[35]. Ele renunciou ao cargo de vereador em 15 de março (SANTOS, 1986) e a despeito da comprovação da perícia, foi absolvido pelo júri em Santos (A NOTÍCIA, 1903, n. p.). Esse episódio carece de maior pesquisa, mas, em princípio, é possível conjecturar que as relações familiares da elite local possam ter favorecido tal decisão: o júri era formado por cidadãos do município que sabiam ler e escrever, fato que favorecia aos jurados serem pertencentes à elite local. Nesse sentido, a família Porchat de Assis, conforme se tem evidenciado até o presente momento, tinha relação de parentesco com os 'Alfaya Rodrigues', 'Moura Ribeiro', 'Delamare', 'Martins dos Santos', dentre outras famílias pertencentes à elite local, inclusive, o único advogado que aceitou defender Dick Martins das acusações foi Francisco Martins dos Santos, ligado à família de sua esposa, Carolina.

O nome de Henrique Martins Porchat de Assis desapareceu da historiografia santista (apenas na década de 1960, foi lembrado nas notícias do A Tribuna por trazer o futebol para Santos no século XIX[36]) e, nos periódicos, retornou dez anos depois, sendo mencionado como funcionário do Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro, auxiliando no registro genealógico e arquivo geral de marcas para animais, em 1911 (JORNAL DO BRASIL, 1911, p. 9); no cargo de diretor da empresa *The* Espirito Santo *Company Limited*, em 1914 (exploração de serviços no Estado do Espírito Santo, também autorizado pelo Ministério da Agricultura); em viagens de navio para o exterior (Buenos Aires, por exemplo em 1915 (O IMPARCIAL, 1915, p. 12)); e, retornando à Baixada Santista, na década de 1920, diretor do Joquei *Club* em São Vicente (CORREIO PAULISTANO, 1929, p. 19) e, em 1929, como funcionário público da Câmara de Santos (A GAZETA, 1929).

Essa digressão sobre Henrique Porchat de Assis, o Dick Martins foi necessária para que se consiga, por um lado, distinguir, em cada momento da história municipal, a qual 'Henrique

[35] Segundo o conversor de valores do Jornal O Estadão, esse valor seria equivalente a R$ 19.000.000,00. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/. Acesso em: 22 ago. 2020.
[36] Cf. noticia de A Tribuna, de 26 de março de 1964.

Porchat' o texto está se referindo: se ao patriarca, Henry Porchat (mencionado nos periódicos como Henrique Porchat); se ao filho do patriarca – Henrique Porchat Filho, posteriormente à morte do pai, denominado Henrique Porchat; se ao filho de Antônio Justino de Assis com d. Carlota Porchat, Henrique Porchat de Assis, o juiz de direito em Santos nas décadas de 1870; ou Henrique Martins Porchat de Assis, denominado a partir de 1880, apenas por Henrique Porchat de Assis, o Dick Martins; e, por outro, possa compreender a dinâmica da família Porchat de Assis nas relações sociais da cidade.

2.2.3.1 Arthur Porchat de Assis

Arthur Porchat de Assis nasceu em Santos, em 13 de agosto de 1863. Fez seus estudos e exames preparatórios no Colégio Moretz Sohn, entre 1880 e 1882, um colégio tradicional cujo diretor era o professor Francisco Xavier Moretz-Sohn, que desde 1878 atuava na cidade de São Paulo oferecendo, aos filhos da elite paulista, cursos preparatórios para as instituições de ensino superior do Império (LISBOA, 1883, p. 52).

Em 1883, entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo, concluindo o bacharelado em 1888 (A PROVÍNCIA DE S. PAULO, 1883, p. 2). Vale a pena destacar que na época em que fez seu curso superior, ideias inovadoras, relacionadas a diversos campos de conhecimento, estavam presentes na Academia de São Paulo (VAMPRE, 1977), dentre elas, uma forte influência do positivismo de Comte (LINS, 1967). No ano seguinte, recém-formado (1889), foi nomeado para a promotoria pública da cidade de Limeira, interior de São Paulo (A PROVÍNCIA DE S. PAULO, 1889, p. 2) e, no que diz respeito ao seu envolvimento na vida pública da cidade, esteve na sessão solene da Câmara Municipal de 16 de novembro do respectivo ano, assinando a ata. Em Limeira, além do direito, dedicou-se ao campo da educação e à filantropia: assumiu a direção do Lyceu Limeirense em 1891 (O ESTADO DE S. PAULO, 1891, p. 1), possibilitando a reabertura da instituição que havia interrompido seu funcionamento anos antes, e se envolveu com o Asilo de Órfãos, levando as alunas e alunos do Liceu a pedir esmolas em prol da instituição beneficente (O ESTADO DE S. PAULO, 1892, p. 2).

Entre 1892 e 1895 – não foi possível constatar exatamente o ano – Arthur Porchat assumiu a direção do Externato Spencer e da escola mantida pela União Familiar (SILVEIRA, 2007), ambas na cidade de Limeira (O ESTADO DE S. PAULO, 1895, p. 1). Em 1898, ampliando suas atividades na sociedade civil, foi citado como membro da Sociedade Dramática Cooperativa Ararense (O ESTADO DE S. PAULO, 1898a, p. 1), escrevendo peças que seriam apresentadas na cidade e em toda a região (por exemplo, a peça publicada na revista "Cordeiro

7 Cascalho") (O ESTADO DE S. PAULO, 1899b, p. 1); membro da comissão de festejos de Limeira, organizando, por exemplo, a festa feita pela municipalidade para recepção do Navio Adamastor (O ESTADO DE S. PAULO, 1898b, p. 2). Em 1899, foi eleito para a mesa administrativa da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte, tornando-se provedor da instituição (O ESTADO DE S. PAULO, 1899a, p. 1) por, pelo menos, dois mandatos. Em 1900, organizou uma coleta para contribuir com as vítimas da febre amarela em Sorocaba (O ESTADO DE S. PAULO, 1901, p. 1) e, em 1901, fundou o Centro Artístico, eleito o presidente da instituição (O ESTADO DE S. PAULO, 1901, p. 1).

Arthur Porchat de Assis permaneceu como promotor público em Limeira até fevereiro de 1902, pois no dia 1.º do corrente, foi nomeado advogado da Câmara Municipal de Santos (JORNAL DO BRASIL, 1902, p. 2). Deve-se recordar que no dia 15 de janeiro de 1902, os novos vereadores assumiram a direção do município de Santos, dentre eles, Henrique Porchat de Assis (Dick Martins), sobrinho de Arthur.

Cabe lembrar que a atuação de Henrique Porchat Junior, junto a José Cesário da Silva Bastos, no partido governista, a partir da subida ao poder de Prudente de Moraes em 1895, assim como a atuação de Henrique Porchat de Assis – Dick Martins – dizendo-se oposicionista, mas em aliança com os governistas cesaristas, pode ter contribuído para que a família Porchat de Assis tenha assumido importantes espaços na educação santista no início do século XX, afinal, eles mantinham a maioria das cadeiras na Câmara Municipal da cidade, embora a História Política de Santos tenha necessidade de maior aprofundamento em pesquisas.

Não foi possível verificar com exatidão o ano, mas constatou-se que entre 1902 e 1905, Arthur Porchat assumiu aulas em escolas de Santos, como as de Português na Escola Italiana, bem como as de Pedagogia e Metodologia no Liceu Feminino Santista, escola destinada à formação de professoras (PEREIRA, s/d).

A historiografia registrou que entre 1905 e 1907, durante a 5.ª Legislatura da Câmara Municipal de Santos, o intendente municipal foi Galeão Carvalhal (até maio de 1905), entregando o cargo ao Capitão Joaquim Mariano de Campos que, por sua vez, passou ao Coronel Carlos Augusto de Vasconcelos Tavares, em 7 de janeiro de 1906 (SANTOS, 1986, p. 178). No entanto, o Jornal "Correio Paulistano" menciona que em 1907 havia dois intendentes no município, sendo, o segundo deles, o Dr. José Monteiro (CORREIO PAULISTANO, 1907, p. 2).

Dr. José Monteiro era pertencente a ala dos cesaristas e, na função de intendente municipal, suspendeu Arthur Porchat de Assis do exercício da função de procurador judicial da Câmara, cargo que assumira em 1906, sob a égide dos cesaristas. No entanto, Arthur respondeu

que não o reconhecia como intendente, continuando, portanto, a exercer o cargo. Dr. José Monteiro, por sua vez, recorreu às instâncias superiores e se recusou a realizar a sessão da Câmara, mesmo havendo o quórum necessário. Essa querela política deve ser mais bem averiguada, mas o episódio evidencia que os cargos políticos eram as armas do conflito. Além disso, ao que parece, Arthur Porchat de Assis levou a melhor na querela, pois permaneceu como advogado da Câmara, pelo menos, até 1911 (ALMANAK LAEMMERT, 1911, p. 2169), e no exercício da advocacia, de maneira autônoma, até 1915, com um escritório na Praça da República n. 16 (ALMANAK LAEMMERT, 1915, p. 616).

Arthur Porchat de Assis ficou conhecido na historiografia santista como Diretor do Instituto Dona Escholástica Rosa, primeira instituição de ensino profissional da cidade, fundada em 1908, resultado do legado de João Otávio dos Santos que, ao morrer, deixou em testamento que parte da sua herança em imóveis seria doada à Santa Casa de Misericórdia de Santos para construção de uma instituição de ensino profissional para crianças pobres, à semelhança do Instituto Ana Rosa de São Paulo e que receberia o nome de sua mãe.

> João Otávio dos Santos
> Cumpro o doloroso dever de mencionar aqui o fallecimento, em 9 de julho de 1900, do nosso prestimoso irmão jubilado, João Otávio dos Santos.
> Como significado de profundo pezar, a Mesa Administrativa tomou resoluções que encontrareis na respectiva acta. O nosso saudoso irmão sempre foi muitíssimo dedicado a esta Santa Casa, que denominava *sua filha*, prestou-lhe relevantes e inolvidáveis serviços, tendo exercido, durante longos annos, o cargo de Provedor.
> Em seu testamento fez à nossa instituição um valioso legado, incumbindo-a a de administrar, manter e proteger um instituto, por elle creado, para educação e instrucção de meninos pobres, ao qual legou quasi toda sua fortuna.
> Em seguida encontrareis essas suas disposições testamentárias (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1911, p. 11 grifos meus).

Há algumas pesquisas que trataram especificamente do Instituto e, ainda que brevemente, tangenciaram o processo de abertura da instituição (ROCHA, 2021; SILVA, 2010; GOMES, 2001). Não se pode perder de vista que o testamenteiro, Júlio Conceição, confeccionou uma monografia para relatar a criação, apresentar o regulamento e demonstrar os documentos que constituíram o processo de fundação do Instituto (CONCEIÇÃO, 1908, n. p.).

Conforme o testamento de João Otávio, o Instituto deveria ser construído na chácara onde ele residia, no Ramal da Ponta da Praia. Os professores poderiam morar na instituição facultativamente, mas o diretor obrigatoriamente (a fim de exercer uma espécie de paternidade com relação às crianças). Ele estabeleceu que o Instituto oferecesse alimentação, vestuário, calçados, lavagem e engomagem das peças às crianças e, com respeito as aulas, determinou que:

> O curso de estudos será dividido em quatro series: a primeira comprehenderá o ensino da leitura e calligraphia; a segunda o de leitura corrente, calligraphia e primeiras noções de calculo; a terceira o de análise elementar, operações sobre números inteiros, noções de frações ordinárias e decimaes e noções de cousas; a quarta, finalmente, comprehenderá, anályse grammatical e lógica, operações sobre fracções, systema métrico decimal, proporções, noções geraes de geographia do Brazil, em particular, noções de cousas, educação cívica e cathecismo. A aula de música será frequentada pelos alumnos que mostrarem-se com vocação para ella, devendo a banda ser constituída de 30 figuras, pelo menos. (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1911, p. 14-5)

O currículo estabelecido no testamento também prevê aulas em oficinas, a fim de oferecer aos internos uma profissão, sendo que "[...] todo alumno será obrigado a frequentar uma destas officinas, cuja escolha dependerá de sua vocação e consultará a sua constituição phisica" (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1911, p. 15).

Segundo os Relatórios da Provedoria da Santa Casa, em 1904 foi negociado o terreno ao lado da Chácara da Barra e contratados os professores (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1904, p. 60). Em junho de 1906, a Chácara já estava reformada e mobiliada, embora, no terreno ao lado, preparava-se a casa do diretor, a lavanderia e o ginásio que complementaria o prédio do Instituto, inaugurando-o em 1.º de janeiro de 1908 (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1906, p. 11; 1908, p. 60).

O primeiro diretor nomeado para o Instituto Dona Escholástica foi o Dr. Francisco Xavier Moretz-Sohn, mas, por alguma razão não mencionada nos relatórios da Provedoria, ele pediu demissão do cargo em março de 1908. Cabe lembrar que, em janeiro de 1908, assumiu a direção da intendência da cidade o Partido Municipal. O provedor da Santa Casa era ligado a esse partido, tendo sido eleito para a 6.ª legislatura (1908-1910), vice-prefeito. Com o pedido de exoneração do Dr. Moretz-Sohn, o provedor Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva comunicou a nomeação de Arthur Porchat de Assis na mesma reunião (uma vez que não havia necessidade de aprovação da mesa diretora da Santa Casa, pois a nomeação do diretor do Instituto era de competência exclusiva do provedor) (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1908, p. 47).

Arthur Porchat de Assis, enquanto diretor do Instituto, não deixou de se envolver com as solenidades organizadas pelo Partido Municipal, dentre elas, por exemplo, ao fazer parte da Associação Pró-Monumento a Xavier Silveira (poeta santista que militou em favor da Abolição da Escravatura), em 1914 (JORNAL DO COMMERCIO, 1914, p. 6) – e, ainda, os jantares que ocorriam em determinados anos em apoio às candidaturas. Arthur Porchat de Assis, enquanto diretor do Instituto, procurou se envolver com as solenidades organizadas pelo Partido Municipal. Em 1914, por exemplo, o Partido Municipal mandou construir um monumento para homenagear o poeta santista Xavier Silveira (que militou em favor da abolição da escravatura).

Foi organizada uma associação – Associação Pró-Monumento a Xavier Silveira – para este fim e Arthur Porchat de Assis fez parte dela. Além disso, não se pode perder de vista os jantares que ocorriam em determinados anos em apoio às candidaturas, nos quais a família Porchat de Assis fazia-se presente, na Fig. 26.

Figura 26 - Arthur, no centro, à esquerda, e Adolpho, na inauguração da Hospedaria dos Imigrantes

Leitura da Acta do Assentamento da primeira pedra, pelo official de gabinete Snr. Dr. Aristides do Amaral.

Fonte: Editada pelo autor (2021) a partir de A Fita (1912, p. 18). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Os Relatórios da Provedoria demonstram que Arthur Porchat de Assis atuava em conformidade com a representação de progresso da Mesa Diretora da Santa Casa – e, consequentemente, também do Partido Municipal (dados os integrantes da mesa) – no que dizia respeito à educação. Em vários anos distintos, assinalou-se nos relatórios votos de louvor ao trabalho do diretor, sendo o primeiro deles em 1909, ano seguinte à fundação do Instituto: "Os alumnos internados no estabelecimento tem demonstrado grande approveitamento, pelo que cabe aqui a manifestação de louvor ao Snr. Dr. Arthur Porchat de Assis que proficientemente dirige o Instituto" (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1909, p. 16).

Ainda em 1909, Arthur construiu o Estatuto do Instituto colocando grande autonomia com respeito às decisões do Instituto nas atribuições do diretor, mas quando o estatuto foi encaminhado ao Conselho Deliberativo da Santa Casa, foi modificado fazendo constar que onde havia a juízo do diretor, passava-se a "a juízo do Provedor e mediante informação do Diretor" (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1909, p. 189). Os programas de ensino, embora confeccionados pelos professores sob supervisão da direção, deveriam ser submetidos

e aprovados pela provedoria. Acrescentaram-se limitações às ausências do diretor do estabelecimento – tornando o cargo abandonado no caso de mais de cinco dias de falta (durante o ano). Ao receber cópia do estatuto modificado, Arthur recebeu-o "com reservas de direito" (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1909, p. 238).

Nos anos seguintes, além de dobrar o número de alunos internos de 50 para cem no ensino primário, Arthur Assis organizou a banda musical do Instituto, a biblioteca infantil, o curso científico e as oficinas profissionais (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1914, p. 38-41), estas inauguradas com a expectativa de trazer lucros para os cofres da Santa Casa. Os relatórios apontam que, ano após ano, o custo com o Instituto aumentava e os aluguéis dos imóveis deixados por João Otávio dos Santos não era compatível com os custos, o que onerava os cofres da Santa Casa.

Em princípio, a oficina de sapataria, criada com o fim de fazer sapatos para os internos, foi fechada, pois era mais barato comprar os sapatos das fábricas em São Paulo do que fabricá-los na oficina (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1912, p. 138-9). Depois, em janeiro de 1912, organizou-se a oficina de Tipografia, que logo nos seis primeiros meses de atuação retornou 20% do valor de investimento, gerando grande satisfação nos dirigentes da Santa Casa. E, em dezembro de 1920, o Instituto inaugurou as oficinas de marcenaria e serraria (CORREIO PAULISTANO, 1920, p. 4).

> Esta mordomia em perfeita comunhão de vista com a direção do Instituto, entregue á reconhecida competência do Snr. Arthur Porchat de Assis, entende que o Instituto precisa movimentar suas diversas oficinas de forma que elas constituam não somente fonte de aprendizagem teórica e pratica para os alunos, como também fonte de renda para seus cofres, de forma que se possa dos resultados auferidos determinar uma porcentagem que será entregue ao aluno quando tiver concluído o seu curso e com cujo auxilio pecuniário viriamos completar o bem que proporciona este Instituto a classe pobre desta terra, pois esse pequeno pecúlio lhe serviria para o inicio de sua vida prática, pondo-o ao abrigo de qualquer necessidade (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1914, p. 28-9).

Em geral, quando um comerciante ou alguma empresa desejava os serviços de tipografia, até 1911, era necessário solicitar os serviços das gráficas na capital. Uma vez existindo uma oficina tipográfica em Santos, muitos estabelecimentos comerciais favoreciam o Escholástica Rosa, a fim de contribuir com a instituição.

Em 1914, o comendador Manoel Augusto de Oliveira Alfaya tornou-se provedor da Santa Casa. Cabe lembrar que ele era ligado por laços de parentesco com a família Porchat de Assis, o que favoreceu um maior estreitamento entre a diretoria do Hospital e a instituição escolar, na Fig. 27.

Figura 27 - Visita do Conselheiro Alfaya ao Instituto, recepcionado pelo diretor Arthur Porchat de Assis

Fonte: A Fita (1914, p. 13). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Arthur pertenceu à Associação de Professores de Santos, atuando em sua diretoria junto com Delphino Stockler de Lima (DIÁRIO NACIONAL, 1927, p. 5), e foi membro da Liga de Ensino de Bruxelas (O ESTADO DE S. PAULO, 1935, p. 3). Ele residiu com a esposa e filhos na casa localizada no terreno do Instituto até se aposentar, em 1931[37]. Ao término da sua gestão, o Instituto dispunha de oficinas de tipografia; marcenaria; carpintaria e serraria; mecânica; modelagem e fundição de ferro e bronze; colchões, estofamentos e vários; pintura; enfermagem; alfaiataria.

No entanto, ao que parece, o pedido de aposentadoria de Arthur Porchat de Assis foi uma imposição da mesa diretora da Santa Casa, pois houve a denúncia de que debaixo da direção dele havia castigos físicos sendo aplicados nos discentes, conforme relatório do mordomo que assumiu o instituto com a saída de Arthur Assis, o Sr. Henrique Solér:

> De acôrdo com a Meza Administrativa dei organização nova a Escola, dotando-a de estudos especializados da pedagogia moderna, realisando a sua finalidade de transformar meninos pobres, orphãos e desemparados, em homens aptos para o trabalho, com o ensino de artes e offícios. Foram abolidos os castigos corporaes, que humilha e revolta o alumno e, assim, conseguimos fazer de cada um deles um amigo do Instituto, que é a casa do alumno, nos termos do testamento de João Octávio. Não nos descuramos da parte commercial, realisando, nesta, lucros que deram para tornar

[37] "Por acto da Meza Administrativa de 15 de janeiro de, homologado pela Assembleia Geral de 4 de Maio, foi dada nova organisação ao Instituto, melhorando o seu ensino pedagógico e profissional, e estabelecendo maior eficiência na sua parte comercial e industrial. Foi aposentado o Director Dr. Arthur Porchat de Assis [...]". SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1930-1931. Santos: Instituto D. Escholástica Rosa, 1932. p. 15.

> grátis o ensino profissional. (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1932, n. p.)

Segundo a matéria publicada no jornal Diário Nacional, em 18 de janeiro de 1931, a Santa Casa fez uma reunião para reorganizar o Instituto, frente a uma carta de um aluno, denunciando o professor Luiz Montebello, gerente das oficinas de tipografia, por maus tratos. Ao considerar a agilidade da mesa diretora da Santa Casa, bem como a forma como as decisões foram tomadas, parece que fora considerado que os maus tratos ocorriam sob conhecimento do diretor, Arthur Porchat (no entanto, como não foi possível consultar as atas da Santa Casa, esse caso merece maior investigação histórica).

Arthur Porchat de Assis faleceu em 8 de maio de 1935, na capital paulista (JORNAL DO COMMERCIO, 1935, p. 7).

2.2.3.2 Adolpho Porchat de Assis

Adolpho Porchat de Assis nasceu em 20 de julho de 1868 em Santos (A GAZETA, 1933, p. 2). Fez os exames preparatórios para o ingresso no ensino superior na Faculdade de Direito de São Paulo. Os periódicos evidenciam que, nas disciplinas de ciências humanas, ele teve notas de aprovação “boa” e “plenas” – em português, francês, inglês, latim e história – e iniciou a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro em 1886 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1886, p. 1). Provavelmente, estudar na Faculdade de Direito, mesmo que apenas para realização dos exames preparatórios, ofereceu a Adolpho um mínimo de conhecimento jurídico, pois, ao iniciar ciências médicas, ele e outros estudantes paulistas que residiam no Rio de Janeiro fundaram o *Club* Tiradentes. Adolpho, na Fig. 28, ficou responsável pela elaboração do estatuto (O PAIZ, 1887, p. 1).

Figura 28 - Adolpho Porchat de Assis

Fonte: Novo Milênio (2005). Disponível em: https://novomilenio.inf.br/santos/h0250n.htm. Acesso em: 9 jul. 2021

Enquanto viveu na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1886 e 1892, formando-se médico em maio de 1892, Adolpho Porchat foi correspondente do "Correio de Santos" no Rio de Janeiro (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1888, p. 1), embora ele fosse santista, constantemente estava em Santos: por exemplo, em 1890, junto com os médicos Sóter de Araújo e João Éboli, Adolpho pertencia à Junta de Higiene da cidade (O ESTADO DE S. PAULO, 1890, p. 2).

Em 10 de abril de 1892, casou-se com d. Diva de Lamare Ferreira (GAZETA DA TARDE, 1892, p. 2), que passou a se chamar Diva de Lamare Porchat de Assis. Logo nos dias seguintes, Adolpho e Diva se mudaram para Santos definitivamente. Ambos foram recebidos como irmãos na Santa Casa de Misericórdia de Santos e Adolpho foi contratado como médico adjunto do Hospital[38].

Adolpho, na década de 1890, desempenhou o papel de empresário: em 23 de janeiro 1891, requereu ao Governador de Goiás autorização para explorar amianto (O BRAZIL, 1891, p. 2), sendo que, no dia seguinte, houve um despacho do Ministério da Agricultura solicitando ao mesmo governador que fosse autorizada a exploração de amianto por ele (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1891, p. 1). Além disso, em 3 de março de 1891, a Intendência Municipal do Rio de Janeiro aprovou a celebração de um contrato com Adolpho Porchat para construção de um edifício "[...] entre as ruas Primeiro de Março, Candelaria, Hospicio de General Camara, destinado a escriptorios commerciaes, bancos, botequim e restaurante, etc." (O BRAZIL, 1891, p. 2). Além disso, em 1894, já morando em Santos, ele permaneceu como colaborador do Almanak Fluminense (1894, p. 15).

Em Santos, não foi diferente, ele também desempenhou as funções de empresário: Em 1891, por exemplo, há requerimentos dele protocolados na Câmara, propondo-se a alargar a rua Frei Gaspar e prolongar a Avenida Conselheiro Nébias, mediante concessão de 40 metros de largura de cada lado das referidas ruas, o que foi indeferido pela municipalidade.

A relação da Família Porchat com os cesaristas já foi evidenciada anteriormente, mas pode ser outra vez explicitada por meio da nomeação de Adolpho, ainda em 1892, para médico da intendência, a fim de compor o quadro de médicos da higiene pública, indicado pelo intendente municipal Cesário Bastos, conforme ata da Câmara Municipal de 24 de maio do referido ano:

[38] Eram os médicos efetivos: Comendador Joaquim da Mota e Silva, Silvério Martins Fontes, Lino Cassiano Jardim e Cavalheiro Giovani Eboli. Eram os adjuntos: Raymundo Sóter de Araújo, Antonio Custódio Guimarães, Helvecio de Andrade, João Thomaz Carvalhal, Hugo Wenderl, Eduardo de Oliveira Martins, Olintho Rodrigues Dantas, Adolpho Porchat de Assis e Mamede Monteiro da Rocha. Cf. Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Santos (1891-1892). São Paulo: Cia Impressora Paulista, 1892.

> Nomeação de médico
> O mesmo sr. apresentou a seguinte indicação:
> Considerando que se acha vago um lugar de médico da intendencia, porquanto o orçamento dispõe de dois lugares, e só um se acha preenchido, assim indico pra medico da intendencia, afim de fiscalizar a matança de gado no matadouro e zelar pela hygiene publica, o dr. Adolpho Porchat de Assis. [...] Approvado. (SANTOS, 1892a, n. p.)

Adolpho Porchat de Assis não se envolveu nas disputas políticas para os cargos da intendência, mas permaneceu durante toda a sua atuação profissional como um intelectual a serviço dos interesses de grupos políticos municipais: enquanto médico da intendência, gozando de uma autoridade legitimada, auxiliou na reforma do espaço público, trabalhando ativamente para a demolição dos cortiços, por exemplo (SANTOS, 1892b, p. 381-3). Ele entrou em conflito com os inspetores distritais do município que, segundo Adolpho, não exigiam o cumprimento das normas sanitárias dos donos de açougue e matadouro e, por isso, ele mesmo autuava e mandava fechar esses estabelecimentos, escrevendo à Câmara e pedindo a ratificação de suas ações (SANTOS, 1892c, p. 377-380).

O envolvimento de Adolpho Porchat na sociedade política, na década de 1890, foi além de sua atuação enquanto profissional da área médica: ainda que favorecido por Cesário Bastos e seus correligionários, ele trabalhou ao lado do grupo político que propunha maior autonomia ao município de Santos (facção liderada por Manoel Maria Tourinho), sendo Adolpho, inclusive, o autor da Constituição Municipal (não foram encontradas evidências que ele tenha pertencido oficialmente a esse grupo, embora suas ações e seu envolvimento político na década seguinte sugiram um grau de relacionamento de maior aproximação), que fora apresentada à Câmara em 3 de agosto 1893:

> Requerimento do Dr. Porchat de Assis datado de 3 do corrente que tendo organisado á Constituição Municipal, trabalho de compilação, vem offerecer á Camara, para que ella aceitando a mande imprimir em folhetos para ser distribuido aos senhores vereadores. As Commissões de Justiça, Poderes e Hygiene e Fazenda e Contas (SANTOS, 1893a, p. 130-132A).
> [...]
> Parecer da Commissão de Justiça, Poderes e Hygiene, sobre o requerimento do Dr. Porchat de Assis, sobre o trabalho "Constituição Municipal", que seja convidado o mesmo senhor a appresentar a esta Camara o original, para que a Commissão se possa manifestar. Approvado (SANTOS, 1893b, p. 150-153).

A Constituição Municipal, conforme visto anteriormente, foi aprovada e promulgada em 1894, sob a presidência de Manoel Maria Tourinho, embora tenha sido impugnada no ano seguinte pelo governo estadual em trabalho conjunto com o grupo político de oposição no município.

Ainda em 1894, Adolpho, no mês de abril, propôs um projeto para a criação de montepio municipal, uma instituição de assistência a trabalhadores/servidores, que mantida por seus

associados, concede empréstimos e outros benefícios de caráter previdenciário (como recursos para assistência médica e farmacêutica no caso de doenças, subsídios financeiros em caso de impossibilidade de trabalhar etc.), que a comissão da Câmara, rejeitou[39].

Entre 1895 e 1902, os periódicos demonstram a atuação de Adolpho Porchat ligado ao atendimento de pacientes, prestando serviços médicos, tanto com respeito a sua atividade profissional ligada à Santa Casa (O ESTADO DE S. PAULO, 1899, p. 1); quanto como médico do município, além de aplicar multas, no exercício de delegado médico da intendência (O ESTADO DE S. PAULO, 1895, p. 2), e prestando serviços de perito ao fórum municipal (O ESTADO DE S. PAULO, 1901, p. 2).

A Santa Casa de Misericórdia de Santos era uma instituição extremamente disputada pelos grupos políticos presentes no município. Adolpho era, no início do século XX, membro do Conselho Deliberativo da instituição. Em 1902, uma matéria interessante no jornal "O Estado de S. Paulo" sugere a disputa envolvendo, de um lado, os municipalistas (que deram origem ao Partido Municipal e que estavam desprestigiados do poder político desde 1896[40], grupo ligado à Associação Comercial) e, de outro, os governistas: "Hontem houve eleição na Santa Casa de Misercórdia, surgindo oposição, á última hora, por parte dos políticos governistas que há muito andavam desejosos de fazer daquela instituição um elemento político. A oposição conseguiu fazer minoria [...]" (O ESTADO DE S. PAULO, 1902, p. 1).

Em 1902, com a fundação do Liceu Feminino, dona Diva de Lamare Porchat de Assis se tornou, inicialmente, conselheira da Associação Feminina Santista (mantenedora do Liceu) e, em 1907, presidente da Associação e diretora do Liceu. Adolpho Porchat pertenceu à comissão de sócios que auxiliou na elaboração do regimento interno e estatutos da instituição (junto com Vicente de Carvalho, Luiz Porto Moretz-Sohn, Miguel Presgrave, Adolpho Millon e João Vicente Marcondes), além de se tornar, em 1903, professor do Liceu (CAMPOS, 2018).

Adolpho se envolveu com uma série de estabelecimentos na cidade: colaborou com o Asilo de Mendicidade de Santos; em 1905, foi citado como cônsul do Uruguai em Santos (O ESTADO DE S. PAULO, 1905, p. 1); foi diretor do *Club* de Regatas Internacional (1907) (CORREIO PAULISTANO, 1907, p. 3); pertenceu à Associação Beneficente da Cia Docas, atuando como o médico da instituição (1909) (O COMMERCIO, 1909, p. 4); foi um dos

[39] Cf. Parecer n. 138 da mesma commissão opinando para que seja archivado o projecto apresentado pelo dr. Porchat de Assis, sobre a creação do montepio municipal, visto nada haver sobre a necessidade desse montepio, não podendo regulamentar-se o que não é lei do municipio. [...] approvado. Livro de Atas da Câmara, 42.ª Sessão. 20 ago. 1893, 150-153.

[40] Estavam fora dos postos de comando, embora continuassem a exercer funções de direção, não política, no sentido estrito do termo, mas cultural.

fundadores do Centro Pedagógico de Santos (1929) (O ESTADO DE S. PAULO, 1929, p. 9); e colaborador da Cruz Vermelha (A GAZETA, 1931, p. 7).

Em 1906, foi demitido do cargo de médico municipal, fato que o levou a escrever um documento de protesto a fim de que fosse lido na sessão da Câmara. Interessante é notar que, com respeito a essa votação, absteve-se Raymundo Sóter de Araújo (O ESTADO DE S. PAULO, 1906, p. 1). Ademais, ao que as fontes indicam, ele provavelmente retomou o cargo pouco tempo depois (isso, se realmente chegou a deixá-lo, à semelhança do irmão Arthur), pois em 1930, ele requereu sua aposentadoria do cargo (CORREIO PAULISTANO, 1930, p. 7).

Com a criação da Academia do Comércio, em maio de 1907, posteriormente chamada de Escola do Comércio José Bonifácio (1912), Adolpho Porchat de Assis foi nomeado vice-diretor (PEREIRA, 2011) e professor de geografia geral e do Brasil (O ESTADO DE S. PAULO, 1907, p. 2). No entanto, com a mudança de direção que o município sofreu em janeiro de 1908, com a ascensão do Partido Municipal ao poder, o diretor da Academia do Comércio, Sr. Aquilino do Amaral, foi sumariamente demitido pelo novo presidente da Câmara, José Domingues Martins, em 1.º de março, sem razões, para que Adolpho Porchat de Assis pudesse assumir o cargo (DIÁRIO DE SANTOS, 1908).

> Exonerações e nomeações
> Santos, 29 - Os srs. dr. Aquilino Amaral e Coronel João Abreu foram exonerados dos cargos de director e secretario da Academia do Commercio, e para substituil-os foram nomeados o dr. Adolpho Porchat de Assis e José Carneiro Bastos (O COMMERCIO DE SÃO PAULO, 1908, p. 2).

O líder da oposição ao Partido Municipal, Galeão Carvalhal, em seu discurso de protesto contra a proposta trazida pelo presidente da Câmara, mencionou a ilegalidade do ato, uma vez que o Regimento Interno da Academia do Comércio, aprovada pela Câmara no ano anterior, não permitisse a exoneração do diretor com um tempo menor de trabalho do que três anos (O COMMERCIO DE SÃO PAULO, 1908, p. 2). Ainda assim, com a maioria dos votos, a proposta foi aprovada.

Em 10 de junho de 1908, Adolpho Porchat de Assis apresentou à Câmara Municipal uma proposta para alteração do Regimento Interno. Conforme apontaram Vieira e Caleffi (2009):

> O próprio Porchat de Assis diz que fez modificações nos estatutos para garantir na lei a reorganização [...] factor primordial para maior probabilidade do resultado geral. Aponta ainda que o antigo regulamento continha falhas em pontos didacticos imprescindíveis á marcha uniforme e progressiva do instituto referindo-se aos itens da freqüência dos alunos e obrigatoriedade dos estudos que não estariam devidamente regulados.
> O novo regulamento, bastante minucioso, continha 110 artigos que tratavam da organização da escola, das disciplinas e cursos oferecidos, dos equipamentos de

> auxílio pedagógico como biblioteca, laboratório, museu comercial, além do regimento da administração e do colegiado de professores, do ensino, da forma de matrícula, das aulas e exames, da disciplina, das penalidades e prêmios.
> O regulamento procurava tornar o ensino mais prático, prevendo equipamentos como uma biblioteca comercial, com leis, regulamentos e outros livros técnicos, um Laboratório de Análises destinado não só aos estudos physico-chimicos das falsificações, como também para servir á fiscalisação municipal, e mesmo um Museu de Comércio onde deveriam constar amostras de produtos comerciais da região, seguindo o exemplo da já citada Academia de Comércio do Rio de Janeiro, que mantinha, desde março de 1907, um Museu Comercial, com coleções in natura dos produtos brasileiros (VEIRA; CALEFFI, 2009, n. p.).

Ao longo de sua trajetória enquanto educador, Adolpho ficou conhecido na historiografia como o "Pai da Instrução Pública em Santos" (NOVO MILÊNIO, 2005). Ele foi o responsável por criar o Grêmio Acadêmico, composto por alunos da Escola do Comércio, mas presidido por ele (CORREIO PAULISTANO, 1909a, p. 4). O grêmio participava da organização das solenidades da escola e, para além dessas atividades, mandando, por exemplo, celebrar missas, como a realizada em favor dos estudantes do Rio de Janeiro que foram vítimas de policiais (CORREIO PAULISTANO, 1909b, p. 3).

Adolpho Porchat, ademais, participou intensamente da vida pública da cidade, procurando levar os discentes da Academia às festividades pátrias que envolviam a municipalidade, como o levantamento da estátua em homenagem a Carlos Gomes (em 1909) (O ESTADO DE S. PAULO, 1909a, p. 2), a homenagem a Ruy Barbosa (1909) (O ESTADO DE S. PAULO, 1909b, p. 3), a ereção do monumento a Joaquim Xavier da Silveira (1911) (O ESTADO DE S. PAULO, 1911, p. 3), a homenagem ao Conde Alvares Penteado (1912) (O ESTADO DE S. PAULO, 1912, p. 7), aos Jogos Florais, organizados pelo Liceu Feminino Santista (entre 1912-1914) (O ESTADO DE S. PAULO, 1914, p. 7), ao depósito anual de flores sobre o túmulo de José Bonifácio (1915) (O ESTADO DE S. PAULO, 1915, p. 3), às solenidades exéquias que a Câmara Municipal mandava celebrar em comemoração ao aniversário de morte de Vicente de Carvalho (1924) (O ESTADO DE S. PAULO, 1924, p. 3) e à entrega do prêmio "Epitácio Pessoa" aos alunos da própria Academia (DIÁRIO NACIONAL, 1927, p. 4).

Adolpho Porchat de Assis pediu sua aposentadoria de diretor da Escola do Comércio "José Bonifácio" em março de 1916 (CORREIO PAULISTANO, 1916, p. 4), com a desoficialização que a escola sofreu, deixando de pertencer à Câmara Municipal e passando a ser de propriedade particular da Associação Instrutiva José Bonifácio. Adolpho se tornou presidente da instituição até a década de 1930, aposentando-se da direção da Escola do Comércio em 1929 (A GAZETA, 1929, p. 4). Do cargo de inspetor sanitário do município também se aposentou em junho de 1930, após 37 anos de serviço público na área. Mas, ele

continuou atuando como médico da Santa Casa de Misericórdia e do Asilo de Órfãos, contratado desde 1924, com o falecimento de Sóter de Araújo (VIEIRA, 2011, p. 143). Faleceu em 30 de julho de 1933, sendo enterrado no Cemitério do Paquetá (A GAZETA, 1933, p. 2).

2.2.4 Victor de Lamare

Victor de Lamare nasceu em 19 de agosto de 1872 em São Pedro, Rio Grande, Rio Grande do Sul, sendo ele filho de José Victor de Lamare e d. Maria Evarista Assis de Lamare. Por parte de mãe, Victor de Lamare era ligado à família Mursa, sendo primo de terceiro grau de Ulrico Mursa. Seu pai, por sua vez, seguiu carreira militar na Marinha, chegando à maior patente – capitão de mar e guerra –, sendo reformado no ano de 1892 (ALMANAK LAEMMERT, 1892, p. 451). Aposentado, passou a trabalhar na Comp. Lloyd Brasileiro, uma empresa de navegação[41], ocupando o cargo de subgerente em 1894 e gerente em 1896 (essa empresa mantinha escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro e Santos) (ALMANAK LAEMMERT, 1896, p. 1465). Além disso, nos anos seguintes (muito provavelmente entre 1896-1898) fundou a Cia Prosperidade Industrial Fluminense, no Rio de Janeiro (em 1895 já tinha solicitado privilégio de 10 anos para "[...] construção, uso e goso de uma via mixta (estrada de ferro fluvial), pondo em comunicação a cidade de Ponta Grossa com a cidade de Corumbá, na fronteira da Bolívia" (RIO DE JANEIRO, 1895, n. p.).

Victor de Lamare cursou o ensino secundário e fez seus exames preparatórios para o ensino superior no Externato Colégio Dom Pedro II, concluindo-os no final de 1888. Iniciou o curso de engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro no ano seguinte, 1889 (JORNAL DO COMMERCIO, 1888; p. 2; 1889, p. 2).

Não foi possível confirmar a data exata, mas Victor de Lamare se casou pela primeira vez com sua prima de primeiro grau, Risoleta de Lamare Pinto, tornando-se viúvo posteriormente (dessa união, nasceu José Victor de Lamare, em 1901). Em 1906, casou-se, pela segunda vez, com d. Conceição de Meneses, em 30 de julho, no Rio de Janeiro. Foram seus padrinhos Ulrico Mursa e Alipio Mursa, irmão de Ulrico, oficial da armada da Marinha do Brasil. Do segundo casamento, nasceu Rinaldo Victor de Lamare, em 1910, em Santos.

Em 1891, Victor encaminhou ao Ministério da Agricultura um requerimento, solicitando concessão para construir "[...] um caes corrido de uma a outra extremidade da praia

[41] Oferecia serviços de navegação costeira, fluvial e da Bahia do Rio de Janeiro. Também oferecia serviços de mecânica, diques e oficinas de máquinas de mar e terra, além de fundição de ferro e bronze, transporte a vapor de passageiros e cargas, reboques, lanchas e catraias. (ALMANAK LAEMMERT, 1894. p. 1309).

da Barra na cidade de Santos mediante favores" (DIÁRIO DO COMMERCIO, 1891, p. 1), o que foi indeferido. Mesmo reconhecendo o indeferimento do pedido, o fato de um requerimento como esse ser enviado ao Ministério da Agricultura sugere que havia algum contato muito influente nesse departamento público que poderia favorecê-lo (a irmã de Victor, Diva de Lamare, casou-se com Adolpho Porchat e este obteve deferimento no mesmo ministério ao solicitar exploração de amianto em Goiás, no ano supracitado).

Segundo Vieira (2011), Victor de Lamare foi contratado pela Cia Docas de Santos em 1895, tornando-se auxiliar do engenheiro chefe da Cia, Ulrico Mursa (A IMPRENSA, 1901, p. 1). Tendo, por um lado, relações de parentesco com determinadas famílias tradicionais santistas, como os Porchat de Assis, seus cunhados e a família Mursa, primos pelo lado materno, e, por outro, gozando do prestígio social de um intelectual "[...] no sentido de portadores de uma visão determinada explicativa da sociedade brasileira e de um projeto próprio no qual eles [os engenheiros] se auto-reconheciam como agentes diretos desta modernização" (HERSCHMANN, KROPF, NUNES, 1996, p. 76-7), Victor de Lamare se inseriu na sociedade santista, envolvendo-se, sobretudo, com o grupo político que, a partir de 1907, assumiria o poder municipal e dirigiria a cidade até 1930.

Os periódicos evidenciam, por exemplo, que em fevereiro de 1913, ocupando o cargo de subdiretor da construção da Cia Docas de Santos, Victor fora um dos poucos convidados para o banquete organizado pelo diretório político do Partido Municipal ao sr. Alfredo Pujol, deputado de São Paulo, que junto com Cesário Bastos e os membros dirigentes do Partido Municipal, reuniu-se para afirmar "a sua solidariedade com seus amigos políticos de Santos" (CORREIO PAULISTANO, 1913, p. 4). Em junho de 1917, enquanto presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida, Victor de Lamare, junto ao comendador João Manoel Alfaya Rodrigues e os demais membros da diretoria do Asylo de Orfãos, foi recebido no Guarujá por Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo (CORREIO PAULISTANO, 1917, p. 3). Em maio de 1919, durante a visita do presidente da República Wenceslau Braz a Santos, ocasião em que as instituições de ensino se fizeram presentes com comissões de tiro de guerra composta por alunos (dentre as instituições de ensino listadas estão o Ginásio Santista, Colegio do Carmo e o Escholástica Rosa), Victor compareceu, junto com os dirigentes municipais, representando a Cia. Docas e, em agosto de 1919, participou, junto aos membros do Partido Municipal, do banquete realizado em favor do deputado Galeão Carvalhal (CORREIO PAULISTANO, 1918, p. 1; 1919, p. 3).

No âmbito da sociedade civil, por sua vez, Victor de Lamare foi presidente da Associação Beneficente dos Empregados das Docas de Santos, de 1908 a, pelo menos, 1911

(PHAROL, 1908, p. 2; ALMANAK LAEMMERT, 1911, p. 2166). Foi membro da Cruz Vermelha, assumindo a presidência, em 1917 e professor do Liceu Feminino Santista, muito provavelmente entre 1919 e 1922 (CORREIO PAULISTANO, 1917, p. 4; ALMANAK LAEMMERT, 1919, p. 2091). No entanto, seu maior envolvimento foi na presidência da Associação Protetora da Infância Desvalida por 36 anos: de 1909 a 1944 (VIEIRA, 2011, p. 159).

A entrada de Victor de Lamare na Associação Protetora da Infância Desvalida, instituição que dirigia o Asilo de Órfãos, e sua permanência na presidência por tantos anos são evidências que constatam a hipótese levantada por esta tese: de que houve um grupo de intelectuais ligados ao Partido Municipal que emparelhou as instituições civis com o poder público, a fim de construir uma sociedade "moderna" e, no caso, as instituições escolares tiveram especial atenção dentro desse projeto modernizador.

Conforme Vieira (2014) aponta, o Asilo de Órfãos de Santos, desde 1890, estava sob os cuidados religiosos da Congregação Puríssimo Coração de Maria. As irmãs foram designadas pela Associação Protetora a dirigir o Asilo com autonomia, a fim de instituir a forma de educar, alimentar, vestir e, sobretudo, estabelecer disciplina entre os asilados. A Associação Protetora, por sua vez, existia para angariar os fundos necessários para a manutenção do Asilo e, até 1907, pouco (ou nada) interferia na gestão das religiosas.

O Asilo iniciou suas atividades com pouco mais de 30 crianças e, em 1898, já passava do número de cem crianças. Vieira (2014) ainda menciona que nos primeiros anos de sua criação, havia mantenedores suficientes para o funcionamento do Asilo, embora, com o passar dos anos, a arrecadação tenha diminuído e a instituição tenha passado aos cuidados financeiros do Governo do Estado e do Município. Em 1907, sob a presidência do coronel Almeida de Moraes[42], os recursos públicos enviados à Instituição foram aumentados, ainda assim, insuficientes e sendo depositados com atrasos.

Sem perder de vista o contexto da cidade em 1907, em que o Partido Municipal disputaria o pleito eleitoral com o Partido Republicano (hegemônico até aquele ano), o Asilo de Órfãos se tornaria um território a ser conquistado: eram os membros da diretoria da Associação Protetora, além do Cel. Almeida de Moraes, Joaquim Fernandes Pacheco[43], Dr.

[42] Francisco Correa Almeida de Moraes chegou em Santos em 1887 para estabelecer a Empresa Comissária de Café Almeida, Melo & Cia. Natural de Tietê, nasceu em 1837. Pertenceu ao Conselho de Intendência em 1891, atuou como vereador entre 1902 e 1907, sendo, neste período, presidente da Câmara. (NOVO MILÊNIO, 2011, *on- line*). Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/poli1891.htm. Acesso em: 10 jul. 2021.

[43] Segundo Rodrigues (1975, p. 238-9), "Joaquim Fernandes Pacheco foi cidadão que se integrou na vida social, cívica e assistencial de Santos. Vulto de notoriedade da campanha abolicionista, foi o primeiro titular do Tabelionato do 1.º Ofício, tempos mais tarde substituído por José Rodrigues Machado".

Manoel Galeão Carvalhal, Fernando Monteiro da Silva[44] e Carlos Arthur Weber (VIEIRA, 2006). Do lado do Partido Republicano, estavam o Cel. Almeida de Moraes, Dr. Galeão Carvalhal, Joaquim Fernandes Pacheco e Fernando Monteiro da Silva, enquanto, Carlos Arthur Weber estava ligado ao Partido Municipal.

Evidenciando a disputa pela direção do Asilo, Vieira (2014) apresentou as notícias do jornal "A Cidade de Santos", valendo-se de denúncias anônimas, questionava as ações das religiosas, em especial, com respeito ao cuidado com as crianças. A matéria de 1.º de julho de 1907, por exemplo, mencionava que foram encaminhadas à Santa Casa dez a 12 crianças com sarna, o que, por si só, segundo a matéria, avultava o desleixo na higiene infantil, sem antes ter sido cuidadas por um médico na própria instituição. Além disso, a matéria também pedia atenção "[...]da Mesa [diretora] para os castigos corporais que ali são aplicados às pobres criancinhas" (A CIDADE DE SANTOS, 1907 *apud* VIEIRA, 2014, p. 1041).

A desconfiança trazida sobre as religiosas e, por consequência, à diretoria, foi ampliada com a promoção de uma rifa que as irmãs organizaram para levantar fundos tanto para o Asilo quanto para o Colégio Coração de Maria, o que demonstrava um emaranhamento das instituições, contribuindo para uma maior suspeita por parte da municipalidade quanto à gestão financeira do Asilo (VIEIRA, 2014).

Benedito Pinheiro, presidente da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio, também ligado ao Partido Municipal, ao tomar ciência da situação, assumiu a comissão responsável pelo levantamento de fundos ao Asilo e, frente ao contato que ele tinha junto às casas comerciais, teve êxito. Por outro lado, divulgou ainda mais as dificuldades financeiras do Asilo.

> Assim, a desconfiança com relação às práticas do Asilo de Órfãos e à competência das irmãs instalou-se, assim como a descrença na forma como a administração da Associação Protetora da Infância Desvalida. A Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida, face às dificuldades que atravessava, começou a repensar sua administração. Começou a procurar formas de conseguir outras fontes de renda e de rever a autonomia concedida às religiosas (VIEIRA, 2014, p. 1042).

Nesse tumultuado contexto, em 3 de maio de 1908, houve Assembleia Geral da Associação Protetora da Infância Desvalida para a escolha de 13 conselheiros. Estavam presentes apenas dez sócios, a saber: Cel. Almeida de Moraes, Joaquim Fernandes Pacheco, Dr, Manoel Galeão Carvalhal, Carlos Arthur Weber (membros da diretoria), Bernardo Gonçalves Costa, Carlos Luiz de Affonseca, Benedicto Pinheiro, Arthur Thomas Coelho, Carlos A. de Vasconcelos Tavares e Francisco Máximo de Oliveira (VIEIRA, 2011, p. 103) –,

[44] Fernando Monteiro da Silva foi vereador em duas legislaturas, entre 1899-1902 e 1902-1905.

ou seja, com exceção de Almeida de Moraes, Joaquim Pacheco e Galeão Carvalhal, os demais sócios eram ligados ao Partido Municipal (conforme evidenciou este capítulo até o presente momento).

Nessa Assembleia Geral, os conselheiros reelegeram: presidente, Cel. Almeida de Moraes, e Carlos Arthur Weber (tesoureiro). Elegeram Nicanor Leite Amaral (2.º secretário); Victor de Lamare (1.º secretário) e Ulrico Mursa (vice-presidente) – estes dois últimos foram, segundo Vieira (2011), recebidos como sócios da Instituição na reunião da diretoria em fevereiro de 1908 (três meses antes da assembleia geral), de forma inusitada, pois não consta da ata o nome do proponente, como costumava exigir o estatuto. Assim, com exceção do Cel. Almeida de Moraes, todos os membros da mesa possuíam relação de afinidade com o Partido Municipal.

Em 1910, Victor de Lamare assumiu a presidência da Associação Protetora da Infância Desvalida, tendo como seu vice-presidente o comendador João Manoel Alfaya Rodrigues, na Fig. 29.

Figura 29 - Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida, em 1914

Legenda: Em pé, à esquerda, Victor de Lamare; sentado à esquerda, comendador João Manoel Alfaya Rodrigues; no centro, em pé, Arlindo Aguiar Junior; sentado, à direta, Álvaro Bittencourt; em pé, à direita, Eduardo Machado.
Fonte: Vieira (2011, p. 102).

Victor de Lamare foi presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida até 1944, isto é, por 34 anos. Ele também foi um dos fundadores do Tiro de Guerra de Santos, do Conservatório Municipal e da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos (VIEIRA, 2011, p. 159). Faleceu em 26 de novembro de 1946.

2.2.5 Delphino Stockler de Lima

> Modesto servidor da instrucção, desde a minha mocidade, conhecendo cousas diversas que prejudicam o ensino primário, nas escolas do Brazil inteiro, fazendo-as produzir o mínimo quando necessitamos que ellas produzam o máximo de resultados, tenho procurado propagar o que penso com a intensão única de chamar os competentes ao estudo de medidas que se me afiguram merecedoras da atenção dos nossos legisladores para o desapparecer de cousas que prejudicam o ensino (A TRIBUNA, 1920, p. 2).

Antes de expor a biografia de Delphino, faz-se necessário esclarecer que durante a pesquisa nos periódicos, foi muito difícil localizar a qual "Stockler de Lima" a notícia fazia referência. Em geral, também nos periódicos, foi possível constatar que a família optava por denominar os descendentes com um nome seguido do sobrenome "Stockler de Lima", o que dificultou no levantamento das relações de parentesco. Ainda assim, é de fácil constatação que há "Stockler de Lima" na Câmara dos Deputados Provinciais de Minas Gerais, na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro (pelo Partido Liberal) e, posteriormente a Proclamação da República, há também na Câmara do Senado (José Christiano Stockler de Lima) (O PAIZ, 1886, p. 1; GAZETA DA TARDE, 1890, p. 1; JORNAL DE MINAS, 1890, p. 1). Assim, a biografia em questão pode apresentar inconsistências no que diz respeito às relações de parentesco.

Delphino Stockler de Lima era mineiro, nascido em 21 de março (sem ano) (CORREIO PAULISTANO, 1915, p. 2). Ele possuía família em Guaxupé, Passos e Belo Horizonte CORREIO PAULISTANO, 1916, p. 3), o que dificulta saber onde ele nasceu exatamente. Ao que as evidências indicam, era sobrinho neto de José Christiano Stockler de Lima, senador da República de 1891 a 1898, que deixou o cargo *"[...] para acceitar um logar de importancia na capital do Estado de Minas*" (O COMMERCIO, 1898, p. 2). Além disso, Delphino era parente de Amando Stockler de Lima (CORREIO PAULISTANO, 1927, p. 5), farmacêutico formado pela Escola de Farmácia de Ouro Preto (1889) e que veio para Santos no final do século XIX (1897) para abrir uma farmácia na cidade (ANNUARIO DE MINAS GERAIS, 1913, p. 629-630) e exercer o cargo de despachante da Alfandega. A pesquisa ainda indica que a família

Stockler de Lima tinha relação de parentesco com o Cel. Gil Alves de Araújo, importante comissário de Café ligado ao Partido Municipal de Santos.

Delphino, na Fig. 30, cursou o ensino secundário no Externato do Gymnásio Mineiro, também na capital mineira, onde fez seus exames preparatórios para o Ensino Superior, entre 1893 e 1895 (MINAS GERAIS, 1895, p. 7). Iniciou, em 1896, o curso de farmácia, na Escola de Farmácia de Ouro Preto (MINAS GERAI, 1896, p. 3), embora viesse a concluí-lo na Escola de Medicina do Rio de Janeiro (CIDADE DO PATROCÍNIO, 1911, p. 1). No que concerne as suas posses, era criador e lavrador na Villa de Parnahyba, a 30 km do Rio Tietê, em São Paulo (próximo a Itu) (ALMANACH, 1896, p. 372).

Figura 30 - Delphino Stockler de Lima

Fonte: Fon Fon (1923, p. 65). Acervo Biblioteca Nacional.

O jornal Correio Paulistano (1904) noticia que, em 1904, Delphino já estava na cidade de Santos e, em 1905, ele contraiu núpcias com Maria Stockler de Araujo, filha do Cel. Gil Alves de Araújo (CORREIO PAULISTANO, 1905, p. 3).

Delphino se envolveu com diversas instituições da sociedade civil, dentre elas, Associação Predial de Santos, Sociedade Beneficente União dos Funcionários Municipais de Santos e a Sociedade União Operária, tornando-se o orador oficial da instituição, em 1905, sob a presidência de Almeida de Moraes (CORREIO PAULISTANO, 1916, p 3; 1919, p. 3; 1905a, p. 2). Participou da comissão de organização da festa da Pátria, nomeada pela municipalidade para recepção da comissão de oficiais de guerra e marinhagem de Portugal, em 25 de outubro de 1905. Nesse dia, após terem visitado a Câmara Municipal e o monumento erigido pelo IV Centenário da Descoberta do Brasil, ao chegarem à Escola do Povo “[...] foram os officiaes da

Patria saudados em eloquente discurso pelo Sr. Delphino Stockler de Lima" (CORREIO PAULISTANO, 1905b, p. 2).

Em 1907, com a abertura da Academia do Comércio de Santos, Delphino foi nomeado Lente das disciplinas de Geografia, Aritmética e Álgebra (tendo em vista que quem nomeava era o Inspetor Literário com a data vênia do prefeito municipal – o inspetor era Sóter de Araújo). Nesse mesmo ano, foi eleito presidente do Grêmio Dramático Arthur Azevedo, coordenando apresentações no Teatro Coliseu junto com Isidoro de Campos (O SÉCULO, 1907, p. 1). Ainda em 1907, compôs uma chapa para disputar as eleições, organizada em parceria com o grupo político de Isidoro de Campos, junto com Paulo Figueiras e Antônio Carlos da Silva (chapa que não apresentou indicação para prefeito), embora Adolpho Porchat de Assis tenha saído candidato para o cargo, ocupando esse lugar na chapa (CORREIO PAULISTANO, 1907, p. 3). Ao que parece, essa foi a única que vez que tanto Delphino quanto Adolpho saíram candidatos a algum cargo político.

Em fevereiro de 1908, após a posse do novo grupo dirigente recém-eleito, houve uma solenidade na Villa Macuco, a fim de assentar a primeira pedra do futuro bairro operário (fazia parte das reformas urbanas). Estiveram presentes o Cel. Almeida de Moraes (ex-presidente da Câmara) e José Domingues Martins (presidente recém-eleito), discursando tanto Sóter de Araújo quanto Delphino, pois ambos eram ligados à Sociedade União Operária (O COMMERCIO, 1908, p. 1).

Em 1909, durante a Semana de Comemoração da Proclamação da República, houve, às 16 horas do dia 15 de novembro, uma conferência no Teatro Coliseu proferida por Delphino Stockler de Lima, que discorreu "salientando os benefícios da República" (CORREIO PAULISTANO, 1909, p. 1). Os periódicos evidenciam que Delphino era constantemente convidado para discursar em solenidades de todo o tipo: em junho de 1910, o fez no *Club* Internacional de Regatas, na comemoração do aniversário da instituição; em outubro do mesmo ano, discursou na inauguração do albergue noturno (administrada pela Sociedade Amiga dos Pobres), concluindo com a apresentação de uma poesia (nessa ocasião, Arthur Porchat de Assis estivera presente junto com a Banda do Escholástica Rosa) (CORREIO PAULISTANO, 1910a, p. 1; 1910b, p. 4); em dezembro de 1911, discursou em comemoração do aniversário da Academia do Comércio (O PAIZ, 1911, p. 8); em maio de 1912, na ocasião do aniversário da Sociedade União do Comércio (CORREIO PAULISTANO, 1912, p. 2); dentre muitas outras ocasiões, como na comemoração da promulgação da Lei Áurea, em 1913; nos aniversários da Sociedade União Operária(A FITA, 1912a, p. 20; 1912b, p. 21); e em diversos outros eventos

cívicos e sociais, como o Festival Artístico, organizado pela professora Mathilde Albergaria (CORREIO PAULISTANO, 1912, p. 2; A FITA, 1914, p. 26).

Em 1910, Delphino foi nomeado Inspetor Literário do Município, cargo que ocupou durante toda a República Velha. Dos intelectuais analisados nesta tese, Delphino foi o principal articulador entre o poder público e os demais intelectuais, que, por sua vez, atuavam nas instituições escolares. Embora Raymundo Sóter de Araújo e Manoel Maria Tourinho também tenham exercido o cargo de Inspetor Literário, eles pertenceram à geração anterior de intelectuais – conceito fundamentado em Sirinelli (2003). Sóter de Araújo foi inspetor na transição dos governistas para os municipalistas e, deixando a instrução pública, dedicou-se ao campo da educação como professor, mas sem deixar de atuar como farmacêutico e médico; Tourinho, assumindo a inspeção literária após Araújo, foi exonerado do cargo em 1910 e "empurrado" do poder pelos dirigentes municipalistas. Stockler de Lima, por sua vez, envolveu-se com uma facção do Partido Municipal, liderada por Isidoro de Campos, tentando, em 1907, disputar a vereança. Não vitoriosos, Isidoro e seus partidários foram colocados num ostracismo político. Ainda assim, Stockler de Lima, provavelmente por influência de seus laços familiares e rede de solidariedade, foi trazido, mais uma vez, ao poder público, tornando-se um intelectual atuante na sociedade política e civil durante toda a sua trajetória de vida.

Enquanto inspetor literário, em 1912, Stockler de Lima participou e organizou o Congresso de Instrucção Pública, dedicado, sobretudo, ao tema da instrução primária. Após o congresso, visitou o Instituto João Pinheiro em Belo Horizonte, reconhecido na época como um estabelecimento de ensino moderno, ocasião em que Delphino foi denominado nos periódicos "missionário da instrucção" (JORNAL DO COMMERCIO, 1912, p. 2; CORREIO DA MANHÃ, 1912, p. 6), na Fig. 31. Da mesma forma, no ano seguinte, participou do Congresso de Instrucção em Salvador, na Bahia, onde houve uma grande exposição escolar, em que Delphino defendeu a necessidade de maior fraternização por parte dos representantes da instrução no Brasil na comissão de Instrução Primária e Secundária (O PAIZ, 1913a, p. 3; 1913b, p. 7; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1913a, p. 7; 1913b, p. 2).

Figura 31 - Alunos do Colégio Auxiliadora da Instrucção (1913)

Legenda: Delphino Stockler de Lima, inspetor literário, à esquerda, e a professora Esther Stockler de Lima, à direita.
Fonte: A Fita (1913, p.14). Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Além disso, Delphino percorria as escolas do município para fiscalizar a assiduidade dos professores e a frequência dos alunos, devendo, em seguida, lavrar o termo de visita, como fez em fevereiro de 1916, ao visitar o Ginásio José Bonifácio:

> Na qualidade de inspector da instrucção desta cidade, visitei hoje o curso primario do Gymnasio Santista "José Bonifacio", inaugurado no dia 1.o do mez corrente. As aulas estão funccionando em duas confortaveis salas e são dirigidas pelas professoras Diva Porchat de Assis e Dylia Porchat de Assis, ambas diplomadas pela Escolas de Commercio "José Bonifacio" e pelo Lyceu Feminino Santista. Com estes elementos ha de francamente prestar optimos serviços á causa da instrucção da infancia que lhe fôr confiada, o curso primario que acabo de inspeccionar. Santos, 10 de fevereiro de 1916 - Stockler de Lima, inspector da instrucção (CORREIO PAULISTANO, 1916, p. 4).

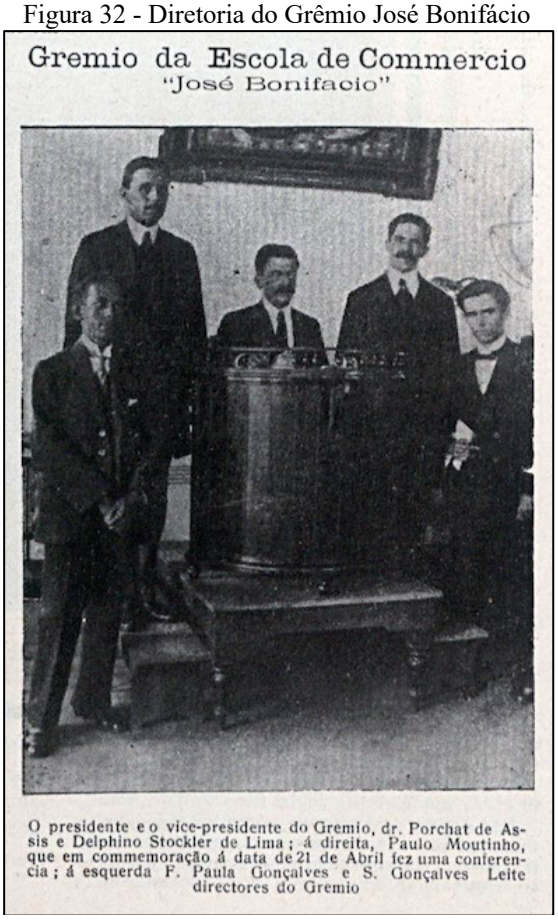
Outra função do inspetor literário era promover anualmente os exames das escolas isoladas e dos grupos escolares. Por isso, há centenas de notícias nos jornais mencionando a participação de Delphino na realização desses exames, prevalecendo o destaque dos periódicos nas seguintes instituições: Escola do Comércio José Bonifácio, Escola Docas e Asilo de Órfãos. Além disso, também promovia anualmente concursos entre os estudantes de todas as escolas municipais, oferecendo prêmios aos primeiros colocados, como o que ocorreu em 1915, quando organizou um concurso de redação de História sobre o tema Independência do Brasil (CORREIO PAULISTANO, 1915a, p. 4), conforme aponta a correspondência com o diretor geral da Instrução Pública do Estado:

> Sr. inspector escolar de Santos. - Accuso o recebimento do vosso officio n.53. de 12 do corrente [agosto], pelo qual me communicaes a realização de um concurso de historia do Brasil entre os alumnos das escolas dessa cidade, com o fim de despertar no espirito dos mesmos o gosto pelas cousas pátrias.
> Em resposta, cabe-me dizer-vos que não somente approvo a idéa da entrega, em classe, do premio instituído para esse fim, como applaudo a feliz iniciativa do referido concurso, que bem evidencia o vosso interesse pela causa do ensino.
> Attenciosas saudações - João Chrysostomo B. R. Junior. (CORREIO PAULISTANO, 1915b, p. 4)

Delphino participou do Grêmio da Escola do Comércio José Bonifácio, ocupando o cargo de vice-presidente por muitos anos, na Fig. 32. Cabe lembrar que o presidente era o diretor da escola, o dr. Adolpho Porchat de Assis. O Grêmio organizava anualmente conferências literárias mensais e gozava de um prestígio público relativamente grande. A Revista A Fita, em 30 de abril de 1914, registrou:

> Isso alegra e enche de justo orgulho o coração de quem, como nós, acompanhando o desenvolvimento material de Santos, deseja ver a capital maritima de S. Paulo, equiparada não só material como tambem intellectualmente aos grandes centros da civilisação moderna (A FITA, 1914a, p. 16).

Figura 32 - Diretoria do Grêmio José Bonifácio



Fonte: A Fita (1914b, p. 20). Acervo Biblioteca Nacional

Não se pode perder de vista que Delphino se apropriou do principal meio de comunicação de sua época para veicular suas ideias: os periódicos. Ele foi o presidente de uma instituição literária chamada A Torre, fundada em maio de 1914 (A FITA, 1914c, p. 24). Essa instituição visava a promover o "gosto pelas letras e artes", tendo como sócios Benedicto Pinheiro e Adolpho Porchat de Assis. Além disso, Delphino tinha por hábito enviar aos jornais os discursos proferidos nos eventos dos quais participava: como o discurso proferido na Sociedade União Operária em seu 24.º aniversário (1914) (CORREIO PAULISTANO, 1914, p. 5); ou o discurso feito em 7 de setembro de 1918 sobre o túmulo de José Bonifácio. Ambos viraram panfletos ou foram publicados em jornais. Referindo-se ao discurso de 7 de setembro, o Correio Paulistano registrou:

> É um trabalho feito com todo o cuidado em que o orador estudo fasto maximo da nossa historia, referindo-se depois ao momento actual da nossa vida de nação independente, terminando por uma sublime evocação que denomina "Oração civica" (CORREIO PAULISTANO, 1919, p. 1).

Stockler de Lima, além disso, foi colunista do A Tribuna entre os anos de 1919-1922, onde publicou na coluna 'Segundas' (sempre às segundas-feiras, obviamente) sua perspectiva sobre temas diversos relacionados à municipalidade (sendo, entre 1920-1921, encontradas 17 colunas tratando acerca da Educação)[45].

Nos últimos anos da década de 1920, Delphino resolveu concorrer à eleição para diretor da Escola do Comércio José Bonifácio, fazendo oposição a Adolpho Porchat de Assis. Delphino venceu as eleições e, em 1930, elegeu-se novamente – o que retirou definitivamente Adolpho Porchat das disputas pela instituição (A GAZETA, 1930, p. 5).

Delphino Stockler de Lima se aposentou em 1941 do cargo de chefe da Divisão da Educação (FLAMMA, 1941, p. 24), na Fig. 33. Ele veio a falecer no final da década de 1940, em Santos. Não foram encontradas maiores informações a seu respeito.

[45] Conforme levantamento realizado por Santana Junior, Marciano Gaudêncio. Segundas: o pensamento de Stockler de Lima sobre a educação na Primeira República a partir do Jornal A Tribuna (1920-1921). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Católica de Santos, 2009.

Figura 33 - Aposentadoria de Delphino Stockler de Lima

Photographia tirada na Prefeitura Municipal, no dia 29, quando o Prof. Stockler de Lima se aposentou, compulsoriamente, no cargo de Chefe da Divisão de Educação. Aquella data assignala, tambem, o anniversario natalicio do Prof. Stockler. E os seus auxiliares e amigos aproventaram o ensejo para homenageal-o

Fonte: Flamma (1941, p. 24). Acervo: Biblioteca Nacional

2.3 A REDE DE SOCIABILIDADE DOS INTELECTUAIS DA EDUCAÇÃO

Acredita-se que, até o presente momento, em virtude do que fora exposto anteriormente, já seja possível delinear as relações de sociabilidade existentes entre os intelectuais atuantes na sociedade civil, em sua relação com as engrenagens da sociedade política: com a instauração de um novo regime político em novembro de 1889, houve na cidade de Santos uma disputa entre os antigos grupos detentores do poder local frente às outras facções políticas que emergiam naquele contexto, desejosas de tomarem para si espaços sociais outrora já demarcados. Assim, nos primeiros anos da República, o grupo que assimilou as antigas elites monárquicas prevaleceu frente aos outros grupos políticos.

Prevalecendo os governistas em detrimento dos oposicionistas e sem perder de vista que cada uma dessas categorias "governista" e "oposicionista" tinha subgrupos que também disputavam entre si no poder político municipal, a partir de 1905, houve a oficialização do grupo político ligado à Associação Comercial de Santos que, organizando-se em Partido Político, ganhou as eleições de 1907, tornando-se um grupo hegemônico até 1928, momento em que ele próprio foi incorporado ao Partido Republicano, sua antiga oposição.

O campo da educação foi, nesse contexto, um território extremamente disputado, pois foi compreendido como instrumento para a consolidação da República e, no caso de Santos, entre 1889 e 1907, ficou evidenciada na constituição dos estabelecimentos de ensino: por iniciativa do governo do estado, a criação do Grupo Escolar "Cesário Bastos", governistas; e

por iniciativa do governo municipal, a criação do Grupo Escolar "Barnabé" e a criação da Academia do Comércio de Santos, oposicionistas.

Raymundo Sóter de Araújo foi o inspetor literário nesse momento da história da cidade, trabalhando para multiplicar o número de estabelecimentos de ensino público, a fim de atender o maior número de crianças que fosse possível. Além disso, trabalhou para inauguração da Academia do Comércio, há muitos anos solicitada para formação de mão de obra qualificada para o comércio local.

Manoel Maria Tourinho, por sua vez, ao assumir a Inspeção Literária, trabalhou, entre 1908 e 1910, sobretudo nas sessões da Câmara, a fim de obter financiamento municipal para equipar a Academia do Comércio com laboratórios de física e química, oferecendo o que havia de "mais moderno" a esse estabelecimento e, também, para validar o curso Normal oferecido pelo Liceu Feminino Santista, ao menos, para as instituições de ensino no município (SANTOS, 1910, *on-line*).

Esses dois sujeitos (Sóter de Araújo e Tourinho) fizeram parte de uma geração – ou, conforme Sirinelli (1996), "as solidariedades de idade" – de intelectuais distinta daquela que atuou entre 1908 e 1930. Ainda assim, ambos se envolveram com a sociedade política, corroborando com a ascensão do Partido Municipal e abrindo os meios para que os novos intelectuais pudessem ser colocados nas instituições da sociedade civil, sobretudo aquelas que cuidariam dos pobres.

Mesmo promovendo a abertura de novos estabelecimentos de ensino entre 1905 e 1911, o poder público não conseguia atender o total de crianças que estava fora da escola, favorecendo àquelas de famílias mais abastadas, que poderiam financiar o ensino privado ou o professor que prepararia os seus filhos para as provas classificatórias de ingresso no ensino público. Assim, havia por parte do poder público uma preocupação com os empobrecidos. Mas a questão que se apresenta é: essa preocupação diz respeito a quê?

Para responder essa pergunta, considere-se o capítulo primeiro desta tese, que demonstrou que estava presente entre a elite dirigente uma representação de modernidade, que foi materializada na reformulação do espaço público, por meio da urbanização da cidade, com a ampliação e abertura de novas vias, calçamentos, arborização etc. Configuraram-se, assim, novos modelos de moradia, os quais se impunham frente ao projeto modernizador, e a cidade precisava ser reorganizada no que dizia respeito ao espaço público, no que concernia à circulação de pessoas, por exemplo, que concorriam com a circulação dos produtos da indústria, como os automóveis e os bondes. Em nome da salubridade pública, médicos e engenheiros

conferiam validade ao “novo”, oferecendo as justificativas para as demolições e para o remodelamento das paisagens urbanas.

Não se pode, todavia, perder de vista as epidemias que assolaram o município e que, por consequência, ampliaram o número de órfãos, e o crescente aumento populacional no século XX que, em proporção, dilatava a massa de desempregados na cidade. Havia, portanto, a preocupação de adequar essa massa empobrecida aos ideais de modernidade, oferecendo uma educação que a qualificaria para o mercado de trabalho em ascensão (resolvendo a falta de mão de obra qualificada para a indústria e comércio) e, com respeito aos mais pobres, conformá-los com os novos padrões sociais, a fim de inseri-los numa sociedade cujo modo de produção era capitalista.

Havia a necessidade, para isso, de aparelhar as instituições da sociedade civil dedicadas aos menos favorecidos (e que mantinham escolas), como a Associação Protetora da Infância Desvalida e o Instituto Dona Escholástica Rosa: ambas instituições dedicadas aos órfãos que, estando no seio da municipalidade, seriam recolhidos e “educados”, dentro do que havia de mais “moderno”. A Academia do Comércio, por sua vez, ofereceria, aos mais dedicados discentes do município, oriundos das classes subalternas, a chance de emergir socialmente, tornando-se o que Sartre denominaria de técnicos do saber prático (SARTRE, 1994, p. 30).

E quem deveria dirigir essas instituições da sociedade civil? Segundo Gramsci (1982), os intelectuais orgânicos. Pertencentes ao grupo dominante, lutam no campo ideológico – por meio dos periódicos e das instituições escolares, entre outras instituições sociais – para construir o consenso e manter a hegemonia da classe dominante. Nesse sentido, o Liceu Feminino Santista ocupou um papel preponderante, sobretudo, por formar as professoras normalistas que iriam atuar nas instituições escolares do município (não à toa, Arthur Porchat de Assis escreveu um manual para formação de professores, o “Eduquemos”, de 1915, que é analisado no próximo capítulo). Em 1919, eram professores do Liceu: Adolpho e Arthur Porchat de Assis, Manoel Augusto de Oliveira Alfaya, Sóter de Araújo e Victor de Lamare, na Fig. 34 (ALMANAK LAEMMERT, 1919, p. 2091).

Figura 34 - Primeira congregação de professores do Liceu Feminino Santista, em 1902

Legenda: Na primeira fila: Soter de Araújo, Adelaide Britto, Eunice Caldas, Vitalina Caiafa e Porchat de Assis. Na segunda fila: Moura Ribeiro, Olynto Dantas, Alfredo Tabyra, Victor Delamare e Oscar Ferreira. Na terceira, Patrício Soares, Antenor Campos Moura e Professor Magalhães.
Fonte: Novo Milênio (2013). Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250d2.htm. Acesso em: 12 jul. 2021.

A segunda geração de intelectuais da educação ocupou, portanto, espaços estratégicos, pois, por um lado, por meio da "inspeção literária", foi possível fazer cumprir as diretrizes legislativas[46], fiscalizar as práticas escolares, contratar ou afastar professores, impor penas em estabelecimentos escolares dentre outras estratégias, entendidas conforme Certeau (1998, p. 99), procurando obter o controle sobre todo o processo educativo público do município e, por outro, garantir que as "instituições da sociedade civil" mantivessem o mesmo projeto educacional.

Os intelectuais selecionados para tais fins mantinham no seu "pequeno mundo estreito" (SIRINELLI, 1996, p. 248) as mesmas representações de modernidade que os dirigentes políticos, em especial, do grupo dominante ligado à Associação Comercial de Santos. Além disso, mesmo tendo em consideração que as estruturas de sociabilidade podem variar conforme a época, no caso de Santos, na formação dessas redes de sociabilidade, foram identificadas as relações de consanguinidade e de afinidade: no primeiro caso, Arthur e Adolpho Porchat de Assis eram ligados à família dos Moura Ribeiro e dos Alfaya Rodrigues. A família de Lamare ligou-se aos Porchat de Assis, mas também tinha relação com a família Mursa. E muitos membros da família Stockler de Lima estavam envolvidos na política, dentre eles, Amando, tio

[46] Entendendo legislação como um campo de disputa pela hegemonia, sendo, portanto, uma instância de poder.

de Delphino, que se tornou responsável pelo gabinete do prefeito por muitas gestões do Partido Municipal.

Com a compreensão do aparelhamento das instituições civis ao poder público, foi possível identificar uma dinâmica de trabalho: o poder público financiava os estabelecimentos de ensino. Estes (O Asilo de Órfãoes e o Instituto Dona Escholástica Rosa), por sua vez, recolhiam as crianças e ofereciam moradia, vestimentas e alimentação, para que elas pudessem estudar em conformidade com os padrões de ensino estipulados. Em contrapartida, os discentes deveriam seguir as rigorosas normas disciplinares, sob pena de expulsão em caso de descumprimento contínuo.

A Santa Casa de Misericórdia de Santos contribuía com os cuidados médicos para casos mais graves, uma vez que essas instituições gozavam de médico e dentista próprios. A inspeção literária procedia aos exames escolares e certificava as instituições mediante ao "bom trabalho" executado durante o ano.

No caso de algum aluno ou aluna ser identificado como um sujeito(a) acima da média, ou excepcional, o diretor da instituição poderia indicá-lo (a) para continuar os seus estudos ginasiais: se moça, no Liceu Santista; se rapaz, na Academia do Comércio; tendo suas despesas cobertas por uma bolsa oferecida pela instituição cedente (ou ainda permanecer no Instituto Dona Escholástica Rosa para a aprendizagem de um ofício: alfaiataria, sapataria, tipografia e marcenaria).

Por fim, cabe destacar que pertencia ao calendário letivo de atividades escolares dessas instituições participar de uma série de programações anuais do município, seguindo o calendário oficial com as festas cívicas, a fim de oferecer ao alunato ocasiões de inserção na vida social do município, ensinando-lhe valores patrióticos, de civilidade e civismo.

CAPÍTULO 3 – OS DISCURSOS DO "PROGRESSO": REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE ENSINO PARA PREPARAÇÃO DE CRIANÇAS POBRES PARA OS LABORES DA VIDA

As discussões apresentadas nos capítulos anteriores sustentam que, na virada do Século XIX para o XX, a cidade de Santos se tornou um espaço social disputado por grupos distintos da elite. Cada um desses grupos estava, por um lado, vinculado com a defesa de um projeto político próprio e, por outro, procurava convencer os eleitores do município – eleitores estes pertencentes a mesma elite supracitada, considerando os critérios para obter acesso ao pleito eleitoral naquele momento histórico –, a fim de se manter na direção política da cidade, na Câmara de Intendência e, após 1908, na Câmara e Prefeitura Municipal.

As lutas ideológicas se materializaram nos periódicos que registraram os diversos projetos de modernidade. Evidenciou-se, no primeiro capítulo, que o conceito de modernidade – e esta, a capitalista – estava vinculado com padrões estéticos franceses, enquanto, no que concernia à industrialização, prevalecia uma ênfase americana, alemã e inglesa. Procurou-se, ainda, evidenciar que a historiografia regional que trata do período analisado por esta tese (1889-1930) foi fortemente influenciada pela representação de progresso pertencente à elite municipal, o que favoreceu a compreensão de que a cidade "progrediu" frente ao atraso do período anterior – atraso este relacionado ao regime político, aos costumes, ao acesso à "modernidade" (que poderia ser alcançada quando as nações percorressem os passos necessários, isto é, tornarem-se "civilizadas", mas havia uma trilha de conquistas a serem galgadas, a exemplo dos países europeus).

A educação foi, nesse contexto, um campo extremamente disputado, uma vez que se tornou o principal instrumento para o alcance do progresso civilizatório, cabendo à escola a tarefa de "educar" – no sentido estreito da palavra – o povo, transformando cada indivíduo em cidadão republicano e este formado conforme a ética e moral burguesa, dentro de conceitos higienistas e de uma perspectiva de ciência positivista.

Estreitamente vinculados à atuação de intelectuais, a invenção dos "Templos da civilização" – conceito referente aos grupos escolares, conforme a pesquisa realizada pela professora Rosa Fátima de Souza (1998) – provocou um entusiasmo nesses sujeitos que, baseados nas ideias iluministas e na Revolução Francesa, relacionavam o novo regime republicano com a ideia de progresso da nação brasileira, a qual seria finalmente regenerada por meio da instrução pública, onde seriam oferecidos os acessos aos conhecimentos científicos

– nas disciplinas de química e física, por exemplo – necessários para o desenvolvimento industrial e, por consequência, para o progresso econômico (FARIA, 2018).

No caso de Santos, os Grupos Escolares Cesário Bastos e o Barnabé – mas, sem perder de vistas outros templos, como o Liceu Feminino Santista, o Asilo de Órfãos, a Academia do Comércio e o Instituto Dona Escholástica Rosa – representavam a consolidação de um projeto educacional que auxiliaria o poder público na conformação dos "corpos e mentes" dos menos favorecidos, oferecendo nas disciplinas dos cursos primários, secundários e profissionais noções de civilidade. Por isso, o segundo capítulo desta tese, procurando contextualizar a atuação dos grupos políticos do município e, sobretudo, a facção que se tornou hegemônica, evidenciou quem foram os seus intelectuais [orgânicos] e como esses sujeitos aparelharam as instituições da sociedade civil com a sociedade política, formando redes de sociabilidade, a fim de consolidar o projeto almejado.

O presente capítulo, por sua vez, tem por objetivo evidenciar as ideias pedagógicas dos intelectuais elencados por esta pesquisa. É analisada a obra "Eduquemos", de Arthur Porchat de Assis, em diálogo com os relatórios dos inspetores literários, os quais estão publicados nos Relatórios da Intendência Municipal (1889-1907), e os relatórios do Prefeito apresentado à Câmara Municipal (1908-1930), onde estão parte das ideias de Raymundo Sóter de Araújo, Manoel Maria Tourinho e Delphino Stockler de Lima, respectivamente[47]. Diferentemente de que já foi escrito por outros pesquisadores acerca do "Eduquemos", procura-se evidenciar que o livro resume as ideias do que se encontrava nas práticas das instituições dirigidas pelos intelectuais analisados nesta tese.

Compõe, assim, o *corpus* documental deste capítulo o relatório da Academia do Comércio de Santos, de autoria de Adolpho Porchat de Assis, os livros de Atas da Associação Protetora da Infância Desvalida – os quais contêm os registros de algumas convicções pedagógicas de Victor de Lamare –, e os Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Santos (por conter relatórios do Instituto D. Escholástica Rosa). O livro "Eduquemos" é um manual para formação de professores, publicado em 1915 pela gráfica do Instituto Escholástica Rosa. O "Eduquemos" serviu para formação das normalistas do Liceu

[47] Delphino Stockler de Lima foi colunista do jornal A Tribuna, entre os anos de 1920 e 1922, onde escreveu a Coluna "Segundas". Nesses três anos, Delphino escreveu 82 vezes, sendo 17 delas relacionadas ao tema "educação". Cabe destacar que o levantamento dessas colunas foi realizado entre 2006 e 2009 por Santana Junior (2009), a fim de cumprir os requisitos para conclusão do curso de História da Universidade Católica de Santos, mas a análise destas matérias não foi incorporadas nesta pesquisa por duas razões: a primeira, devido ao fechamento dos centros de memória, em virtude da pandemia do COVID-19; a segunda, em função do cronograma para conclusão do doutorado, pois quando os centros de memória foram reabrindo, não havia mais prazo para realizar a análise desse material.

Feminino Santista, instituição em que Arthur Assis foi professor, e o livro expressa seus pensamentos pedagógicos, bem como os autores que fundamentam sua pedagogia.

Considerando que as ideias pedagógicas dos sujeitos são fundamentadas em representações da realidade, não se podem perder de vista as contribuições de Chartier (1991) que compreende representação por:

> Classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as formam (CHARTIER, 1990, p. 17).

Chartier considera que as representações são percepções socialmente compartilhadas e que permitem uma compreensão/perspectiva da realidade. “Para ele, a história cultural tem por objetivo compreender as representações do mundo social, ou seja, como as pessoas, em determinado tempo histórico e em determinado lugar, pensaram como o mundo social é ou como elas gostariam que fosse” (*apud* CARMO; FARIA; VIEIRA, 2021). Além disso, como aponta Heath (2008, p. 87), representação é uma forma de pensamento decisiva em “atar certas atividades e suas interpretações”. Heath aponta para uma política de representação, isto é, uma luta por significado e interpretações que estão presentes no âmbito social.

Com respeito ao modo de apresentação da análise dos escritos pedagógicos dos intelectuais, tomam-se os tópicos do livro “Eduquemos” que dispõem os temas: I. Como Educamos; II. Da Educação Physica; III. Da Educação Intellectual; IV. Da Educação Moral; V. Da Educação Cívica; VI. Da Educação Profissional (CARMO; FARIA; VIEIRA, 2021).

Para se estabelecer o diálogo com as fontes acima, serão considerados ainda os periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital e os *papers* publicados por pesquisadores do campo da história da educação em Santos, os quais também investigaram os escritos pedagógicos desses sujeitos, a saber: PEREIRA (s/d); CARMO; FARIA; VIEIRA (2021); CARMO (2014); MATHIAS (2014); VIEIRA (2012).

Do ponto de vista metodológico, com respeito à imprensa, parte-se do pressuposto que ela é uma “[...] força ativa do capitalismo e não [...] um mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”, como afirmam Cruz e Peixoto (2007, p. 257). Isto é, a imprensa é um dispositivo (DELEUZE, 1996, *on line*), ela é expressão (produto cultural) de forças sociais e políticas ativas. São sujeitos. São homens que têm interesses e objetivos a alcançar. São sujeitos que praticam a imprensa, ou seja, que escrevem, que fazem circular leituras do real, concepções do mundo, modos de viver e de pensar... projetos de sociedade. São, portanto, práticas (sociais, socioculturais, culturais, políticas, doutrinárias, ideológicas

etc.) que precisam ser analisadas a partir do diálogo com múltiplas fontes históricas, a fim de procurar compreender os sujeitos que atuaram por meio delas.

3.1 “COMO EDUCAMOS”

> O resumo da nossa vida escolar tem sido e há de ser – o fortalecimento physico, moral e intellectual do alumno, para a conquista do seu futuro [...]. (ASSIS, 1915, p. 7)

A epígrafe acima é de autoria de Arthur Porchat de Assis e trata das suas palavras finais presentes no Relatório da Direção do Instituto Dona Escholástica Rosa para o Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos, Dr. Arthur Alves Firmino, em junho de 1930. Provavelmente, como se aproximava a aposentadoria dele, sabendo que poderia ser seu último relatório apresentado, tais palavras têm uma forte conotação de despedida. Se Arthur Assis estivesse sendo entrevistado (e não apresentado um relatório) em conformidade com a metodologia da História Oral – conforme José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda (2015) – essa epígrafe poderia ser escolhida como o seu “tom vital”.

Conforme visto no capítulo 2, Arthur Porchat de Assis, durante toda a sua vida, procurou se envolver com o campo da educação. Advogado por profissão, educador por convicção. Ao iniciar sua carreira como promotor em Limeira, assumiu a direção de duas instituições escolares: o Liceu Limeirense e o Externato Spencer (sem perder de vista seu cargo de professor na escola mantida pela União Familiar). Em Santos, foi professor do Liceu Feminino Santista (entre 1905 e 1919) (PEREIRA, s/d, *on-line*), instituição escolar que formava as normalistas da cidade e, em 1908, tornou-se diretor do Instituto Dona Escholástica Rosa até 1931.

No primeiro capítulo de sua obra, intitulada “Como educamos”, Assis expressa seu anseio de apresentar uma contribuição “[...] ás pessoas hoje mais empenhadas na educação das creanças” (ASSIS, 1915, p. 1), oferecendo uma leitura das teorias educacionais vigentes em sua época e procurando adaptá-las, segundo ele, à realidade brasileira. Note-se, portanto, que se trata de um livro para formação de educadores, de normalistas, o qual ele chama de um “testamento aberto” e “um dever profissional”, considerando seus anos de prática pedagógica.

Arthur Porchat de Assis iniciou seu texto criticando a pedagogia de León Tolstoi – romancista e pensador anarquista, que escreveu *L’ecole de Yasnaia Poliana*, o qual, segundo Assis, propõe que as crianças sejam inseridas em um espaço educativo com plena liberdade, sem ter que obedecer a qualquer tipo de regramento ou ordem. Assis, diante do que para ele é uma total desordem – que inclusive denomina de “pedagogia anarquista” –, discorre sobre as consequências negativas de uma educação fundamentada nessa perspectiva pedagógica. Para ele, os efeitos negativos não são somente imediatos, como a falta de aprendizagem, como

também negativos em longo prazo, prejudicando o desenvolvimento dessas crianças e inclusive suas relações sociais, especialmente no âmbito familiar (ASSIS, 1915, p. 2).

Os pressupostos do Darwinismo – e, em especial, do Darwinismo Social – estão presentes ao longo de toda a obra e, especificamente, em "Como Educamos" (uma espécie de introdução à obra), Assis explicita que as obras recentes (àquela época) precisavam ser compreendidas e adaptadas à "nossa raça, clima e costumes" (ASSIS, 1915, p. 1) e ainda que erra o educador que não considera "a índole hereditária e o atavismo de raça" (ASSIS, 1915, p. 5). Assim, fortalecer a raça brasileira por meio de exercícios físicos – e não quaisquer exercícios, mas aqueles considerados "próprios" à raça brasileira – faz parte do capítulo "Da Educação Physica" (CARMO; FARIA; VIEIRA, 2021). Segundo ele:

> Admittamos entre nós a educação physica tão somente como uma das bases do fortalecimento da nossa raça, herdeira de um rachitismo portuguez, em opposição a envergadura varonil dos caboclos sertanejos, mestiçados com os nossos índios primitivos; acceitemos ainda o desenvolvimento physico como um dos elementos necessários para o desenvolvimento intelectual. O nosso povo é débil: não sente o vigor dos organismos fórtes. Só por meio de exercícios physicos constantes é que poderemos com o decurso de algumas gerações fazel-o vigoroso, industrial e intrépido. (ASSIS, 1915, p. 6, grifos meus)

A 'representação mestiça' do país – a que faz referência Porchat de Assis – foi uma teoria, segundo Schwarcz (2003), que circulou por volta de 1870 no Brasil – embora tenha feito sucesso na Europa durante os 1800 e chegado tardiamente aqui –, recebendo grande acolhida nos centros de ensino e pesquisa da época, em especial, na Faculdade de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no Museu Paulista e nas Faculdades de Direito de Recife e São Paulo. Note-se que são as instituições de ensino superior em que se formaram Raymundo Sóter de Araújo e Manoel Maria Tourinho (Faculdade de Medicina da Bahia); Adolpho Porchat de Assis (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) e Arthur Porchat de Assis (Faculdade de Direito de São Paulo).

As décadas finais do século XIX, ainda segundo Schwarcz (2003), favoreciam a aceitação de modelos científicos deterministas para interpretação da realidade brasileira. Muitos intelectuais pertencentes à elite que circulavam nessas instituições de ensino, e retornavam às suas localidades, praticavam uma ciência positivista e determinista, utilizando-se dela para oferecer possibilidades de destino à nação.

> Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, esses intelectuais se moveram nos incômodos limites que os modelos lhe deixaram, haja vista que naquele momento, indagar sobre que nação era essa significada, de alguma maneira, se perguntar sobre que raça era a nossa ou, então, se a mestiçagem tão extremada não seria um sinal em si de decadência e enfraquecimento. (SCHWARCZ, 2003, p. 168)

Sem perder de vista a especificidade da Faculdade de Direito de São Paulo – que interessa aqui por ser o centro de formação superior do autor do "Eduquemos" – Schwarcs (2003) demonstra, ao analisar as suas respectivas Revistas Acadêmicas, que diferente da Faculdade de Direito do Recife, em que as leituras das determinações de raça contribuíam para os conceitos de 'mestiçagem moral e física' como recurso para unidade nacional, a instituição paulista "[...] analisava com cautela a introdução de modelos darwinistas sociais, com a crítica de quem reconhece a verdade de alguns conceitos e repele exageros desses juris consultos" (SCHWARCZ, 2003, p. 166), prevalecendo o que se denominou de "liberalismo de fachada", isto é, "[...] um discurso racial prontamente acionado quando se tratava de defender hierarquias e explicar desigualdades sociais" (SCHWARCZ, 2003, p. 166).

Carmo e Vieira (2014), ao analisarem o capítulo sobre educação física da obra "Eduquemos", mencionam que os conceitos de Arthur Assis se aproximam do filósofo Herbert Spencer (1820-1903), o qual faz uma analogia entre os organismos biológicos e os sociais (CARMO, VIEIRA, 2014), fundamentando-a na ideia de progresso (SPENCER, 1939). Essa pedagogia do progresso instituía a noção de que os países precisavam evoluir, modernizando-se e, para isso, a educação era um fator preponderante.

Um país moderno era aquele que valorizava a educação e a instrução das massas. Nesse sentido, Arthur Assis, como um homem do seu tempo, também considerava a escala evolutiva pela qual o Brasil precisava passar a fim de deixar seus trajes provincianos e se revestir a modernidade, pois a nação seria ainda "adolescente" e, por isso, teria como justificar seus altos índices de analfabetismo, o número elevado de sua população ausente das instituições de ensino, e ainda a falta de teorias pedagógicas produzidas em âmbito nacional.

> O Brasil pecca por suas imprevidências; e, em matéria educativa, muito ainda tem de errar, porque o interesse pela educação da creança está em plena manhã do seu florescimento e nada, absolutamente nada, tem-se escripto sobre a melhor prática de educar os nossos filhos (ASSIS, 1915, p. 3).

Ao explicitar o que ele entende por "a melhor prática de educar nossos filhos" (ASSIS, 1915, p. 3), Arthur Assis exemplifica que mesmo se uma instituição escolar brasileira contratasse um diretor americano, "cujo systema educativo é superior" (ASSIS, 1915, p. 4), seria, em suas palavras, uma grande imbecilidade, pois não é possível "adaptar um organismo humano a hábitos de vida ás vezes um pouco diferentes dos da própria natureza" (ASSIS, 1915, p. 4) e, com isso, fazia apologia a um ensino próprio "[...] aos nossos costumes, que estudasse as condições do nosso meio social, em que vinha exercer a sua atividade, que se nacionalisasse enfim" (ASSIS, 1915, p. 4). Ou seja, a crítica que Arthur Assis está tecendo diz respeito ao

emprego de pedagogias não nacionais, as quais foram construídas para atender a fisiologia humana e o contexto social do país para a qual ela foi pensada (a não ser que essa teoria fosse adaptada ao povo brasileiro – mestiço por origem).

> Não há quem ignore que os elementos physicos do mundo exterior, como os hábitos e costumes do meio social, são os agentes aproveitados pela arte educativa. E, por isso, mal orientado andaria o próprio educador americano, se no Brasil, não conhecendo a vida orgânica, lançasse mão d'aquelles agentes indistincta e indiferentemente, para pretender aproveital-os em educandos, nos quaise se desconhecesse em absoluto a índole hereditária e o atavismo de raça. [...] É preciso que nós, os brasileiros, nos nacionalisemos mais um pouco, produzindo o que é nosso, o que nos pertence, estudando se for de estudar, investigando se for de investigar, até realisar um producto genuíno do nosso aparelho mental, no que elle pensa, no que elle associa, no que elle julga enfim. O brasileiro em obra de arte pensa o que imagina a Italia; em obras industriaes quer o que o inglez ou o allemão deseja; nos insignificantes vestuarios imita o que Paris inventa. Malfadado paiz que, tendo elementos próprios de vida; que podendo produzir por si e para si, vae no emtanto bater ás portas da Europa, levando comsigo o atestado do seu maior atrazo social. Se mesmo para educar o brasileiro há quem se lembre do preceptor americano e do frade hespanhol (ASSIS, 1915, p. 5).

A conclusão da introdução da obra "Eduquemos" é esta: "Educar com os elementos nacionaes é fomar futuros brasileiros" (ASSIS, 1915, p. 6): uma educação patriótica que fundamente, segundo o autor, a educação física, moral, intelectual e profissional. Uma educação que ofereça resultados práticos e "satisfactorios" (ASSIS, 1915, p. 2) – ao contrário da pedagogia anarquista de Leon Tolstoi, propositor de uma ordem livre nas escolas, mas que contraria, segundo Assis, o ensino e a disciplina moderna – a fim de "[...] fazer da creança um cidadão perfeito pelo physico, moral, intelectual, activando n'ella também as tendências techonologicas, para que adquira no aprendizado os fructos artísticos e profissionaes, como elementos seguros de vida futura" (ASSIS, 1915, p. 7).

3.2 "DA EDUCAÇÃO PHYSICA"

Mens sana in corpore sano (ASSIS, 1915, p. 8)

Arthur Porchat de Assis inicia o capítulo sobre a Educação Física a partir da citação "mente sã num corpo são", do poeta romano Juvenal, compreendendo que "[...] está na boa organisação mental do individuo o seu completo desenvolvimento físico" (ASSIS, 1915, p. 8). E, com isso, ele retoma suas concepções positivistas mescladas com seu darwinismo social, elencando que desde o nascimento, isto é, já nos primeiros anos de vida, deve a família propiciar e manter o vigor do corpo infantil, aproveitando "as predisposições physicas da nossa raça, no cruzamento dos primitivos povos brasileiros" (ASSIS, 1915, p. 8),

Na seção anterior, Como Educamos, Assis oferece maior compreensão do que ele denominou de primitivos povos brasileiros, sertanejos e caboclos, "[...] é justamente a nascida e creada no interior dos nossos Estados" (ASSIS, 1915, p. 6) e continua:

> A vida, para esses sertanejos, mais livre, mais natural, favorece-lhes o desenvolvimento physico. A musculatura é fórte e resistente; o organismo no geral é vigoroso e perfeito; há em todos os mais vivos indícios de uma vitalidade sã, uma abundante seiva de vida circula por todo aquelle corpo de contornos fortes. Esses caboclos, vivendo em pleno ar livre, desde a choça de sapé, ao lado da descampada tiguera, onde o vento passa em liberdade e o sól banha de luz virgem essa habitação indígena, até a casinha pobre mal acabada e coberta, esses caboclos enfrentam, as intempéries e contam annos de vida sem se lembrarem de que a medicina existe e de que há médicos que curam a humanidade soffredora (ASSIS, 1915, p.6).

Tendo como ideal de condicionamento físico o povo europeu "[...] aos quaes estamos a invejar a robustez physica" (ASSIS, 1915, p. 6), Assis questiona: como recuperar o tempo perdido – passado próximo que contribuiu, segundo ele, para o esgotamento do povo – no que diz respeito ao condicionamento físico dos educandos brasileiros? Sua resposta é: observando os princípios da educação moderna, a qual pode libertar do "obscurantismo de hontem" e "apontar novos horizontes amplos e fulgidos", [...] oferecendo "hábitos de vida para o fortalecimento do corpo e do espírito" (ASSIS, 1915, p. 6) e, por hábitos de vida, ele faz referência a uma série de práticas adaptadas da obra *Some Thoughts Concerning Education*, de John Locke (1979).

Locke (1632-1704) foi um médico inglês que, vivendo sob a égide da monarquia inglesa da dinastia Stuart, escreveu ativamente contra o absolutismo monárquico e a crença no direito divino dos reis. Sofreu, por suas convicções, perseguição política, exilando-se na Holanda – onde escreveu parte de suas obras, publicando-as posteriormente na Inglaterra, após retornar ao seu país natal (VALGAS, 2015). Locke publicou *Some Thoughts Concerning Education* em 1693, em território inglês, obra que se tornou durante o século XVIII a principal referência bibliográfica sobre educação na Inglaterra (ALDRICH, 1994).

O objetivo da obra educacional de Locke, segundo Silva (2013), é formar "[...] o cavalheiro inglês que será empresário por pertencer a burguesia ascendente, ou um herdeiro ou proprietário de terras, embora também pudesse ser um estadista ou membro da Royal Society". Ainda segundo a autora, Locke não tinha em vista o conteúdo educacional, mas as virtudes morais – individuais e sociais – que o sujeito deveria dominar em razão da sua posição privilegiada. Nesse sentido, desejava-se formar um sujeito virtuoso, de corpo saudável e espírito forte (SILVA, 2013, p. 184).

Some Thoughts Concerning Education, traduzida para o espanhol por *Pensamientos a cerca de la Educacion,* é uma obra com 27 capítulos, sendo o primeiro deles *Sobre la salud*.

Locke também inicia citando a epígrafe do poeta Juvenal e, em seguida, disserta sobre os aspectos que podem potencializar a constituição física da juventude inglesa, como a prática da natação, da caminhada ao ar livre, da mudança de hábitos e a incorporação de outros (como o beber água fria), sobre as vestes (em especial criticando aquelas que apertam o corpo humano e dificultam a prática de exercícios físicos), dietas alimentares – favorecendo a importância da ingestão de determinados tipos de comidas (carnes e frutas) e bebidas –, e defendendo a necessidade de lazer para as crianças, embora diferencie tais práticas à educação de meninas e meninos (LOCKE, 1979).

Ao que parece, Arthur Assis baseou seu capítulo sobre *Da Educação Physica* no capítulo primeiro de *Some Thoughts Concerning Education.* Há uma semelhança com respeito aos temas tratados e uma adaptação dos princípios elencados por Locke ao contexto brasileiro (e, em especial, ao contexto epidêmico que assolava o país).

O vestuário é o primeiro subtema (Da Educação Physica) que contemplou a atenção de Arthur Assis. Por um lado, ele tece uma série de críticas ao uso, por exemplo, da moda europeia. Para ele, o que deveria nortear a escolha do vestuário infantil é o clima do país, a estação do ano, a idade e o sexo da criança. Deveria ser inconcebível, segundo ele, vestir uma menina com tantos panos e tecidos em pleno verão brasileiro. Citando os conhecimentos científicos da época, Assis fundamenta sua argumentação, afirmando que "[...] um corpo fechado, abafado dentro dessa estufa (...) não pode deixar evaporar-se o suor" (ASSIS, 1915, p. 9) e, com isso, as consequências gerariam pequenas moléstias na criança, afinal, "[...] com este gasto excessivo do calor orgânico, e da sua difficil evaporação, perde-se mais do que o necessário á economia geral orgânica; e d'ahi o enfraquecimento, o inappetite, o desanimo para os menores actos da vida" (ASSIS, 1915, p. 9).

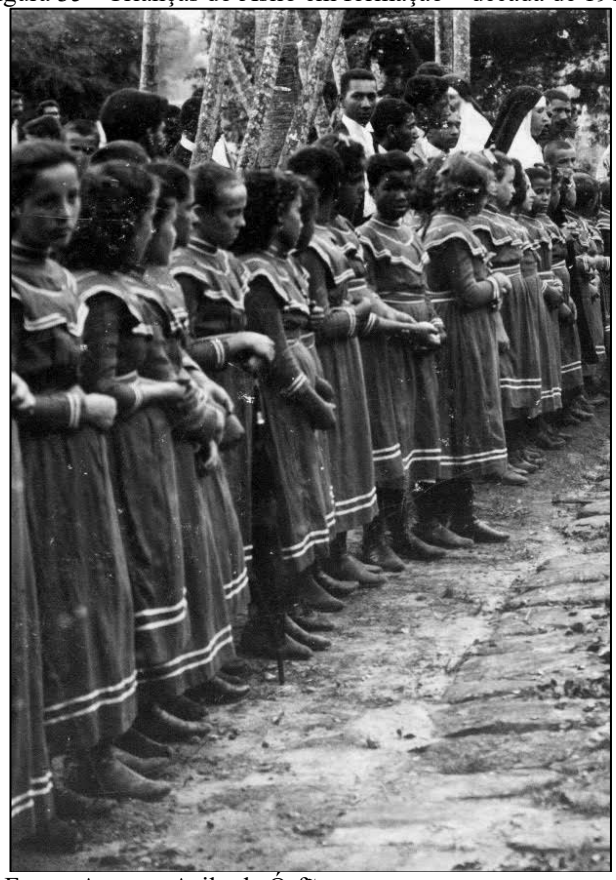
Arthur Assis critica, por exemplo, o uso de espartilhos pelas meninas de sua classe social: "Haverá couraça mais damnosa á vida feminina, armadura artística mais enfadonha, que as vezes deseleganta corpos, mas que sempre prejudica a saúde?" (ASSIS, 1915, p. 9). Citando o médico e botânico belga, Dr. Émile Laurent (1861-1904) – autor de diversos livros, dentre eles *Précis d'education physique moderne* – afirma os malefícios do espartilho, o qual, segundo o médico, deforma o tórax, prejudica a circulação, a respiração e os músculos do pescoço, além de dificultar o sangue que é enviado para o cérebro, a faringe e a laringe (ASSIS, 1915).

O Instituto Dona Escholástica Rosa não atendia ao público feminino. Mas o Asilo de Órfãos, sim. E em 24 de outubro de 1909, na reunião do Conselho Geral do Asilo, fora aprovado um novo regimento interno da instituição, documento elaborado por João Nepomuceno Freire Junior e Victor de Lamare. Nele, mencionava-se que a irmã "Superiora e irmãs ficam obrigadas

a cumprir todas as disposições do Regimento Interno que foi organizado e aprovado pela Diretoria e Conselho" (REGIMENTO, 1909, n. p. *apud* VIEIRA, 2012, p. 135).

Esse Regimento Interno prevê, com respeito ao vestuário, que os asilados terão roupa modesta para uso diário, e uniformes para saídas e atos festivos. As peças de roupas seriam numeradas e destinadas para os asilados, na Fig. 35, os quais se tornavam responsáveis pelas peças destinadas a eles. O uniforme para dias de festa era branco, com uma faixa azul (e teria escrito, em dourado, a sigla A. O. – Asilo de Órfãos).

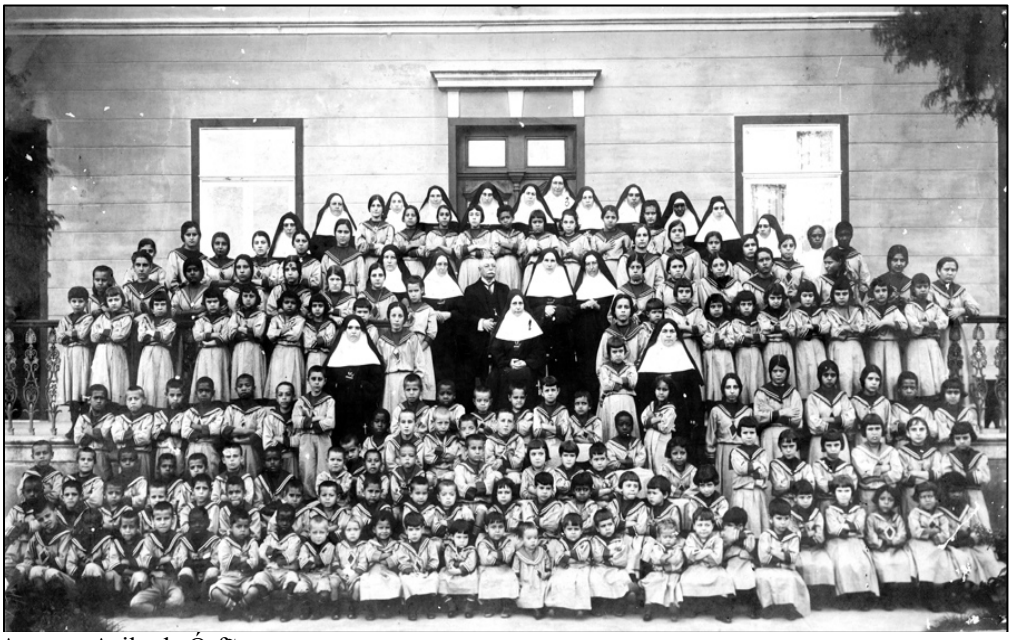
Figura 35 - Crianças do Asilo em formação – década de 1910



Fonte: Acervo: Asilo de Órfãos

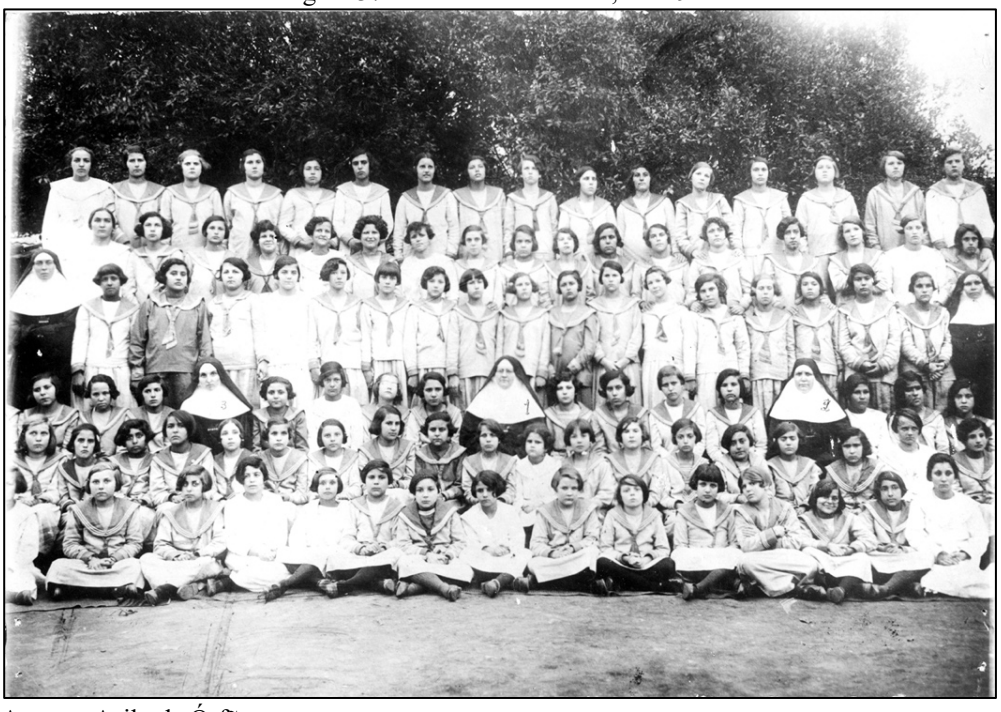
O Regimento Interno menciona que os vestuários deveriam ser estipulados em conformidade "com os processos pedagógicos modernos" e deveriam ser trocados, pelo menos, duas vezes por semana para demonstrar "o asseio esmerado dos asilados" (REGIMENTO, 1909, p. 3). As fotografias do período evidenciam, no caso do vestuário feminino, o uso de vestidos e a ausência da presença de espartilhos. Os meninos, por sua vez, utilizavam camisas e calças. E ambos os uniformes – dos meninos e meninas – eram folgados e cobriam o corpo todo (VIEIRA, 2012), nas Fig. 36 e 37

Figura 36 - Crianças do Asilo com as irmãs e Comendador Alfaya Rodrigues (1911)



Acervo: Asilo de Órfãos

Figura 37 - Asiladas e as irmãs, em 1911



Acervo: Asilo de Órfãos

O capítulo do “Eduquemos” continua, por outro lado, apresentando as sugestões do autor com respeito ao vestuário adequado, o qual deve ser leve e folgado, a fim de privilegiar os movimentos do corpo e possibilitar o exercício físico racional e a ginástica higiênica – práticas de exercícios que visam a uma série de movimentos de força, flexibilidade e coordenação motora, a fim de aperfeiçoar o corpo e a mente do praticante, fundamentando-se, segundo Machado e Rocha Junior (2020), em características biologizantes e na racionalidade

científica positivista do século XIX. Por isso, Assis, defende que ao invés do espartilho as moças deveriam usar *shorts* apropriados ao sexo feminino.

Com respeito à alimentação das crianças, seguindo os mesmos critérios anteriores, Arthur Assis também tece considerações higienistas:

> O regime alimentar entre nós [brasileiros], é também criminosamente descuidado. A creança come quando quer, come o que quer, sendo os alimentos indifferentemente ingeridos sem o critério da sua quantidade e qualidade. Infelizmente, a creança vive hoje para comer e não come para viver. Enchem-lhe a bocca de pão com manteiga, empanturram-n'a de bananas assadas á chapa, e está a creança alimentada para supportar as perdas que a sua energia vital dispende nas constantes manifestações da sua actividade, quer na escola, quer nos jogos, quer onde haja depauperamento de forças (ASSIS, 1915, p. 12).

Tomando como fundamentação as ciências médicas, Assis afirma que se a alimentação não seguir rigorosos parâmetros modernos, produzem "[...] encommodos physicos e actuam poderosamente sobre o intellectual e o moral das pessoas". Note bem o leitor que os alimentos a que Arthur Assis fez referência são os consumidos pela população mais empobrecida da cidade, e ele justifica que tal alimentação "demasiadamente fraca" propicia uma interferência direta sobre os aspectos intelectuais e moral dos sujeitos. Com isso, ele justifica o comportamento indisciplinar das crianças:

> É enorme a cifra das mãos alumnos nas escolas. As estatísticas registram sempre um grande número de creanças indóceis, outras refractarias ao livro: desattentas umas, indolentes outras. Para esse grupo de prefeitos indisciplinados, de constantes perturbadores da ordem escolar, é insignificante e quasi nullo o progresso physico, intellectual e moral. Pois bem: é preciso que a família saiba que a mór parte das vezes, a origem desses factos é a má ou irregular alimentação da crença (ASSIS, 1915, p. 13, grifos meus).

A representação do papel da escola, para Arthur Assis, estava em oferecer uma extensão do lar ao discente, bem como prepará-lo para a sociedade em que iria "[...] applicar e aproveitar o que recebeu n'aquelles dois primeiros centros educativos [o lar e a escola]" (ASSIS, 1915, p. 13). Nesse sentido, assim como deve, segundo ele, ocorrer no seio familiar, também na instituição escolar se deve oferecer durante a idade infantil alimentação correspondente aos preceitos da alimentação higiênica: na primeira infância (período que ele determina entre o nascimento até a primeira dentição, isto é, até os dois anos e meio), alimentação exclusivamente láctea; na segunda infância (fim da primeira dentição até a segunda), alimentação láctea acrescentada de féculas, progredindo até a criança ingerir carnes – visto que a dentição favorece a ingestão. Na terceira infância, idade correspondente ao período escolar inicial, a criança deve comer uma ampla variedade de alimentos nutritivos, devendo, ainda, fazê-lo dentro de um período regularizado, isto é, num tempo "[...] convenientemente espaçado e em horas

determinadas, pois que a alimentação irregular será a causa dos embaraços gástricos, origem de pequenos males, que bastante perturbarão a vida infantil" (ASSIS, 1915, p. 14).

> A alimentação da creança, durante o período escolar, precisa ser seriamente cuidada. A escola é uma perfeita usina, onde se preparam homens, mas onde também se gastam energias. Qualquer disciplina escolar é um trabalho; e trabalho quer dizer depauperamento, enfraquecimento physico ou intellectual. A creança lendo, escrevendo, calculando, tendo a sua attenção presa a algum mister, tendo o seu cérebro em constante atividade, soffre um exgottamento da sua inergia vital, e para suavizar essa perda necessária deve a crença estar criteriosamente alimentada, cercada sempre dos maiores cuidados higiênicos, sob qualquer ponto que se deva applicar a hygiene individual (ASSIS, 1915, p. 14).

A moradia das crianças também foi um aspecto considerado por Arthur Assis: de um lado, criticou as casas luxuosas em que não há circulação de ar e luz em virtude das tapeçarias que ficam penduradas nas paredes, cobrindo janelas e servindo "[...] de depósitos ao grande exercito de micróbios, inimigos invencíveis que assediam a vida humana e dão combate decisivo e fatal ao arganismo mais vigoroso" (ASSIS, 1915, p. 16); por outro, criticou as habitações coletivas – os cortiços, muito presentes na vida urbana da população empobrecida de Santos, conforme apontou Blume (1998) –, as quais, segundo Assis, também não possuem circulação de ar e luz, pois não privilegiam a oxigenação necessária por metragem cúbica de ar para cada pessoa residente no local, afinal, "[...] todo aposento occupado por duas ou mais pessoas é sempre um fóco de infecções que é preciso obstar por todos os meios, principalmente procurando manter no ambiente uma aeração nova, intensa e necessária" (ASSIS, 1915, p. 17).

Defendendo a circulação de ar, Arthur Assis orienta que as crianças façam caminhadas ao ar livre, procurando "[...] refazer o ar dos seus pulmões em aspirações mais oxigenadas" (ASSIS, 1915, p. 18) e corram durante a noite, pois as corridas, para ele, desenvolvem os órgãos vitais e promovem a circulação do sangue necessário para o bem-estar.

Outras modalidades de exercícios físicos também foram justificadas, segundo Assis, por questões higienistas. Ele compreendia por modalidades convenientes à educação a ginástica sueca, natação, canoagem, esgrima e, para as mulheres, o diabolô. E, por inconvenientes, o futebol. Em suas palavras:

> Os sports teem a sua utilidade, mas escondem também graves inconvenientes. Quando bem escolhidos, convenientemente utilisados, concorrem para a saúde geral do indivíduo; quando erradamente preferidos provocam e acceleram perturbações orgânicas de consequências sempre fataes (ASSIS, 1915, p. 25).

O movimento de ginástica higiênica foi inventado na Europa, durante o século XIX, sob influência da Revolução Industrial, e continha, segundo Soares (1998), uma fundamentação nas ciências biológicas, a fim de privilegiar o condicionamento social, disciplinando os sujeitos a

deixar de utilizar o corpo como simples instrumento de entretenimento para um uso exclusivo de caráter sanitário/higiênico (como sinônimo de saudável). O movimento possuía quatro vertentes distintas: a alemã, de caráter nacionalista, que privilegiava a formação de corpos para a defesa da pátria; a francesa, que defendia o desenvolvimento humano, em sua moralidade e civismo; a inglesa, voltada para atividades desportivas; e a sueca, defendida por Arthur Assis, como "[...] real factor do desenvolvimento e crescimento physico" (ASSIS, 1915, p. 18), idealizada por Pehr Henrick Ling (1776-1839), cuja finalidade era extirpar os vícios sociais, regenerando a nação não por meios militares, mas pedagógicos e sociais (SOARES, 1998).

> Sendo a gymnastica [sueca] racional, calcada em exercícios methodicos e systematicos, resultará forçosamente uma boa saúde, produzindo nas creanças a agilidade precisa, a resistência necessária, concorrendo para o desenvolvimento do crescimento de todo o corpo pelo funccionamento normal de todo o organismo (ASSIS, 1915, p. 18).

A esgrima também foi um esporte incentivado por Arthur Assis. Para ele, esse esporte era destinado aos adolescentes, entre 15 e 16 anos, pois ofereceria aos praticantes, além do condicionamento físico, o caráter militar de aprendizado, formando "o bom cidadão" (ASSIS, 1915, p. 21). A prática da esgrima também tinha a finalidade de condicionamento moral, isto é, possibilitaria, por meio da disciplina militar imposta, a contenção de hábitos não aprovados socialmente. Segundo Assis (1915, p. 21, grifos meus), a prática da esgrima "[...] desenvolve os músculos, dilata o peito, firma a flexibilidade das articulações, concorre para rectificar as attitudes incorrectas, ao mesmo tempo que educa o golpe de vista, o espírito da decisão e a coragem".

O Instituto D. Escholástica Rosa mantinha aulas de ginástica sueca e esgrima para os alunos internos, sob a tutela do professor Paulo Crocius. Crocius era, por nomeação, capitão do exército belga e, ao que as fontes indicam, tinha relações com a Marinha do Brasil, aparecendo, pela primeira vez nos periódicos em 1914, como Mestre da natação e ginástica da Academia Militar da Marinha em São Paulo (A NOITE, 1917, p. 2; ALMANAK LAEMMET, 1914, p. 779). No entanto, desde a fundação do Instituto em 1908, Crocius fez parte do corpo docente, atuando como professor de educação física para o ensino primário; ginástica sueca e esgrima para o ginásio; e para as turmas de ensino científico, agricultura elementar e educação física ALMANAK LAEMMET, 1915, p. 611).

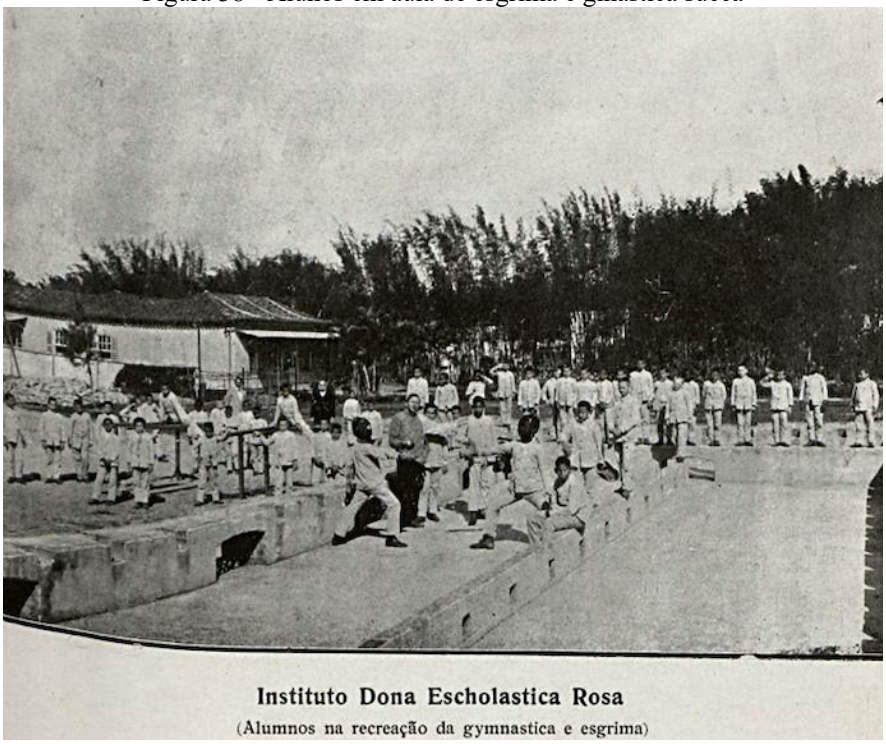
> Paul Crocius, professor de gymnastica, esgrima, natação e outros exercícios physicos, com attestado do consul da Bélgica em São Paulo, antigo monitor do Instituto de Educação Physica, Mercex, de Bruxellas, obteve o segundo premio no concurso internacional de espada de combate em Bruxellas (1904), portador de diversos títulos de apresentação que muito o recomendam, e finalmente, diplomado pela Escola de Horticultura e Agricultura de Vilvorde (CONCEIÇÃO, 1908, p. 124).

A Revista Brazil Magazine[48], um periódico que circulou mensalmente no Rio de Janeiro desde o início do século XX, em julho de 1910 publicou a matéria "Um estabelecimento modelo: o Instituto D. Escholástica Rosa em Santos", representando o Instituto como

> [...] um dos mais bellos e perfeitos, estabelecimentos de educação, creado pela iniciativa privada" e ainda "organisação superior de ensino prático, moldada em tudo o que há de mais completo e moderno no estrangeiro, ella rivaliza com as mais bellas instituições que neste gênero apresentam a Inglaterra e a América do Norte (BRAZIL MAGAZINE, 1910, p. 67).

Cinco meses depois, a Revista publicou fotos das práticas escolares no Instituto, dentre elas, da aula de esgrima e ginástica sueca, na Fig. 38.

Figura 38 - Alunos em aula de esgrima e ginástica sueca



Fonte: Brazil Magazine (1910). Acervo da Hemeroteca Digital

A Associação Protetora da Infância Desvalida, instituição presidida por Victor de Lamare entre 1910 e 1944, durante alguns anos também optou por manter aulas de ginástica sueca (VIEIRA, 2012). Na ata da Associação de 25 de fevereiro de 1918, menciona-se que:

> Victor de Lamare sendo partidário da educação do 'corpore sano in mens sana' tinha vontade de criar no Asylo uma aula de ginástica sueca para desenvolvimento físico

[48] A Revista Brazil Magazine era considerada um periódico de luxo. Com um tamanho de 20x30 cm de dimensão, possuía fotos e ilustrações com cores e era impressa nas oficinas gráficas de Cussac e Chaponet em Paris, num papel de qualidade superior. MARQUES, Higina Teixiera. Cenas da Urbs: Ribeirão Preto nos álbuns, revistas e almanaques (1911-1923). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL 8, USP, 2014. Disponível em: http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Higina%20Teixeira%20Marques.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

> dos educandos, mas atendendo as considerações sobre a situação financeira do Asylo de Órfãos não se animava a fazer tal proposta – o 1º secretário pergunta qual seria a despesa para criação desta aula de ginástica. Ao que Victor de Lamare responde que apenas o ordenado do professor (100$000). O 1º secretário argumenta em favor da aula, considerando os resultados que trarão aos asilados – a proposta foi aceita, ficando o presidente de contratar o professor com o ordenado acima (ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA, 1913-1919, n. p.).

Na reunião seguinte, em 24 de março do mesmo ano, Victor informa que nomeou para professor da aula de ginástica sueca o professor Paulo Crocius, com um ordenado mensal de cem mil réis (ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA, 1913-1919, n. p.). As menções nas atas da Associação Protetora da Infância Desvalida às aulas de ginástica sueca permanecem até por volta de 1923.

Interessante a menção de que Victor de Lamare era partidário do mote "*corpore sano in mens sana*", o que ratifica, pelo menos, no que diz respeito à educação física, a tese que a rede de intelectuais analisada compactuava com as ideias pedagógicas contidas no manual "Eduquemos".

Retornando ao manual, Arthur Assis também faz menção à natação enquanto um esporte que deve ser praticado junto com a ginástica, pois ambos favorecem o físico humano e a respiração, possuindo, no caso da natação, um caráter ainda mais higiênico em virtude do banho. No entanto, a natação é um primeiro passo: em seguida, deve-se encaminhar o discente para a prática do remo.

Considerada por Assis uma prática que traz benefícios ímpares, o remo, para ele, por exigir movimentos regulares e compassados, desenvolve, por um lado, o aspecto físico como um todo: "[...] não há superabundância de effeitos physicos de uns sobre outros membros: todos aproveitam na mesma igualdade de condicioes, na mesma proporção de forças despendidas" e, por outro, por educar a moralidade do sujeito: "Ainda no terreno moral e social, a canotagem produz seus benéficos resultados: o remador educa a vontade, pois há sempre n'elle o empenho vivo para não desanimar em meio de uma regata disputada" (ASSIS, 1915, p. 20).

A natação, o remo e a esgrima (junto com a ginástica sueca), para Arthur Assis, eram esportes que poderiam ser praticados por ambos os sexos. No entanto, sem perder de vista as especificidades do sexo feminino, ele incluiu a prática do diabolô, um brinquedo originário na China, composto por duas semiesferas unidas e invertidas, que devem ser movimentadas e equilibradas por um cordão. Assis menciona que essa atividade, praticada pelas moças, exercita todos os membros do corpo, oferecendo flexão e extensão, sobretudo, nos aparelhos digestivo e respiratório, fortalecendo, portanto, os seus "órgãos geradores", isto é, aqueles utilizados para geração de filhos.

> A mulher tem necessidade de preparar-se, predispôr-se, para seu futuro mister de mãe. É preciso que os seus órgãos geradores previnam as futuras e felizes parturições; e esse resultado só será obtido, quando a mulher por meio da gymnastica medica, entregando-se á uma salutar orthopedia orgânica, for conformando as paredes abdominais, desenvolvendo a bacia e assim precavendo-se para as suas maternidades fáceis para a reproducção de creanças fortes (ASSIS, 1915, p. 22).

O futebol, por sua vez, é o único esporte que Arthur Assis critica em seu livro – o que é, no mínimo, curioso, uma vez que desde 1902, a cidade de Santos, por meio da fundação do *Club* Atlético Internacional, fora representada na Liga Paulista de Futebol e, além disso, Henrique Martins Porchat de Assis, o Dick Martins (sobrinho do Arthur Porchat de Assis), foi considerado, segundo a historiografia, o pai do futebol na cidade (CIDADE DE SANTOS, 1967, p. 1).

> O *foot-ball* é de todos os sports o mais perigoso para a nossa mocidade, ao menos ao atravessar esta a edade da adolescência. É um jogo de exercícios violentos, de exgottamento geral de forças e, portanto, inacceitavel em nosso clima. Quantos *foot-ballers*, depois de um *match*, bem disputado, no calor do mesmo, caem exhaustos em pleno campo, sendo as vezes carregados, tal seu estado de fraqueza extrema? Todos os fenômenos physicos manifestados nesse momento repercutem forçosamente no cérebro; o dispêndio de energia é excessiva; a reparação dessas forças perdidas impõe outros processos hygienicos opostos que não são realizados pelos *sportmen* (ASSIS, 1915, p. 22).

Arthur Assis reconhece a predileção que o futebol detinha sobre a mocidade de sua época e, com certo pesar, lamenta a inserção desse esporte nas instituições escolares. Para ele, o futebol é a causa da desatenção em sala de aula, pelo baixo nível de preparo prévio às aulas por parte dos estudantes, e pelo desinteresse das crianças em aprender, pois, justifica ele, esse esporte se tornou o principal assunto entre os estudantes, prevalecendo, inclusive, sobre os conteúdos escolares. Além disso, para fundamentar sua crítica sobre o futebol, Assis cita o médico americano Dr. Alberto Sterne, presidente da Associação Médica do Valle de Ohio, que, por sua vez, afirmou:

> De todos os sports athleticos, o foot-ball é aquele que exige a maior perda physica. Deveria ser prohibido nas escolas primárias, não só por causa dos accidentes, que ocasiona, mas também porque não é um sport para os fracos. O foot-ball é um jogo viril em toda a força da expressão; só deveria ser consentido aos homens de uma força superior á média (ASSIS, 1915, p. 24).

Para Arthur Assis, portanto, o futebol, ao contrário dos outros esportes, presta um desserviço à educação infantil: do ponto de vista pedagógico, atrapalha a atenção das crianças, e do ponto de vista físico, deforma o corpo (faz com que os sujeitos tenham pernas grossas, troncos finos, com uma musculatura pouco resistente, tornando-se indivíduos "grotescos" (ASSIS, 1915, p. 26)). Por isso, o poder público deveria fiscalizar melhor a prática da educação

física nas escolas, exigindo maior preparação do professor – que, para Assis, deve ser um especialista no assunto, dada a importância que ele credibiliza a essa disciplina escolar – e, por consequência, maior rigor nas práticas por parte dos estudantes, visto que, segundo Assis, as aulas de educação física na maioria das instituições escolares são desordenadas, sem métodos, sem correção de posturas etc. (ASSIS, 1915, p. 27).

Uma vez que o objetivo da Educação Física é, para Assis, o fortalecimento da raça, e tal fortalecimento é de interesse nacional, essa disciplina escolar deveria ser fundamentada nas mais sólidas bases científicas e racionais, sendo fiscalizadas de perto pelo poder público para a obtenção de resultados práticos – sem perder de vista que "[...] o mal está no andaço da época que ainda é a ignorância das classes populares", isto é, a cultura física não fora interiorizada pelas outras classes, dificultando, portanto, a construção da sociedade idealizada, "[...] caracterizada pela vitalidade physica, intellectual e moral" (ASSIS, 1915, p. 26-7). Assim, conclui Assis:

> Se as iniciativas, tanto publica como particular, moverem-se, auxiliarem-se, cooperarem para esse fim indiscutivelmente patriótico, haverá a mais consoladora esperança de formar a família do futuro, onde assentará uma bella sociedade e uma Pátria segura e firme dos seus destinos (ASSIS, 1915, p. 29).

Em seu último relatório apresentado à Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Santos, Arthur Assis escreveu, em 1929, que manteve os mesmos programas e métodos durante toda sua trajetória no Instituto D. Escholástica Rosa e, no que dizia respeito à saúde física dos internos, afirmou:

> Os alumnos na sua generalidade gozam de saúde mais ou menos perfeita, sendo que para isso concorrem – o anseio interno, o banho do mar, a gymnastica systematizada, o regime da alimentação e etc. Pela cultura physica, no que respeita as medidas acima aconselhadas e praticadas, tem a Escola conseguido bons resultados physicos, moraes e intelectuais.
> [...]
> A gymastica suéca é adoptada pelo professor Paulo Crocius. Toda a Escola exercita-a diariamente, usando o professor o melhor methodo seriado, com exercícios gradativos e corretivos a cada grupo de alumnos. Teem sido optimos os resultados obtidos. Nossos alumnos, apóz pouco tempo de internação, apresentam um desenvolvimento physico satisfactorio, demonstrando fortalecimento e disposição geral para o aprendizado. (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1930. p. 49-51)

As propostas de Arthur Porchat de Assis ainda podem ser entendidas como derivadas de uma visão positivista, em que se estabelecia uma relação direta entre a educação e o corpo do educando, como se dessa formação dependesse toda a nação e os rumos do país (CARMO, FARIA, VIEIRA, 2021).

3.3 “DA EDUCAÇÃO INTELLECTUAL”

> Uma cabeça inteligente, feita de um espírito bem formado (ASSIS, 1915, p. 30).

O terceiro capítulo do “Eduquemos” trata da educação intelectual e, para isso, Arthur Assis tem como objetivo responder a seguinte questão problema: qual é o meio mais seguro, isto é, mais eficaz, para tornar a criança mais inteligente? (ASSIS, 1915, p. 31). Isso porque Assis critica a perspectiva de que a escola deve oferecer uma educação enciclopédica aos discentes. Nesse sentido, critica não apenas a escola, mas também a família, que com o intuito de tornar seus filhos em doutores, entregam-nos aos cuidados dos professores, sem, contudo, saber o que eles farão às crianças (VIEIRA, 2015a). Assim, o papel da escola, para Assis, é “[...] fazer a criança inteligente, isto é, em condições taes de poder por si mesma ir entrando nos domínios de tudo que lhe possa ser útil na vida individual e social” (ASSIS, 1915, p. 31).

Tendo como referência que o aprendizado ocorre ao longo da vida, Assis menciona, por exemplo, que os saberes dos professores foram construídos inicialmente na vida escolar, mas continuados à proporção que a sua idade progredia (no decorrer da sua vida social). “Como pode então pretender-se que o mestre possa passar para o cérebro infantil, ou para um espírito de moço, mesmo já bem desenvolvido, todo esse saber que é resultado de dezenas de annos de estudo?” (ASSIS, 1915, p. 31). Assim, concluiu Assis, “é necessário que a escola limite-se (sic) ao seu papel de simples preparadora de cabeças intelligentes” (ASSIS, 1915, p. 31).

Trouve (2010) aponta para uma reforma pedagógica que ocorreu na segunda metade do século XIX na França, realizada plenamente com a escola republicana francesa, oferecendo uma concepção epistemológica de ensino no qual a escola deveria se ocupar em propiciar reflexão à criança, ao invés da memorização de conteúdos pré-estipulados. Além disso, houve por parte destes reformadores pedagógicos uma preocupação concernente à maneira de ensinar, isto é, acerca dos métodos (VIEIRA, 2015a).

A epistemologia presente na reforma pedagógica francesa, a qual privilegiava os métodos – isto é, o saber menos, mas saber melhor – era, segundo Trouve, uma originalidade daquele momento histórico e promovia o método indutivo, dito “intuitivo”, inspirado em autores diversos como Rousseau, Pestalozzi e Froebel (VIEIRA, 2015a). Ao que parece, estão subjacentes ao ensino moderno proposto por Arthur Assis, os elementos presentes nessa reforma pedagógica francesa – da segunda metade do século XIX –, pois tomando parte considerável do capítulo de “Educação Intellectual”, está a defesa de programas e métodos escolares fundamentados no ensino moderno.

Termos como “nos programmas escolares e nos melhores methodos de ensino” e, ainda, “ensinar pouco a creança, para que ella possa saber bem, e não ensinar muito, para que possa aprender mui pouco”, que estão presentes na literatura dos reformadores franceses (VIEIRA, 2015a), compõem o texto de Arthur Assis (ASSIS, 1915, p. 32).

Retornando à questão proposta no início do capítulo, isto é, “‘qual o meio mais eficaz para tornar as crianças mais inteligentes?”, Assis dividiu seu capítulo em duas partes. Na primeira, ele ofereceu uma pedagogia em defesa, de um lado, de programas de ensino reduzido e, de outro, dos métodos intuitivos. Na segunda parte, fundamentando-se em Rousseau e no método experimental, defendeu a criação de museus, laboratórios e bibliotecas escolares.

Considerando que o ensino elementar infantil precisava ser completado entre quatro e cinco anos, havia uma tensão entre o conteúdo programático das séries escolares em oposição aos dias letivos propostos pelo calendário escolar, o que gerava, segundo Assis, um duplo resultado desastroso: ou o professor tratava dos temas rapidamente para dar conta de todo o programa naquele curto período; ou os explicava de maneira adequada aos alunos, não concluindo o programa esperado.

> Só os nossos programmas causam o martyrio das creanças! E, para que mortifical-as tanto, não as fazendo ao menos intelligentes? Mesmo para os espíritos mais precoces o tempo é tudo para o seu perfeito desenvolvimento. A precocidade infantil, não constitue hoje uma victoria educativa conquistada pelo mestre: antes é um attestado da sua supina ignorância por desconhecer a psychologia da creança (ASSIS, 1915, p. 32).

Por isso, afirmava ele que “[...] os programmas extensos oppõem-se ao ensino moderno” e, explicando, afirmou que “[...] seria mais pedagógico, sendo mesmo mais racional, que toda a matéria de ensino, embora distribuída por exigência do seu conhecimento em dous ou três annos escolares, fosse ensinada, não por anno lectivo completado, mas por programas (ASSIS, 1915, p. 33). Os alunos só se matriculariam no próximo programa ao concluirem o anterior – o que respeitaria o tempo de aprendizagem do indivíduo. “Reduzam-se, pois, os programmas e methodos, dizem-se os ensinos nelles contidos, e a creança sahirá intelligente da escola, capaz de atestar que não perdeu o seu tempo e que realmente poude aproveital-o bem” (ASSIS, 1915, p. 34).

Ao lado dos programas reduzidos deveriam estar, segundo Arthur Assis, os “bons methodos de ensino” e por “bom” método, ou por método positivo, ele se refere ao método intuitivo e experimental, defendendo que tais métodos deveriam ser adotados nas escolas primárias elementares (CARMO, FARIA, VIEIRA, 2021).

Johan Heinrich Pestalozzi (1746-1827) é considerado o autor do método intuitivo. Pestalozzi foi um educador suíço, oriundo de família protestante. Influenciado pela pedagogia de Rousseau e pelo movimento romântico, participou, desde os tempos de estudante, de reformas políticas e sociais (ZANATTA, 2005). Pestalozzi fundou um instituto para órfãos e buscou implementar um ambiente de aprendizagem no qual as crianças recebiam disciplina leve, instrução moral e religiosa, além de estudarem um currículo que consistia em desenho, música, leitura, escrita, geografia, aritmética e estudos da natureza. Sua ênfase estava no desenvolvimento das percepções sensoriais através da associação de modelos e objetos com os vários símbolos que esses modelos representavam. Essa forma de realismo educacional culminou no desenvolvimento de metodologias que implementavam os sentidos. Por isso, Pestalozzi acreditava que as crianças aprenderiam melhor se pudessem cheirar, tocar, experimentar ou escutar dado objeto, além de vê-lo. Além disso, os professores faziam uso de viagens de campo, recursos audiovisuais e experimentos em sala de aula.

Para lançar algumas hipóteses concernentes à recepção das ideias pedagógicas de Pestalozzi por Arthur Assis, faz-se necessário compreender o contexto educacional europeu durante o século XIX: A Prússia, precisamente no ano de 1839, promulgou uma lei que proibia o emprego de crianças menores de 9 anos que não tivessem frequentado a escola por, pelo menos, três anos, acarretando, nos anos posteriores, numa diminuição significativa nos índices de analfabetismo infantil (em 1870, por exemplo, a porcentagem de analfabetos menores de 10 anos era inferior a 10%) (ZANATTA, 2005). Além disso, adotou nas instituições escolares nacionais o método pedagógico de Pestalozzi, fato que tornou o sistema educacional prussiano um modelo para os demais países da Europa, difundindo-o, na segunda metade do século XIX, sobretudo, na Alemanha e França, e ganhando a alcunha, segundo Zanatta (2005), de “método moderno”.

Mathias (2014) aponta que o “Eduquemos” apresenta uma leitura profunda de John Dewey e de outros defensores da renovação do método educacional pragmático, ligados ao movimento da Escola Nova: desde Rousseau, para fundamentar o pensamento da escola moderna na aprendizagem pela natureza; a François Brémond, autor de Leituras de Pedagogia Prática (1908); e Adolphe Ferrière, autor da obra Projetos da Escola Nova (1909), o que demonstra uma aproximação mais evidente ao movimento supracitado, o qual dialogava com Dewey e Maria Montessori, dois entusiastas do movimento da Escola Nova, e que apresentam conceitos pedagógicos presentes na obra “Eduquemos”.

O método intuitivo também dialogava, segundo Arthur Assis, com o método rousseauniano, o qual também era, para ele, um dos autores do ensino moderno. Rousseau, na

leitura de Assis (1915, p. 35), "[...] deixava agir o espírito da creança, de conformidade com o que chamaríamos precisamente os instinctos intellectuaes", isto é, para ele, a criança era um ser curioso por natureza e, ao estimular sua curiosidade, estimulava-se, da mesma forma, o seu desenvolvimento intelectual.

Conceituando o método intuitivo, Arthur Assis afirmou que:

> É aquelle que, de preferência, exercita os sentidos infantis. E a prática tem demonstrado que a creança só aprende bem aquilo que ve, que sente, que apalpa. E ahi estão os cinco sentidos em jogo: a vista, o ouvido, o olfacto, o paladar e o tacto. O ensino deve basear-se sempre nas noções das coisas, sempre sob objetos presentativos, e raras vezes sobre os representativos (ASSIS, 1915, p. 35).

Com uma ênfase no aspecto concreto da aprendizagem infantil, Arthur Assis exemplifica suas ideias pedagógicas por meio das disciplinas de geografia e história (natural ou pátria), as quais, segundo ele, são disciplinas que podem se apropriar de objetos que representem espécies de animais, vegetais, minerais, ou, até mesmo, os fatos históricos. Nesse sentido, ele apresenta a relevância do museu escolar, assunto que será tratado posteriormente e, ainda, fazendo menção aos alunos que viviam em internatos (como é o caso da instituição que ele dirigia), defende a necessidade de saídas regulares – excursões – em que as crianças terão uma visão mais ampla da sociedade.

> O alumno interno, ao contrário, vive sempre uma existência artificial e restricta, separada do mundo, não tendo outra sociedade que a dos homens de sua edade. As escolas da natureza dos internatos, a não serem delineadas pelo grande ideal moderno, aproximação sempre e por qualquer forma da natureza, são somente admissíveis, supportaveis, justificáveis para os desprotegidos da sorte, para aquelles que, sem os recursos pecuniários para outro centro de educação, necessitem de um tecto amigo que os proteja, que os eduque, que os ensine (ASSIS, 1915, p. 37).

Note-se que, para Arthur Assis, o internato se justifica para os órfãos empobrecidos, os quais necessitam de educação e ensino. Além disso, o internato, no que concerne aos aspectos pedagógicos, precisa se fundamentar no grande ideal moderno de educação, o qual era composto, de um lado, pelo método intuitivo de Pestalozzi e, por outro, pelo método experimental. Neste sentido, tanto o Asilo de Órfãos quanto o Instituto Dona Escholástica Rosa oferecem práticas que dialogam que esse ideal de educação, embora os respectivos diretores das instituições, Adolpho Porchat de Assis e Arthur Porchat de Assis, também apresentem em suas representações de educação e infância uma forte presença do positivismo.

Na segunda metade do século XIX, com o surgimento do Positivismo, a pedagogia sofreu uma reestruturação, tornando-se uma ciência, segundo Cambi (1999), fortemente ideológica: produtora de progresso, em contínua evolução e inteiramente experimental, a qual poderia fixar leis, interpretar fatos e isentar erros, justificando-os por meio do darwinismo

social. Nesse contexto, em paralelo, surgia a Psicologia Experimental, enquanto "[...] uma intervenção deliberada numa situação (ou fenômeno) para fazê-los variar segundo um determinado objeto e fixar depois os princípios do comportamento infantil em várias situações educativas" (DE LANDSHEERE *apud* CAMBI, 1999, p. 503).

A pedagogia experimental, por sua vez, propositora do método experimental, ainda segundo Cambi (1999), era representada como uma ciência não valorativa, isto é, afirmava-se isenta de juízos de valores, e procurava verificar os aspectos relacionados à aprendizagem, mensurando-os a partir da experimentação e propondo que os educandos aprendessem por meio da experiência científica.

Arthur Assis citou diversos autores relacionados à Psicologia Experimental – Paul Saurian, Binet *et* Henri[49], Claparède[50], dentre outros – e que escreviam acerca do desenvolvimento infantil, o que demonstra o constante diálogo de Assis com os autores contemporâneos a ele. Procurando definir o método experimental, Arthur Assis escreveu:

> O methodo experimental é sempre proveitoso em qualquer disciplina escolar. Por elle a creança indaga, observa, resolve os fenômenos, que cahem sob a apreciação dos seus sentidos. E' um methodo todo de observação individual, e na sua aplicação entram em jogo as operações do espírito. [...] O methodo experimental é um estimulante á curiosidade infantil, e assim, provocada a attenção, tem-se começado a cuidar do desenvolvimento de todas as faculdades intellectuaes. [...] Por ser baseado na experiência dos factos, esse methodo foge ao ensino das lições abstractas, obrigadas sempre a decorações forçadas, a memorizações indigestas... (ASSIS, 1915, p. 38-9)

A utilização dos métodos modernos – intuitivo e experimental – evitava, segundo Arthur Assis, dois problemas: o primeiro era a fadiga intelectual da criança[51], e o segundo era o de transformá-la num agente passivo, tornando a sua aprendizagem mecânica. Por isso, utilizar os métodos modernos cumpriria o objetivo da educação escolar, "[...] formando, desenvolvendo,

---

[49] "O artigo de Binet e Henri (1896) foi dedicado exclusivamente à psicologia individual. Em primeiro lugar, é um apelo a um desenvolvimento mais amplo dos testes mentais. Eles fornecem um breve resumo histórico das questões até agora estudadas na psicologia individual; e sustentam que as investigações nesse campo se limitaram em grande parte às sensações, para as quais as diferenças individuais são leves e insignificantes em comparação com aquelas dos processos mentais superiores. Eles examinaram a série de medidas mentais propostas por vários escritores (por exemplo, Cattell, 1890) e descobriram que todas eram incompletas e mais ou menos impraticáveis; além disso, eles não eram bastante representativos, porque todos negligenciavam os processos intelectuais superiores". https://www.cairn.info/revue-l-annee-psychologique1-2014-1-page-5.htm

[50] Edouard Claparède é um pesquisador genebrino que viveu entre 1873 e 1940. Escreveu Psicologia da criança e pedagogia experimental (Psychologie de l´enfant et pédagogie expérimentale, 1905), A escola sob medida (L'école sur mesure, 1920) e A educação funcional (L'éducation fonctionnelle, 1931). Em 1912, fundou o Instituto Jean-Jacques Rousseau, instituição que fomentava pesquisas no campo da Pedagogia e Psicologia. Em 1913, fundou, ao lado do Instituto, um laboratório-escola, que ganharia notoriedade internacional, por propor estudos sobre o desenvolvimento infantil. Cf. COLINVAUX, Dominique; BANKS-LEITE, Luci. E. Claparède: os primeiros estudos sobre a psicologia das crianças pequenas no Institut Jean-Jacques Rousseau. **Diverso e Prosa:** Proposições, ago. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/gtD6nhBFNpXtMxQJFJs45hP/?lang=pt

[51] O pensamento higienista vigente na época considerava que a fadiga intelectual prejudicava o organismo infantil. Cf. Vieira (2015).

aperfeiçoando a Intelligencia, de maneira a poder compreender por si os factos, que caiam sob a acção dos seus sentidos" (ASSIS, 1915, p. 41).

Vieira (2015a), em sua análise sobre o capítulo "Educação Intelectual", menciona que Arthur Assis procurou romper com a ideia de um conhecimento transmitido pelo mestre (segundo uma concepção epistemológica empirista de ensino[52]), focalizando sua análise no como ensinar e criticando, dessa forma, os métodos indiretos em detrimento dos ativos (experimental e intuitivo). Assim, procurando aplicar de maneira prática suas ideias pedagógicas, Assis exemplifica os métodos positivos de ensino por meio dos museus, laboratórios e bibliotecas escolares.

Os museus, segundo Assis, não precisavam ter coleções inteiras de espécimes, antes, precisavam apenas de algumas amostras, pois mesmo uma única peça seria suficiente para estimular a curiosidade e interesse dos discentes. No entanto, havia um critério para a composição das peças do museu: deveriam ser colhidas, em princípio, num raio próximo à escola, a fim de ensinar a criança a valorizar o seu próprio lugar, isto é, "[...] quanto mais regional fôr o museu, maior será o seu cunho patriótico e econômico: patriótico, por approximar a creança dos productos nacionaes; econômico, porque será fácil a obtenção desses productos, e quando adquiridos por compra serão por preços módicos e mais rasoáveis" (ASSIS, 1915, p. 42). Veja que a "Educação Intelectual" também visa a uma conformação do aprendiz ao sistema capitalista.

Além disso, os museus deveriam obedecer a divisão de ensino primário e secundário, em que as crianças do primário aprenderiam generalidades de mineralogia, botânica e relacionadas ao reino animal enquanto, no ensino secundário, os professores poderiam utilizar os museus públicos por serem mais ricos de espécimes raras, oferecendo aos discentes estudos superiores.

Não se pode perder de vista que tanto o Instituto Dona Escholástica Rosa (sob a direção de Arthur Porchat de Assis) quanto a Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos – mantenedora da Academia do Comércio, presidida por Adolpho Porchat de Assis – mantinham museus escolares (NASCIMENTO, 2016; RELATÓRIOS DA PROVEDORIA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1929).

Os laboratórios, por sua vez, deveriam, segundo Arthur Assis, fazer parte de departamentos adjuntos à escola, em que se manipulariam produtos químicos, a fim de

[52] Becker (1999) discute as epistemologias subjacentes às práticas docentes em sala de aula, categorizando as epistemologias diretivas, não diretivas e relacionais. A pedagogia diretiva tem por pressuposto uma concepção empirista, na qual o conhecimento é transmitido ao sujeito por um instrutor.

demonstrar aos discentes elementos físicos das ciências da natureza e das ciências agrícolas. Assim, propõe ele, que "[...] após a lição didáctica do mestre, será perfeitamente completada as vezes, por uma applicação pratica, e experimentada aos apparelhos que o laboratório forneça" (ASSIS, 1915, p. 45). Nascimento (2016) aponta que Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos mantinha na Academia do Comércio os laboratórios de Física e Química.

A biblioteca escolar é para Assis, por fim, um instrumento fundamental para o incentivo à leitura, sobretudo das camadas populares. Ao comparar o Brasil com as nações da Europa e os Estados Unidos, Assis afirma que nesses países os cidadãos leem em casa, no bonde, no café, no parque e em quaisquer outros lugares. No Brasil, entretanto, "[...] não querendo o adulto ler por não saber, ou não sabendo que deve ler para aprender", há a necessidade de bibliotecas escolares e de bibliotecas públicas, sendo que as primeiras são oferecidas aos "[...] alumnos mais aplicados, como também para a cultura mental dos discípulos de cursos elementares", enquanto as públicas para a sociedade em geral (tanto o Asilo de Órfãos quanto o Escholástica Rosa mantinham bibliotecas escolares) (ASSIS, 1915, p. 46).

Raymundo Sóter de Araújo, inspetor literário do município no início do século XX, concordando com a visão educacional de Assis no que diz respeito à criação de bibliotecas, menciona em seu relatório de 1903: "Lembro também a necessidade da fundação de uma biblioteca popular. O desenvolvimento intellectual de um povo encontra nas escolas e bibliothecas os elementos populares de todo o progresso" (SANTOS, 1903, n. p.).

As bibliotecas eram símbolo do progresso e da modernidade educacional, conforme apontou Kuhlmann Júnior (2001), ao tratar das exposições internacionais e sua relação com a educação. O Brasil, segundo ele, estava inserido num movimento mais amplo, em que, desde a segunda metade do século XIX, as nações ocidentais detentoras do grande capital privilegiaram uma "pedagogia do progresso", oferecendo, nas Exposições Internacionais Pedagógicas, uma representação de progresso possibilitada por meio da educação, a qual traria os valores sociais e culturais da modernidade capitalista. Com a realização de congressos durante as feiras (nacionais ou internacionais), houve a implementação e difusão de padrões, propiciando uniformidade ideológica e material sobre os mais diversos aspectos da sociedade. Assim, pouco a pouco, o Brasil foi incorporando, dentre tantos, os aspectos educacionais presentes em âmbito internacional (FARIA, 2018).

3.4 “DA EDUCAÇÃO MORAL”

> Serão, porem, de boa Moral taes actos e podem ser levados á Escola, para a creança os aprender em tenra edade? (ASSIS, 1915, p. 49)

É o menor capítulo dentro da obra *Eduquemos*, possuindo, ao todo, oito páginas. No entanto, assim como os demais capítulos da obra analisada, é de uma riqueza historiográfica magnífica, pois fornece indícios substanciais para a compreensão do pensamento educacional de Arthur Assis e da rede de sociabilidade a que pertencia.

O autor afirma que definir a moral é um trabalho hercúleo, não podendo, portanto, ser esse o objetivo do seu capítulo, antes, caberia ao conhecimento científico vigente na época oferecer “o melhor systema de uma Moral theorica” (ASSIS, 1915, p. 48), a fim de constituir leis e organizar normas educacionais (seus pressupostos demonstram, mais uma vez, o diálogo com o positivismo). Segundo Mathias (2014, p. 7), a educação moral a que Assis se refere “ [...] é um reduto pragmático de seu alcance universal, uma classificação científica, uma realidade paupável, uma Deontologia”, a que chama de Moral Prática, um campo, portanto, da moral teórica, que não pretende, segundo Assis, doutrinar os sujeitos, antes oferecer às instituições educacionais um guia de “[...] regras, de preceitos, que sirvam para a cultura dos sentimentos, para a apuração dos instinctos bons, para a orientação da conducta, para a formação de um caracter, cujo conjunto de normas forme, enfim, o que se deve entender propriamente por ensino da Moral” (ASSIS, 1915, p. 48).

A moral prática a que se refere Arthur Assis parte do pressuposto que os costumes são relativos ao povo e ao período histórico correspondente, cabendo a cada sujeito estabelecer os seus próprios juízos morais “conforme o gráo de civilização dos homens” – uma vez que a moral pode ser mais ou menos evoluída (considerando a representação de progresso existente no pensamento positivista). Assim, costumes podem variar de uma cidade para outra, conforme a localidade e o tempo, afinal, “[...] a moral dos Cafres não é egual á dos Turcomanos. Para os primeiros, o assassínio não é um mal; para os segundos, o roubar é uma acção meritória” (ASSIS, 1915, p. 49), mas tais atos, segundo a moral ocidental, são ações consideradas *imorais*. Sendo assim, para Assis não existe uma moral perfeita, antes, o conceito de moral em cada lugar depende das representações construídas socialmente. Portanto, a educação moral é de responsabilidade da família, conforme suas crenças religiosas e políticas, cabendo à escola o dever de instruir especificamente acerca da moral do Bem.

> Mas o Bem? O que deve a Escola entender pelo Bem, a fim de poder cimentar n’elle toda a moralidade humana? O Bem, hontem como hoje, tem sido sempre um

> sentimento d'alma e, manifestado por um homem a outro homem, por um povo a outro povo, por uma civilisação enfim á outra civilisação; tem tido modalidades, relatividades que não o tem tornado o mesmo na sua essência, o mesmo na sua exteriorisação prática. (ASSIS, 1915, p. 49)

Arthur Assis, construindo sua definição sobre o Bem, apresenta três concepções a que está relacionado: o bem pelo interesse "egoísta", o bem pelo interesse "egualtruista" e o bem pelo interesse "altruísta", respectivamente. O primeiro conceito [egoísta] é representado pela destruição, isto é, a luta e a dominação dos mais fracos pelos mais fortes, a força contra o direito; o segundo [egualtruista], por sua vez, representa o auxilio mútuo, a cooperação pelo trabalho mediante às relações estabelecidas pelo Direito; o altruísmo, por sua vez, é estabelecido pelo espírito associativo, o mutualismo, a cooperação econômica, "[...] tudo em caminho da communhão dos homens, caracterisando tendências para a humanisação dos povos" (ASSIS, 1915, p. 51). Caberia à escola, portanto, trabalhar em conformidade com o conceito altruísta, ensinando a criança a pensar também em seus semelhantes, aprendendo, sobretudo, a amizade e o valor do auxílio mútuo.

> Aproveitando o mestre as mínimas circumstancias da vida escolar em que possa fazer a creança ir cumprindo os deveres da Moral geral e compôs os da Moral especial, primeiro os deveres pessoaes, em seguida os sociaes, tudo sob as normas de uma Moral exclusivamente prática, e terá feito assim o que só cabe á Escola. (ASSIS, 1915, p. 51)

A moral prática que a escola deve ensinar, segundo Mathias (2014), "[...] é esse conjunto normativo que precede qualquer outro ensino do campo maior da Moral e está relacionada ao princípio do dever", estando relacionada aos preceitos de civilidade. E, por civilidade, Arthur Assis (1915, p. 51) compreende "o conjuncto de virtudes sociaes [...]. São perfeitamente os bons costumes individuaes que amaneiram as pessoas á cortezia, á delicadeza, ao cavalheirismo". O que se pretende com a Educação Moral é estabelecer a conduta, conformando a criança aos parâmetros culturais da sociedade burguesa.

> Ensine-se as creanças á polidez precisa na sociedade, habituando-as ás boas maneiras na Escola, na rua, na Família e mesmo na mesa. Fazendo-as serem polidas para com os seus superiores, para com os mais velhos, para com os extranhos; ensinando-as a serem delicadas na própria correspondência epistolar, quer entre parentes, quer entre amigos, ou mesmo, entre as demais pessoas, terão os mestres dado boas e salutares lições de perfeição de caracter, de formação de conducta, o que constitue um bom passo para e ntrar na estrada larga, ou nos domínios áridos da Moral (ASSIS, 1915, p. 52).

Na escola, os professores deveriam aproveitar os eventos diários, os acontecimentos do cotidiano para ensinar a criança a cumprir os deveres morais, pessoais e sociais – segundo a norma da Moral Theórica – e com o passar dos anos – no ensino secundário, por exemplo –, já seria possível colher alguns "fructos da educação moral" (ASSIS, 1915, p. 52).

Assis aponta, ainda, que a verdadeira responsável (e, portanto, a maior interessada) pela educação moral das crianças é a família, cabendo a ela também o direcionamento religioso das crianças. Tanto o Instituto D. Escholástica Rosa quanto o Asilo de Órfãos lidavam com crianças que, em geral, não estavam sob a égide familiar – por razões óbvias, tratando-se de órfãos (embora, no caso do Escholástica Rosa, aceitavam-se crianças cuja mãe "[...] prove não ter recursos e que o mesmo [o filho] viva em sua companhia; ou que, não sendo orpham [de pai ou mãe] mostrem os paes viver em pobreza" (CONCEIÇÃO, 1908, p. 106), casos em que a Escola deveria se tornar a família do estudante. Da mesma forma, o Asilo de Órfãos, que, por meio das irmãs religiosas, deveria oferecer um carinho maternal aos asilados.

> Exposição lida pelo Sr. Benedito Pinheiro feita em sessão da Câmara Municipal, no dia 12 de janeiro, que no ano de 1916 fez parte do Conselho Geral como representante da Municipalidade – elogia o ensino, asseio, disciplina, carinho das irmãs e paciência maternal (SANTOS, 1917, p. 121-2, grifos meus).

O Regulamento Interno do Instituto Escholástica Rosa, por sua vez, em seu artigo 2.º, afirma que cabe à instituição oferecer educação gratuita, moral, cívica e profissional a meninos pobres, de preferência a órfãos sem distinção de nacionalidade e, no artigo 9.º, estabelece-se que cabe ao diretor e aos demais funcionários da escola "dispensar tratamento carinhoso e paternal aos educandos" (SANTOS, 1917, p. 106-7). Além disso, também se prevê no regulamento que, para manutenção da boa ordem da rotina escolar, haveria medidas disciplinares, prevendo, como pena máxima, o desligamento do Instituto por mau comportamento ou por falta de aproveitamento (SANTOS, 1917, p. 109).

Em 1911, entretanto, Arthur Porchat de Assis solicitou uma alteração nos estatutos do Instituto, aprovada com modificações, submetendo a autonomia do diretor a uma autorização prévia do provedor[53]. Uma hipótese também emergiu no diálogo com os relatórios da provedoria, posteriores a 1911 (isto é, após aprovação do novo estatuto): o número de medidas disciplinares aumentou e, por consequência, anualmente, havia entre cinco e dez alunos, sendo expulsos do Instituto, ora por mau comportamento (que incluía práticas de "matar" aulas, pugilato – brigas entre alunos –, pequenos furtos ou insubmissão aos professores, dentre outros motivos) ora, por considerar o discente incapaz de aprender, isto é, "porque ele [o estudante] também sempre se revelou um nullo" (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 1913, p. 92-104-124; 1914, p. 130-182).

[53] Não foi possível obter acesso ao documento durante a pesquisa por não ter cópia disponível no acervo (talvez haja uma transcrição do novo regulamento nas Atas das reuniões de diretoria da Santa Casa, mas também não foi possível acessá-las).

No Escholástica Rosa, à semelhança do que se esperava da criança sob o seio familiar, conforme as representações de Arthur Assis, havia uma disciplina interna que favorecia a atribuição de responsabilidades aos estudantes, na qual "[...] os serviços dos dormitórios, e mais os serviços das refeições, rouparias, portaria e biblioteca, são todos feitos pelos alunos, que são escalados: uns mensalmente, outros semanalmente, conforme a natureza e a necessidade do serviço" (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 1914, p. 40).

No caso do Asilo de Órfãos, conforme aponta Vieira (2012) ao analisar o novo Regimento Interno da instituição aprovado em 1909 sob presidência de Victor de Lamare, as medidas disciplinares também compuseram a educação moral dos internos. No art. 18, menciona-se que "os dois orfelinatos ministrarão educação física, intelectual, moral e doméstica", enquanto o art. 36 diz:

> A educação moral será ministrada, não só pela disciplina interna do estabelecimento, onde os asilados despertarão seus sentimentos afetivos, formarão seu caráter, dirigirão sua vontade, como também pelo ensino cívico e moral, compreendido nas normas e exemplos de inteira e extrema moralidade que a Irmã Superiora fará cumprir ao estabelecimento. [...] Abrangerá essa espécie de educação a formação do caráter social e do caráter cívico dos asilados, procurando os encarregados da educação despertar neles as noções de patriotismo, o respeito e a obediência as leis de ordem social, política, jurídica e econômica, bem como os princípios de justiça, formando de todo esse conjunto uma perfeita moral social (ASILO DE ÓRFÃOS, 1909 *apud* VIEIRA, 2012, p. 184-5).

As normas criadas no Asilo de Órfãos, ainda segundo Vieira (2012), eram estendidas para todos os sujeitos envolvidos com a instituição, desde os asilados até mesmo aos funcionários (incluindo as religiosas, os profissionais da área da saúde e o capelão) e compreendia a distribuição das horas para o estudo, aulas, trabalhos domésticos, refeições, recreios, descansos e, até mesmo, com o tempo de banho diário obrigatório. Mesmo quando havia uma quebra das rotinas estabelecidas, como no caso das excursões ou passeios coletivos, tinha-se por finalidade "[...] ensinar a criança a se comportar em público e mostrar o que havia sido aprendido no asilo" (VIEIRA, 2012, p. 190).

Nas atas da Associação Protetora da Infância Desvalida há uma única menção à expulsão de uma asilada – Iracema Ferreira, por ser considerada "[...] um elemento contrário à disciplina do estabelecimento" ASSOCIAÇAO PROTETORIA DA INFANCIA DESVALIDA, 1920). Na reunião de 25 de setembro de 1921, entretanto, mediante a um ofício enviado pela madre geral da Congregação do Sagrado Coração de Maria, solicitando que a diretoria autorizasse as irmãs de se encarregarem de meninos maiores de sete anos de idade, registrou-se a seguinte discussão:

> [Victor de Lamare] [...] ponderando que, geralmente, esses meninos asilados, chegando a uma certa idade, tornam-se difícieis de se deixar guiar, precisando então duma mais energica direção que não compete às irmãs, acha-se no dever de comunicar à benemérita Diretoria [...], que pelos motivos expostos, as irmãs não podem encarregar-se da mencionada seccao, desejando mesmo que seja eliminada do asylo. [...] Todos os diretores presentes usaram a palavra, explanando sobre o assunto e ficou resolvido que preliminarmente, o Asylo de modo algum abandonaria a assistência que vinha prestando aos menores do sexo masculino, e que cada um iria estudar a questão e procurar a melhor solução, devendo em breve o senhor presidente convocar uma nova reunião para depois de resolvida essa questão pela diretoria, convocar-se o Conselho Geral para tomar conhecimento do ofício [...] e da proposta da diretoria para solução do caso.

A discussão ilustra as representações de menino e menina, permitindo a compreensão dessas representações relacionadas ao campo da educação. O Asilo de Órfãos ocupava-se do cuidado de meninos até os sete anos de idade, momento em que eram destinados para o Instituto D. Escholástica Rosa, cabendo ao Asilo a continuidade de estudos para as órfãs (até o ensino secundário) e, em alguns casos, encaminhando-as ao Liceu Feminino Santista. O Escholástica Rosa, por sua vez, recebia os meninos a partir dos sete anos, encarregando-se pelo ensino primário e secundário deles, destinando-os, no fim do ciclo, ao ensino profissional.

As meninas eram representadas como seres mais submissos, obedientes às autoridades e, em virtude do caráter materno, mais dóceis. Os meninos, por sua vez, em virtude da crença de que alguns homens eram considerados incorrigíveis – isto é, por natureza não capazes de se adequar socialmente, entregando-se aos vícios – havia maior aceitabilidade social para justificar a expulsão destes por mau comportamento nas instituições escolares (CARMO; FARIA; VIEIRA, 2021).

A escola é representada como uma instituição neutra, no pensamento de Arthur Assis, retornando ao capítulo "A Educação Moral". Segundo ele, nas instituições escolares não existem preferências ou predileções, antes, exclusivamente o objetivo de "fortificar, enraizar na alma dos seus discípulos, para toda a vida d'estes, fazendo-lhes passar na prática quotidiana, essas noções de moralidade humana, comuns a todas as doutrinas [...] dos homens civilizados" (ASSIS, 1915, p. 54).

> Para que possa o mestre colher vantagens n'esse ensino precisa limitar a Moral aos actos que concretizam a vida escolar. Assim, deverá primeiro fazer da escola um meio moral: e, dentro dessa, aproveitará a camaradagem, o interesse mutuo, a própria assistência escolar, para mostrar aos seus alumnos o que deve ser a grande solidariedade humana, tão proclamada hoje, [...] no auxílio pela vida (ASSIS, 1915, p. 55).

Citando genericamente os filósofos da antiguidade, os quais afirmavam não ser possível ensinar as virtudes, e se referindo às máximas da educação moderna (experimental e pragmática), Assis conclui o capítulo afirmando que não se pode ensinar teoricamente a moral

e, por consequência, o Bem. Antes, só se pode fundamentar o ensino da moral nos livros da própria vida, isto é, por meio de ações concretas e práticas, afinal a "[...] Moral, como qualquer outro ramo de ensino, deve ser a mais prática possível, a vista de actos positivos para que a creança possa aproveitar alguma coisa na formação da sua futura conducta, na integralisação do seu caracter, para d'ahi formar-se um homem honesto, um perfeito homem de bem" (ASSIS, 1915, p. 56).

É por meio da educação moral que a criança é instrumentalizada para ser inserida na sociedade civil (embora a escola faça parte da sociedade civil) e política, tornando-se um cidadão útil à Pátria. Também é necessário para Arthur Assis, contudo, ensinar a criança a amar a Pátria: conhecê-la, interessar-se por ela, interiorizar seus símbolos, considerá-la uma mãe. Assim, justifica-se a próxima seção: Da Educação Cívica.

3.5 DA EDUCAÇÃO CÍVICA

> Pois bem; a Pátria, costuma-se dizer, é a nossa segunda mãe (ASSIS, 1915, p. 57).

Estreitamente relacionado com o capítulo anterior, "Da Educação Cívica" propõe o ensino às crianças do amor pela pátria. Arthur Assis considera, conforme já exposto anteriormente, a família como o primeiro núcleo social dos sujeitos. A escola, por sua vez, é o segundo espaço de relacionamento social dos indivíduos e tem o objetivo maior de preparar a criança para a convivência em sociedade, para o desenvolvimento da nação. Assim, a escola possui uma dupla missão: "[...] fazer da creança um homem para, em seguida, completal-o como cidadão" (ASSIS, 1915, p. 57).

Note-se que Assis apresenta dois conceitos que, para ele, são fases do desenvolvimento social das crianças: criança-homem e criança-cidadão. O primeiro não está relacionado com a ideia de pátria e, por isso, educa-se a *criança-homem* no que diz respeito à sua constituição física (isto é, favorecendo-lhe o desenvolvimento do seu progresso vital, fisiológico), intelectual (como um meio para conquistar a natureza), e moral (enquanto aperfeiçoamento do seu coração), afinal, para esta faixa etária que compreende até os seis anos de idade, não existe divisão de povos, ou constituição de nações etc.

A criança-cidadão, por sua vez, é um estado do desenvolvimento social infantil que começa a partir dos sete anos de idade, isto é, a partir da idade escolar. E, na escola, inicia-se a educação cívica – ligada, por sua vez, à educação moral – procurando oferecer à criança instrumentos para sua inserção na sociedade política (em Arthur Assis, essa expressão não está

relacionada ao poder público, como em Gramsci, mas sim, à vida pública, o viver na Pólis, ou seja, a convivência social e a atribuição de papéis que serão cumpridos socialmente). Assim, uma vez que aos sete anos a criança já possui condições de interiorizar a educação física, intelectual e moral, pode-se acrescentar a educação cívica, ensinando-a a amar a pátria e tê-la como sua família por extensão (ASSIS, 1915, p. 57).

Partindo dessas concepções, Arthur Assis estabelece uma analogia, defendendo que, da mesma forma que a criança aprende a amar sua mãe (com a própria mãe), também é possível, por meio de seus professores, aprender a amar a pátria. Dessa forma a criança percebe, ao vivenciar os cuidados maternais em receber os alimentos e as vestes, que faz parte daquela família e, da mesma maneira, ao receber os ensinos dos mestres de forma prática, no que diz respeito à educação cívica, também perceberá que pertence àquela Pátria.

> O processo educativo para despertar na creança os primeiros sentimentos cívicos deverá ser o mesmo processo tão natural, e tão intuitivo mesmo, que da sua pequena razão brotou despertar os sentimentos da Família. Espontaneo como nasceu-lhe o amor filial, espontâneo precisa vir-lhe o sentimento cívico (ASSIS, 1915, p. 57).

Arthur Assis prossegue em sua argumentação acerca do amor filial à pátria, questionando por que uma criança ama sua mãe e pouco se importa com todas as outras mães existentes no mundo? Sua resposta está no instinto de conservação que a criança possui, isto é, a criança reconhece que sua mãe lhe matou a fome e a sede desde a mais tenra idade, tendo, portanto, um interesse natural sobre ela (utilitário), que lhe permite compreender, ainda que inconscientemente, que suas necessidades foram atendidas por ela. Com o passar dos anos, à medida que amadurece, a criança vai modificando/transformando seu interesse egoísta em amor filial – altruísta. É nesse estágio final, altruísta, que a criança aprende a amar, respeitar e servir sua mãe.

> Pois bem; a Pátria, costuma-se dizer, é a nossa segunda mãe. [...] Feliz quem tal idea concebeu para facilmente passal-a para o espírito infantil. Se a Pátria é a nossa segunda mãe, precisa o mestre fazer a creança assim comprehendel-a para que esta saiba logo amal-a, possa um dia respeital-a, deva sempre servil-a (ASSIS, 1915, p. 60).

Não se pode perder de vista que subjacente às ideias pedagógicas de Arthur Assis está o pensamento iluminista. Rousseau, autor já citado anteriormente por Assis em “Eduquemos”, também concebia a pátria como uma segunda mãe, conforme escreveu:

> É a educação que deve dar às almas a forma nacional e dirigir de tal forma suas opiniões e seus gostos, que elas sejam patriotas por inclinação, por paixão, por necessidade. Uma criança, abrindo os olhos, deve ver a pátria e até à morte não deve ver mais nada além dela. Todo verdadeiro republicano sugou com o leite de sua mãe o amor de sua pátria, isto é, das leis e da liberdade. Esse amor faz toda sua existência;

> ele não vê nada além da pátria e só vive para ela; assim que está só, é nulo; a partir do momento em que não tem mais pátria, não existe mais; e se não está morto, é pior do que isso (ROUSSEAU, 1982, p. 36).

Rousseau defende uma educação patriótica, que procure oferecer às crianças elementos de caráter nacional, que compreenda a história da nação, suas leis e memórias. Os futuros cidadãos deveriam compreender a geografia da sua pátria e o que ela produz economicamente (ALVES, 2019, p. 77). No entanto, para além da educação cívica, as críticas de Rousseau estavam sobre a maneira como esses assuntos seriam ensinados – ou seja, seu olhar recaía também sobre a metodologia do ensino.

Ao escrever Emílio e Nova Heloísa, Rousseau tratou de criticar, por um lado, os colégios de sua época, afirmando que apenas perpetuavam os vícios sociais e, por outro, a educação livresca, aquela que era fundamentada em discursos e não em práticas, "[...] apenas aos signos das coisas e não às próprias coisas" (SOUSA, 2015, p. 13). Arthur Assis, de maneira semelhante, afirma que é preciso materializar o ensino cívico, de forma a representar concretamente a ideia de Pátria à criança (ASSIS, 1915, p. 61).

> O mestre fará sempre comprehender á creança que a sua Patria, tanto quanto a sua mãe, também o alimenta n'este mundo. Como? Por meio da cultura de cereaes – o feijão, o arroz e toda a espécie de alimentação, nascida do cultivo das terras; por meio da carne do gado, apascentado nos campos, abatido nos matadouros. O mestre dirá ainda que é a Pátria quem a veste, indo buscar nas matérias primas dos artefactos – a lã, o linho, o algodão, a seda, de que servem-se as industrias para a composição dos panos, dos tecidos, sahidos das nossas já nascentes fabricas. E com esse methodo todo intuitivo e racional vae a creança concretisando a Patria, e chega por fim a conhecel-a na beleza do nosso ceu, d'onde o sol fecunda os campos, na uberdade do nosso solo, d'onde germina e d'onde floresce a planta; na opulência das nossas mattas, d'onde agiganta-se o madeiro fórte; na abundância dos nossos rios que fertilisam as terras pátrias. E assim tem a creança um interesse vivo em conhecer a Pátria, encontrando n'ella uma utilidade enorme. (ASSIS, 1915, P. 61-2, grifos meus).

Uma vez fundamentados os aspectos considerados "fáceis", Assis propõe o aprofundamento do ensino cívico por meio de disciplinas como a Geografia Pátria e a História Nacional. Nesse momento do texto, Arthur Assis propõe uma reflexão acerca da Escola, fazendo uma comparação entre o passado – em que as escolas funcionavam nas residências dos professores – e o presente, onde os templos dos saberes foram erguidos, a fim de demonstrar que no ouvir da descrição de uma escola moderna, a criança *naturalmente* se apegará à sua Pátria.

A escola do passado é representada como uma caserna medonha, anti-higiênica, escura e infectada, local de punição, onde um professor carrancudo e irado estava pronto para corrigir a criança com castigos. A escola moderna, por sua vez, é descrita como um local cheio de luz, onde há janelas (e por consequência ventilação e iluminação), espaço para recreação, com um

professor calmo e sereno, o qual aguarda o discente tranquilamente. A comparação é nitidamente um contraste entre um local sujo e um limpo, fechado e ventilado, um inferno e o paraíso, sendo o mestre um demônio ou um anjo.

A criança, só de conhecer a escola moderna, segundo a representação de Arthur Assis, terá maior amor por sua Pátria, afinal, ela verá outras crianças tornando-se homens e será na escola que ela própria aprenderá sobre a vida. Assim, cabe ao professor iniciar o estudo da Geografia Pátria, enraizando a criança no solo nacional, demonstrando a localização da casa do discente, passando a situar a escola e, adiante, a cidade, a fim de compreender a topografia, a geografia física e os aspectos industriais, comerciais e políticos da cidade (e, da cidade, passa-se a estudar o Estado e, por fim, a nação inteira).

Arthur Assis critica o ensino da geografia nas instituições escolares em dois aspectos: o primeiro, fazendo menção aos estabelecimentos que iniciam seus ensinos a partir da geografia europeia, tomando o Brasil apenas como um ponto de referência. E, após ensinar sobre a Europa, passam a discorrer sobre a Ásia e África, deixando a geografia pátria para o fim, quando o discente já está completamente exausto. O segundo aspecto, por sua vez, está em tornar essa disciplina um momento para repetir e decorar nomes, e que exige da criança a exclusiva memorização de nações e suas capitais, por exemplo.

Arthur Assis propõe o ensino de Geografia Pátria em três partes distintas: “[...] a da nomenclatura, a descriptiva e a cartographica” (ASSIS, 1915, p. 63), respectivamente. A primeira faz uso exclusivo da memória, mas tem por objetivo alicerçar as próximas duas partes da disciplina; a segunda e a terceira exigem maiores faculdades mentais dos aprendizes, mas também oferecem uma compreensão mais prática e utilitária da disciplina, atraindo o interesse dos alunos.

Ao lado da Geografia Pátria estava a História Nacional, que deveria ser ensinada de maneira semelhante à Geografia, isto é, deixando de iniciar por temas nacionais como a Inconfidência Mineira ou a Guerra dos Emboabas, para privilegiar, num primeiro momento, a história ligada à realidade do aluno: “[...] deve ser primeiro a história tirada da vida do cidadão ilustre que deu seu nome à rua onde a creança mora” (ASSIS, 1915, p. 63-4), em que o professor, explorando tal biografia, poderá destacar os grandiosos feitos que fizeram daquele sujeito um nome digno de respeito e gratidão do povo brasileiro. Assim, ele se torna um exemplo de vida, uma “[...] viva lição do passado que fortalecerá o caráter da creança ao ver como o homem que procede bem e que pratica alguma acção de mérito tem direito a um justo culto público” (ASSIS, 1915, p. 64) – tal citação demonstra a relação entre ensino moral e cívico.

Cabe ainda ao professor, após estudar o nome da rua em que mora seu aluno, fazê-lo conhecer os nomes de praças, monumentos públicos, de bustos de bronze etc., a fim de perpetuar a memória e progressivamente fazê-lo conhecer a história de fatos e personagens relacionados ao Estado e à nação, sempre procurando prestar "cultos aos grandes vultos pátrios, que nos legaram esse passado heroico, deixando exemplo ás creanças de hoje" (ASSIS, 1915, p. 64).

Conforme demonstrou Vieira (2012), nas disciplinas oferecidas pelo Asilo de Órfãos aos discentes das séries iniciais era oferecido tanto Geografia Pátria quanto História Nacional. Da mesma forma, no Instituto Dona Escholástica Rosa ambas as disciplinas deveriam ser cursadas obrigatoriamente pelos internos.

A preocupação com o ensino de Geografia Pátria e História Nacional também está presente nos relatórios da Inspectoria Literária do Município, desde Raymundo Sóter de Araújo. Em 1903, por exemplo, ao realizar a inspeção de instituições escolares estrangeiras, Sóter de Araújo questionou os diretores dessas instituições – quer particulares ou as mantidas por associações – o cumprimento da Lei n.º 489, de 21 de dezembro de 1896, a qual versava sobre o ensino da Língua Nacional nos estabelecimentos particulares de instrução primária, desejando ser notificado, em caso positivo, dos nomes dos professores que lecionavam as referidas disciplinas. O texto legal em seu *caput* mencionava exclusivamente o ensino da língua nacional, embora, no parágrafo primeiro, exigia-se a instrução de geografia e história do Brasil. Sóter de Araújo recebeu, segundo o relatório, resposta afirmativa de todos os diretores, mas "[...] não contentando-me como uma simples visita de inspecção, desejei que ficassem registradas em officio suas respostas, ficando-lhes evidenciada a obrigação que têm de cumprir essa determinação de lei" (SANTOS, 1904, p. 28).

Ao que parece, subjacente à proposta de geografia pátria e história nacional, no pensamento de Arthur Assis, está a influência do positivismo proposto por Comte e, em especial, da Religião da Humanidade, proposta por John Stuart Mill (1806-1873), G. H. Lewes (1817-1878), H. Martieau (1828-1921) e Richard Congreve (1818-1899), fundador da Sociedade Positivista de Londres, a qual estabelece uma crença filosófica no progresso e na ciência (OLIVEIRA, 2010), propondo cultos aos grandes homens da humanidade e procurando realizar uma regeneração da sociedade por meio de exemplos moralizantes (CARVALHO, 2017, p. 128).

> A tradição nacional é um grande patrimônio publico. Os homens proeminentes, que passaram por uma vida nacional, deixando seus nomes ligados a um valor qualquer, devem ser cultuados sempre, sendo imitados mesmo, porque os mortos veem governando a vida. Os exemplos de civismo que a creança deve por sua vez imitar

> são colhidos na vida do passado, nesse accumulo de virtudes cívicas, que formam o patrimônio de uma nação qualquer (ASSIS, 1915, p. 64).

No "Eduquemos" não há qualquer menção direta à religiosidade positivista, embora os elementos de uma teologia, liturgia e hagiografia, conforme Carvalho (2017), apareçam na continuidade da argumentação de Arthur Assis.

O primeiro elemento a ser destacado por Arhur Assis é o hino nacional, que para além de se tornar um instrumento pedagógico no ensino de civismo – ao ser decorado pela criança na escola e utilizado pelo professor para demonstrar "[...] o valor cívico dos versos e de cada estrophe", tirando "[...] um motivo para explicar a creança o valor moral do cidadão" – deve ser cantado em coro pelos estudantes, pois "[...] a música tem o dom magico de emocionar as almas. Cantando o hymno, que enaltece a Patria, a creança alegra-se [...], vibra-lhe n'alma [...] um vivo desejo de querer amá-la, muito interesse em respeital-a sempre, firme proposito de servil-a um dia" (ASSIS, 1915, p. 65).

O segundo elemento é a bandeira nacional. Nas representações de Arthur Assis, a bandeira é o retrato da pátria – e os retratos expressam o que as pessoas querem bem. Mostrar a bandeira às crianças em dias de festa e de luto se torna, portanto, um elemento educativo do povo. Nesse quesito, Arthur Assis reconhece o aspecto simbólico da construção de significados coletivos, pois o hastear da bandeira em dias de festa faz com que "[...] a alma do povo de prazer palpite" enquanto em dias de luto, "o coração magoa-se e a tristeza bate á alma do povo inteiro" (ASSIS, 1915, p. 65).

Ao lado da Bandeira Nacional deve estar a bandeira da escola – símbolo das tradições da instituição escolar. Segundo Arthur Assis, da mesma forma que a criança aprende a amar a pátria por meio de seus símbolos, aprenderá também a amar a escola. Por isso a bandeira escolar precisa ser hasteada com frequência (em dias festivos e em dias de luto), propiciando um motivo de orgulho e interesse aos alunos, tornando-se alvo do amor deles.

O terceiro elemento a que faz referência Arthur Assis é a oração à Bandeira, que deve servir tanto para o ensino cívico quanto para o ensino moral. Os estudantes deveriam repetir a oração em uníssono, em meio ao silêncio da classe, "[...] de forma a ter presente no espírito as idéas sãs, que fortificam-lhe a alma e a enconrajam á uma bela conducta escolar". Há, inclusive, um modelo de oração que "[...] é dita n'uma das nossas escolas profissionais" (fazendo referência, provavelmente, ao Instituto D. Escholástica Rosa) (ASSIS, 1915, p. 65-7):

> ORAÇÃO Á BANDEIRA DA ESCOLA
> Bandeira Escolar! Tu que do Pavilhão da Patria tens as duas côres nacionaes abriga em tuas dobras os bellos ideaes que temos! Que o verde seja a esmeraldina côr das nossas esperanças; o amarello a aurea côr dos nossos sonhos de *Luz*! Como um pallio

> que és, aberto sobre nossas cabeças, refulge qual no céu da Patria esse punhado de estrellas scintillantes. E que ellas, como um circulo de luz, formem um diadema santo a iluuminar'o emblema do trabalho e do Progresso. Que a essas duas unidades da vida nacional entreguemos sempre toda a nossa actividade productiva, toda a força affectiva destas almas de creanças. Bandeira de luz, faze com que sejamos solidários neste clan profissional, porque, da união dos nossos esforços e da tróca dos nossos affectos, nascerão a nossa mutua felicidade e o renome justo d'esta humanitária Instituição. Sê, ó bandeira escolar, o symbolo das nossas aspirações. Cobre-nos com tua sombra protectora, para sermos por todo o sempre enérgicos e disciplinados no dever e no trabalho. E assim serás, ó santa Bandeira, o pendão auri-verde das nossas gloriosas tradições. (ASSIS, 1915, p. 65-6, grifos meus).

Os relatórios do diretor do Instituto D. Escholástica Rosa à Provedoria da Santa Casa mencionam a regularidade do ensinamento "prático" no que diz respeito ao ensino cívico: além de fazer menção às disciplinas de História Nacional e Geografia Pátria desde o curso primário, menciona a participação da Banda da Escola em todas as festas cívicas do município, desde 1913 até 1929 (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 1916, p. 36; 1930).

Além disso, em 19 de junho de 1915, os relatórios mencionam a visita do vice-presidente do Estado de São Paulo, Dr. Carlos Guimarães, ao Instituto: "[...] honrou a nossa Escola, percorrendo todo o edifício e trocando fartas idéas educativas sobre os melhores methodos e processos de ensino para nossas escolas nacionaes" (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 1916, n. p.). Nessa visita, estava presente o Comendador João Manoel Alfaya Rodrigues, que na ocasião era vereador, provedor da Santa Casa e vice-presidente do Asilo de Orfãos.

No Asilo de Órfãos, por sua vez, em novembro de 1917 (entrementes à Primeira Guerra Mundial), Victor de Lamare fez uma longa preleção sobre o estado de guerra, orientando as irmãs professoras que, durante as aulas ou nos períodos de recreios, ou ainda em quaisquer oportunidades. "[...] incentivassem no espírito dos educandos o sentimento de amor pátrio e o dever de sempre trabalharem e se dedicarem pelo nosso Brasil" (ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA, 1917, n. p. *apud* VIEIRA, 2012, p. 165) aponta, por exemplo, que em feriados cívicos as irmãs hasteavam a bandeira e as crianças cantavam hinos.

Vieira (2012, p. 193) ainda escreve que o ensino cívico no Asilo perpassava os muros escolares. As alunas participaram da Liga Nacionalista, em 1917, no auditório do cinema Politeama Rio Branco. Em 1920, uma comissão de estudantes visitou o túmulo do Patriarca José Bonifácio e depositou uma coroa de flores em sua homenagem, sob a vista de todas as crianças do Asilo que tiveram que estar presentes. Em 1924, outra comissão de alunas do Asilo foi nomeada guarda de honra do monumento em homenagem a Bartolomeu de Gusmão, em comemoração ao segundo centenário do nascimento dele.

As atas da diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida, material que permite compreender acerca das práticas escolares no Asilo de Órfãos, mencionam as comemorações das datas cívicas republicanas, dentre elas, Independência do Brasil, Proclamação da República e Festa da Bandeira, nas quais se premiavam as alunas "[...] por terem feito as melhores composições referentes a essas datas da nossa História" (ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA, 1922, n. p.). É interessante notar, entretanto, que de todas as festas cívicas, a mais citada nas atas da Associação é a Festa da Bandeira.

José Murilo de Carvalho, em seu livro "A formação das almas", discute o processo de formação de símbolos utilizados pelos republicanos brasileiros para legitimação do novo regime político e para a inculcação de princípios e valores que possibilitassem a formação de uma nova identidade nacional, dado que o multiculturalismo poderia pôr em risco o projeto das elites dirigentes e condutoras do desenvolvimento da jovem nação. Segundo ele, analisar os símbolos, e os conteúdos deles, oferece elementos para compreensão da visão republicana, ainda que os republicanos não tenham composto um grupo homogêneo. Carvalho (2017) concluiu que os republicanos falharam ao procurar criar um imaginário republicano, sobretudo, pela ausência popular no processo de instauração do novo regime. Ele reconhece, no entanto, que houve êxito em alguns aspectos, em especial, àqueles ligados à tradição imperial e religiosa.

No caso de Santos, parece possível, diante da obra de Assis (1915) e, ainda, considerando a historiografia sobre a cidade (SANTOS, 1937; LICHTI, 1986; ANDRADE, 1989), afirmar que os republicanos santistas procuraram construir símbolos ligados à história do próprio município, isto é, "manipularam", usando as palavras de Carvalho (2017), a memória a fim de eleger heróis relacionados à história regional. Para isso, utilizaram a palavra escrita por meio dos periódicos, dos livros, panfletos, publicações religiosas etc.; e o simbolismo das imagens, com a construção de monumentos, a reformulação do espaço público (conforme apontado no capítulo primeiro) e, por consequência, a mudança de nomes das vias públicas, as quais foram vinculadas com o novo regime[54].

> É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é o que me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o

[54] Por exemplo, a antiga Rua Direita (desde 1765), passou a ser denominada após o regime republicano, por rua XV de Novembro; a rua dos Quartéis (1765) passou a ser Rua Xavier da Silveira; a rua Josephina (1822) passou a ser Rua da Constituição.

> imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas (CARVALHO, 2017, p. 11, grifos meus).

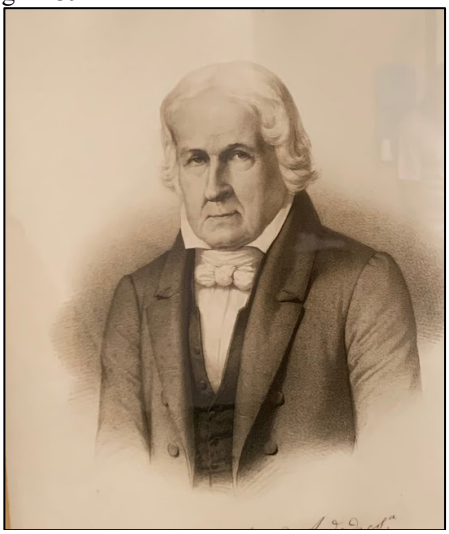
Dentre tantas possibilidades para alcançar a dimensão simbólica, Carvalho (2017) aponta que os republicanos elegeram, dentre outros, o mito do herói, além de se servirem do peso da tradição, por meio da bandeira e do hino nacional. No caso de Santos, os intelectuais da educação, alinhados com o projeto político do Partido Municipal – já demonstrado no capítulo segundo – elegeram dois heróis santistas: José Bonifácio e Xavier da Silveira (embora esses símbolos já tivessem sido construídos décadas antes da atuação desses intelectuais na cidade. O que eles fizeram foi dar continuidade ao processo de construção da memória de José Bonifácio e Xavier da Silveira).

José Antônio, mais tarde conhecido por José Bonifácio de Andrada e Silva, eternizado na historiografia como o Patriarca da Independência (ANDRADE, 2004), nasceu em 13 de junho de 1763 na Vila de Santos. Seu pai, Bonifácio José de Andrada, foi proprietário da segunda maior fortuna da cidade, possuindo casa de comércio, fazendas (era produtor de café, cana de açúcar e arroz, além de fabricar farinha e aguardente) e diversas propriedades, atuando como almoxarife da Fazenda Real de Santos (COSTA, 1974).

Aos 16 anos, foi enviado por seus pais a São Paulo, para estudar sob os cuidados do Bispo D. Manuel da Ressurreição. Permaneceu até os 19 anos, quando foi enviado a Portugal para realizar o curso de Direito na Universidade de Coimbra, concluindo, além dele, os cursos de Matemática e Filosofia, em 1788. No ano seguinte, foi admitido como sócio livre da Real Academia das Ciências, iniciando uma longa viagem pela Europa para fazer cursos técnicos de química e mineralogia (COSTA, 1974).

Permaneceu na Europa por 36 anos, retornando ao Rio de Janeiro em 1819 e, a Santos, em 1820. Por seu envolvimento político com o Príncipe Regente D. Pedro I, José Bonifácio se mudou para São Paulo em 1821 (e, em seguida, para o Rio de Janeiro), nomeado ministro de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros, articulando o processo de Independência do Brasil. Em virtude de desafetos e discordâncias políticas com D. Pedro I, no entanto, José Bonifácio, Fig. 39, pediu demissão do ministério em 1823, e se manteve ligado à Assembleia Constituinte para elaboração da Constituição do Império, trabalhando para formação de uma monarquia constitucional, por meio dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e, no caso do poder Legislativo, subdivido em duas Câmaras: a dos deputados, temporária, e a dos senadores, de mandatos vitalícios (MENK, 2019).

Figura 39 -José Bonifácio de Andrada e Silva



Fonte: Jose Bonifácio (2021). Disponível em: www.josebonifacio.sp.gov.br. Acesso em: 31 jul. 2021.

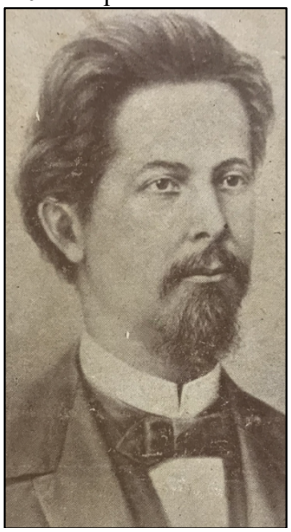
O acirramento entre José Bonifácio e o Imperador foi se ampliando à medida que novas críticas à Corte eram realizadas pela família Andrada. Em novembro de 1823, D. Pedro I resolveu fechar a Assembleia Constituinte, cercando o prédio da Câmara dos Deputados com as tropas imperiais e levando José Bonifácio e seus irmãos ao exílio na França (MENK, 2019).

Em 1829, José Bonifácio teve a possibilidade de retornar ao Brasil. Viúvo, aos sessenta e seis anos, desembarcou no Rio de Janeiro e estabeleceu residência na capital. Em 1831, presenciou a abdicação de D. Pedro à coroa do Império brasileiro. Tornou-se, a pedido de D. Pedro I, tutor de seu filho, D. Pedro II, função confirmada pela Assembleia Geral de 30 de junho de 1831. Inserido da vida política novamente, voltou a frequentar a Câmara dos Deputados, ao lado dos liberais moderados, embora contrário ao regime escravocrata (MENK, 2019).

Por se tornar um crítico do ministro da justiça, Antônio Diogo Feijó, José Bonifácio foi destituído do cargo de tutor em 1834. Recusando-se a obedecer ao decreto, foi retirado por força militar, levado à sua residência e forçadamente aposentado da vida pública, vindo a falecer em 6 de abril de 1838.

Joaquim Xavier da Silveira, na Fig. 40, por sua vez, nasceu em Santos, em 7 de outubro de 1840. Filho do capitão de milícia Francisco Xavier da Silveira e de d. Leocádia dos Reis Xavier da Silveira, sob a tutela do Pe. Joaquim José de Sant'anna, recebeu instrução e prestou para o curso de Direito, em São Paulo, formando-se em 1865 (A TRIBUNA, 1939, p. 1).

Figura 40 - Joaquim Xavier da Silveira



Fonte: Memória Santista (2021). Disponível em: memoriasantista.com.br. Acesso em: 23 jul. 2021.

Retornando à cidade, adquiriu fama por sua oratória, tornando-se preletor em festas cívicas, religiosas, eventos sociais e artísticos. Em 1868, foi o fundador do Partido Liberal Radical de São Paulo, defendendo o federalismo e a República, em contraposição à Monarquia. Foi o primeiro advogado a se pôr a serviço dos escravizados, auxiliando-os em fugas, aconselhando-os a reagirem contra seus senhores e defendendo-os em tribunais (A TRIBUNA, 1939, p. 1).

Em Santos, tornou-se o redator chefe do jornal "Diário de Santos", além de montar seu próprio periódico, "O Matutino" (1870). À frente do "Diário de Santos", foi responsável por realizar grande campanha para melhoramentos no Porto de Santos. Fundamentando-se no Decreto n. 1.746, de 13 de outubro de 1869, o qual autorizava o governo a contratar a construção de docas, armazéns para cargas e conservação de mercadorias de importação e exportação nos diferentes portos do Brasil, defendeu os interesses da elite local, embora não tenha obtido sucesso (A TRIBUNA, 1939, p. 1). Faleceu em 30 de agosto de 1874, vítima de varíola (JORNAL DO COMÉRCIO, 1914, p. 6).

O processo de construção simbólica dos heróis santistas, José Bonifácio e Xavier da Silveira, enquanto heróis patriotas, abolicionistas e republicanos, ocorreu em momentos distintos: no caso de José Bonifácio, foi poucos anos antes a Proclamação da República (pois Santos já vivia uma efervescência política sob a influência republicana, conforme demonstrado no capítulo anterior) e no caso de Xavier da Silveira, foi após o seu falecimento que o movimento abolicionista fez dele símbolo do movimento, quase um mártir, enaltecendo sua

memória (após a abolição da escravatura e proclamação da República, ele foi resgatado para se tornar um símbolo patriótico). Para compreensão do processo ocorrido para a fabricação dessas construções simbólicas, faz-se necessária uma pequena digressão.

José Bonifácio faleceu em Niterói, aos 75 anos, e seu corpo foi embalsamado e transportado a Santos, a fim de ser enterrado na Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Há um silêncio na historiografia no que diz respeito à presença do túmulo de José Bonifácio na cidade, o que pode indicar um possível esquecimento coletivo. Mas por volta da década de 1880, em virtude do movimento republicano em Santos, parece que houve uma retomada do nome do Patriarca da Independência na história da cidade.

Em 1887, por iniciativa do vereador Américo Martins dos Santos, a Câmara aprovou a mudança do nome da 'Quadra Mauá' para 'Praça José Bonifácio', entre a Avenida Senador Feijó e as Ruas Amador Bueno, São Francisco e Brás Cubas (mas essa modificação não obteve valor legal, uma vez que o projeto não se tornou lei). Em 1902, a Intendência Municipal inseriu o coreto e bancos na Praça (que já era conhecida como 'Praça José Bonifácio'), na Fig. 41, a fim de que, em determinados dias, a Banda do Corpo de Bombeiros ou de outras instituições tocasse para o público. O nome de José Bonifácio, conforme é possível verificar nas fontes, já havia se popularizado no município, diferentemente do que apontaram as pesquisas de Carvalho (2017) sobre a formação do mito do herói (Tiradentes) na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 41 - Praça José Bonifácio, em 1908

Fonte: Pereira (1908). Acervo de Novo Milênio

Entre 1889 e 1895, com as lutas políticas entre as elites locais e estaduais, parece que o aspecto simbólico foi deixado em segundo plano, pois havia muita instabilidade entre os grupos predominantes no poder público. Mas, entre 1896 e 1907, os grupos políticos investiram na consecução dos seus projetos de governo, tomando a educação como um meio para alcançá-los. Assim, as festas cívicas, como a Independência do Brasil, Dia da Bandeira e Proclamação da República, foram recorrentemente lembradas dentro dos calendários oficiais dos

estabelecimentos de ensino público, eventos organizados pelos inspetores literários, e a visita ao túmulo de José Bonifácio esteve no centro das comemorações entre esses anos.

No Grupo Escolar Barnabé, por exemplo, em 1902, ano em que Raymundo Sóter de Araújo era o inspetor literário, fora organizada uma festa escolar, seguida por conferências oferecidas pela inspetoria literária do município, "[...] para commmemorar a epopéa nacional que o dia 7 de setembro recorda" (SANTOS, 1903, n. 39). Houve concurso de alunas, recitação de poesias e o canto de hinos e cânticos. Como parte da solenidade, estava programada a visita ao túmulo de José Bonifácio, em que autoridades prestariam "a memória do grande patriota, uma justa homenagem e um tributo de gratidão" (SANTOS, 1903, n. 39, grifos meus). Em 1903, Raymundo Sóter de Araújo, conforme consta de seus relatórios, recomendou "[...] aos snrs. Professores que, cada um, na respectiva escola, realizasse uma sessão literária, em que fosse exposta, como lição de civismo, a história da epopéa nacional" (SANTOS, 1904, n. 26), e, em 1907, lamentou o pouco número de solenidades durante àquele ano referentes às comemorações "de datas notáveis de nossa história", motivo pelo qual ele determinou que, ao menos referente a 7 de setembro, as escolas públicas realizassem "sessões solemnes comemorativas dessa grande data" (SANTOS, 1908, p. 47).

Manoel Maria Tourinho, inspetor literário entre 1908 e 1910, não apresentou em seus relatórios nenhuma menção à comemoração de datas cívicas. É provável que ele se reconhecesse mais por sua descendência portuguesa do que brasileira: ele se envolveu com a irmandade da Beneficência Portuguesa, instituição hospitalar que abrigava a comunidade lusitana na cidade. Além disso, durante sua gestão de inspetor literário, fez aquisição de 25 exemplares do poema "As duas pátrias" (SANTOS, 1909, p. 44), escrito por Augusto de Lacerda em 1908, em homenagem ao centenário da abertura dos portos brasileiros às nações amigas. No entanto, a obra faz a homenagem a Portugal e, por consequência, ao Brasil (LACERDA, 1908, n. p.).

A partir de 1910, assumiu a inspeção literária do município Delphino Stockler de Lima. Os periódicos evidenciam que anualmente ele participava de uma série de comemorações cívicas: nos centenários do Descobrimento do Brasil, comemoração em virtude da promulgação da Lei Áurea, homenagem a José Bonifácio e a Xavier Silveira, Independência do Brasil e Proclamação da República (O PAIZ, 1911, p. 8; A FITA, 1912, p. 20; CORREIO PAULISTANO, 1912, p. 2; JORNAL DO COMMERCIO, 1914, p. 6; CORREIO PAULISTANO, 1915, p. 3). Além disso, os registros dos jornais demonstram que Stockler de Lima procurava, nesses eventos cívicos, convocar a participação das escolas do município, o

que pode evidenciar o uso do poder de inspetor na organização de um calendário anual escolar que privilegiasse tais datas.

> Todas as escolas daqui, reunidas em imponente prestito civico, que sahirá da Camara Municipal, ás 9 horas da manhã, seguirá para o Convento do Carmo, em visita ao tumulo de José Bonifacio. No Convento, onde se acha o tumulo do saudoso brasileiro, falará o sr. Stockler de Lima, inspector escolar (CORREIO PAULISTANO, 1912, p. 2).

As visitas ao túmulo de José Bonifácio, em comemoração da Independência do Brasil, aparecem recorrentemente nos periódicos entre 1910 e 1930, onde os alunos dos diversos estabelecimentos públicos e filantrópicos (como o Escholástica Rosa e o Asilo de Órfãos) eram convocados a participar.

O auge da construção simbólica do nome de José Bonifácio ocorreu na década de 1920, sob a gestão do prefeito municipal cel. Joaquim Montenegro. Tendo em vista o centenário da Independência do Brasil, Montenegro modificou o nome da Praça Marechal Deodoro, no Gonzaga, para Praça da Independência (em 16 de fevereiro de 1921). Além disso, uma vez que a mudança de nome da Praça José Bonifácio (no centro da cidade, antiga Quadra Mauá) não havia sido oficializada por ausência de lei, na mesma data, o prefeito sancionou a mudança (Lei 647, que entrou em vigor em 1.º de janeiro de 1922). Em 22 de agosto de 1921, com a presença do Presidente da República, Epitácio Pessoa, foi inserida a pedra fundamental que daria origem ao monumento dos Andradas, inaugurado em 7 de setembro de 1922 (NOVO MILÊNIO, 2004, *on-line*), na Fig. 42.

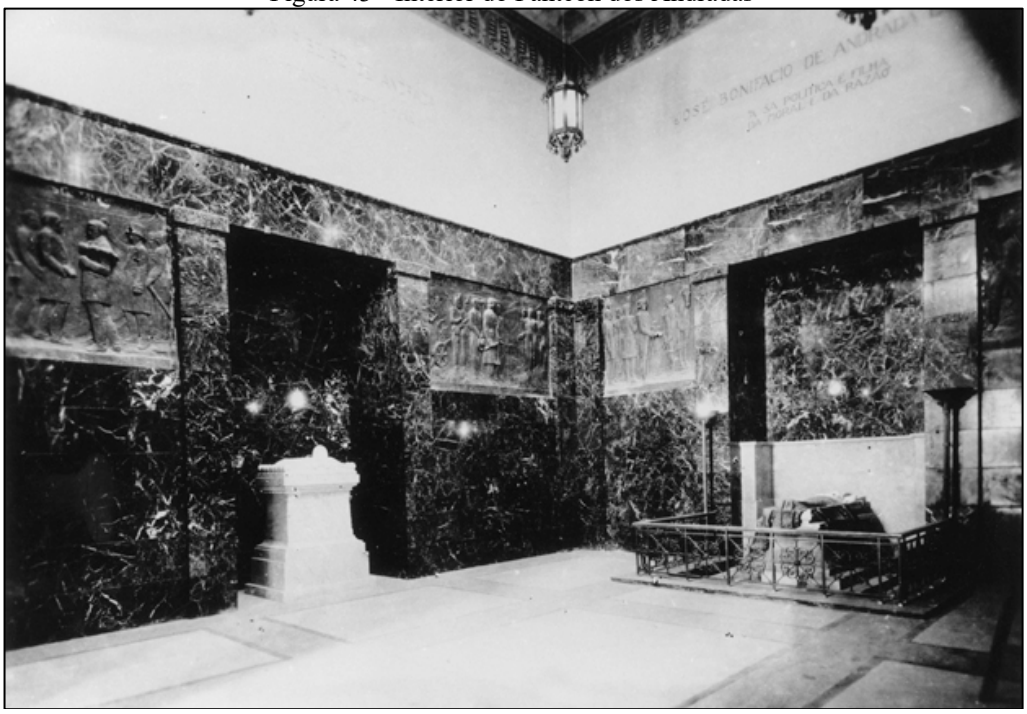
Figura 42 - Monumento aos três Andradas

Fonte: Waldheim (1939). Acervo da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Dando continuidade ao processo de construção simbólica em torno do nome de José Bonifácio, no ano seguinte, para comemoração do dia 7 de setembro (1923), Montenegro e a Câmara Municipal inauguraram o Panteão dos Andradas, ao lado da Igreja do Carmo,

consagrado à memória dos três irmãos: Martim Francisco, José Bonifácio e Antônio Carlos, na Fig. 43.

Figura 43 - Interior do Panteon dos Andradas



Legenda: à direita o túmulo onde repousa José Bonifácio
Fonte: Waldheim (1939). Acervo da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

O nome de Xavier da Silveira, porém, foi tão logo após sua morte, rememorado por meio da fundação de um clube, dedicado ao trabalho literário e de incentivo à libertação de negros escravizados, o *Club* Literário Xavier da Silveira. Fundado na primeira quinzena de 1879, realizou festas cívicas na década de 1880, em comemoração à lei do ventre livre, ocasiões em que se distribuíam cartas de alforria (NOVO MILÊNIO, 2005, *on-line*).

O *Club* procurava dar publicidade à iniciativa particular de libertação de escravizados, como ocorreu em 1884, quando o Dr. Ribeiro Campos libertou, por iniciativa própria, seus quatro escravos. O Club, sabendo do ocorrido, enviou uma comissão para parabenizá-lo e para lhe pedir as cartas de libertação, a fim de conferi-las aos negros durante uma sessão magna para esse fim. Aceitando a proposta, Dr. Ribeiro e a comissão marcaram a data (não mencionada na matéria) em um dos teatros da cidade. Houve apresentação de óperas clássicas, o canto do hino da caridade, um sarau dramático e diversos discursos. E os alunos do Collegio Nacional se fizeram presentes (O ESTADO DE S. PAULO, 1884, p. 2).

O Club também se envolvia com as festividades cívicas da cidade, como ocorreu em 7 de setembro de 1884, quando seus membros visitaram o túmulo de José Bonifácio, na Igreja do

Carmo, onde rezaram um “memento” e o presidente do *Club* pronunciou uma oração (FOLHA NOVA, 1884a, p. 3; 1884b, p. 3).

Não é possível afirmar data exata, mas entre 1878 e 1894, a antiga Rua dos Quartéis passou a ser denominada Rua Xavier Silveira[55]. É interessante pensar no motivo da escolha desse logradouro para ser batizado em memória de Xavier da Silveira, pois se trata da rua que margeia o cais santista, o que talvez faça referência às lutas que foram travadas pelo ilustre santista em virtude da modernização do porto. Há uma fotografia histórica de 1892, na Fig. 44, quando a Cia Docas de Santos inaugurava o primeiro trecho de cais organizado (em substituição aos antigos trapiches que davam acesso aos navios) que ilustra a rua mencionada.

Figura 44 - Rua Xavier Silveira, em 1892

Fonte: Novo Milênio (2013). Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos125.htm. Acesso em: 1 ago. 2021.

Após a reforma urbana iniciada em 1908, a Rua Xavier Silveira foi reorganizada, uma vez que fora construída uma série de armazéns portuários junto ao cais, encobrindo a visão do estuário, na Fig. 45.

[55] Da planta de Santos de 1878 consta o nome de “Rua dos Quartéis”, enquanto a Lei municipal n. 22, de 23 de maio de 1894, faz menção ao alinhamento da Rua Xavier Pinheiro.

Figura 45 - Rua Xavier Pinheiro em 1909

Fonte: Novo Milênio (2013). Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos125.htm. Acesso em: 1 ago. 2021.

Em 7 de setembro de 1911, o Comendador João Manuel Alfaya Rodrigues iniciou um movimento com a intenção de promover a memória de Xavier da Silveira (O CORREIO PAULISTANO, 1911, p. 1). Junto a outros comerciantes locais, e com o apoio dos membros do Partido Municipal, do prefeito Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva e da Câmara, organizou uma comissão para erigir um monumento ao ilustre santista. A Comissão pró-monumento Xavier da Silveira, como ficou intitulada, reuniu assinaturas de membros da elite e dos trabalhadores de Santos, a fim de tornar o movimento uma iniciativa popular (assim, pelo menos, os periódicos retrataram) (O ESTADO DE S. PAULO, 1914, p. 4).

> Joaquim Xavier da Silveira morreu aos 35 annos de edade, em 1874, fazendo agora 39 annos que deixou de existir. A sua morte foi sentidíssima por toda a população de Santos, principalmente entre os humildes, de quem elle se fez amigo, companheiro e protector. No dia do seu enterro, o espetáculo mais commovedor foi o ver-se, acompanhando o féretro, todas as classes trabalhadoras de Santos (A NOITE, 1914, p. 1).

Compunha a comissão diretora, além do comendador Alfaya Rodrigues, presidente, o capitão João Salermo[56] e o arquiteto João Bérnils[57]. Além disso, havia a comissão para recepção dos membros da família de Xavier da Silveira, composta por João Carvalhal Filho, Américo

[56] Capitão João Salermo foi secretário da Câmara Municipal de 1900 até 1930. Foi juiz de paz, irmão da Santa Casa de Misericórdia de Santos, membro do Asilo de Órfãos, Asilo dos inválidos, dentre outras instituições de caridade. RODRIGUES, Olao. **Veja Santos.** 2. ed., 1978, p. 339-340.

[57] Não foram encontradas informações biográfias, mas pelas evidências é possível afirmar que era arquiteto e projetista da Câmara Municipal no período, participando, por exemplo, da construção do Teatro Coliseu e de outras obras públicas de Santos.

Martins dos Santos, Cel. Francisco Antonio de Sousa Junior e Afonso F. Veridiano; comissão de recepção de autoridades e imprensa: Adolpho Porchat de Assis, Cel. Joaquim Fernandes Pacheco, Dr. José Martins Fontes, major Prudente Xavier; comissão de recepção de famílias e convidados: Cap. Ignácio Mariano de Azevedo Marques, Francisco Andrade, Adolpho A. Millon e Laercio Trindade (CORREIO PAULISTANO, 1911, p. 2).

A Comissão pró-monumento Xavier da Silveira solicitou ao escultor italiano Lorenzo Maza que fizesse o monumento numa base de granito, elevando-se "[...] um pedestal emcimado pelo busto, em bronze, do saudoso santista. Ao lado, embaixo do busto, uma figura de mulher empunhando uma lyra, também em bronze, representando a poesia" (O ESTADO DE S. PAULO, 1914b, p. 4). As inscrições diziam: "Joaquim Xavier da Silveira, A' memória do filho amado, Santos mandou erguer este monumento 1913"; "7-X-1840 a 30-VIII-1874 – voou pelas alturas do infinito onde passa ridente o rei da luz"; "Orador, poeta, jornalista e advogado – amou devotadamente a terra do seu berço que serviu e honrou" (O ESTADO DE S. PAULO, 1914b, p. 4).

As inscrições no monumento demonstram que foi valorizado pela Comissão (e, da mesma forma, pelos dirigentes municipais) o amor devotado de Xavier da Silveira à cidade, isto é, um espírito patriótico de valorização local em primeiro lugar (e não da nação, sobretudo). Parece ser possível afirmar, portanto, que essa era uma das bandeiras do Partido Municipal – pelo menos em 1911, conforme se discutiu no capítulo anterior –, o enaltecimento da cidade, prezando pelos interesses da elite local.

No ano de 1913, a Comissão procurou organizar eventos sociais para levantar fundos, que seriam destinados ao dia da inauguração do monumento, por exemplo, como ocorreu em 13 de outubro, no Teatro Carlos Gomes, em que:

> os cançonetistas Hermanos e Vines cantaram bellos trechos de musicas, escolhidas, sendo muito applaudidos. Também os duettistas Pepe Otento muito contribuíram para o completo êxito da festa, com seus apreciados números. O programa cinematográfico, que se compunha de fitas interessantíssimas, foi recebido com agrado geral pela assistência que era numerosa (CORREIO PAULISTANO, 1913a, p. 4).

Além disso, a Comissão solicitou apoio da iniciativa privada, sendo suas demandas atendidas: em 27 de outubro de 1913, promovido pela Companhia Cinematográfica Brasileira, um festival cinematográfico no Coliseu Santista (CORREIO PAULISTANO, 1913b, p. 3), e a *The City of* Santos ofereceu o gás necessário para a iluminação feérica do Largo do Rosário na noite da inauguração (CORREIO PAULISTANO, 1914a, p. 2).

Às 15 horas de 11 de janeiro de 1914, domingo, no Largo do Rosário, ocorreu a inauguração do monumento a Xavier da Silveira (CORREIO PAULISTANO, 1914b, p. 2). Representantes do governo federal (os ministros do Exterior e Negócios Estrangeiros, da Fazenda e da Justiça), estadual (secretário da justiça e segurança pública) e municipal (prefeito, vereadores e o inspetor literário), bem como a família do falecido vinda do Rio de Janeiro, representantes da imprensa e pessoas de todas as classes fizeram-se presentes (JORNAL DO COMMERCIO, 1914, p. 6).

O Largo do Rosário ficou repleto de pessoas. Uma arquibancada foi organizada para recepção das autoridades e familiares de Xavier da Silveira. As bandas do Corpo de Bombeiros, e de dois institutos educacionais – da Escola da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos e do Instituto D. Escholástica Rosa – tocaram durante horas. Adolpho Porchat de Assis foi quem iniciou a festividade, dizendo "em nome da commissão receber com grande agrado a obra que foi executada com feliz êxito" (JORNAL DO COMMERCIO, 1914, p. 6). Em seguida, convidou Carlos Luiz de Affonseca e Cel. Carlos José Pinheiro, presidente da Câmara e vice-prefeito, respectivamente, junto com a família de Xavier da Silveira para descerrarem o véu que cobria o monumento.

O orador oficial da inauguração foi Arthur Porchat de Assis, que pronunciou um discurso enaltecendo as virtudes de Xavier da Silveira, enquanto pai, orador, defensor do pobre, abolicionista, poeta, homem caridoso e exemplo cívico para a mocidade. O discurso foi publicado na íntegra na página seis do Jornal do Commercio (RJ), em 14 de janeiro de 1914, do qual se selecionou a seguinte parte:

> [...] Foi um trabalhador da idéa, um productor do Bem; e, ao menos, por essa face tão nobre sirva este monumento da mais viva e concreta lição cívica, para essa mocidade, que pretende ser estudiosa e boa. (...) Com a erecção deste monumento resgatamos uma dívida hoje, que não é a última a pesar-nos no balanço da nossa história local. Para os mortos, que, como elle, honraram as tradições de Santos, há de esta mocidade, acalorada e forte, cumprir o seu dever patrício: para os que vivem, o que já nos honram tanto, virão os pósteros rememoral-os ainda. A vida dos grandes homens é o sonho da mocidade; é o estímulo da nossa virilidade (JORNAL DO COMMERCIO, 1914, p. 6, grifo do autor).

O discurso de Arthur Porchat de Assis ilustra as ideias pedagógicas contidas no capítulo "Da educação física" de sua obra. O monumento servirá de memorial para as gerações futuras e para a mocidade atual, estimulando-as a honrar as tradições construídas pelos republicanos locais, na Fig. 46.

Figura 46 - Inauguração do Monumento a Xavier Silveira no Largo do Rosário

Fonte: Fon Fon (1914). Acervo da Hemeroteca Digital.

Delphino Stockler de Lima, inspetor literário, foi o próximo a ocupar a tribuna, representando as autoridades municipais. Ele "[...] interpretando os sentimentos dos intendentes municipaes, recebeu o monumento, agradecendo e assegurando que a Municipalidade saberá zelar, com todo o carinho, pelo objecto que representa a memória de um grande homem" (A IMPRENSA, 1914, p. 1).

As bandas que estavam alocadas nos coretos (foram armados mais dois, para comportar as três bandas presentes) tocaram o Hino Nacional; a Sinfonia "O Guarani", de Carlos Gomes; e mais seis peças musicais (CORREIO PAULISTANO, 1914b, p. 2) (dentre elas, a valsa do

Club XV, de Oscar Ferreira)[58]. A festividade se encerra com a visita ao túmulo de Xavier da Silveira no Cemitério do Paquetá.

Note-se que a rede de intelectuais, objeto de estudo desta tese, estava presente na inauguração do monumento, participando ativamente tanto da comissão quanto dos trabalhos e as instituições educacionais do município, pelo menos as de ensino público e filantrópicas, deveriam estar presentes por determinação do inspetor literário e de seus diretores/presidentes, respectivamente. Neste ponto, vale lembrar Carvalho (2017) que, ao procurar compreender as operações do "extravasamento" da visão republicana pertencente à elite para as classes populares, percebeu que o discurso letrado era inacessível ao público com baixa formação escolar. Por isso, a elite procurou oferecer meios simbólicos de mais fácil compreensão como os monumentos, por exemplo, para veicular os valores de civismo (e não apenas esse) que desejavam transmitir, afinal, "embora heróis possam ser figuras totalmente mitológicas, nos tempos modernos são pessoas reais" (CARVALHO, 2017, p. 15).

Assim, do ponto de vista do autor desta tese, para compreensão e análise da obra "Eduquemos", de Arthur Porchat de Assis (em especial, do capítulo "Da educação cívica"), fazia-se necessário compreender o contexto municipal de fabricação de heróis patriotas, embora esse patriotismo tenha características próprias, como uma maior valorização do contexto local. Neste sentido, elegeram-se heróis do município, como José Bonifácio e Xavier da Silveira para expressar os valores que os republicanos desejavam transmitir. Além disso, os eventos cívicos estiveram presentes durante a Primeira República na cidade de Santos e os intelectuais da educação promoveram, por meio deles (mas sem perder de vistas outros elementos, como as disciplinas de Geografia Pátria e História Nacional, o hino nacional, a valorização das bandeiras etc.), a "formação das almas" dos educandos do município.

3.6 "DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL"

> O ensino profissional há de suavisar a miséria que bate á porta das famílias pobres. [...] E, para a crença, ao sentir tanta seiva de vida, ou essa vida tanto empolgante, qualquer trabalho instiga, todo trabalho educa, sempre o trabalho ensina. (ASSIS, 1915, p. 72)

Este é o último capítulo da obra "Eduquemos". E ele inicia com um desabafo do autor: "A educação profissional vae, felizmente, ganhando terréno entre nós" (ASSIS, 1915, p. 72), sobretudo, porque, segundo Arthur Assis, havia políticos, utilizando a tribuna, e intelectuais, por meio da imprensa, que apontavam seus *benefícios* sociais e econômicos (dentro de uma

[58] *Club* XV é um clube que reuniu a elite santista desde o final do século XIX.

perspectiva capitalista), resolvendo um problema social de "previdência moral e de prosperidade nacional" (ASSIS, 1915, p. 72).

A sociedade brasileira da Primeira República, segundo Chalhoub (2001), precisava reinventar a ética do trabalho, pois havia herdado do contexto escravocrata, do século XIX, uma mentalidade contrária aos ofícios manufatureiros, haja vista serem atividades desempenhadas por negros escravizados e brancos em situação de vulnerabilidade social (como os órfãos e desvalidos). Cunha (2000, p. 92) afirma que "[...] foi dos positivistas que partiu a primeira manifestação havida no regime republicano com respeito à formação da força de trabalho, particularmente no tocante à aprendizagem de ofícios manufatureiro*s*". Era sob esse ponto de vista que Arthur Porchat de Assis fundamentava sua representação de Educação Profissional.

Com a crescente industrialização do país, havia necessidade de maior instrução para os operários, afinal, caberia a eles a operacionalização das máquinas, o que exigia, por exemplo, a leitura de manuais de instrução. Além disso, com o aumento do número de trabalhadores nas cidades, a cultura popular ganhava maior notoriedade, chocando-se com os padrões modernos da cultura burguesa, que a compreendia como essencialmente promíscua, uma patologia a ser resolvida (CHALHOUB, 2001). Portanto, havia uma necessidade de ordem prática tanto para instruir quanto para moralizar a classe operária.

Tendo em vista que estes pressupostos poderiam estar subjacentes ao texto de Arthur Assis, o autor expressa que a educação profissional é "[...] em favor do elemento popular", cuja finalidade era um "[...] real complemento da educação primária, um acabamento do homem-cidadão" (ASSIS, 1915, p. 72-3). Simplificando: o público-alvo da educação profissional era o proletariado. Aliás, o "Eduquemos" é uma obra dedicada à educação dos filhos da classe operária, e aos empobrecidos que precisavam ser inseridos, "ajustados" socialmente. O capítulo "Da educação profissional" oferece, portanto, uma teoria, segundo a leitura de Carmo (2015), para construção do bom trabalhador.

> Transformar o agente social expropriado em homem de bem – isto é, em trabalhador assalariado – requer também o exercício de um controle sobre sua vida fora do espaço de trabalho, pois, afinal, um indivíduo integrado à sociedade se define ainda por certos padrões de conduta amorosa, familiar e social (CHALHOUB, 2001, p. 171).

Arthur Assis parte da afirmação que a educação profissional, por se tratar de ensino formal, é uma questão que está sob a competência da escola, e esta deve dedicar os mesmos programas e métodos "modernos" empregados às disciplinas escolares. Isto é, para o autor, deve a escola aplicar critérios exclusivamente pedagógicos (conforme orientado no capítulo "Da educação intelectual*"*) para o ensino profissional, da mesma forma que um agricultor

amaina a terra, o professor deve preparar a criança para receber a instrução profissional, fazendo-a evoluir progressivamente.

O ensino profissional, segundo Arthur Assis, deveria iniciar na mais tenra infância, isto é, nas escolas maternais e, posteriormente, nos Jardins da Infância, onde seriam identificados conforme o método froebeliano. Para o autor do "Eduquemos", desde cedo a criança manifesta, ao brincar, suas tendências tecnológicas, isto é, seus comportamentos ligados à indústria ou ao comércio, cabendo ao mestre direcioná-las durante o ensino escolar. Por isso, os trabalhos manuais são fundamentais para a identificação dos ofícios das crianças: "[...] esses trabalhos, perfeitos officios em miniaturas levados ás suas mínimas reducções, irão gradativamente tomando suas proporções normaes até atingirem ao perfeito officio, ocasião essa de qualificar-se então o verdadeiro ensino profissional" (ASSIS, 1915, p. 74).

Os trabalhos manuais, segundo o método froebeliano, oferecem a possibilidade aos estudantes de conhecerem o mundo físico e, nesse sentido, descobrirem a utilidade, brincando com o que produziam manualmente.

> Não é raro vêr-se uma creança, tomando as proporções de um perfeito artista, fabricar a sua pequena carruagem de uma caixa de papelão, quatro carreteis de linha e algumas varetas, infantilmente aparelhadas; outra, com areia e agua a edificar palacios a construir fórnos, a perfurar tunneis. São essas as primeiras tendencias infantis; e devem ser logo aproveitadas, pois por ellas poderá o mestre estudar uma vocação futura, colhendo assim bons resultados escolares (ASSIS, 1915, 74).

Ainda no Jardim de Infância, ao se apropriar do método froebeliano, o mestre, segundo Artur Assis, pode identificar as vocações embrionárias das crianças – o que ele denomina de *dons* – a fim de, posteriormente, durante o ensino primário, obter algum critério para orientar o estudante na escolha de sua futura ocupação, cultivando, portanto, as faculdades mentais que levariam a criança ao progresso (ASSIS, 1915, p. 76).

A fim de comprovar sua argumentação, Arthur Assis menciona os "[...] perfeitos desqualificados*"*: indivíduos que "[...] na própria edade da madureza [...] correm uma longa escala de officios, a nenhum acommodando-se, a nenhum ageitando-se definitivamente, por motivo de não estarem adaptados ás suas vocações innatas, ás suas tendências naturaes. (ASSIS, 1915, p. 76). Esses sujeitos culpam "o peso do officio"*,* "o estado de saúde" ou a "brutalidade do patrão" por seus inconvenientes, enquanto o erro estaria na má escolha do ofício por não estar de acordo com seus dons. Dessa feita, a escola possui a responsabilidade de oferecer um ensino tecnológico abrangente, a fim de possibilitar aos discentes o descobrimento da sua vocação, seja industrial ou profissional (CARMO, FARIA, VIEIRA, 2021).

> Foi essa vocação provocada por tantos meios indirectos, despertada por tantas causas differentes que, ao final, não será difficil determinal-a, se bem que possa falhar a conjectura feita. Embora por erro de officio fuja o mestre á escolha feita da profissão preferida ao seu alumno, nem por isso doa-lhe a consciência, porque, se a vocação foi contrariada um pouco, houve comtudo uma boa cultura geral do individuo, collocando o mestre esse alumno em condições seguras de poder com mais facilidade abraçar e esposar, na edade viril, a sua vocação natural (ASSIS, 1915, p. 77).

Ao cultivo profissional das crianças também deveria ser acrescentado o ensino de desenho. Inicialmente, a proposta de Arthur Assis é que ao estudante seja oferecido desenho geométrico, a fim de habituar sua mão aos movimentos, aos conhecimentos das figuras e formas, bem como de suas aplicações. No nível seguinte ao desenho geométrico, o mestre passaria ao desenho industrial.

O desenho industrial deveria, segundo o método proposto por Arthur Assis, ser realizado de preferência à mão. No estágio avançado, o aluno poderia fazer uso de instrumentos próprios como o tira-linhas, compasso, transferidor, pois utilizá-los implica o domínio de escalas. Nesse sentido, caberia ao professor verificar se o aluno está correspondendo ao modelo estabelecido, atento aos detalhes, proporções etc., "[...] trabalhos esses iniciaes das execuções práticas realizadas nas oficinas" (ASSIS, 1915, p. 77). O objetivo é fazer do aluno um observador cuidadoso, um pequeno artista.

O ensino de estética também compunha parte da educação profissional. Arthur Assis cita Hegel, definindo estética por "[...] arte do bello [...], manifestação sensível da idéa" (ASSIS, 1915, p. 78), a qual precisava ser despertada no aluno independentemente da sua vocação profissional. Ao privilegiar o ensino da estética, o "pequeno profissional" poderá perceber alguma vocação oculta para artista e, ao conhecê-la na escola, poderá desabrochar, à semelhança de um botão de rosa.

O ensino profissional, portanto, aliado ao ensino de desenho e estética deve ser, segundo o método proposto por Assis (1915), menos teórico, caso contrário poderá tornar-se enfadonho e pouco atraente à criança (CARMO, FARIA, VIEIRA, 2021). Ao mestre cabe fechar o livro e abrir as portas da oficina: "Leve-o o mestre á officina e verá como a alegria há de voltar á alma, tonificando o espírito, avigorando o corpo. Ve-lo-á o mestre em condições de trabalhar com gosto" (ASSIS, 1915, p. 79). Nas oficinas, as crianças reproduziriam o que o professor havia demonstrado em classe, e a escola, dessa forma, se tornaria um "[...] centro de trabalho prolífero, e de onde os seus alumnos sahirão perfeitamente armados para as necessidades da vida prática" (ASSIS, 1915, p. 80).

> Ensine-se-lhe a natureza dos utensís, as suas composições, as diversas applicações práticas, o próprio preço do seu custo. No momento da execução do trabalho, explique-se-lhe o material empregado, a sua natureza, peso, consistência, o tempo

> apurado no acabamento de uma obra, e mais, o preço d'esta, a fim de poder a creança aprender a levantar um orçamento mais ou menos certo. D'essa boa metlhodisação do ensino lucrará o alumno por conseguir um aprendizado consciencioso; e muito igualmente lucrará o futuro patrão por ter no seu operário uma pessoa em condições de poder concorrer para o mais lisonjeiro resultado da sua vida econômica (ASSIS, 1915, p. 80).

A educação profissional beneficiaria, segundo Arthur Assis, patrões e os futuros trabalhadores. Essa argumentação prossegue: o operário, ao se tornar mais bem preparado para seu ofício, recebe maior remuneração, mas caso não seja instruído profissionalmente na escola, possibilita a "justa queixa dos patrões, os quaes, necessitando embora do auxilio produtor das classes laboriosas, estão a obter em troca um serviço pouco compensador" (ASSIS, 1915, p. 81).

Do ponto de vista de Arthur Assis, era necessário que os futuros operários fossem ensinados, tutelados por membros da elite – os patrões – para o fornecimento de subsídios teóricos e práticos que lhes capacitariam ao trabalho. Para ele, uma vez que a vida moderna impunha um preço elevado aos produtos e serviços, o ensino profissional era fundamental para o desenvolvimento da nação e para o bem da classe trabalhadora. Para a nação, o resultado seria econômico e social, pois das escolas sairiam, por um lado, artistas e, por outro, operários para a indústria, desdobrando-se, segundo Arthur Assis, na diminuição da concorrência, ampliação dos postos de trabalho e proteção econômica do homem trabalhador e honesto. O operário, por sua vez, suaviza a sua miséria: "[...] uma ferramenta e um officio, se não são armas de riqueza, são pelo menos obstáculos á esmola e á indigência pública" (ASSIS, 1915, p. 81).

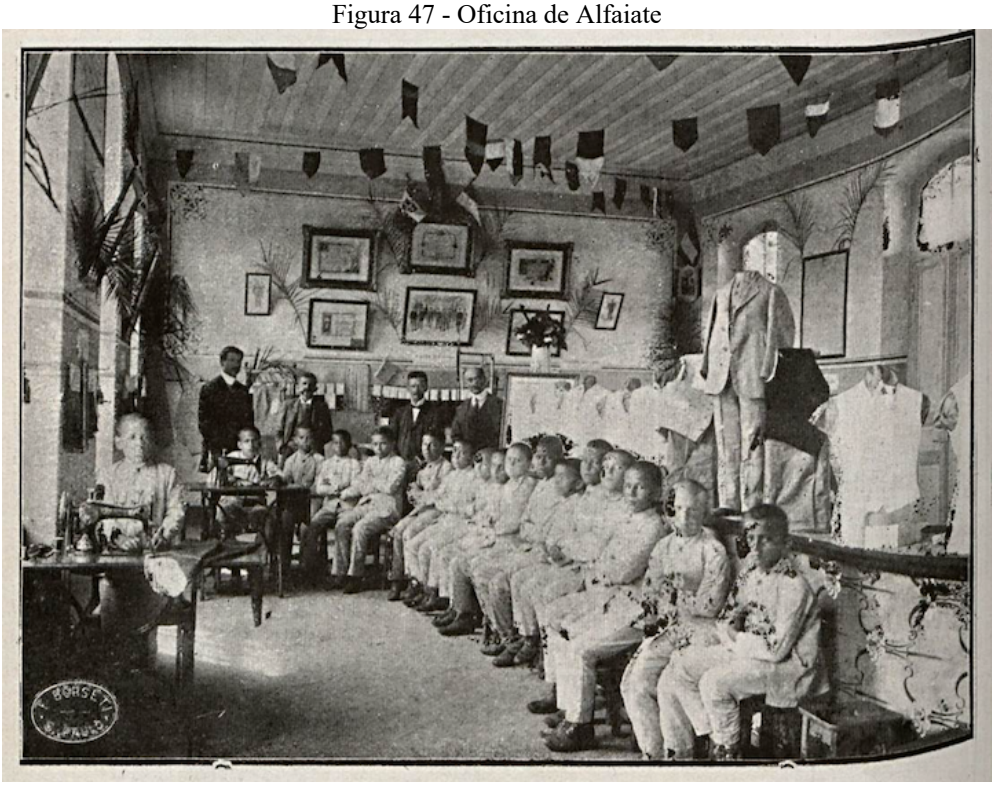
O discurso de Arthur Assis acerca dos benefícios da educação profissional ao operariado contempla, por um lado, o aspecto financeiro, mas também, um aspecto moralizante, tomando a família dos trabalhadores como um foco de perdição. Em suas palavras:

> O proletariado é quem mais soffre os effeitos da insufficiencia do nosso ensino escolar. E, da maneira pela qual a Familia ainda hoje se constitue, por perfeito abandono moral, só educando-lhe os filhos esperará por auroras futuras de regeneração e trabalho. A casa do operarário é, infelizmente, um fóco de perdição: a creança ao deixar apenas o sabor do leite materno começa a sentir o cheiro provocador do álcool. Se entra o pae, bêbedo pela porta, ella salta pela janela para a calaçaria das ruas. Por desviar as creanças d'isto é que devemos preparar o lar. Se a Família é mal organisada, prepara-se a infância, porque d'ella mais tarde há de sahir a Família. A'essa perfeição de nível moral, que o nosso povo tanto almeja e quer, havemos de chegar um dia, levando já ao operariado o ensino de que é precisada a infância (ASSIS, 1915, p. 81-82, grifos meus).

Chalhoub (2001) demonstra que o discurso moralizante da elite sobre as classes populares no Rio de Janeiro, por vezes compreendidas por "classes perigosas", contemplava um espaço especial para a educação profissional, na Fig. 47, enquanto um recurso para restrição da vadiagem, da ociosidade e indigência. E sob essa perspectiva, Arthur Assis, como um

homem do seu tempo, pertencente à elite local, concluiu: “Deem-lhe [ao proletário] a escola, a profissional primeiro. A’escola technica fórma um ramo da profhylaxia moral e social. E’ ella, [...] um fóco salutaríssimo de regeneração individual e social” (ASSIS, 1915, p. 82).

Figura 47 - Oficina de Alfaiate



Fonte: Brazil Magazine (1910). Acervo Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional.

As práticas educacionais presentes no Instituto Dona Escholástica Rosa, entre 1908 e 1930, exemplificam o que foi sendo discutido até o presente momento e essas práticas condiziam com as representações descritas por Arthur Porchat de Assis – acerca da natureza dos filhos dos pobres –, e com o pensamento da elite dirigente da cidade. Nas discussões da mesa diretora da Santa Casa de Misericórdia de Santos (instituição que reunia a elite local e que era responsável pela escolha do diretor do Instituto), é constantemente relembrado que o Escholástica Rosa deveria se assemelhar ao Liceu de Artes e Ofício de São Paulo e, no que diz respeito a contratação de professoras para o Instituto, por exemplo, o Vice Provedor Freitas Guimarães[59] mencionou que:

> [...] ficou resolvida por grande maioria, si não por unanimidade, que não fossem nomeadas professoras para aquelle instituto, por entender a Mesa Administrativa que as senhoras não podiam ter a energia precisa, <u>para educar e disciplinar os meninos, como os que em sua maioria são alli recebidos</u> [...]; para lidar com meninos de origem que não é nobre” (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1911, p. 239-265, grifos meus).

[59] Antônio de Freitas Guimarães Sobrinho, intendente municipal de 1914 a 1919; presidente da Câmara entre 1920-1923. Membro do Partido Municipal.

Em 1913, com o início da construção das oficinas de tipografia, alfaiataria, sapataria, marcenaria e carpintaria (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1914, p. 39) no Instituto, a mesa diretora compreendeu que:

> [...] o Instituto precisa movimentar suas diversas oficinas de forma que elas constituam não somente fonte de aprendizagem teórica e pratica para os alunos, como também fonte de renda para seus cofres, de forma que se possa dos resultados auferidos determinar uma porcentagem que será entregue ao aluno quando tiver concluído o seu curso e com cujo auxilio pecuniário viríamos completar o bem que proporciona este Instituto a classe pobre desta terra, pois esse pequeno pecúlio lhe serviria para o inicio de sua vida prática, pondo-o ao abrigo de qualquer necessidade (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS, 1915, p. 29).

Enquanto o Instituto Dona Escholástica Rosa se dedicava exclusivamente ao ensino de meninos, o Asilo de Órfãos já possuía classes primárias de ambos os sexos, embora o ensino secundário fosse oferecido apenas às moças (e os meninos eram destinados ao Instituto Escholástica Rosa), conforme apontou Vieira (2012). O ensino profissional das meninas, sob a gestão de Victor de Lamare, constituiu na aprendizagem e posterior demonstração pública (por meio de exames) das prendas domésticas. Na ata de 31 de dezembro de 1916, ficou registrado que "[...] as educandas fizeram provas de – costura, lavagem engomadora, cozinha, bordado a máquina e piano tendo causado muito boa impressão o modo desembaraçado e a perfeição com que, muitas das educandas, desempenharam seus trabalhos" (ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA, 1916, n. p.). Em 1924, o Asilo de Órfãos também ofereceu às asiladas o ensino de datilografia, que era, segundo o presidente "[...] de grande futuro para nossas educandas que, convenientemente adestradas no manejo destas máquinas, ficariam em condições de poderem ganhar suas subsistências, pois com facilidade encontrarão colocação em casas comerciais" (ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA, 1925, n. p., grifo do autor).

Os exames que ocorriam nos finais de ano letivo eram acompanhados pelo Inspetor Literário do Município. Quando o exame era acerca dos conteúdos escolares, como História Nacional, Geografia Pátria, Língua Portuguesa ou Aritmética, professores de outras instituições escolares faziam parte da banca. No entanto, ao tratar-se do exame de prendas domésticas, as mulheres pertencentes às famílias tradicionais da cidade – e, por tradicional, entenda-se membro da elite santista – eram convidadas (e representadas às asiladas como exemplo a ser seguido).

A missão civilizatória da escola implicava formar futuros cidadãos para a República, colocando ferramentas sobre as mãos dos filhos de operários e a pena sobre as mãos dos filhos da elite dirigente. Para isso, era necessário manter sob a tutela da elite os filhos dos proletários,

a fim de recuperá-los e regenerá-los, tornando-os bons trabalhadores, ou, conforme concluiu Arthur Assis, uma mocidade mais vigorosa, industrial e intrépida.

4 CONCLUSÃO

Houve, na eleição de 1908, uma modificação significativa na direção política de Santos: o Partido Municipal conseguiu eleger o prefeito e a maioria na Câmara (das 11 cadeiras disponíveis, elegeram oito), desbancando tanto a facção republicana envolvida com as antigas elites do Império (que se reinventaram e assumiram as "vestes republicanas" a fim de permanecer na condução política da cidade) quanto a facção de oposição ligada à elite paulista.

Sob o discurso de privilegiar um governo de atendimento exclusivo aos interesses locais, o grupo pertencente à Associação Comercial de Santos, que fundou o Partido Municipal em 1905, ofereceu aos eleitores santistas um projeto modernizador, visando a adequar a cidade a uma perspectiva estética condizente com o urbanismo higienista do período, fazendo uso, por um lado, do capital cafeeiro (acumulado no âmbito da cafeicultura paulista, que se mecanizava) e, por outro, do investimento estrangeiro para a criação da indústria, melhorias urbanas e exploração de serviços.

Dentre tantos obstáculos para consecução desse projeto modernizador, porém, havia a grande massa de analfabetos (ex-escravos, imigrantes e migrantes, sobretudo) a procura de condições materiais mínimas de subsistência, submetendo-se, por exemplo, à exploração do trabalho em pedreiras e na ampliação dos calados portuários, mas que não servia para o trabalho técnico das indústrias ou para os postos de serviços especializados do alto comércio. Alfabetizar a população era essencial para romper com o passado colonial e inserir-se neste "novo mundo moderno". Aliás, uma das principais marcas das cidades industriais modernas (mas, também, as comerciais, portuárias etc.) é a cultura letrada. Nas cidades da segunda modernidade do capital, a cultura letrada era essencialmente uma marca urbana, ou seja, não-rural.

A mudança no regime político também acrescentava a necessidade de "forjar" o cidadão republicano e, para isso, alfabetizar a população era, da mesma forma, um requisito indispensável para o ensino intelectual e moral, isto é, para os requisitos de uma vida em comunidade numa sociedade republicana. É interessante observar como a ideia de república se manifesta no imaginário coletivo das lideranças e dirigentes da sociedade brasileira (e santista) nesse peculiar momento de histórias (conectadas): sociedade rural, produtora de monoculturas, recém-saída de um regime escravocrata, que se industrializava e urbanizava; oligarquias (dinastias, famílias tradicionais), cujos interesses políticos estavam sendo postos à prova por outros interesses ligados à indústria, ao comércio e ao capital bancário.

Os dirigentes da cidade de Santos buscaram construir novos valores e novas formas de convivência, as quais modificaram a compreensão de trabalho, moradia, o papel do corpo, além de outros aspectos fundamentais para a formação de uma nova concepção de cidadão. Mais do que isso: ofereceram modelos, heróis e símbolos para a construção dessa sociedade moderna que almejavam.

Esta tese procurou demonstrar que, a partir de 1908, com a ascensão do Partido Municipal ao poder público, houve o aparelhamento da sociedade política com a sociedade civil por meio da formação de uma rede de intelectuais composta por advogados, engenheiros, médicos e professores – os missionários do progresso. Essa rede estabeleceu práticas educacionais para a formação dos filhos da classe operária, conforme um projeto civilizatório estabelecido pela elite dirigente (e que se fez dominante) local.

Com o objetivo de evidenciar quem foram os intelectuais e como atuaram ao lado dos dirigentes do município, no campo da educação, para consecução desse projeto modernizador durante a Primeira República na cidade de Santos, fez-se necessário discutir, em primeiro lugar, o que esses intelectuais compreendiam por modernidade, privilegiando uma discussão historiográfica sobre as representações de Santos enquanto uma cidade moderna. Considerou-se que esses intelectuais analisados foram orgânicos à própria classe, isto é, membros das famílias tradicionais da elite santista. Assim, ao analisar a revista "A Fita" (que circulou, principalmente, para o público abastado do município), demonstrou-se que a representação de modernidade estava associada ao conceito de modernização, em que se relacionava o progresso com o desenvolvimento industrial. Outro resultado foi a explicitação de que parte da historiografia "clássica" santista sobre o período (SANTOS, 1937; SILVA SOBRINHO, 1957; ARAÚJO FILHO, 1969; RODRIGUES, 1975; 1976; 1979; 1981) naturalizou a perspectiva da elite dirigente, mantendo essa representação nas escritas da história.

O segundo capítulo, por sua vez, procurou apresentar quem foram os intelectuais e, sob a ótica de Gramsci, compreender suas práticas – isso sem perder de vista a relação que esses sujeitos estabeleceram com os grupos da sociedade política e da sociedade civil, fossem elas relações de afinidade ou conflito, subordinação ou autonomia. Procurou-se, além disso, demonstrar o pertencimento, por parte desses intelectuais, às redes de sociabilidade, seja por relações familiares, ou por afinidades, ou por quaisquer outros motivos que pudessem oferecer elementos para compreensão tanto das redes de sociabilidade quanto do aparelhamento existente entre instituições escolares dirigidas por esses intelectuais e pelo poder público.

Por fim, no terceiro capítulo desta tese, buscou-se analisar a obra "Eduquemos", compreendendo-a como uma expressão das ideias pedagógicas da rede de intelectuais

analisada. Evidenciou-se que os intelectuais que atuaram tanto na inspetoria literária do município quanto na direção das instituições escolares filantrópicas compartilhavam de um projeto educacional próprio, cujas práticas de ensino possuíam aspectos semelhantes no que concerne à educação moral, cívica, física e intelectual para a formação de crianças pertencentes às famílias da classe operária santista.

Na visão dos membros da rede de intelectuais analisada, os filhos da classe operária, por natureza vocacionados aos ofícios manuais, seja na indústria, nos serviços ou comércio, precisavam ser ajustados socialmente para o lugar que lhes cabia naquela sociedade que estava em construção: a "identidade nacional" começava a ser forjada e o Brasil, na ótica das elites dirigentes e condutoras de então, precisaria deixar de ser um ponto de encontro de diferentes etnias – indígenas, negros africanos e imigrantes europeus e asiáticos – para se fazer uma nação. A garantia de sucesso do desenvolvimento, principalmente econômico do país, dependeria disso.

Para a legitimação do novo regime político, portanto, houve a inculcação de princípios e valores que possibilitassem a formação de uma nova identidade nacional, dado que o multiculturalismo poderia pôr em risco o projeto das elites dirigentes e condutoras do desenvolvimento da jovem nação. O projeto educacional vislumbrava, então, conformar corpos e mentes, isto é, naturalizar práticas que são culturais, produzidas historicamente pelos seres humanos.

* * *

Por fim, alguns pontos para reflexão: sobre "subir nos ombros de gigantes" - esta tese se desenvolveu a partir dos resultados de uma pesquisa no campo da história da educação de Santos – O Asilo de Órfãos na engrenagem da cidade (1908-1931) –, mas procurou não perder de vista as contribuições de diversos outros trabalhos que enriquecem a historiografia desta "terra da caridade e da liberdade"[60] (como o livro pioneiro da profa. Dra. Maria Apparecida Franco Pereira, sobre "Santos nos caminhos da educação popular*:* 1870-1920", publicado pela editora Loyola, em 1996). Assim, da mesma maneira que se procurou enxergar alternativas de pesquisa aos trabalhos supracitados, buscou-se oferecer algumas possibilidades que emergiram durante o processo de investigação para elaboração desta tese. Apresentar-se-á, a seguir, o que se considerou como "ausências".

[60] Epígrafe escrita na bandeira da cidade de Santos.

Desenvolver um projeto de pesquisa em meio a um contexto pandêmico foi extremamente desafiador, particularmente, pelo fechamento sem um prazo de reabertura determinado dos centros de memória onde estão partes do *corpus* documental da pesquisa. Trabalhar com História dos Intelectuais é dialogar com a História Política: com as Atas da Câmara, Relatórios da Prefeitura, enfim, documentos oficiais que estão sob a guarda das instituições públicas do próprio município e que estiveram inativas por mais de um ano.

Houve a necessidade de buscar outras fontes que oferecessem possibilidades de compreensão acerca do objeto de pesquisa e, nesse percurso de busca, um tesouro foi encontrado: a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Em março de 2020, foram levantados dezoito periódicos distintos que circularam (e foram publicados) especificamente na cidade de Santos entre 1890 e 1930, a saber (mas sem perder de vista as centenas de outros que fazem menção à cidade):

De 1890 a 1900:

- A Penna: Orgam Litterario e Noticioso (SP) 1897.
- A Arte: Orgão do Gremio Dramático Arthur Azevedo 1897.
- A Lanterneta: Orgam Hebdomadario: critico, noticioso, humorístico e... não explosivo 1895.
- O Bond (SP) 1895.
- Xisto Bahia (SP) 1895.
- O Corretor: boletim Maritimo e Commercial (SP) 1895.
- Santos Commercial (SP) 1895.
- O Avança: Orgam do Grupo Avança de Santos 1896.
- Tribuna do Povo (SP) 1895-1899.
- Almanach O Estado de S. Paulo: para o ano de 1896.
- Almanak do Estado de São Paulo: administrativo, commercial e profissional (SP) 1897.
- Almanak Historico-Litterario do Estado de São Paulo (SP) 1896-1897.

De 1900 a 1910:

- Anthese: orgam do Gabinete de Leitura Xavier da Silveira (SP) 1904.
- A Vanguarda: Diário da Manhã Independente (SP) 1909-1912.
- Vida Paulista (SP) 1908-1924.

1910-1920

- A Fita (SP) – 1912-1914.

- A Vanguarda – 1912.

1930-1940

- Revista do Professor (SP) - 1934-1956.

A análise de periódicos pode constituir excelentes projetos de pesquisa, e servir para oferecer novas compreensões sobre a História da cidade, não porque eles manifestam o fato histórico em si, mas porque oferecem uma leitura sobre o mundo, materializando representações acerca de fatos sociais, conflitos de ideias, projetos educacionais entre outros. No caso deste trabalho, procurou-se analisar parte desses periódicos (em especial, a Revista "A Fita") e os resultados da análise estão presentes (ou participaram do processo de) construção da síntese compreensiva das práticas políticas investigadas na pesquisa e apresentada na tese.

Outra possibilidade de pesquisa está na rede de intelectuais formada por Carlos Escobar, Silvério Fontes e Raymundo Sóter de Araújo. As fontes sugerem que eles fizeram parte da primeira geração de intelectuais da educação republicana em Santos, isto é, entre 1889 e 1907, mas faz-se necessária maior investigação, pois há outros sujeitos pertencentes a essa rede, que foram silenciados (ou apagados) da memória histórica. Além disso, Carlos Escobar, Silvério e Sóter de Araújo, juntos, fundaram o Centro Socialista de Santos em 1895, publicando "A questão Social". Questões como: o que esses sujeitos compreendiam por socialismo? Como essa rede articulou a relação entre socialismo e pedagogia? Com quais instituições ou processos educacionais esses sujeitos estavam envolvidos? Considerando que esses intelectuais viveram e atuaram na cidade desde os anos finais do Império, eram eles atuantes no campo da educação antes da Proclamação da República? Enfim... são inúmeras as possibilidades para compreensão dos modos de viver e pensar desses sujeitos.

Inicialmente, a investigação dessa outra rede de intelectuais estava no horizonte desta pesquisa, sobretudo, por possibilitar a identificação de projetos supostamente distintos no que diz respeito à formação dos filhos das classes trabalhadoras (uma questão de método, portanto). Por absoluta falta de tempo, todavia, e por não ter sido possível o acesso aos materiais históricos necessários à investigação, entre outros determinantes e condicionantes, essa frente de pesquisa não pôde ser aberta. Permanece, portanto, como uma questão em aberto, a ser futuramente equacionada.

Por fim, no que concerne aos sujeitos pertencentes à rede de intelectuais analisada por esta tese, formada a partir de 1908, não se pode perder de vista que a coluna *Segundas*, publicada semanalmente (às segundas feiras) no jornal "A Tribuna", entre 1920 e 1922, cujo

escritor era o inspetor literário Delphino Stockler de Lima, não pôde ser consultada (também pelos motivos apresentados anteriormente). A análise dessa coluna, ao que parece, acrescentaria mais evidências acerca da articulação e prática dessa rede de sociabilidade na cidade durante o período mencionado.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS, JORNAIS, REVISTAS, ATAS, RELATÓRIOS, DOCUMENTOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS

A CAMPANHA sanitária de Santos e a Malária. **Novo Milênio**, 13 jan. 2011. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0353.htm. Acesso em: 11 jan. 2021.

A DEMOCRACIA (RJ). 1887, p.2.

A FEDERAÇÃO, 1887, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=%22Partido%20Republicano%20de%20Santos%22&pagfis=3657. Acesso em: 25 jan. 2021.

A FEDERAÇÃO, 18 de abril de 1903, p. 1.

A FITA A Fita Mundana. Santos, v. 46, p. 24, 5 mar. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=036180&pagfis=1148. Acesso em: 30 dez. 2020.

A FITA, São Paulo, 11 ed., p. 20, 15 maio 1912a.

A FITA. São Paulo, 12 ed., p. 21, 1 jun. 1912b.

A FITA, São Paulo, n. 19, 19 ed., p. 6, 15 set. 1912c.

A FITA. São Paulo, 24 ed., p. 26, 2 out. 1913a.

A FITA. São Paulo, 27 ed., 1913b.

A FITA. São Paulo, 29 ed., p. 21, 1913c.

A FITA, São Paulo, 34 ed. P. 14, 1913d.

A FITA, São Paulo, 54 ed., p. 16, 30 abr. 1914a.

A FITA. São Paulo, 55 ed., p. 20, 7 maio 1914b.

A FITA, São Paulo, 57 ed., p. 24, 21 maio 1914b.

A FITA, São Paulo, 62 ed., p. 26, 25 jun. 1914c.

A FITA. São Paulo, n. 43, p. 13, 12 fev. 1914.

A FITA. São Paulo, 52 ed. p. 2015 abril 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=036180&pagfis=1358. Acesso em: 2 mar. 2020.

A FITA. Directores d'A Fita. 1914. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=036180&pagfis=1358. Acesso em: 25 fev. 2021.

A GAZETA. 2 mar. 1922, p. 2.

A GAZETA. 16 jan. 1929.

A GAZETA. 6953 ed., p. 4, 30 mar. 1929.

A GAZETA. 7211 ed., p. 5, 1 fev. 1930.

A GAZETA. 7479 ed, p. 7, 16 jan. 1931.

A GAZETA. 8267 ed., p. 2, 31 jul. 1933.

A IMPRENSA. 897 ed., p. 1, 19 mar. 1901.

A IMPRENSA (RJ). p. 1, 12 jan. 1914.

A IMPRENSA. p. 2, 5 set. 1900.

A MARMOTA. p. 4, 6 jun. 1849.

A NAÇÃO: jornal político, commercial e literário, p. 3, 12 jan. 1874.

A NAÇÃO. São Paulo, n. 442, 19 out. 1898. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817201&pesq=%22Benedito%20Pinheiro%22&pasta=ano%20189&pagfis=420. Acesso em: 12 dez. 2020.

A NOITE (RJ). p. 1, 10 jan. 1914.

A NOITE. 1962 ed., p. 2, 4 jun. 1917.

A NOTICIA (RJ). 17 de dezembro de 1903.

A OPINIÃO NACIONAL (RJ). p. 2, 14 abr. 1893.

A OPINIÃO NACIONAL. p. 1, 6 abr. 1893.

A PATRIA (RJ). p. 2, 29 jun. 1873.

A PROVÍNCIA DE S. PAULO, p. 2, 7 nov. 1883.

A PROVINCIA DE SÃO PAULO. p. 2, 1887. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18970910-6873-nac-0003-999-3-not/busca/Partido+Republicano+Santos. Acesso em: 12 jan. 2021.

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. p. 2, 1888. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18881103-4077-nac-0002-999-2-not/busca/PARTIDO+REPUBLICANO+SANTOS+Santos. Acesso em: 15 out. 2020.

A REPÚBLICA. 57 ed., p. 2, 10 mar. 1894.

A TRIBUNA. Rio de Janeiro, 62 ed., p. 2, 31 ago. 1890.

A TRIBUNA. 130 ed., p. 3, 7 nov. 1890.

A TRIBUNA. Santos, 20 ed., 1 out. 1912.

A TRIBUNA. **Editorial.** Santos, 10 abr. 1913.

A TRIBUNA. p. 1, 26 de janeiro de 1939.

A UNIÃO (RJ). p. 1, 8 abr. 1905.

A VANGUARDA: DIÁRIO DA MANHÃ INDEPENDENTE. p. 2, 14 jul. 1912. Disponível em: www.novomilenio.inf.br/santos/h0250n.htm. Acesso em: 9 jul. 2021

ALBUM DE EXPOSIÇÃO. 1 ed., p. 56, 1908.

ALMANACH PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. 4 ed., p. 492, 1886.

ALMANACH PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. 4 ed., p. 492, 1886.

ALMANACH PROVINCIA DE SÃO PAULO (SP). p. 508, 1887.

ALMANACH PROVINCIA DE SÃO PAULO (SP). p. 513, 1887.

ALMANACH PROVINCIA DE SÃO PAULO (SP). p. 592, 1888.

ALMANACH PROVINCIA DE SÃO PAULO (SP). p. 583, 1888.

ALMANACH PROVINCIA DE SÃO PAULO. p. 71, 1886. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

ALMANACH O ESTADO DE SÃO PAULO para o ano de 1896. 1 ed., p. 372, 1896.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO (inclusive a cidade de Santos). Rio de Janeiro, p. 731, 1914.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO (inclusive a cidade de Santos). Rio de Janeiro, p. 534, 1918.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO (inclusive a cidade de Santos). Rio de Janeiro, p. 654, 1921.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. p. 86, 1844. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20191&pagfis=8312. Acesso em: 30 dez. 2020.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (RJ), p. 382, 1866.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (RJ), p. 378, 1866.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (RJ). 1882, p. 1969.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (RJ), p. 1071, 1869.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (RJ), p. 966, 1873.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 31 ed., p. 1125, 1874.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (RJ), p. 1418, 1877.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (RJ), p. 239, 1881

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (RJ), p. 1607, 1885.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, p. 159, 1845. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20188&pagfis=86. Acesso em: 28 dez. 2020.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, p. 271, 1854. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20188&pagfis=400. Acesso em: 28 dez. 2020.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. p. 326, 1865. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20188&pagfis=23036. Acesso em: 28 dez. 2020.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, p. 1117, 1865. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20188&pagfis=23827. Acesso em: 28 dez. 2020.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, p. 1026, 1868. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20188&pagfis=28419. Acesso em: 28 dez. 2020.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 787, 1896.

ALMANAK DE NITHEROY: commercial, administrativo, noticioso, industrial e indicador de Nitheroy para o anno de 1889.

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro, p. 540. 1899.

ALMANAK LAEMMERT (RJ): Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, A00049 ed., p. 451, 1892. p. 451.

ALMANAK LAEMMERT (RJ): Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, A00051(3) ed., p. 1309, 1894.

ALMANAK FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 1 ed., p. 15, 1894.

ALMANAK LAEMMERT (RJ): Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, A00049(1), p. 451, 1892.

ALMANAK LAEMMERT (RJ): Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, A00053(3) ed., p. 1465, 1896.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, B00068(1) ed., p. 2166, 1911.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, p. 2169, 1911.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, p. 2169, 1911.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, p. 2564, 1913.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, A00070(1) ed., p. 779, 1914.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Iindustrial. Rio de Janeiro, p. 616, 1915.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, C00071(1) ed., p. 611, 1915.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1915-1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&Pesq=%22Raymundo%20Soter%20de%20Araujo%22&pagfis=61918. Acesso em: 28 dez. 2020.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, p. 570, 1916.

ALMANAK LAEMMERT: anuário administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial. Rio de Janeiro: 1917. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pesq=%22Pompilio%20dos%20Santos%22&pasta=ano%20190&pagfis=68393. Acesso em: 12 fev. 2021.

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, B00076(1), p. 2091, 1919.

ALMANACH O Estado de São Paulo para o ano de 1896, 1 ed., p. 372, 1896.

ANNAES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO RIO DE JANEIRO 1895. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_01&pesq=%22Victor%20de%20Lamare%22&pasta=ano%20189&pagfis=17049. Acesso em: 28 dez. 2020.

ANNUARIO COMERCIAL, INDUSTRIAL, AGRÍCOLA PROFISSIONAL E ADMINISTRATIVO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro, p. 655, 1921.

ANNUARIO DE MINAS GERAIS: Estatistica, História, Chorographia, Finanças, Variedades, Biographia, Literatura e Indicações. Minas Gerais, 5 ed., p.629- 630, 1913.

ANUÁRIO MÉDICO BRASILEIRO: movimento scientífico medico brasileiro (1886-1897), p. 431, 1897.

AO POVO DE SANTOS. Jornal O Estado de São Paulo. 29 nov. 1907.

AS DEMISSÕES DA ACADEMMIA, Jornal Diário de Santos, Santos, SP, 5 mar. 1908.

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE SANTOS. Correio da Manhã (RJ), p. 2, 4 nov. 1913.

AS OLYGARCHIAS ESTADOAES. Gazeta de Joinville, p. 1, 28 set. 1907.

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA. Ata de 18.11.1917. *In*: **Livro de Atas:** 07/12/1913 a 09/02/1919.

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA. Ata de 26.10.1924. *In*: **Livro de Atas:** 03/08/1924 a 30/05/1926.

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA. Ata de 28.12.1922. *In*: **Livro de Atas:** 23/02/1919 a 22/03/1922.

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA. Ata de 31.12.1916. *In*: **Livro de Atas:** 07/12/1913 a 09/02/1919.

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA. **Livro de Atas:** 07/12/1913 a 09/02/1919.

ASSOCIAÇAO PROTETORIA DA INFANCIA DESVALIDA. Ata de 8 de julho de 1920. *In*: **Livro de Atas**: 23.02.1919 – 22.03.1922.

ATA da Assembleia geral e e estatutos sociais de 25/26 de janeiro de 1930. Disponível em: http://www.spfcpedia.com.br/ebooks/2019-02-14_ata-e-estatutos-1930.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, SP, de 10 de junho de 1908.

ATA DA CÂMARA, 4 Sessão. 29 jun. 1892, p. 377-380.

ATA DA CÂMARA, 5 Sessão. 12 ago. 1892, p. 381-383.

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE INTENDENTES de 5 de janeiro de 1894.

ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA. 14 mai. 1894, p. 7A-10A.

ATAS DA CÂMARA, 1 Sessão. 19 fev. 1891, p. 194-197.

A TRIBUNA (RJ). ed. 62, p. 2, 31 ago. 1890.

AURORA ESCOSSEZA: Jornal Maç. Rio de Janeiro, p. 41 mar. 1885.

BIBLIOTECA NACIONAL. Annaes 1907. Rio de Janeiro: Officina de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1909. p. 300.

BRAZIL MAGAZINE, Revista Ilustrada. **Legado de um grande philantropo:** um estabelecimento modelo de educação profissional na cidade de Santos em São Paulo. Rio de Janeiro, Ano VI, n. 47-48, fev.-mar. 1910.

BRAZIL MAGAZINE. 1910. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216127&pesq=&pagfis=684. Acesso em: 28 dez. 2020.

BRAZIL MAGAZINE. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216127&pesq=&pagfis=1276. Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 10083, de 19 de fevereiro de 1913. Autoriza a Companhia Agricola de Seguros, com séde em S. Paulo a funccionar na Republica e approva, com alterações, os

estatutos. **Diário Oficial [da] União**, seção 1, 26 fev. 1913, p. 2800. Disponível em: https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/170696-autoriza-a-companhia-agricola-de-seguros-com-sude-em-s-paulo-a-funccionar-na-republica-e-approva-com-aiteraues-os-seus-estatutos.html

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Relatório da Intendência. Fundação Arquivo e Memória de Santos, 1903.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Relatório da Intendência. Fundação Arquivo e Memória de Santos, p. 39, 1903.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Relatório da Intendência. Fundação Arquivo e Memória de Santos, p. 26, 1904.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Relatório da Intendência. Fundação Arquivo e Memória de Santos, p. 47, 1908.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. Relatório da Intendência. Fundação Arquivo e Memória de Santos, p. 44, 1909.

CARLOS ARTHUR WEBER. **Geni**, 2021. Disponível em: https://www.geni.com/people/CARLOS-ARTHUR-WEBER/6000000018698536280. Acesso em: 12 set. 2021.

CIDADE DE SANTOS. **Almanach Província de São Paulo**. São Paulo, 1884, p. 559. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829161&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20188&pagfis=559. Acesso em: 28 dez. 2020.

CIDADE DO PATROCÍNIO. **Orgão dedicado aos interesses do povo**, 102 ed., p. 1, 18 nov. 1911.

CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, ed. 148, p. 1, 23 jun. 1900.

CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 210 ed., p. 1, 25 ago. 1897.

COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 3, 5 jul. 1896.

COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 443 ed., p. 2, 1 mar. 1908.

CORREIO DA BAHIA. 16 ed., p. 1, 14 abr. 1877.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, p. 1, 16 mar. 1903.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, p. 3, 19 de abril de 1905.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, p. 3, 30 de set. 1911.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 5013 ed., p. 6, 2 out. 1912.

CORREIO MERCANTIL (RJ). Rio de Janeiro, p. 2, 26 maio 1864.

CORREIO OFFICIAL. 7 fev. 1837. v. 1, n. 29. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&Pesq=%22Antonio%20Justino%20de%20Assis%22&pagfis=4243. Acesso em: 12 nov. 2020.

CORREIO OFFICIAL. Ministerio do Imperio, n. 29, v. 1, p. 3, 7 fev. 1837. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&Pesq=%22Antonio%20Justino%20de%20Assis%22&pagfis=4243. Acesso em: 11 fev. 2021.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 2, 11 jan. 1914.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 20151 ed., p. 3, 10 ago. 1919.

CORREIO PAULISTANO. Expediente da Presidencia, n. 2991, ano 13, 12 maio 1866. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_02&Pesq=Porchat&pagfis=2248. Acesso em: 12 fev. 2021.

CORREIO PAULISTANO. Expediente da presidencia. São Paulo, 2991, ano 13, 12 maio 1866. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_02&Pesq=Porchat&pagfis=2248. Acesso em: 20 out. 2019.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p.1, 1 jan. 1867.

CORREIO PAULISTANO. Missa funebre. São Paulo, n. 3183, ano, 14, 4 jan. 1867. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_02&Pesq=Porchat&pagfis=3001. Acesso em: 20 out. 2019.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 1, 1 jan. 1867.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 14 ago. 1868.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 27 jan. 1870.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 2, 8 jul. 1873.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 1, 5 jul. 1877.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 2, 23 nov. 1880.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 7547 ed., p. 2, 29 jan. 1882.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 2, 27 fev. 1883.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 2, 14 nov. 1884.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 24 ago. 1890.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 1, 24 jul. 1890.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 1, 26 mai. 1891.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 23 jan. 1891.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 1, 10 mar. 1893.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 7898, 20 jan. 1883. Disponível em: http://memoria.bn. br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_04&PagFis=0&Pesq=. Acesso em: 20 out. 2019.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo,11239 ed., p. 2, 21 abr. 1894.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 10 jun. 1898.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 2, 5 nov. 1899.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 1, 18 ago 1900.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 2, 11 fev. 1904.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15163 ed., p. 2, 26 out. 1905.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 2 fev. 1906.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15902 ed., p. 3, 20 nov. 1907.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15619 ed., p. 3, 10 fev. 1907.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 2, 21 set. 1907.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 5, 23 nov. 1907.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 11 out. 1908. p. 4.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 16624 ed., p. 1, 16 nov. 1909.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 16573 ed., p. 4, 26 set. 1909a.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 16574 ed., p. 3, 27 set. 1909b.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 28 out. 1909.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 16831 ed., p. 1, 13 jun. 1910a.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 19130 ed., p. 4, 13 out. de 1910b.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 18 dez. 1910.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 1, 6 set. 1911.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 26 abr. 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&Pesq=%22Pompilio%20dos%20Santos%22&pagfis=24722. Acesso em: 5 jan. 2021.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 17522 ed., p. 2, 8 maio 1912.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 11 maio 1912.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 17645ed., p. 2, 7 set. 1912.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 17807(1) ed., p. 4, 19 fev. 1913, p. 4.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 14 out. 1913a.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 28 nov. 1913.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 2, 7 jan. 1914.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 2, 11 jan. 1914b.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 18271 ed., p. 5, 1 jun. 1914.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 22 maio 1914.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 18732 ed., p. 3, 8 set. 1915.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 18483 ed., p. 6, 31 dez. 1914.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 18562 ed., p. 2, 21 mar. 1915.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 18699 ed., p. 4, 6 ago. 1915a.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 18714 ed., p. 4, 21 ago 1915b.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 18 set. 1915.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 18801 ed., p. 3, 16 nov. 1915.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 5, 24 nov. 1915.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 18889 ed., p. 4, 13 fev. 1916.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 18927 ed., p. 4, 23 mar. 1916.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 18994 ed., p. 2, 30 maio 1916.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 19053 ed., p. 3, 28 jul. 1916.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 19379 (1) ed., p. 3, 22 jun. 1917.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 19415(1) ed., p. 4, 28 jul. 1917.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 19711 ed., p. 1, 23 maio 1918.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 20151(1) ed., p. 3, 10 ago. 1919.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 20131 ed., p. 3, 21 jul. 1919.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 19, 23 dez. 1929.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 20648 ed., p. 4, 24 dez. 1920.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 19, 23 dez. 1929.

CORRESPONDÊNCIAS. O Economista. Lisboa (Portugal), p. 2, 2 dez. 1886. Acervo Particular do Jornal Estadão. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=891029&pesq=%22Partido%20Republicano%20de%20Santos%22&pasta=ano%20188&pagfis=6436. Acesso em: 1 jun. 2021.

DIÁRIO DA TARDE. Paraná, p. 1, 1909.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1093 ed., p. 1, 10 jun. 1888.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, p. 1, 14 mar. de 1890.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1890.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 2034 ed, p. 1, 24 jan. 1891.

DIÁRIO DE SANTOS. Santos, p. 1, 3 jan. 1890.

DIÁRIO DE SANTOS. Editorial Cousas Municipais. Santos, 20 jan. 1889.

DIÁRIO DE SANTOS. Editorial Cousas Municipais. Santos, 25 jan. 1889.

DIÁRIO DE SANTOS. Editorial Cousas Municipais. Santos, 2 fev. 1889.

DIÁRIO DE SANTOS, Editorial Cousas Municipais. Santos, 5 fev. 1889.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 1, 4 nov. 1871.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 3, 7 mar. 1872.

DIÁRIO DO BRAZIL. São Paulo, p. 2, 3 set. 1884.

DIÁRIO DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 890 ed., p. 1, 17 maio 1891.

DIÁRIO DO MARANHÃO, p. 3, 20 mar. 1899.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 6169 ed., p. 2, 30 mar. 1894.

DIARIO DO MARANHÃO. p. 2, 1887.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO (RJ). p. 1, jan. 1863.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO (RJ). p. 2, 3 set. 1873.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. p. 2, 13 maio 1876.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO (RJ). p. 8, 3 fev. 1877.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, p. 1, 22 jun. 1877.

DIARIO ESPANOL: continuacion de la voz de la Espana, p. 2, 30 enero de 1920.

DIÁRIO NACIONAL. 21 ed, p. 4, 6 ago. 1927.

DIÁRIO NACIONAL. 88 ed., p. 5, 23 out. 1927.

DIÁRIO NACIONAL, 1082 ed., p. 8, 18 jan. 1931.

EDITORIAL. **Revista A Fita**. Santos, v. 10, p. 2, 1 maio. 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=036180&pagfis=1. Acesso em: 30 dez. 2020.

EL CORREO GALLEGO. Rio de Janeiro, p. 1, 7 de out. 1903.

EM VÉSPERAS DE REIS. **O Fluminense**. Rio de Janeiro, p. 1, 12 fev. 1907. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_04&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20190&pagfis=9763. Acesso em: 28 dez. 2020.

ESTADO DO PARA. p. 6, 31 de julho de 1920.

EXPEDIENTE DO BISPADO. **O Apóstolo**. Rio de Janeiro, 29 jan. 1879, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&Pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pagfis=5864. Acesso em: 28 dez. 2020.

FRATERNIDADE, Loja Maçônica. **Livro de irmãos**. Santos, 1854-1923.

FOLHA NOVA. Rio de Janeiro, p. 3, 8 set. 1884a.

FOLHA NOVA. Rio de Janeiro, p. 3, 12 set. 1884b.

FON FON. Rio de Janeiro, n. 3, ano 8, 17 jan. 1914.

FON FON (RJ). Semanario alegre, político, critico e espusiante, 26 ed., 30 jun. 1923. Acervo da Biblioteca Nacional.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 261 ed., p. 1, 8 nov. 1881.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 191 ed., p. 2, 11 jul. 1892.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 65 ed., p. 1, 6 mar. 1896.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 261 ed., p. 1, 8 nov. 1881.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Bahia, 243 ed., p. 1-2, 3 jul. 1913a.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Bahia, 247 ed., p. 2, 8 jul. de 1913b.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, p. 1, 5 jan. 1909.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 342 ed., p. 3, 7 dez. 1890.

GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, p. 1, 21 mar. 1881.

GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, p. 2, 7 jan. 1905.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 279 ed., p. 1, 6 out. 1886.

GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, p. 1, 13 mar. 1888.

INTERIOR. **O Commercio de São Paulo**. Pernambuco, p. 2, 14 set. 1907. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=227900&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20190. Acesso em: 28 dez. 2020.

JORNAL CIDADE DE SANTOS, p. 1, 1 jul. 1967.

JORNAL DA BAHIA. p. 1, 10 maio 1877.

JORNAL DE MINAS. Minas Gerais, 283 ed., p. 1, 30 dez. 1890.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, p. 1, 9 mai. 1893.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, p. 2, 9 dez. 1901.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, p. 2, 9 jan. 1902.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 35 ed., p. 2, 4 fev. 1902.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, p. 9, 30 set. de 1911.

JORNAL DO COMERCIO. Partido Republicano de Santos. Rio de Janeiro, p. 3, 4 mar. 1890.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, p. 6, 14 jan. 1914.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, p. 6, 21 nov. 1918.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 14 ed., p. 6, 14 jan. 1914.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 1, 1 ago. 1846.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 3, 15 dez. 1867.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 2, 10 out. 1877.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 3, 15 set. 1877.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 175 ed., p. 3, 25 jun. 1877.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 4, 14 jul. 1878.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 359 ed., p. 2, 25 dez. 1888.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 324 ed., p. 2, 21 nov. 1889.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 4, 15 mai. 1892.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 1, 15 out. 1901.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 272 ed., p. 2, 29 set. 1912.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 6, 14 jan. 1914.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 185 ed., p. 7, 8 maio 1935.

JORNAL O COMMERCIO DE SÃO PAULO. 427 ed., p. 4, 12 fev. 1908.

JORNAL O FLUMINENSE (RJ). p. 2, 19 mar. 1924.

JORNAL O SÉCULO (RJ), p. 1, 16 de dezembro de 1907. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=224782&pesq=%22Belmiro%20Ribeiro%20de%20Moraes%20e%20Silva%22&pasta=ano%20190&pagfis=1637. Acesso em: 28 dez. 2020.

JUIZES DE PAZ. **Indicador Santista**. Santos, p. 211, 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829935&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20188&pagfis=211. Acesso em: 28 dez. 2020.

LAVOURA E COMMERCIO, p. 1, 21 fev. 1900.

LIMA, Delphino Stockler. Segundas. *In*: A TRIBUNA, p. 2, 6 set. 1920.

LIVRO DE ATAS da Câmara, 39 Sessão. 3 ago. 1893, 130-132A.

LIVRO DE ATAS da Câmara, 42 Sessão. 20 ago. 1893, 150-153.

LIVRO DE OBREIROS DA LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE.

LIVRO DE ATAS da Câmara Municipal de Santos, p. 121-122, 28 jan. 1917.

LIVRO N. 01, QUADRO DE OBREIROS, LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE DE SANTOS (1852-1889).

LIVRO N. 01, QUADRO DE OBREIROS, LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE DE SANTOS (1852-1889).

LIVRO N. 03, QUADRO DE OBREIROS, LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE DE SANTOS (1852-1912), p. 32.

MANIFESTO DO PARTIDO MUNICIPAL DE SANTOS. **O Estado de S. Paulo**. 9 fev. 1905. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19050219-9575-nac-0003-999-3-not. Acesso em: 15 dez. 2020.

MEMÓRIA SANTISTA, **Diário Oficial de Santos**, 23 jul. 2004. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250n.htm. Acesso em: 9 jul. 2021.

MINAS GERAIS: Orgam Offical dos Poderes do Estado, 285 ed., p. 3, 22 out. 1896.

MINAS GERAIS: ORGAM OFFICAL DOS PODERES DO ESTADO, 22 de setembro de 1895, p. 7, Edição 255.

NECROLOGIA. CORREIO PAULISTANO, 22836 ed., p. 5, 16 fev. 1927.

NECROLOGIA. CORREIO PAULISTANO, 27 de abril de 1916, p. 3, Edição 18961.

NOTICIÁRIO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, p. 1, 12 jun. 1861. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=343951&Pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pagfis=5864. Acesso em: 28 dez. 2020.

NOTICIÁRIO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, p. 1, 17 jan. 1862. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20187&pagfis=15257. Acesso em: 28 dez. 2020.

NOVIDADES, ed. 160, p. 1, 26 jul. 1888.

NOVO ALMANACH DE SÃO PAULO, 1882, p. 311. Edição 1.

NOVO ALMANAK DE SÃO PAULO. p. 318, 1882. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=402630&pesq=%22Pompilio%20dos%20Santos%22&pasta=ano%20190&pagfis=23865. Acesso 30 dez. 2020.

NOVO MILÊNIO, 2004. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0184o.htm. Acesso em: 1 ago. 2021.

NOVO MILÊNIO, 2005. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0272g.htm. Acesso em: 1 ago. 2021.

NOVO MILÊNIO. **A educação... e as antigas escolas**. Novo Milênio, 23 abr. 2005. Disponível em: https://novomilenio.inf.br/santos/h0250n.htm. Acesso em: 9 jul. 2021.

NOVO MILÊNIO, 2006. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos002.htm. Acesso em: 28 dez. 2020.

NOVO MILÊNIO. **Mudanças no crescimento populacional**. Novo Milênio, 9 abr. 2007. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0296a08.htm. Acesso em: 17 out. 2020.

NOVO MILÊNIO**. Santos, 1913**: antes e depois (da eleição) - 2. Novo Milênio, 6 jan. 2008. Disponível: http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos286b.htm. Acesso em: 14 jan. 2021.

NOVO MILÊNIO. **Avenida Conselheiro Nébias, de 1902 a 1915**. Novo Milênio, 27 abr. 2008. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos036.htm. Acesso em: 3 mar. 2021.

NOVO MILÊNIO. **A imprensa santista (15-A)**. Novo Milênio, 27 abr. 2010. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0318l2.htm. Acesso em: 28 dez. 2020.

NOVO MILÊNIO. **Histórias e Lendas de Santos - os dirigentes**. Novo Milênio, 13 jul. 2011. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/poli1909.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.

NOVO MILÊNIO. **Praça Rui Barbosa, décadas de 1920-50**. Novo Milênio, 4 set. 2016. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos051.htm. Acesso em: 5 ajn. 2021.

O BRAZIL, 275 ed., p. 2, 6 mar. 1891.

O BRAZIL, 241 ed., p. 2, 23 jan. 1891.

O BRAZIL, 275 ed., p. 2, 6 mar. 1891.

O COMBATE. São Paulo, p. 4, 10 jun. 1926.

O COMMERCIO de São Paulo. p. 1, 19 jan. 1898.

O COMMERCIO. Rio de Janeiro, 5 ed., p. 2, 19 out. 1898.

O COMMERCIO de São Paulo. p. 1, 12 out. 1898.

O COMMERCIO de São Paulo, p. 6, 17 fev. 1908a.

O COMMERCIO de São Paulo, 443 ed., p. 2, 1 mar. 1908.

O COMMERCIO de São Paulo, 432 ed., p. 1, 18 fev. 1908.

O COMMERCIO de São Paulo, p. 4, 25 fev. 1908.

O COMMERCIO de São Paulo, 1219 ed., p. 4, 28 nov. 1909.

O COMMERCIO de São Paulo. p. 2, 13 abr. 1909.

O CORREIO PAULISTANO, 14847 ed., p. 2, 10 dez. 1904.

O CORREIO PAULISTANO, 15004 ed., p. 3, 19 maio 1905.

O CORREIO PAULISTANO, 15014 ed., p. 2, 29 maio 1905.

O CORREIO PAULISTANO, 15619 ed., p. 3, 10 fev. 1907.

O CORREIO PAULISTANO, 17645 ed., p. 2, 7 set. 1912.

O CORREIO PAULISTANO. 19993 ed., p. 2, 1 mar. 1919.

O CORREIO PAULISTANO, 23891 ed., p. 7, 17 jun. 1930.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 220(1) ed., p. 2, 5 out. 1890.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 2, 25 fev. 1876.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 2, 4 mar. 1877.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 2, 18 jul. 1879.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 2, 5 abr. 1883.

O ESTADO DE S. PAULO. Acervo Estadão. 23 ago. 1883.

O ESTADO DE S. PAULO. 26 out. 1883.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 2, 14 set. 1884.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 2, 10 ago. 1886.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 9 out. 1899.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 1, 14 abr. 1889.

O ESTADO DE S. PAULO, 27 fev. 1890.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 2, 19 out. 1890.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 20 jan. 1891.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 1, 26 maio 1892a.

O ESTADO DE S. PAULO. 8 jul. 1892.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 2, 26 jul. 1892b.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 2, 3 ago. 1892c.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 2, 6 nov. 1892.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 18 nov. 1894.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 1, 30 out. 1895.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 20 ago. 1895.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 2, 31 ago. 1895.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 2, 11 dez. 1898.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 13 mar. 1898a.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 2, 11 dez. 1898b.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 26 ago. 1899a.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 9 out. 1899b.

O ESTADO DE S. PAULO. p.1, 31 out. 1899.

O ESTADO DE S.O PAULO. p. 1, 24 fev. 1900.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 2, 9 fev. 1901.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 22 jun. 1901.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 2, 18 jul. 1901a.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 2, 17 dez. 1901b.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 2, 5 mar. 1902a.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 1 jul. 1902.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 9 set. 1902b.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 2, 17 out. 1902c.

O ESTADO DE S. PAULO. 15 jan. 1905.

O ESTADO DE S. PAULO, p. 3, 11 maio 1905.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 17 maio 1905.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 1, 4 jan. 1906.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 2, 8 jun. 1907.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 2, 28 jul. 1907.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 4, 15 abr. 1908.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 2, 21 jan. 1909.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 3, 24 dez. 1909.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 3, 17 set. 1911.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 4, 11 jan. 1914.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 7, 5 ago. 1914.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 3, 8 set. 1915.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 3, 23 maio 1924.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 9, 22 out. 1929.

O ESTADO DE S. PAULO. p. 3, 5 maio 1935.

O FLUMINENSE. p. 2, 2 set. 1888.

O GLOBO. 357 ed., p. 2, 31 dez. 1875.

O IMPARCIAL: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro, p. 12, 10 dez. 1915.

O MERCANTIL. 1960 ed., p. 1, 22 mar. 1891.

O MONITOR. 219 ed., p. 2, 26 fev. 1879.

O PAIZ. Rio de Janeiro, p. 2, 11 jul. 1878.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 21 ed., p. 1, 22 jan. 1886.

O PAIZ. Rio de Janeiro, p. 2, 24 jul. 1885.
O PAIZ. Rio de Janeiro, 939 ed., p. 1, 2 maio 1887.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 16 set. 1893, p.1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

O PAIZ. Rio de Janeiro, n. 9008, ano 25, 3 jun. 1909. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pesq=%22Partido%20Municipal%20de%20Santos%22&pasta=ano%20190&pagfis=19728. Acesso em: 25 jan. 2021.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 9944 ed., p. 8, 8 dez. 1911.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 9944 ed., p. 8, 28 dez. 1911.

O PAIZ. Rio de Janeiro, p. 6, 25 de jan. 1912.

O PAIZ. Rio de Janeiro, p. 5, 26 de fev. 1912.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 10490 ed., p. 3, 27 jun. 1913a.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 10496 ed., p. 7, 3 jul. 1913b.

O PAIZ Rio de Janeiro, p. 4, 28 de jan. 1915.

O PARTIDO MUNICIPAL DE SANTOS VENCEU. **A Noite**, Rio de Janeiro, p. 2, 31 de out. 1913.

O PARTIDO DE SANTOS PERDERÁ SUA AUTONOMIA? **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 18 nov. 1915.

O SÉCULO. Rio de Janeiro, 256 ed. p. 1, 17 jun. 1907.

O SÉCULO. Rio de Janeiro, 1256 ed., p. 2, 23 set. 1910.

O "SUICIDIO" DO PARTIDO MUNICIPAL DE SANTOS. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 25 nov. 1915.

PARECER n. 4, 5 mar. 1891, Atas da Câmara, 1891.

PHAROL. Minas Gerais, 00156(1) ed., p. 2, 6 jun. 1908.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Recenseamento da cidade e município de Santos. Santos, 1914.

PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, p. 2, 25 maio 1889.

REGIMENTO INTERNO DE 1909 do Associação Protetora da Infância Desvalida, 1909.

REGULAMENTO DO INSTITUTO DONA ESCHOLÁSTICA ROSA. *In*: CONCEIÇÃO, Julio. Instituto D. Escholástica Rosa: monografia. Santos, 1908, p. 106.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, p. 39, 1902.

RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DAS PROVÍNCIAS. 1908.

RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS, p. 54, 1914.

RELATÓRIOS DA INTENDÊNCIA [1902].

RELATÓRIOS DA PROVEDORIA DA SANTA CASA 1911.

RELATÓRIOS DA PROVEDORIA, 1882.

RELATÓRIOS DA PROVEDORIA, 1908.

REVISTA COMMERCIAL (SP), 16 ago. 1864, p. 3.

REVISTA FLAMMA (SP), p. 24, mar. 1941.

REVISTA SANTOS ILLUSTRADO, n. 9, ano I, 2 mar. 1903.

RIO DE JANEIRO. Annaes da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_01&pesq=%22Victor%20de%20Lamare%22&pasta=ano%20189&pagfis=17049. Acesso em: 15 jul. 2021.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1900-1901. São Paulo: Typografia a vapor de Pauperio & Comp., 1901. p. 11.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1900-1901. São Paulo: Typografia a vapor de Pauperio & Comp., 1901. p. 14-15.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1903-1904. São Paulo: Typografia a vapor de Pauperio & Comp., 1904. p. 60.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1905-1906. São Paulo: Typografia a vapor de Pauperio & Comp., 1906. p. 11.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1907-1908. São Paulo: Typografia a vapor de Pauperio & Comp., 1908. p. 60.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1907-1908. São Paulo: Typografia a vapor de Pauperio & Comp., 1908. p. 47.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1908-1909. São Paulo: Typografia a vapor de Pauperio & Comp., 1909. p. 16.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1908-1909. São Paulo: Typografia a vapor de Pauperio & Comp., 1909. p. 189.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1912-1913. Santos: Instituto D. Escholástica Rosa, 1914. p. 38-41.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1911-1912. São Paulo: Typografia a vapor de Pauperio & Comp., 1912. p. 138-139.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1912-1913. Santos: Instituto D. Escholástica Rosa, 1914. p. 28-29.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1914-1915. Santos: Instituto D. Escholástica Rosa, 1916. P. 39; 176.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1929-1930. Santos: Instituto D. Escholástica Rosa, 1930.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1914-1915. Santos: Instituto D. Escholástica Rosa, 1916.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1909-1910. São Paulo: Espindola & Comp., 1911. P. 239; 265.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1912-1913. Santos: Typographia D. Escholástica Rosa, 1914. P. 39.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1913-1914. Santos: Typografia D. Escholástica Rosa., 1915. p. 29.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1930-1931. Santos: Instituto D. Escholástica Rosa, 1932.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1912-1913. Santos: Typographia D. Escholástica Rosa, 1914. p. 130 e 182.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1911-1912. Santos: Casa Rembrandt, 1913. P. 92.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1911-1912. Santos: Casa Rembrandt, 1913. P. 104.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1911-1912. Santos: Casa Rembrandt, 1913. P.124.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1912-1913. Santos: Typographia D. Escholástica Rosa, 1914. P. 40.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatório da Provedoria**. Ano compromissal de 1909-1910. São Paulo: Espindola & Comp., 1911.

SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTOS. Relatório da Provedoria: anexo 3 – Movimento do Instituto Dona Escholástica Rosa. 1908. p. 143.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatórios da Provedoria**. 1882.

SANTOS COMMERCIAL, 1895, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=818470&pagfis=69. Acesso em: 12 mar. 2021.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS. **Relatórios da Provedoria**. 1882.

SANTOS COMMERCIAL (SP). p. 2, 12 jul. 1895.

SANTOS COMMERCIAL (SP). p. 1, 21 jul. 1895.

SANTOS COMMERCIAL (SP). p. 2, 26 jul. 1895.

SANTOS COMMERCIAL, p. 1, 1895.

SANTOS COMMERCIAL. 231 ed., p. 2, 23 maio 1895.

SANTOS COMMERCIAL. Orgam Republicano, n. 240, ed. 240, 2 jun. 1895. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=818470&pagfis=69. Acesso em: 15 jan. 2021.

SANTOS ILLUSTRADO. n. 7, 16 fev. 1903.

SANTOS, Manifestação Política. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, p. 3, 13 ago. 1886. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20188&pagfis=15947. Acesso em: 28 dez. 2020.

SANTOS, Pompílio dos. São João em minha terra. *In*: **A União**. Rio de Janeiro, 02 ago. 1905. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720054&Pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pagfis=337. Acesso em: 30 dez. 2020.

SANTOS. **A Província de São Paulo**. São Paulo, Acervo Particular do Jornal Estadão, p. 3, 2 maio 1877.

SANTOS. **A Província de São Paulo**. São Paulo, Acervo Particular do Jornal Estadão, p. 2, 17 set. 1885.

SANTOS. **A Província de São Paulo**. São Paulo, Acervo Particular do Jornal Estadão, p. 5, 29 mar. 1913.

SANTOS. Atas da Câmara Municipal de 24 maio 1892.

SANTOS. Atas da Câmara Municipal, p. 377-380, 29 jun. 1892c.

SANTOS. Livro de Atas da Câmara, 39ª Sessão. 3 ago. 1893, 130-132A.

SANTOS. Livro de Atas da Câmara, 42ª Sessão. 20 ago. 1893b

SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 3ª Sessão Ordinaria. 2ª Reunião. 9 jul. 1895, p. 178A-179A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

SANTOS. Atas da Câmara Municipal. Acta especial da apuração da eleição de dois vereadores á Assembléa Municipal. 5 dez. 1894, livro 1894 – 1895, p. 108-109A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

SANTOS. Atas da Câmara Municipal. Acta especial da apuração da eleição de dois vereadores á Assembléa Municipal. 8 abr. 1895, livro 1894 – 1895, p. 169A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

SANTOS. Atas da Câmara Municipal. Acta especial da apuração da eleição de dois vereadores á Assembléa Municipal. 22 jul. 1895, livro 1894 – 1895, p. 169A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

SANTOS. Atas da Câmara Municipal. Termo. 8 abr. 1895, livro 1894 – 1895, p. 169A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. 24 maio 2004. Disponível em: https://www.camarasantos.sp.gov.br/1913-e-1914. Acesso em: 22 jan. 2021.

SANTOS. Recenseamento da cidade e município de Santos. Prefeitura Municipal de Santos. Santos: 1914.

SANTOS. Lei Municipal n. 258, de 24 de abril de 1907. Crêa um Instituto de ensino profissional de commercio, sob a denominaçã "Academia de Commercio de Santos". Secretaria da Intendencia Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/34. Acesso em: 15 jul. 2020.

SANTOS. Lei Municipal n. 587, de 24 de abril de 1907. Crêa um instituto de ensino profissional de commercio, sob a denominação "Academia de Commercio de Santos". Secretaria da Intendencia Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/34. Acesso em: 6 jan. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n. 303, de 29 de abril de 1908. Auctorisa o Prefeito Municipal a dispender até a quantia de seis mil francos (Frs. 6.000) com a montagem do laboratorio de physica e chimica na Academia de Commercio de Santos. **Secretaria [da] Prefeitura Municipal de Santos**, 14 mar. 1908. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/7685. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n.º 302, de 3 de abril de 1908a. Crea a Secretaria de Inspectoria Litteraria do Município. Secretaria [da] Prefeitura Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/7684. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n.º 317, de 22 de julho de 1908b. Amplia a Lei n.º 112, de 25 de maio de 1898, que creou o logar a que se refere o regulamento que baixou pra a execução da Lei do Estado n.º 520 de 25 de Agosto de 1897. Secretaria [da] Camara Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/7709. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n.º 320, de 11 de agosto de 1908c. Determina o funccionamento das escolas pelas Leis n.ºs 274, 282m, 287 e 292 no proprio municipal á rua Dois de Dezembro n.º

29. Secretaria [da] Camara Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/7714. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n.º 362, de 20 de outubro de 1909a. Isenta do pagamento do imposto predial os prédios das bases do "Centro Hespanhol", "Real Centro Portuguez" e "Associação Hespanhola de Soccorros Mutuos e Instrucção", pertencentes aos respectivos patrimônios. Secretaria [da] Prefeitura Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/7901. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n.º 342, de 24 de março de 1909b. Auctoriza o prefeito Municipal a: no orçamento vigente, abrir credito suplementar de Rs. 22:500$000, para o custeio, no exercicio de 1909, do Laboratorio de Municipal de Analyses; na Academia de Commercio de Santos. Secretaria [da] Prefeitura Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/7765. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n.º 338, de 13 de janeiro de 1909**. Diário Oficial [de] Santos**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/santos/lei-ordinaria/1909/34/338/lei-ordinaria-n-338-1909-da-concessao-por-espaco-de-vinte-20-anos-a-francisco-da-cunha-bueno-netto-por-si-empresa-ou-companhia-que-organizar-para-o-servico-de-transporte-de-cargas-em-automoveis-e-revoga-as-leis-n-318-de-22-julho-de-1908-e-337-de-4-novembro-de-1908-1909-04-15-versao-compilada. Acesso em: 15 jul. 2020.

SANTOS. Lei Municipal n.º 425, de 19 de outubro de 1910a. Autorisa a abrir creditos supplementares na rubrica Academia de Commercio pelas importancias recebidas da receita desse estabelecimento. Paço [da] Camara Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/8009. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n.º 368, de 3 de novembro de 1909. Auctorisa o Prefeito Municipal a abrir o credito supplementar de Réis 17:000$000 á rubrica "Academia de Commercio", no orçamento do exercicio corrente de 1909b. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/7924. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n.º 371, de 5 de janeiro de 1910b. Creia um Curso Gymnasial annexo ao Curso Geral da Academia de Commercio de Santos. Secretaria [da] Prefeitura Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/7794. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n.º 376, de 29 de março de 1910c. Crêa doze (12) logares de Professores substitutos das Escolas Municiapes. Secretaria [da] Prefeitura Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/7802. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n.º 422, de 22 de setembro de 1910. Extingue o cargo de Inspector Litterario e revoga a Lei n.º 302, de 26 de Março de 1908. Paço da Camara Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/8007. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n. 422, de 22 de setembro de 1910. Extingue o cargo de Inspector Litterario e revoga a Lei n. 302 de 26 de Março de 1908. Paço da Camara Municipal de Santos.

Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/8007. Acesso em: 6 jan. 2021.

SANTOS. Lei Municipal n. 425, de 19 de outubro de 1910. Autorisa a abrir creditos supplementares na rubrica Academia de Commercio pelas importancias recebidas da receita desse estabelecimento. Paço da Camara Municipal de Santos. Disponível em: http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/8009. Acesso em: 6 jan. 2021.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Relatório da Intendência. 1903. Fundação Arquivo e Memória de Santos. 1903

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Relatório da Intendência. 1904. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Relatório da Intendência. 1908. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. nn. 1909. Fundação Arquivo e Memória de Santos.

SANTOS. **Jornal Estado de São Paulo**. 15 de janeiro de 1905.

SANTOS. **O Estado de São Paulo**. 18 de novembro de 1894. p. 1. Acervo Particular Estadão.

SANTOS. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 04 mar. 1893. p. 2. Acervo Particular do Jornal Estadão.

SANTOS. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 07 jan. 1912. p. 4. Acervo Particular do Jornal Estadão.

SANTOS. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 02 fev. 1912. p. 4. Acervo Particular do Jornal Estadão.

SANTOS. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 13 jun. 1911. p. 4. Acervo Particular do Jornal Estadão.

SANTOS. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 14 ago. 1913. p. 4. Acervo Particular do Jornal Estadão

SANTOS. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 15 jun. 1911. p. 5. Acervo Particular do Jornal Estadão.

SÃO PAULO. Acervo histórico. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 1.ª Legislatura - 1981/1892 (Deputados Constituintes). 2020. Disponível em: https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/base-de-dados/republica-velha/deputados/primeira-legislatura-1891-1892-deputados-constituintes/. Acesso em: 12 maio 2020.

SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. 2 nov. 1924. Disponível em: http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/requerimentos/BR_SP_APESP_SACOP_REQ_C07579_00967.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Lei n.º 520, de 26 de agosto de 1897 Supprime o Conselho Superior de Instrucção Publica e dá outras providencias. **Secretaria [dos] Estados de São Paulo**. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1897/lei-520-26.08.1897.html. Acesso em: 20 nov. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 518, de 11 de janeiro de 1898. Approva e manda observar o regulamento para execução da lei n. 520, de 26 de agosto de 1897. **Secretaria [de] Estado dos Negócios do Interior**. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1898/decreto-518-11.01.1898.html. Acesso em: 20 nov. 2020.

TELEGRAMAS. Jornal O Paiz Rio de Janeiro, 3 jun. de 1909. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pesq=%22Partido%20Municipal%20de%20Santos%22&pasta=ano%20190&pagfis=19728. Acesso em: 28 dez. 2020.

TELEGRAMAS. **Pequeno Jornal**. São Paulo, 10 mar. 1907. p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20190&pagfis=9720. Acesso em: 28 dez. 2020.

TOPICOS & NOTÍCIAS. **A Vanguarda**. Santos, p. 1, 5 abr. 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=799670&pesq=%22Pompilio%20dos%20Santos%22&pasta=ano%20190&pagfis=915. Acesso em: 30 dez. 2020.

TRIBUNA DO COMMERCIO. 20 ed. p. 2, 20 nov. 1880.

VIAJANTES. **O Paiz**. Rio de Janeiro, p. 3, 10 set. 1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829013&pesq=%22Manoel%20Bento%20de%20Andrade%22&pasta=ano%20188&pagfis=318. Acesso em: 28 dez. 2020.

TESES, DISSERTAÇÕES E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

BLUME, Luiz H. dos S. **A moradia da população pobre e a reforma urbana em Santos no final do século XIX**. 1998. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, 1998.

BRASIL, Márcio. **O Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo e a escolarização da Vila Macuco durante a Primeira República**. 2008. 149 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Santos, 2008.

CALEFFI, Anderson Manoel. **A educação na Primeira República na cidade de Santos (1889-1908)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

CAMPOS, Angela Bonard Micci Borges de. **O curso normal do Liceu Feminino Santista**: a longa busca pela equiparação. 2018. Dissertação de Mestrado. Programa de Educação da Universidade Católica de Santos, 2018.

CAPUTO, Melissa Mendes Serrão. **Eunice Caldas**: uma voz feminina no silêncio da história (1879-1967). Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.

CARREIRA, André Luiz Rodrigues. **A marcha do progresso:** a construção do cidadão republicano e a educação escolar na cidade de Santos. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Santos, Santos, 2012.

CARVALHO, Rosiméri Maria de. **Um imposto para instrução pública:** o alvitre de *A Tribuna* (1915) e a "municipalização" do ensino em Santos. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

DIAS, Vera Lucia Alba Reis. **Sociedade Emancipadora 27 de fevereiro**: um movimento abolicionista na cidade de Santos - 1886-1888. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

FERREIRA, Rosangela Molento. **"O que dizem de nós"**: o movimento feminino e educacional de Anália Franco publicado na imprensa de 1875 a 1919. 2020. 197 p. Tese de Doutorado. Universidade Católica de Santos.

GOMES, Dulcinéia de Oliveira. **O Instituto Escolástica Rosa**:**m**formando o mundo dos trabalhadores em Santos. 2001. 162 f. Dissertação (mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2001.

IZOLAN, Mariela. **Instituto Dona Escholastica Rosa** (1899 – 1933). Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2012.

MELO, Gisele Homem de. **Expansão e estrutura urbana de Santos (SP):** aspectos da periferização, da deterioração, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de São Paulo, 2008.

NASCIMENTO, Lúcia Tavares. **A escola normal de Santos**: uma realização da Associação Instrutiva José Bonifácio 1928-1933. 2016. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2016.

PASQUARELLI, Silvio Luiz Santiago. **A presença de Luiz Damasceno Penna na Delegacia Regional de Ensino de Santos do Estado de São Paulo** (1932-1957). 150 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2012.

PEREIRA, Maria de Fatima Lourenço. **Academia de commércio de Santos Importância no contexto da cidade (1907-1917)**. Dissertação (mestrado)- Universidade Católica de Santos. Santos, 2010.

PEREIRA, Maria de Fátima Lourenço. A criação da Academia do Comércio de Santos e os embates políticos. In: **Pesquisa em Pós-Graduação**, v. 4, n. 7 (2011): memória e campo escolar: trajetória da escola em Santos. Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/serieducacao/issue/view/50. Acesso em: 15 jan. 2021.

PEREIRA, Matheus Serva. **Uma viagem possível**: da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades da integração dos ex-escravos no Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ROCHA, Roseli Fernandes. **O Instituto Dona Escolástica Rosa e o Testamento de João Octávio dos Santos (1899-1933)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Santos, Santos, 2021.

SANTANA JUNIOR, Marciano Gaudêncio. **Segundas**: o pensamento de Stockler de Lima sobre a educação na Primeira República a partir do Jornal A Tribuna (1920-1921). Trabalho de Conclusão de Curso, História, Universidade Católica de Santos, Santos, 2009.

SILVA, Wilson Dias da. **O Instituto D. Escolástica Rosa:** a gestão de Pedro Crescenti (1934 a 1945). 2010. 106 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2010;

SILVA, Rafael da Silva e. **A Educação Japonesa em Santos (1908-1943).** Dissertação (mestrado)- Universidade Católica de Santos, Santos, 2011.

SILVEIRA, M. C. **Imigrantes italianos em Limeira - SP**: a terra, política e instrução escolar (1880-1900). Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campina, 2007.

SOARES, Carmem Lucia. **Imagens da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. 1998. Tese de doutorado. UNICAMP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252314. Acesso em 10 ago. 2021.

SOUSA, Rones Aureliano de. **Educação em Rousseau**: formando homens e cidadãos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Filosofia, Uberlândia, 2015.

SOUZA, César Neves de. **A presença do Colégio São José na formação da eleite intelectual feminina santista.** Dissertação (mestrado)- Universidade Católica de Santos. 2010.

VENTURA, Magda Fernandes Garcia. **Mulheres educadoras na presidência da associação feminina santista (década de 1930)**. 2016. 188 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2016.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **Asilo de órfãos de Santos:** assistência à infância desvalida 1889-1914. 2006. 222 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2006.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O asilo de órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931)**. 2011. 251 p. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BIBLIOGRAFIA

ALDRICH, Richard. John Locke (1632-1704). *In*: **PROSPECTS:** the quarterly review of education (Paris, UNESCO: International Bureau of Education), v. 24, n. 1/2, 1994, p. 61-76. Disponível em: http://www.ibe.unesco.org/sites/default/files/lockee.PDF

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina, PR: Praxis; Bauru, SP: Canal 6, 2007.

ALVES, Vital Francisco Celestino. Rousseau e a virtude cívica na república. **Doispontos**, Curitiba, São Carlos, v. 16, n. 1, p. 71-84, ago. 2019.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes. **O discurso do Progresso:** A evolução urbana de Santos, 1870-1930. 1989. 253 f. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. Santos: urbanismo na época do café 1889-1930. *In*: PEREIRA, Maria Apparecida Franco; AZEVEDO, Nércio de Lima; FRUTUOSO, Maria Suzel Gil; SILVA, Ivani Ribeiro da; MATOS, Maria Izilda Santos de; ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de; SERRANO, Fábio Se. **Santos:** café & história. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 1995. 128 p.

ANDRADE. Wilma Therezinha Fernandes. Santos: canais traçam a história urbana. *In*: MATOS, Maria Izilda; SOLLER, Maria Angélica (orgs.). **Cidade em debate.** São Paulo: Olho d'Água, 2000.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. Narcisa Emília: uma irlandesa na vida de José Bonifácio. **Leopoldianum** – Revista de Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos. ano 30, maio-dezembro, 2004, n. 81-82.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **Santos:** o porto do café. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

ASSIS, Arthur Porchat de. **Eduquemos**. Santos: Instituto D. Escholastica Rosa, 1915.

BAUDELAIRE, Charles. **O pintor da vida Moderna**. Lisboa: Passagens, 1993.

BAUDELAIRE, Charles. **Salão de 1846**. Disponível em: https://relogiodagua.pt/wp-content/uploads/2016/03/9789727088850.pdf?iframe=true&width=100%&height=100%. Acesso em: 23 out. 2019.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos**. Educação e Realidade**. Porto Alegre, RS, v. 19, n.1, p. 89-96, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a Modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 348 p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália:** um ensaio. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2003.

BURKE, Peter. A História como Memória Social *In*: **O mundo como teatro – estudos de antropologia histórica**. Lisboa: Difel, 1992.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 498.

CANTIMORI, Delio. **Humanismo y religiones en el Renacimiento:** Ediciones Peninsula. Barcelona, 1984.

CARMO, Bruno Bortoloto do. A cidade e os cortiços: morar e sobre(viver) em Santos (1870-1890). **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015.

CARMO, Bruno Bortoloto do; VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. Representações sobre o ensino de educação física de Arthur Porchat de Assis em seu manual "Eduquemos" (1915). **Congresso Nacional da ANPUH**. 2014. Disponível em: http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Bruno%20Bortoloto%20do%20Carmo%20&%20Marina%20Tucunduva%20Bittencourt%20Porto%20Vieira.pdf Acesso em: 10 abr. 2019.

CARMO, Bruno Bortoloto; FARIA, Luiz Henrique Portela; VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. Representações de Educação e Infância em Arthur Porchat de Assis. In: **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 33, fev. 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5020. Acesso em: 15 maio 2021.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república.** São Paulo (SP): Brasiliense, 2003. 86 p.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998. 351 p.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados.** vol. 5, n. 11. São Paulo, Jan/Abr 1991. p. 173-188. Acesso em: 15/11/2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010. Acesso em: 15 out. 2019.

CHARTIER, Roger. **A História Cultura**l: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

CONCEIÇÃO, Julio. **Instituto D. Escholastica Rosa:** Monografia. Santos, 1908.

COSTA, Herminsten Maia Pereira da. **Raízes Históricas da Teologia Contemporânea**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

COSTA, Pedro Pereira da Silva. **José Bonifácio**. São Paulo: Editora Três, 1974.

CONTE, Giuliano. **Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo.** Lisboa (Portugal): Presença, [1984]. 157 p.

CRUZ, Heloísa de Faria.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa *In*: **Projeto História**. São Paulo: Educ, n. 35, 2007.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (org). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DARTON, Robert. **O Beijo de Lamourette:** Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990;

DEAN, Warrean. A economia brasileira**:** 1870 – 1930. *In:* BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina – de 1870 a 1930**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Brasília Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. 2 vols. Lisboa: Estampa, 1984.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do renascimento.** Lisboa (Portugal): Editorial Estampa, 1994. 2 v.

DIEZ DEL CORRAL, Florentina Santos. **Do Boticário ao farmacêutico**: o ensino da farmácia na Bahia de 1815 a 1949. Salvador: EDUFBA, 2009.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. *In*: DELEUZE, Gilles. **O Mistério de Ariana**. Ed. Vega, Passagens. Lisboa, 1996. Disponível em: http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo. Acesso em: 24 jul. 2021.

DUBY, Georges. **A Europa na Idade Média.** São Paulo (SP): Martins Fontes, 2004. 170 p.

DUBY, Georges (Org.). **História da vida privada, 2**: da Europa feudal à renascença. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1991. 638 p.

FALCON, Francisco José Calazans. **Mercantilismo e transição.** 5. ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1994. 101 p.

FARIA, Luiz Henrique Portela Faria; PEREIRA, Maria Apparecida Franco (org). **Santos na Modernidade Capitalista:** novas abordagens e releituras de velhas fontes. São Paulo: E-manuscrito, 2019.

FARIA, Luiz Henrique Portela. Vila Mathias: em Santos, um pequeno Portugal. *In*: VALENTE, Heloísa de Araújo Duarte. **Trago o fado nos sentidos:** cantares de um imaginário atlântico. São Paulo: Letra e Voz/FAPESP, 2013.

FARIA, Luiz Henrique Portela. Vila Mathias: em Santos, um pequeno Portugal (versão ampliada). *In*: VALENTE, Heloísa de Araújo Duarte. **O fado na cidade de Santos:** sua gente, seus lugares. (hipertexto em CD-ROM). Santos: Realejo/FAPESP, 2009.

FARIA, Luiz Henrique Portela; MONTEIRO, Thalita Di Bella Costa. A cidade rumo à Barra: a expansão urbana de Santos e o desenvolvimento da Vila Mathias *In*: **Santos na Modernidade Capitalista**. São Paulo: E-manuscrito, 2019.

FARIA, Luiz Henrique Portela. "Cousas Municipais": Vicente de Carvalho e a representação de progresso no discurso acerca da "Instrucção Pública" em Santos (1889). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10, Belém, 2019. **Anais** [...]. Belém; CBHE, 2019. p. 1681-1691.

FARIA, Luiz Henrique Portela. O discurso do progresso educacional em Santos: as vozes dos intelectuais santistas. *In*: XIII Mostra de Pesquisa em Educação, outubro, Santos, 2018. **Anais** [...]. Santos, 2018. p. 20-30.

FIORI, Giuseppe. **A Vida de Antônio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRANCO, Jaime. **A Beneficência**: Memória Histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência e contribuição para a História de Santos. Santos, 1951.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A idade média e o nascimento do ocidente.** 2. ed., rev. e ampl. São Paulo (SP): Brasiliense, 2001.

FRATERNIDADE, Loja Maçônica. **Livro de irmãos**. Santos, 1854-1923.

GITAHY, Maria Lucia. **Ventos do Mar** – trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889 – 1914. São Paulo: Primas, 1992.

GRAMSCI, Antonio. A Formação dos Intelectuais. *In*: **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEATH, Stephen. (2008), Keywords: **Representation**. Critical Quarterly, 50: 87-99.

HELLER, Agnes. **O homem do renascimento.** Lisboa (Portugal): Presença, [1982].

HEERS, Jacques. **Occidente durante los siglos XIV y XV:** spectos económicos y sociales. Barcelona (Espanha): Editorial Labor S. A., 1968.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. **Missionários do Progresso**: Médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro – 1870/1937. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios:** Europa 1875-1914. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: 2012, 17 ed.

HONORATO, Cesar. **O Polvo e o porto:** A Cia. Docas de Santos (1888 - 1914). São Paulo: Hucitec, 1996.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO VICENTE. **São Vicente Antiga**. 11 out. 2019. Disponível em: facebook.com. Acesso em: 12 out. 2019.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas:** a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LACERDA, Augusto de. **As duas pátrias**. Porto: Officina do Commercio do Porto, 1908.

LANNA, Ana Lucia Duarte. **Uma cidade em transição – Santos:** 1870 - 1913. Santos: Hucitec, 1996.

LICHTI, Fernando Martins. **História de Santos:** Poliantéia Santista. 2. ed. São Vicente: CAUDEX, 1986.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LOBO, Hélio. **Docas de Santos**: suas origens, lutas e realizações. Typ. Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1936. Disponível em: www.novomilenio.com.br. Acesso em: 25 jan. 2020.

LOCKE, John. **Pensamientos a cerca de la Educacion**. Imprenta Clasica Española: Madrid, 1979.

MACHADO, Aline Gomes; ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira. Modernidade, higienismo e ginástica em Salvador/BA (1850-1920). *In*: **Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS**. Porto Alegre, v. 26, e26011, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339918076_MODERNIDADE_HIGIENISMO_E_GINASTICA_EM_SALVADORBA_1850-1920. Acesso em: 12 jan. 2021.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: Dos pré-socráticos a Wittgenstein. 13 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010. p. 187. Versão Eletrônica.

MARIANI, Riccardo; INSTITUTO ITALIANO DI CULTURA (BRASIL).; INSTITUTO CULTURAL ITALO-BRASILEIRO. **A cidade moderna entre a história e a cultura.** São Paulo (SP): Nobel, 1986. 165 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Cortez, 1998. 58 p.

MARX, Karl; BRUNI, José Carlos (Trl). **A ideologia alemã:** I - Feuerbach. São Paulo: Grijalbo, 1977. 138 p.

MATHIAS, Daniel Santos. "Ensina a creança amar a Patria": sinais e representações sobre a educação moral e cívica, segundo Arthur Porchat de Assis. **Anais do VII Simpósio de História Cultural**. São Paulo, USP, 2014. Disponível em: http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Daniel%20Santos%20Mathias.pdf

MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias (org). **Cidades:** representações, experiências e memórias. São Paulo: Olho d'Água, 2017;

MATOS, Maria Izilda Santos de.; CARMO, Bruno Bortoloto do. Do Porto Febril à cidade saneada: ações, representações e narrativas em Santos (1860-1930). In: Luiz Henrique Portela Faria; PEREIRA, Maria Apparecida Franco (orgs). **Santos na Modernidade Capitalista:** novas abordagens e releituras de velhas fontes. São Paulo: E-manuscrito, 2019.

MELO, Gisele Homem de. Estruturação e expansão do espaço urbano de Santos: aspectos de modernização, da intervenção urbana e da sociabilidade. In: FARIA, Luiz Henrique Portela

Faria; PEREIRA, Maria Apparecida Franco (orgs). **Santos na Modernidade Capitalista**: novas abordagens e releituras de velhas fontes. São Paulo: E-manuscrito, 2019.

MENCK, José Deodoro Mascarenhas. **José Bonifácio**: Patriarca da nacionalidade: obra comemorativa dos 200 anos do retorno de José Bonifácio de Andrada e Silva ao Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

MENJOT, Denis.; BOUCHERON, Patrick. O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano In: CARVALHO, Margarida Maria de; LOPES, Maria Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos (Org). **As Cidades no tempo.** São Paulo (SP): Olho d'Água, 2005. 323 p.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: contexto, 2015.

MONDIN, Leda. **Jabaquara, tradição e orgulho de seu quilombo**. Novo Milênio, 2002. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0100b16.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

MUDANÇAS NO crescimento populacional. **Novo Milênio**, 9 abr. 2007. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0296a08.htm. Acesso em: 11 out. 2018.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Claudemir Gonçalves de. A matriz positivista na educação brasileira: uma análise das portas de entrada no período Republicano. **Diálogos Academicos**, v. 1, n. 1, Out-Jan 2010. http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627110812.pdf

PANERAI, Phillippe.; CASTEX, Jean.; DEPAULE, Jean-Charles. **Formas urbanas: a dissolução da quadra.** Porto. Alegre: Bookman, 2013.

PEREIRA, Maria Apparecida Franco. **O comissário de café no porto de Santos (1870-1920)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, 1980.

PEREIRA, Maria Apparecida Franco. Julio Conceição, um grande homem. *In*: **Leopoldianum**. Santos, 1990, v. XVI, n. 47, p.13-22, abril 1990.

PEREIRA, Maria Apparecida Franco. **Santos nos caminhos da educação popular**: (1870-1920). São Paulo (SP): Loyola, 1996. 150 p

PEREIRA, Maria Apparecida Franco; AZEVEDO, Nércio de Lima; FRUTUOSO, Maria Suzel Gil; SILVA, Ivani Ribeiro da; MATOS, Maria Izilda Santos de; ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de; SERRANO, Fábio Se. **Santos:** café & história. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 1995. 128 p.

PEREIRA, Magnus R. Mello; SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda Santos de (Org.). **A cidade em debate.** São Paulo (SP): Olho d'Água, 1999.

PEREIRA, Maria Apparecida Franco. Eduquemos: um manual para a formação de professores em Santos, em 1915. **II Seminário sobre Leitura, Escola, História [s/d]: Associação de**

Leitura do Brasil. Disponível em: Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/Sem08/mariapereira.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

PEREIRA, Rosa Fátima Lourenço. A criação da Academia do Comércio de Santos e os embates políticos (1907). *In*: **Pesquisa em Pós-Graduação: Memória e Campo Escolar Trajetórias da Escola em Santos**. https://periodicos.unisantos.br/serieducacao/issue/view/50. Acesso em: 2 jan. 2021.

PERNOUD, Regine. **As origens da burguesia.** 2.ed. Portugal: Europa-América, 1969.

PINTO, Adolpho Augusto. **História da viação pública de São Paulo.** 2. ed. São Paulo (SP): Governo do Estado de São Paulo, 1977.

RAGO, Cesar Augusto Pascali. **Ruas de pedras polidas**. Santos: Bortolamasi Comunicação, 2016.

RAMOS, José de Paula. **Loja Maçônica Fraternidade**. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 2003.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

ROUANET, Sergio Paulo. **As razões do iluminismo.** São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1998. 349 p.

RODRIGUES, Antonio Edmilson; KAMITA, João Massao. **História Moderna:** os momentos fundadores da cultura ocidental. São Paulo: Vozes, 2018.

RODRIGUES, Olao. O 50º aniversário d'A Tribuna. **A Tribuna**. Santos, 26 de Mar. 1944. p. 1. Disponível em: https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0318g6.htm. Acesso em: 28 mar. 2020.

RODRIGUES, Olao; SANTOS (SP). **Veja Santos!** 2. ed. Santos: PMS, 1975. 650 p.

RODRIGUES, Olao. **Nos tempos de nossos avós:** (Santos de ontem). Santos: A Tribuna de Santos Jornal e Editora Ltda, 1976.

RODRIGUES, Olao. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTOS; ACADEMIA SANTISTA DE LETRAS. **História da imprensa de Santos.** Santos (SP): Instituto Histórico e Geográfico de Santos, 1979. 277 p.

RODRIGUES, Olao. **Cartilha da história de Santos.** 4. ed. Santos (SP): A Tribuna, 1981. 142 p.

RODRIGUES, Olao. **Almanaque de Santos**. Ariel Editora e Publicidade. Santos, 1971.

ROSEMBERG, André. **Ordem e Burla:** Processos sociais, escravidão e justiça em Santos. São Paulo: Alameda Editorial, 2006.

ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Org). **Fundamentos históricos da Educação no Brasil**. 2 ed. Maringá: EDUEM, 2009

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Julia ou Nova Heloísa**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Café, população e ferrovias em São Paulo:** o estabelecimento de diretrizes das estradas de ferro. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos:** 1532-1936. São Paulo (SP): Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1937.

SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos:** 1532-1936 [2ª edição]. São Vicente: Caudex, LTDA, 1986.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo da miscigenação. In: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol (org). **A Recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento.** 15. ed. São Paulo (SP): Atual, 1994. 83 p.

SILVA, Carmen. Resenha sobre o livro Pensamientos acerca de la Educacion. In: **Dianóia**, Madrid, vol. LVIII, n. 71, nov. 2013, p. 184. Disponívem em: http://www.scielo.org.mx/pdf/dianoia/v58n71/v58n71a11.pdf

SILVA, Hugo Santos. **Páginas esparsas:** (contribuição para a história da Santa Casa). Santos (SP): Edição da Santa Casa de Misericórdia de Santos, 1963. 153 p.

SILVA SOBRINHO, José da Costa e. **Santos noutros tempos.** São Paulo (SP): [s.n.], 1957. 658 p.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976. xv, 120 p

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanismo e federalismo:** um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902). Brasília: Senado Federal, 1978.

SIRINELLI, Jean François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 2003.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro (RJ): Ed. da UFRJ, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos da civilização**: a implementação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. **O ensino Normal no estado de São Paulo (1890 – 1930)**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1979.

SPENCER, Herbert. **Do Progresso**: sua lei e sua causa. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939. Livro Digital.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues, **A 'Moscouzinha' brasileira** – Cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1930 - 1954). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2007.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A instituição 'São Paulo Railway'.** São Paulo: Kid's Produções Gráficas, 2000. 86 p.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981.

TOURINHO-MARQUES, Caio Cesar. Conselheiro Doutor Demetrio Cyriaco Tourinho. **Revista da Abrasp,** v. 10, 2004, p.137-161. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/artigos_asbrap.html#revista10. Acesso em: 12 jan. 2021.

TROUVE, Alain. O saber elementar considerado do ponto de vista da história dos métodos de ensino. **Temas**, Rio de Janeiro, ano 11, no 21, jan/abr 2010.

TURCI, Alex Neriz. **Centro socialista de Santos:** formação de um pensamento de esquerda no Brasil. São Carlos, SP, 2007.e

VALGAS, Aline Flavia. **Educação do corpo em John Locke**: princípios adaptativos para a educação do homem bom e útil. *In*: CONBRACE, 19; CONICE, 6. Vitória (ES), p.1-14. 2015.

VAMPRÉ. Spencer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo.** v. 2, São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1977.

VICTORINO, Carlos. **Santos:** Reminiscências (1905-1915). Livro II. Santos: Topografia Santista, 1915. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300h4t.htm. Acesso em: 30 dez. 2020.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **Asilo de órfãos de Santos**: assistência à infância desvalida 1889-1914. 2006. 222 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto; CALEFFI, Anderson Manoel. Novos Tempos demandam novas práticas: a Academia do Comércio de Santos. In: CIHELA, 9, 2009, Rio de Janeiro. *In*: **Anais** [...]. Rio de Janeiro: CIHELA, 2009.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O Asilo de Órfãos na engrenagem da cidade (1908-1931).** Tese de Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2011.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O asilo de órfãos de Santos na engrenagem da cidade:** acompanhando uma trajetória (1908-1931). Berlim (Alemanha): Novas Edições Acadêmicas, 2015a. 220 p.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. Preparar cabeças inteligentes: a educação intelectual segundo Arthur Porchat de Assis. **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Universidade Estadual de Maringá, 2015b.

VEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. Mudanças de Poder no Asilo de Órfãos de Santos. In: XI **Congreso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana**, 2014, Toluca. Sujetos, poder y disputas por la educación. Toluca: Cinvestav, 2014. v. 1. p. 1039-1050.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 15. ed. São Paulo: Pioneria, 2000.

WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica In: **Projeto História.** São Paulo: Educ, n. 35, 2007.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar. **Cad. Cedes**, v. 25, n. 66, ago. 2005.

ZOLA, Émile; SALERNO, Silvana. **Germinal.** São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2000. 255 p.